cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2025.04.30 06:15:44 -03'00'

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 30 de abril de 2025 • Nº 2041 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

2025

Petrobras cresce 5% e atinge 2,77 mi de barris

A produção de petróleo e gás da Petrobras no 1º trimestre de 2025 alcançou um aumento de 5,4% da produção média de óleo, líquidos de gás natural (LGN) e gás natural, que alcançou 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia (MMboed). De acordo com a companhia, o aumento foi possível em função, principalmente, do menor volume de perdas por paradas para manutenções; da melhor eficiência operacional na Bacia de Santos; da entrada em produção do navio flutuante de produção, armazenamento e transferência (FPSO) Almirante Tamandaré, no campo de Búzios; e do FPSO Marechal Duque de Caxias, no campo de Mero. PÁGINA 14

Partidos

União e PP formam maior bancada do Congresso

Com a presença de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e sem petistas, o União Brasil e o PP anunciaram, ontem, a formação de uma nova federação, chamada União Progressista. Esse novo grupo terá a maior bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (107 e 14, respectivamente), seis governadores e será dono de cerca de R$ 950 mil anuais do Fundo Partidário. Tudo isso com mais quatro ministros, ao mesmo tempo em que líderes da sigla desejam desembarcar do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O evento de ontem, realizado no Salão Negro da Câmara dos Deputados, reuniu principais figuras do Centrão, como o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), figurantes relevantes do PL de Bolsonaro - Valdemar Costa Neto, presidente da sigla, e os líderes da Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), e do Senado, Carlos Portinho (RJ), entre eles - Ronaldo Caiado, pré-candidato do União à Presidência da República em 2026 e os ministros de Lula. PÁGINA 24

Superávit

Contas do Governo Central têm melhor março em quatro anos

ANTONIO CRUZ/ABRASIL



Com o atraso na aprovação do Orçamento deste ano e o adiamento no pagamento de precatórios, as contas públicas surpreenderam. Em março, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram superávit primário de R$ 1,096 bilhão. No mesmo mês do ano passado, as contas tinham registrado déficit de R$ 1,024 bilhão. Quanto aos gastos, o principal fator de queda foi o adiamento do pagamento de precatórios. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron (f**oto**), o Tesouro pagará cerca de R$ 70 bilhões de precatórios em julho, na data tradicional, após um acordo com o Banco Central para evitar o aumento do dinheiro em circulação na economia. No ano passado, houve uma antecipação de cerca de R$ 30 bilhões de pagamentos em fevereiro. PÁGINA 2

Falso testemunho

CPI das Bets prende convocado por mentir

PÁGINA 18

Câmara

Nikolas é condenado por discurso transfóbico

PÁGINA 18

Fraude no INSS

LULA MARQUES/ABRASIL



Lupi: é difícil calcular quantos tiveram descontos irregulares

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou ontem que ao menos seis milhões de aposentados e pensionistas já tiveram alguma mensalidade associativa descontada de seus benefícios previdenciários. "Seis milhões é somando todos que contribuíram ao longo de todos esses anos", comentou o ministro ao participar da reunião da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, da Câmara dos Deputados. De acordo com Lupi, o que não se sabe ainda é quantas destas pessoas foram alvo do esquema de descontos associativos não autorizados que motivou a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) a deflagrar a Operação Sem Desconto. PÁGINA 24

INDICADORES

IBOVESPA 0,06% / 135.092,99 / 77,10 / Volume: 23.103.944.350 / Negócios: 3.524.631

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
AZUL PN N2	1,74	–10,77	–0,21
HAPVIDA ON NM	2,36	–3,28	–0,08
AMBEV S/A ON	14,51	+1,47	+0,21
CARREFOUR BRON NM	8,61	–0,46	–0,04
COGNA ON ON ED NM	2,56	+3,88	+0,10

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
TEX RENAUX PN	2,49	+26,40	+0,52
ATMASA ON	1,30	+13,04	+0,15
INFRACOMM ON ES NM	0,090	+12,50	+0,010
BANESE ON	30,00	+11,94	+3,20
RNI ON NM	3,07	+8,87	+0,25

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
AMBIPAR ON NM	122,01	–11,59	–16,00
CIABRASF ON NM	36,000	–11,11	–4,500
AZUL PN N2	1,74	–10,77	–0,21
MANGELS INDLPN	5,94	–9,73	–0,64
ROSSI RESID ON NM	2,03	–6,02	–0,13

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	40.527,62	+0,75
S&P 500	5.560,83	+0,58
NASDAQ Composite	17.461,317	+0,55
Nasdaq 100	19.544,945	+0,61
Euronext 100	1.504,47	-0,03
FTSE 10	8.463,46	+0,55

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	0,24% (abr.)	**EURO turismo**	
Ufir-RJ	R$ 4,5373	**IPCA-15**	0,43% (abr.)	Compra: 6,5089	Venda: 6,6889
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(19/03)	14,25%	(19/03)	13,25%	Compra: 5,6467	-0,38%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(30/04)	0,1689%	BM&F/grama/RJ	R$ 602,06	Compra: 5,6299	Venda: 5,6305
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(30/04)	0,6697%	Compra: 6,4081	Venda: 6,4088	Compra: 5,6801	Venda: 5,8601

MERCADOS

Rotação em carteiras globais garante 7ª alta seguida da Bovespa

CAROLINE ARAGAKI/AE

A busca por ativos de maior risco e uma rotação nas carteiras de gestores globais, na esteira do arrefecimento nas tensões comerciais entre Estados Unidos e China e da possibilidade de que a maior economia do mundo corte juros ainda neste ano, ajudaram a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) a ter sua 7ª alta consecutiva. Contudo, o índice novamente arrefeceu os ganhos no período da tarde por uma resistência técnica, ao se aproximar do pico histórico de 137.469 pontos.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em leve alta de 0,06%, aos 135.092,99 pontos, com giro financeiro de R$ 22,9 bilhões, distante da máxima intradia de 136.149,74 pontos (+0,84%), quando estava no maior nível em 7 meses.

Este apetite já é visto desde o dia 17 de abril entre os investidores estrangeiros. Segundo dados da Bovespa, houve ingresso de R$ 7,6 bilhões na Bolsa em cinco pregões, até o dia 25 de abril (última informação disponível).

Entre as novidades sobre tarifas ontem, destaque para Pequim suspendendo a tarifa de 125% sobre as importações de etano dos EUA, segundo reportagem da Dow Jones. Já a Casa Branca anunciou pouco antes do fechamento dos mercados que Trump assinou ordem executiva de tarifas sobre o setor automotivo, que evita efeito cumulativo de tarifas sobrepostas a automóveis e peças.

DÓLAR

O dólar emendou ontem, o oitavo pregão consecutivo de queda no mercado local e fechou abaixo da linha de R$ 5,65, apesar do sinal predominante de alta da moeda norte-americana no exterior e da desvalorização de mais de 2% das cotações do petróleo., o dólar à vista terminou a sessão em queda de 0,31%, cotado a R$ 5,6306.

A divisa já acumula desvalorização de 4,4% nos últimos oito pregões, vindo do nível de R$ 5,80 para a casa de R$ 5,63. Em abril, o dólar cai 1,31%, o que leva as perdas do ano a 8,89%.

2019 A 2024

Desemprego entre jovens cai pela metade

Nos últimos três meses do ano passado, a taxa de desemprego dos jovens entre 14 e 24 anos de idade caiu pela metade na comparação com o mesmo período de 2019. Levantamento inédito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi divulgado ontem, em São Paulo, durante o evento Empregabilidade Jovem Brasil, promovido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

Segundo a pesquisa, a taxa de desemprego entre jovens passou de 25,2% no quarto trimestre de 2019, quando teve início a série histórica, para 14,3% no ano passado. Isso significa que o número de jovens sem emprego passou de 4,8 milhões de pessoas em 2019 para 2,4 milhões no ano passado.

Também houve queda no número de jovens entre 18 e 24 anos que não estudam nem trabalham, que agora somam 5,3 milhões de brasileiros, menor patamar da série histórica.

O quantitativo de estagiários continua crescendo e passou de 642 mil em 2023 para 990 mil no primeiro bimestre deste ano.

ELETROBRAS

Acionistas aprovam nova regra de desempate

DENISE LUNA
E LUCIANA COLLET/AE

Os acionistas da Eletrobras, reunidos em assembleia realizada ontem, aprovaram a alteração no critério de desempate de matérias deliberadas no Conselho de Administração.

Com isso, o primeiro critério de desempate passa a ser o predomínio da manifestação de vontade do grupo de conselheiros que contemplem o maior número de membros independentes. O voto de Minerva do presidente do conselho passa a ser, então, apenas um segundo critério de desempate.

A empresa justificou, em proposta de administração, que a mudança tem como objetivo "resguardar as premissas da desestatização da Eletrobras e do modelo Corporation".

A mudança foi alvo de críticas do conselheiro e advogado Marcelo Gasparino, que chegou a enviar uma consulta à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) questionando as regras propostas. Para Gasparino, em documento encaminhado à autarquia, a alteração garantiria que somente aqueles candidatos que foram ungidos pelo Conselho de Administração teriam poderes para fazer prevalecer suas posições.

Os acionistas da Eletrobras também aprovaram na AGE desta terça-feira, 29, a redução do número mínimo de membros independentes para cinco, correspondente a 50%. Até agora, o número mínimo era de seis, equivalente a 60%.

Segundo a administração, o novo patamar mantém enquadrado nas orientações e melhores práticas de governança e se adequa "com mais razoabilidade às necessidades da companhia à luz dos critérios mais rigorosos sobre independência".

SUPERÁVIT

Contas do Governo Central têm melhor março em 4 anos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Com o atraso na aprovação do Orçamento deste ano e o adiamento no pagamento de precatórios, as contas públicas surpreenderam. Em março, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram superávit primário de R$ 1,096 bilhão. No mesmo mês do ano passado, as contas tinham registrado déficit de R$ 1,024 bilhão.

Esse é o melhor superávit para meses de março desde 2021, quando o Governo Central registrou resultado positivo de R$ 2,038 bilhões. O desempenho veio melhor que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 3,5 bilhões no mês passado.

Com o resultado positivo de março, as contas públicas continuam no positivo no acumulado do ano. Nos três primeiros meses de 2025, o Governo Central registra superávit primário de R$ 54,532 bilhões, o melhor resultado da série histórica com início em 1997. No mesmo período do ano passado, havia superávit de R$ 20,171 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, para o Governo Central. No limite inferior da meta, isso equivale a déficit de até R$ 30,97 bilhões.

O Orçamento de 2025 prevê déficit primário de R$ 29,6 bilhões. Ao considerar apenas os gastos dentro do arcabouço, há previsão de superávit primário de R$ 14,5 bilhões. O marco fiscal exclui R$ 44,1 bilhões de precatórios (dívidas com sentença judicial definitiva a serem pagas pelo governo).

RECEITAS

Na comparação com março do ano passado, as receitas subiram, mas as despesas caíram se descontada a inflação. No mês passado, as receitas líquidas subiram 6,3% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 0,8%. No mesmo período, as despesas totais subiram 5% em valores nominais, mas recuaram 0,5% após descontar a inflação.

O superávit primário foi impulsionado pelo crescimento da arrecadação federal em março. Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve alta de 5,6% em março na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação.

Os principais destaques foram o aumento do Imposto de Importação, decorrente da alta do dólar em 12 meses, e do Imposto de Renda. A alta do lucro trimestral de empresas, principalmente financeiras, também beneficiou o caixa do Tesouro.

As receitas não administradas pela Receita Federal caíram 12,5% descontada a inflação na mesma comparação. Os principais fatores de queda foram os pagamentos de dividendos de estatais, que caíram R$ 1,6 bilhão por causa de menores lucros da Caixa Econômica Federal, e o repasse de depósitos judiciais ao Tesouro Nacional em março do ano passado, que não se repetiu em março deste ano.

DESPESAS

Quanto aos gastos, o principal fator de queda foi o adiamento do pagamento de precatórios. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o Tesouro pagará cerca de R$ 70 bilhões de precatórios em julho, na data tradicional, após um acordo com o Banco Central para evitar o aumento do dinheiro em circulação na economia.

No ano passado, houve uma antecipação de cerca de R$ 30 bilhões de pagamentos em fevereiro.

O segundo fator foi o atraso na aprovação do Orçamento, que fez o governo adiar o pagamento do aumento ao funcionalismo para maio. Além disso, o governo restringiu em R$ 128,4 bilhões a execução do Orçamento até maio.

Os gastos com a Previdência Social subiram 1,6% acima da inflação, devido ao aumento do número de beneficiários e à política de valorização do salário mínimo. Os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) saltaram em ritmo maior: 9,8% acima da inflação, pelos mesmos motivos. Por causa da antecipação do pagamento do seguro defeso neste ano, o pagamento de abono salarial e seguro-desemprego subiu 23,5% na mesma comparação.

As despesas obrigatórias com controle de fluxo (que englobam os programas sociais) caíram 5,9% em março descontada a inflação na comparação com o mesmo mês do ano passado. Os gastos com o Bolsa Família, que passa por uma revisão constante de cadastro, caíram R$ 1 bilhão. E as despesas com saúde recuaram R$ 1,2 bilhão.

Os gastos discricionários (não obrigatórios) caíram 22,9% descontada a inflação em março na comparação com o mesmo mês do ano passado. A queda reflete o atraso no Orçamento e a restrição da execução que vigora até maio. Os gastos com o funcionalismo federal recuaram 2%, também considerando a inflação. No entanto, Ceron admitiu que as despesas com os servidores aumentará nos próximos meses, com o início do pagamento retroativo do reajuste salarial para diversas categorias.

INVESTIMENTOS

Quanto aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o total nos três primeiros meses do ano somou R$ 9,517 bilhões. O valor representa queda de 10% descontado o IPCA em relação ao mesmo período de 2024.

O secretário do Tesouro atribuiu a queda ao atraso na aprovação do Orçamento. Até a sanção da lei orçamentária, os investimentos estavam sendo executados com restos a pagar, verbas empenhadas (autorizadas) em anos anteriores.

PESQUISA

Brasil deve ganhar 4 milhões de novos investidores em 2025

FABIANA HOLTZ/AE

O número de brasileiros que investem em produtos financeiros no Brasil deve crescer em quatro milhões em 2025, passando de 37% para 39% da população, segundo o Raio X do Investidor Brasileiro, pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) em parceria com o Datafolha. O montante equivale a 59 milhões de investidores. E o meio preferido para investir é o aplicativo do banco, que passou de 45% para 49% em 2024.

Nesta oitava edição da pesquisa, as entrevistas aconteceram entre os dias 4 e 22 de novembro de 2024, em abordagem pessoal com 5.846 pessoas das classes A/B, C e D/E, de 16 anos ou mais, nas cinco regiões do país. A margem de erro da pesquisa é de um ponto porcentual, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

A projeção para novos investidores considera que do contingente de 101 milhões de indivíduos que ainda não são investidores, 18 milhões têm a intenção de mudar esse status em 2025, além de um grupo de 14 milhões que cogitam deixar de aplicar o dinheiro ao longo deste ano.

Em 2024, o número de investidores se manteve estável, mas poderia ter sido maior, segundo o levantamento. Dos 33% (53 milhões de pessoas) da população que dizem ter economizado dinheiro, menos da metade (39%) aplicou os recursos em produtos financeiros.

Outro número interessante revelado pela pesquisa é que cerca de 32 milhões de pessoas ficaram de fora do mercado financeiro mesmo com reserva disponível. E no ano passado o número de pessoas que conseguiu economizar cresceu em 5 milhões.

SUDESTE

Por região, o maior grupo de investidores se concentra no Sudeste (43%), seguido pelo Nordeste (26%), Sul (15%), Norte (8%) e Centro-Oeste (8%). No critério por gênero, as mulheres se mostraram mais previdentes, representando 51,5% desse público.

No perfil por classe social, a classe C se destacou representando 47% dos investidores, seguida pela classe D/E (29%) e A/B (24%).

Segundo a pesquisa, entre as pessoas que pretendem investir ou continuar investindo, a principal razão mencionada é o retorno que os produtos financeiros podem proporcionar (33%), motivação que lidera a preferência desde o primeiro ano da pesquisa.

A segurança foi citada por 23% e, na terceira posição, está a facilidade de investir, com 14%. De 2023 para 2024, o grupo que busca montar uma reserva financeira cresceu, passando de 6% para 9%.

Este ano, os dados da pesquisa possibilitaram categorizar a população em quatro categorias: caderneta (10%), diversifica (17%), economiza e não investe (12%) e o maior deles, o sem reserva (52%).

Os mais experientes em investir reconhecem no retorno dos produtos financeiros uma proteção para o seu patrimônio. "Esse é um fator que está diretamente relacionado à sensação de segurança que os investimentos podem proporcionar. As duas motivações mais citadas pelas pessoas para aplicar o dinheiro, podem ser consideradas, portanto, complementares", diz Marcelo Billi, superintendente de Sustentabilidade, Inovação e Educação da Anbima.

PROPORÇÃO MANTIDA

A edição anterior do Raio X do Investidor, com resultados de 2023, projetava crescimento de quatro pontos porcentuais no total de investidores em 2024. O resultado, porém, se manteve em 37% a proporção da população que tem algum tipo de investimento financeiro.

"O cenário macroeconômico, com a trajetória de alta de juros no país e o elevado o custo das dívidas das famílias, é uma possível justificativa para a estabilidade no porcentual de investidores entre 2023 e 2024. Esse contexto costuma influenciar

diretamente a capacidade de guardar dinheiro e investir, tornando ainda mais

relevantes as ações de educação com foco no planejamento financeiro", conclui Billi.

CRESCIMENTO DAS BETS

Em 2024, segundo a pesquisa, 23 milhões de pessoas, ou 15% da população, fizeram pelo menos uma aposta em plataformas online. Em 2023, eram 14%. Para se ter uma ideia da dimensão da aderência das bets no país, esse porcentual é maior do que o de uso de muitos produtos de investimento, como títulos públicos e privados, fundos ou ações. E curiosamente 4 milhões de pessoas consideram as apostas como investimentos.

Novidade da pesquisa para este ano, o índice que avalia a tendência ao vício em apostas, desenvolvido com base em indicadores internacionais, aponta que das pessoas que usaram as bets em 2024, cerca de 3 milhões (12%) apresentam alta tendência ao vício.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

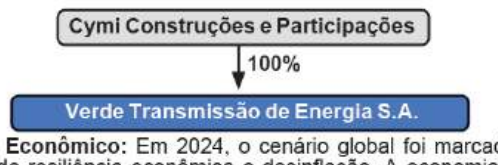
VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 44.323.802/0001-08

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Verde Transmissão de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2024 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico:** A **Verde Transmissão de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de novembro de 2021 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (100%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **Práticas e Regulamentações:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2 Estrutura Societária



2. Ambiente Econômico: Em 2024, o cenário global foi marcado por uma combinação de resiliência econômica e desinflação. A economia americana manteve crescimento robusto, sustentando o otimismo nos mercados financeiros e adiando expectativas de cortes mais agressivos de juros. Nos mercados emergentes, a atividade também se mostrou sólida, a inflação cedeu de forma mais rápida do que o esperado em diversas regiões, embora riscos geopolíticos, como a intensificação das tensões comerciais entre Estados Unidos e China, permaneçam no radar para 2025. No Brasil, o ano foi de crescimento sólido, mas também de aumento das incertezas fiscais. O PIB cresceu 3,4% em 2024, sustentado principalmente pelo setor de indústria, serviços e pelo consumo interno. A inflação, medida pelo IPCA, fechou o ano em 4,83%, acima do limite da meta de inflação definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A taxa Selic, que iniciou o ano em 11,75%, foi elevada ao longo do segundo semestre e terminou 2024 em 12,25%, refletindo o ambiente fiscal mais desafiador e a piora nas expectativas inflacionárias. O câmbio sofreu forte pressão, com o dólar PTAX de Venda iniciando o ano a R$ 4,89 e encerrando o ano cotado a R$ 6,19, uma depreciação de cerca de 27% do real frente à moeda americana. A deterioração fiscal, alimentada por medidas de aumento de gastos, gerou preocupação nos mercados, levando a revisões negativas para a trajetória da dívida pública. As projeções indicam continuidade do desafio fiscal e monetário em 2025. O Relatório Focus de dezembro apontava IPCA de 4,84% para o próximo ano, com a Selic esperada em 14,75%, refletindo o ambiente de maior cautela. Para o PIB, a expectativa de crescimento foi revisada para 2,0%, uma manutenção das projeções do final de 2023, o que demonstra algum grau de otimismo, mesmo diante de um cenário macroeconômico e político que inspira atenção. **3. Ambiente Regulatório:** O panorama regulatório brasileiro ainda não passou por reformas substanciais. No entanto, o avanço da reforma tributária, aprovada pelo Congresso no final de 2023 e com implementação gradual a partir de 2026, tem gerado discussões sobre a necessidade de ajustar os modelos financeiros e econômicos para o futuro. No contexto regulatório de 2024, notadamente no setor de transmissão de energia, a receita no Brasil se origina de leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, supervisionados pela Agência Reguladora (ANEEL). Este setor opera dentro de um marco regulatório completo e robusto, garantindo revisões e reajustes tarifários periódicos, conduzidos pela ANEEL. Esses ajustes ocorrem anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além das revisões tarifárias a cada cinco anos das receitas aprovadas respectivas a cada leilão realizado. Nesse cenário, as transmissoras de energia elétrica têm estabilidade na geração de caixa e margem positiva. O segmento de transmissão de energia é considerado de baixo risco, pois sua receita está vinculada à disponibilidade operacional dos ativos. Já no contexto da indústria de energia elétrica, esta está passando por mudanças significativas tanto no Brasil quanto globalmente. O avanço contínuo das soluções tecnológicas está impulsionando a crescente demanda por energia renovável aliada à transição energética, assim, promovendo uma matriz energética mais sustentável. A previsão mais recente para o crescimento da carga de energia elétrica no Brasil, conforme divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), indica um aumento médio anual de 3,4% entre 2024 e 2028. Para o ano de 2024, a expectativa é de um crescimento de 4,0%, alcançando 78.978 megawatts (MW) médios. Ao final de 2028, projeta-se que a carga atinja 89.754 MW médios. Essas projeções consideram fatores como a integração de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e os efeitos da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), refletindo as tendências de crescimento econômico, avanços tecnológicos e mudanças no perfil de consumo energético do país. **4. Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: • LT 500 kV Buritizeiro 3-São Gonçalo do Pará, C1, CS; • LT 500 kV Buritizeiro 3- São Gotardo 2, C1 e C2, CD; • LT 500 kV Pirapora 2- Buritizeiro 3, C1, e C2, CD; • LT 500 kV Jaguara-Estreito, C2, CS; • LT 500 kV Presidente Juscelino- Vespasiano 2, C1 e C2, CD; • LT 500 kV Itabirito 2-Santos Dumont 2, C1, CS; • SE 500/345 kV Santos Dumont 2- novo pátio LT 500 kV e transformação 500/345 kV; • SE 500/345 kV Buritizeiro 3; • Trechos de LT 345 kV entre a SE Buritizeiro 3 e a LT 345 kV Pirapora 2-Várzea de Palma C1; • Trechos de LT 500 kV entre a SE São Gonçalo do Pará e a LT 500 kV Bom despacho 3-Ouro Preto 2, C1; e • Transferência do reator manobrável do terminal Bom Despacho 3 referente à LT 500 kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 C1 para a barra de 500 kV da SE São Gonçalo do Pará e (2) a execução de outras atividades afins ou correlatas à implantação e operação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, tais como investimentos em reforços, mas desde que não expressamente vedadas pelo Contrato de Concessão. **5. Desempenho Econômico-Financeiro:** O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. **6. Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2024 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. A alta Administração da Companhia é assessorada pelo Acionista Controlador e Diretoria que de acordo com o seu Estatuto Social é constituída por 3 (três) membros com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. **7. Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8. Auditores Independentes:** A Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9. Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**221.076**	327.894
Instrumentos financeiros derivativos	17.1	**75.914**	2.840
Impostos a recuperar	6	**12.496**	1.788
		309.486	332.522
Não circulante			
Ativo de contrato	7	**1.767.195**	378.199
		1.767.195	378.199
Total do ativo		**2.076.681**	710.721
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	**349.739**	145.461
Partes relacionadas	9	**141.303**	27.490
Empréstimos e financiamentos	10	**1.220.805**	409.903
Dividendos a pagar	12.b	**25.981**	5.163
Instrumentos financeiros derivativos	17	**11.114**	60.461
Outros passivos		**699**	244
		1.749.641	648.722
Não circulante			
Pis e COFINS diferidos	11.1	**163.465**	34.983
IRPJ e CSLL diferidos	11.2	**64.447**	10.993
		227.912	45.976
Patrimônio líquido			
Capital social	12	**1**	1
Reserva de lucros		**99.127**	16.022
		99.128	16.023
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.076.681**	710.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	13	**1.260.514**	328.636
Custo	14	**(1.104.445)**	(295.753)
Lucro bruto		**156.069**	32.883
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		**(232)**	(201)
		(232)	(201)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**155.837**	32.682
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		**173.327**	7.022
Despesas financeiras		**(171.787)**	(8.336)
		1.540	(1.314)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**157.377**	31.368
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	**(53.454)**	(10.718)
Lucro líquido do exercício		**103.923**	20.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**103.923**	20.650
Total do resultado abrangente do exercício	**103.923**	20.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	12	1	27	381	-	409
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.650	20.650
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios 2023		-	-	127	-	127
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(5.163)	(5.163)
Reserva de lucros a realizar		-	-	15.487	(15.487)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12	1	27	15.995	-	16.023
Lucro líquido do exercício		-	-	-	103.923	103.923
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios 2024		-	-	5.163	-	5.163
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		-	(27)	27	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(25.981)	(25.981)
Reserva de lucros a realizar		-	-	77.942	(77.942)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12	1	-	99.127	-	99.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**157.377**	31.367
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Receita de construção - Ativo de contrato	**(1.302.875)**	(348.890)
Receita de remuneração do ativo de contrato	**(86.121)**	(13.243)
Pis e cofins diferidos	**128.482**	33.497
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	**44.312**	7.865
Variação cambial	**124.498**	(5.071)
Instrumentos financeiros derivativos	**(122.420)**	63.817
Provisões de fornecedor	**198.786**	137.305
Resultado ajustado	**(857.961)**	(93.353)
Variações nos ativos e passivos:		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**(10.711)**	(1.692)
Fornecedores	**5.492**	(5)
Partes relacionadas	**113.812**	21.090
Outros passivos	**458**	750
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	(445)
Juros sobre imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	(75)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(748.910)**	(73.730)
Atividades de financiamento		
Captações de Empréstimos e financiamentos	**1.119.633**	405.773
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	**(405.733)**	(40.000)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamento	**(35.723)**	(2.874)
Variação cambial realizada	**(36.085)**	(1.629)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**642.092**	361.270
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(106.818)**	287.540
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**327.894**	40.354
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**221.076**	327.894
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(106.818)**	287.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Verde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), anteriormente denominada CYMI Transmissão de Energia S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de novembro de 2021. A sua sede está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Em 14 de julho de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a alteração da denominação da Companhia para Verde Transmissão de Energia S.A. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia já finalizou a elaboração dos estudos socioambientais, que foram submetidos ao devido órgão ambiental. Alguns estudos protocolados já foram aprovados e os trechos destes se encontram com licença emitida. Para os demais, ainda aguardamos aprovação do órgão ambiental.

Processo	Empreendimento
1806/2023	Seccionamento da LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora 1 C1 CD na SE Santos Dumont 2
1970/2023	LT 500 kV Jaguara – Estreito C2 CS
1977/2023	LT 500 kV Presidente Juscelino - Vespasiano 2 C1 e C2 CD
1969/2023	Seccionamento da LT 345 kV Pirapora 2 – Várzea de Palma C1 na SE Buritizeiro 3
2011/2023	Seccionamento da LT 345 kV Pirapora 2 – Três Marias C1 na SE Buritizeiro 3
N/A	Secc. da LT 500 kV Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2, C1 na SE São Gonçalo do Pará

A companhia não desenvolveu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, atividades não vinculadas a objeto de sua concessão. **1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 06/2022 - ANEEL, datado de 30 de setembro de 2022, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Minas Gerais e São Paulo e compostas pela: • LT 500 kV Buritizeiro 3-São Gonçalo do Pará, C1, CS; • LT 500 kV Buritizeiro 3- São Gotardo 2, C1 e C2, CD; • LT 500 kV Pirapora 2- Buritizeiro 3, C1, e C2, CD; • LT 500 kV Jaguara-Estreito, C2, CS; • LT 500 kV Presidente Juscelino- Vespasiano 2, C1 e C2, CD; • LT 500 kV Itabirito 2-Santos Dumont 2, C1, CS; • SE 500/345 kV Santos Dumont 2- novo pátio LT 500 kV e transformação 500/345 kV; • SE 500/345 kV Buritizeiro 3; • Trechos de LT 345 kV entre a SE Buritizeiro 3 e a LT 345 kV Pirapora 2-Várzea de Palma C1; • Trechos de LT 500 kV entre a SE São Gonçalo do Pará e a LT 500 kV Bom despacho 3-Ouro Preto 2, C1; e • Transferência do reator manobrável do terminal Bom Despacho 3 referente à LT 500 kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 C1 para a barra de 500 kV da SE São Gonçalo do Pará e (2) a execução de outras atividades afins ou correlatas à implantação e operação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, tais como investimentos em reforços, mas desde que não expressamente vedadas pelo Contrato de Concessão. A companhia tem previsão de entrada em operação em 30 de setembro de 2027. O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$283.300, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da Receita Anual Permitida - RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$1.440.155 (R$316.200 em 31 de dezembro de 2023). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A administração entende que não há risco de continuidade da operação, pois os recursos necessários para a manutenção dos negócios serão suportados por aportes dos quotistas controladores. A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela administração em 28 de abril de 2025. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 16 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 7) - critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco (nota explicativa nº 3.3 e nº 17) - valor justo do instrumento financeiro; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 11) - reconhecimento e mensuração. • Provisão para fornecedores (nota explicativa nº 3.7 e nº 8) – reconhecimento e mensuração. • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no dercurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e Equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. *i) Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. *ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. *iii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros ao VJR:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida ao VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de

VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 44.323.802/0001-08

um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de Impairment para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica a partir de sua vigência, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (i) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (ii) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: • Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisões para fornecedores: As provisões são constituídas devido à possibilidade de perdas ou ajustes relacionados a contas a pagar que ainda não foram liquidados ou cujo valor final não está totalmente definido. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Encargos setoriais:** a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c) Ministério de Minas e Energia (MME): Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3.11. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Pronunciamentos novos ou interpretações revisadas aplicados pela primeira vez em 2024:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. **4.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes:** IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	1	1
Bancos	3.453	114
Aplicações financeiras (a)	217.622	327.779
Total - Circulante	221.076	327.894

(a) As aplicações estão representadas por renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 85,0% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

6. Impostos a recuperar	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda (a)	12.423	1.628
Outros	73	160
Total - Circulante	12.496	1.788

(a) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações.

7. Ativo de contrato

2023	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de contrato	2024
378.199	1.302.875	86.121	1.767.195
2022	**Receita de Construção**	**Remuneração do Ativo de contrato**	**2023**
16.066	348.890	13.243	378.199

	2024	2023
Circulante	-	-
Não circulante	1.767.195	378.199
	1.767.195	378.199

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida - RAP - a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo de contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. • Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

8. Fornecedores	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e serviços (i)	5.492	-
Provisões (ii)	344.247	145.461
Total - Circulante	349.739	145.461

(i) Referem-se a serviços e materiais ligados diretamente a obra, cujo os principais valores são para o fornecedor de cabos Brametal. (ii) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. As principais provisões referem-se a cabo condutor do fornecedor Alubar no valor de R$159.219, estruturas metálicas do fornecedor Brametal no valor de R$71.333, reatores do fornecedor Siemens no valor de R$58.340. **9. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo	
Companhias	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Cymi Construções e Participações (i)	52.679	24.140
Cymi do Brasil Projetos e Serviços (i)	83.494	3.350
Cymi Tech (ii)	5.130	-
Total passivo e resultado	141.303	27.490

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construccion*) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia, Cymi Construção e Participações e Cymi do Brasil. (ii) Saldo refere-se ao contrato de serviço de engenharia celebrado entre a Companhia e a Cymi Tech **10. Empréstimos e financiamentos:** a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2024	31/12/2023
Banco Intesa Sanpaolo (*)	USD	31/10/2024	CDI + 1,00%	-	182.701
Banco Intesa Sanpaolo (*)	USD	13/11/2025	CDI + 0,35%	214.044	-
Deutsche Bank	BRL	17/11/2024	CDI + 0,70%	-	187.303
Citibank (*)	USD	07/06/2024	CDI + 1,35%	-	39.899
Citibank (*)	USD	10/07/2025	CDI + 0,45%	256.394	-
Citibank (*)	USD	28/10/2025	CDI + 0,44%	549.064	-
Natixis	BRL	05/12/2025	CDI + 0,35%	201.303	-
Total de empréstimos e financiamentos - Circulante				1.220.805	409.903

(*) Esses empréstimos são denominados em dólar; e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (SWAP) para proteção cambial, conforme descrito na nota 16.1 b) Movimentação em 2024

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2023	Adições	Juros	Variação cambial	Amortização do principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2024
Banco Intesa Sanpaolo	182.701	-	9.285	34.685	(180.733)	(13.123)	(32.815)	-
Banco Intesa Sanpaolo	-	199.633	-	14.411	-	-	-	214.044
Deutsche Bank	187.303	-	19.045	-	(185.000)	(21.348)	-	-
Citibank	39.899	-	1.116	3.507	(40.000)	(1.252)	(3.270)	-
Citibank	-	220.000	7.798	28.596	-	-	-	256.394
Citibank	-	500.000	5.765	43.299	-	-	-	549.064
Natixis	-	200.000	1.303	-	-	-	-	201.303
Total	409.903	1.119.633	44.312	124.498	(405.733)	(35.723)	(36.085)	1.220.805

c) Movimentação em 2023

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Adições	Juros	Variação cambial	Amortização do principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2023
Banco Itaú BBA	45.839	-	345	(2.925)	(40.000)	(1.630)	(1.629)	-
Banco Intesa Sanpaolo	-	180.773	3.838	(1.910)	-	-	-	182.701
Deutsche Bank	-	185.000	2.303	-	-	-	-	187.303
Citibank	-	40.000	1.379	(236)	-	(1.244)	-	39.899
Total	45.839	405.773	7.865	(5.071)	(40.000)	(2.874)	(1.629)	409.903

Banco Intesa SanPaolo: Em 07 de novembro de 2023 a Companhia celebrou junto ao Banco Intesa SanPaolo um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de USD 36.945, com SWAP até o limite de R$180.773, com data de vencimento em 31 de outubro de 2024 e taxa exponencial de 1,00% a.a. Em 31 de outubro de 2024, a Companhia liquidou o contrato de financiamento em sua totalidade. Em 14 de novembro de 2024 a Companhia celebrou junto ao Banco Intesa SanPaolo um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de USD 34.602, com SWAP até o limite de R$199.633, com data de vencimento em 13 de novembro de 2025 e taxa exponencial de 0,34% a.a. Banco Deutsche Bank: Em 22 de novembro de 2023 a Companhia celebrou junto ao Banco Deutsche Bank um contrato de notas comerciais até o limite de R$185.000, com data de vencimento em 17 de novembro de 2024 e taxa exponencial de 0,70% a.a. Os principais "covenants" não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, autorizações necessárias e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de "covenants" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 14 de novembro de 2024 a Companhia liquidou o contrato de notas comerciais em sua totalidade. Banco Citibank: Em 14 de junho de 2023 a Companhia celebrou junto ao Banco Citibank um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de USD 8.214, com SWAP até o limite de R$40.000, com data de vencimento em 07 de junho de 2024 e taxa exponencial de 1,35% a.a. Em 07 de junho de 2024 a Companhia liquidou o contrato de financiamento em sua totalidade. Em 10 de julho de 2024 a Companhia celebrou junto ao Banco um novo contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, no valor de USD 40.136, com SWAP até o limite de R$220.000, com data de vencimento em 30 de junho de 2025 e taxa exponencial de 0,45% a.a. Em 23 de julho de 2024 a Companhia celebrou junto ao Banco um novo contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, no valor de USD 87.738, com SWAP até o limite de R$500.000, com data de vencimento em 28 de outubro de 2025 e taxa exponencial de 0,44% a.a., sendo seu desembolso realizado em 30 de outubro de 2024. Natixis: Em 10 de dezembro de 2024 a Companhia celebrou junto ao Banco Natixis um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, no valor de R$200.000, com vencimento em 05 de dezembro de 2025 e taxa exponencial de 0,35% a.a. **11. Impostos diferidos: 11.1. PIS e COFINS diferidos:** O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o Ativo contratual de concessão e registrado conforme competência contábil. Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

	31/12/2024	Movimentação	31/12/2023
PIS diferido	29.158	22.918	6.240
COFINS diferido	134.307	105.564	28.743
Total	163.465	128.482	34.983

11.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2024	Movimentação	31/12/2023
Ativo/passivo			
Prejuízo fiscal/Base negativa	(54.330)	(52.618)	(1.712)
Lucro diferido da construção	16.910	12.500	4.410
Receita de ativo financeiro/AVP	29.705	25.707	3.998
Hedge	41.470	41.470	-
Ajuste IFRS 15/CPC 47	30.692	26.395	4.297
Total não circulante	64.447	53.454	10.993

VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 44.323.802/0001-08

	31/12/2024	31/12/2023
Detalhamento do não circulante		
Ativo	**(54.330)**	(1.712)
Passivo	**118.777**	12.705
Total ativo/passivo diferidos	**64.447**	10.993

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de um ano.

Períodos	31/12/2024
2026	8.886
2027	11.939
2028	12.692
2029	13.247
Demais anos	**7.566**
	54.330

12. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e totalmente integralizado da companhia é de R$1.000 representado em 1.000 ações ordinárias nominativa e sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
Quotistas	**Qnt. ações**	**%**	**Valor (em reais)**	**Qnt. ações**	**%**	**Valor (em reais)**
Cymi Construções e Participações S.A.	**1.000**	**100%**	**1.000**	1.000	100%	1.000
Total	**1.000**	**100%**	**1.000**	1.000	100%	1.000

b) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de abril de 2024 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, os acionistas renunciaram aos dividendos mínimos obrigatórios referentes a destinação dos resultados de 2023, no montante de R$5.163.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**103.923**	20.650
(-) Reserva legal	**-**	-
Lucro ajustado	**103.923**	20.650
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**25.981**	5.163

c) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de lucros a realizar: A Reserva de lucros a realizar, constituída em anos anteriores, ao invés de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. A Companhia constituiu o montante de R$77.942 em 2024 (R$15.487 em 2023). **13. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção - Ativo de contrato	**1.302.875**	348.890
Remuneração do ativo de contrato	**86.121**	13.243
Receita operacional bruta	**1.388.996**	362.133
(-) PIS e COFINS	**(128.482)**	(33.497)
Receita operacional líquida	**1.260.514**	328.636
	31/12/2024	**31/12/2023**
Receita de construção	**1.302.875**	348.890
Custo de construção	**(1.104.445)**	(295.753)
Total Margem de construção	**198.430**	53.137
Margem percebida (%)	**15%**	15%

14. Custos: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2024:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de construção	**(1.104.445)**	(295.753)
Total custo	**(1.104.445)**	(295.753)

15. Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	**173.327**	7.022
Receita de aplicações financeiras	**21.562**	7.022
Receita de Hedge	**151.663**	-
Atualização Selic	**107**	-
(-) Pis e Cofins	**(5)**	-
Despesas financeiras	**(171.787)**	(8.336)
Juros de empréstimos e financiamentos	**(44.312)**	(8.336)
Variação cambial	**(124.498)**	-
Outras despesas financeiras	**(2.977)**	-
Resultado financeiro líquido	**1.540**	(1.314)

16. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	**157.377**	31.368
Alíquota vigente	**34%**	34%
Despesa de IR e CSLL calculada	**(53.508)**	(10.665)
Despesa de IR e CS	**(53.508)**	(10.665)
Outros	**54**	(53)
Total dos tributos diferidos	**(53.454)**	(10.718)
Despesa total com tributos	**(53.454)**	(10.718)
Alíquota efetiva	**34%**	34%

17. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. *i) Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	**221.076**	327.894
Ativo de contrato (nota 7)	**1.767.195**	378.199
Instrumentos financeiros (nota 3.3 e 17)	**75.914**	2.840
	2.064.185	708.933

Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. *Ativo de contrato* - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. *ii) Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	**217.622**	327.779
Instrumentos financeiros derivativos	**75.914**	2.840
Passivos financeiros		
Financiamento e empréstimos	**1.220.805**	409.903
Instrumentos financeiros derivativos	**11.114**	60.461
Fornecedores	**349.739**	145.461
Partes relacionadas	**141.303**	27.490

iii) Riscos de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2024. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

		Fluxo de caixas contratuais		
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	**349.739**	**349.739**	**-**	**-**
Partes relacionadas	**141.303**	**141.303**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**1.220.805**	**1.220.805**	**-**	**-**
Total	**1.711.847**	**1.711.847**	**-**	**-**

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e finaciamentos	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio de resultado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Fornecedores - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

		31/12/2024		31/12/2023	
Descritivo		**Valor contábil**	**Valor Justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes)	**Nível 2**	**217.622**	**217.622**	327.894	327.894
Instrumentos financeiros	**Nível 2**	**75.914**	**75.914**	2.840	2.840
Total		**293.536**	**293.536**	330.734	330.734

		31/12/2024		31/12/2023	
Descritivo		**Valor contábil**	**Valor Justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Empréstimos e financiamentos	**Nível 2**	**1.220.805**	**1.220.805**	409.903	409.903
Instrumentos financeiros	**Nível 2**	**11.114**	**11.114**	60.461	60.461
Fornecedores	**Nível 2**	**349.739**	**349.739**	145.461	145.461
Partes relacionadas	**Nível 2**	**141.303**	**141.303**	27.490	27.490
Total		**1.722.961**	**1.722.961**	643.315	643.315

17.1. Instrumentos financeiros derivativos: Conforme citado anteriormente, a Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como hedges, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes derivativos em aberto:

Derivativo	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (*notional*) - R$ 2024	Valor justo ativo (R$) 2024	Valor de referência (*notional*) - R$ 2023	Valor justo ativo (R$) 2023
SWAP Intesa SanPaolo	06/11/2023	31/10/2024	-	**2.222**	-	2.840
SWAP Intesa SanPaolo	14/11/2024	13/11/2025	-	**(11.114)**	-	-
SWAP Citibank	14/12/2023	14/03/2024	-	**-**	-	(370)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/07/2024	-	**-**	-	(3.411)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/07/2024	-	**-**	-	(2.719)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/08/2024	-	**-**	-	(3.425)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/08/2024	-	**-**	-	(2.663)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/09/2024	-	**-**	-	(3.445)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/09/2024	-	**-**	-	(2.622)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/10/2024	-	**-**	-	(3.461)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/10/2024	-	**-**	-	(2.579)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/11/2024	-	**-**	-	(2.531)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/11/2024	-	**-**	-	(3.473)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	**-**	-	(3.486)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	**-**	-	(2.500)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/01/2025	-	**1.077**	-	(3.498)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/01/2025	-	**2.347**	-	(2.466)
SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	**2.405**	-	(2.434)
SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	**1.067**	-	(3.518)
SWAP Citibank	11/10/2022	27/02/2025	-	**2.446**	-	(2.402)
SWAP Citibank	11/10/2022	27/02/2025	-	**1.089**	-	(3.535)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	**2.466**	-	(2.370)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	**1.120**	-	(3.553)
Citibank	10/07/2024	10/07/2025	-	**24.511**	-	-
Citibank	30/10/2024	28/10/2025	-	**35.164**	-	-
Total				**64.800**		(57.621)

18. Seguros

Riscos	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio
Fiel cumprimento (*)	29/09/2022-29/12/2027	184.094	967

(*) A garantia de Fiel Cumprimento é um Seguro Garantia tendo Verde Transmissora de Energia S.A. como tomadora da apólice e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurado. A garantia tem como fundamento o Edital 01/2022 da ANEEL que prevê que com a assinatura do Contrato de Concessão entre a Concessionária e ANEEL será apresentado a garantia de Fiel Cumprimento no valor correspondente à 5% do investimento previsto pela ANEEL. **19. Eventos subsequentes:** Desembolso Crédito Ponte - No dia 13 de janeiro de 2025 a Companhia celebrou junto ao Banco Intesa SanPaolo um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de USD 34.602, com SWAP até o limite de R$210.713, com data de vencimento em 13 de novembro de 2025 e taxa exponencial de 0,34% a.a. Desembolso Crédito Ponte - No dia 13 de janeiro de 2025 a Companhia celebrou junto ao Banco Natixis um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, no valor de R$200.000, com data de vencimento em 05 de dezembro de 2025 e taxa exponencial de 0,35% a.a.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira **Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Verde Transmissão de Energia S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F

Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

publicidade@diariodoacionista.com.br

Tels.: (21) 99122-4278 (11) 2655-1899

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.184.487/0001-04

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Pampa Transmissão de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis regulatórias relativo ao exercício de 2024 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico :** A **Pampa Transmissão de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de dezembro de 2018 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (50%) e Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **Práticas e Regulamentações:** As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.2 Estrutura Societária**



2. Ambiente Econômico: Em 2024, o cenário global foi marcado por uma combinação de resiliência econômica e desinflação. A economia americana manteve crescimento robusto, sustentando o otimismo nos mercados financeiros e adiando expectativas de cortes mais agressivos de juros. Nos mercados emergentes, a atividade também se mostrou sólida, a inflação cedeu de forma mais rápida do que o esperado em diversas regiões, embora riscos geopolíticos, como a intensificação das tensões comerciais entre Estados Unidos e China, permaneçam no radar para 2025. No Brasil, o ano foi de crescimento sólido, mas também de aumento das incertezas fiscais. O PIB cresceu 3,4% em 2024, sustentado principalmente pelo setor de indústria, serviços e pelo consumo interno. A inflação, medida pelo IPCA, fechou o ano em 4,83%, acima do limite da meta de inflação definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A taxa Selic, que iniciou o ano em 11,75%, foi elevada ao longo do segundo semestre e terminou 2024 em 12,25%, refletindo o ambiente fiscal mais desafiador e a piora nas expectativas inflacionárias. O câmbio sofreu forte pressão, com o dólar PTAX de Venda iniciando o ano a R$ 4,89 e encerrando o ano cotado a R$ 6,19, uma depreciação de cerca de 27% do real frente à moeda americana. A deterioração fiscal, alimentada por medidas de aumento de gastos, gerou preocupação nos mercados, levando a revisões negativas para a trajetória da dívida pública. As projeções indicam continuidade do desafio fiscal e monetário em 2025. O Relatório Focus de dezembro apontava IPCA de 4,84% para o próximo ano, com a Selic esperada em 14,75%, refletindo o ambiente de maior cautela. Para o PIB, a expectativa de crescimento foi revisada para 2,0%, uma manutenção das projeções do final de 2023, o que demonstra algum grau de otimismo, mesmo diante de um cenário macroeconômico e político que inspira atenção. **3. Ambiente Regulatório:** O panorama regulatório brasileiro ainda não passou por reformas substanciais. No entanto, o avanço da reforma tributária, aprovada pelo Congresso no final de 2023 e com implementação gradual a partir de 2026, tem gerado discussões sobre a necessidade de ajustar os modelos financeiros e econômicos para o futuro. No contexto regulatório de 2024, notadamente no setor de transmissão de energia, a receita no Brasil se origina de leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, supervisionados pela Agência Reguladora (ANEEL). Este setor opera dentro de um marco regulatório completo e robusto, garantindo revisões e reajustes tarifários periódicos, conduzidos pela ANEEL. Esses ajustes ocorrem anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além das revisões tarifárias a cada cinco anos das receitas aprovadas respectivas a cada leilão realizado. Nesse cenário, as transmissoras de energia elétrica têm estabilidade na geração de caixa e margem positiva. O segmento de transmissão de energia é considerado de baixo risco, pois sua receita está vinculada à disponibilidade operacional dos ativos. Já no contexto da indústria de energia elétrica, esta está passando por mudanças significativas tanto no Brasil quanto globalmente. O avanço contínuo das soluções tecnológicas está impulsionando a crescente demanda por energia renovável aliada à transição energética, assim, promovendo uma matriz energética mais sustentável. A previsão mais recente para o crescimento da carga de energia elétrica no Brasil, conforme divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), indica um aumento médio anual de 3,4% entre 2024 e 2028. Para o ano de 2024, a expectativa é de um crescimento de 4,0%, alcançando 78.978 megawatts (MW) médios. Ao final de 2028, projeta-se que a carga atinja 89.754 MW médios. Essas projeções consideram fatores como a integração de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e os efeitos da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), refletindo as tendências de crescimento econômico, avanços tecnológicos e mudanças no perfil de consumo energético do país. **4. Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: • Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km; • Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km; • Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65km; • Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA); e • Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; **5. Desempenho Econômico-Financeiro:** desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e notas explicativas. **6. Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2024 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores, Diretoria que de acordo com o seu Estatuto Social é constituída por 2 (dois) membros com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos e pelo Conselho de Administração, que é composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses. **7. Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8. Auditores Independentes:** A Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9. Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. **A Administração.**

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**52.004**	113.275
Contas vinculadas	5.1	**14.666**	17.327
Concessionárias e permissionárias	6	**11.720**	5.305
Impostos a recuperar	7	**12.813**	16.923
Ativo de contrato	8	**22.783**	29.047
Outros ativos circulantes		**298**	434
Total do ativo circulante		**114.284**	182.311
Não circulante			
Contas vinculadas	5.1	**17.324**	-
Ativo de contrato	8	**1.480.818**	1.521.419
Total do ativo não circulante		**1.498.142**	1.521.419
Total do ativo		**1.612.426**	1.703.730
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	**63.280**	5.081
Debêntures	11	**68.284**	67.310
Impostos a recolher		**1.063**	1.757
Partes relacionadas	10	**1.457**	53.967
Dividendos a pagar	13.c	**-**	11.633
Outros passivos		**1.013**	476
Total do passivo circulante		**135.097**	140.224
Não circulante			
Fornecedores	9	**162**	495
Debêntures	11	**767.095**	748.895
PIS e COFINS diferidos	12.1	**138.912**	143.246
IRPJ e CSLL diferidos	12.2	**81.452**	118.633
Outros Passivos		**38**	-
Total do passivo não circulante		**987.659**	1.011.269
Patrimônio líquido	13		
Capital social		**220.236**	220.236
Reserva de lucros		**269.434**	332.001
Total do patrimônio líquido		**489.670**	552.237
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.612.426**	1.703.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	14	**40.700**	405.563
Custo	15	**(3.229)**	(207.496)
Lucro bruto		**37.471**	198.067
Despesas operacionais	15		
Gerais e administrativas		**(62.532)**	(32.785)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**(25.061)**	165.282
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		**8.147**	17.159
Despesas financeiras		**(94.492)**	(107.130)
		(86.345)	(89.971)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**(111.406)**	75.311
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	**37.206**	(26.328)
Prejuízo líquido do exercício		**(74.200)**	48.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**(74.200)**	48.983
Total de resultados abrangentes	**(74.200)**	48.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(111.406)**	75.310
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa utilizado nas atividades operacionais:		
Receita de construção - ativo de contrato	**-**	(335.399)
Receita de remuneração - ativo de contrato	**(121.330)**	(111.086)
Receita de Operação e manutenção - ativo de contrato	**(4.366)**	(672)
Outras receitas	**79.612**	-
Pis e cofins diferidos	**(4.334)**	38.734
Juros e atualização monetária sobre dívidas financeiras	**91.500**	63.200
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	(1.658)
Custo de transação	**665**	320
Variação cambial	**-**	(14.790)
Provisão para perda de créditos esperadas	**567**	383
Provisão de fornecedor	**58.654**	1.463
Provisão de contingências	**32**	(12)
Resultado ajustado	**(10.406)**	(284.207)
Variações nos ativos e passivos:		
Ativo de contrato	**92.949**	26.564
Concessionárias e permissionárias	**(6.982)**	(5.688)
Partes relacionadas	**(52.510)**	23.496
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**4.110**	(11.922)
Outros ativos	**135**	(225)
Fornecedores	**(788)**	(457)
Tributos e contribuições sociais a recolher	**(694)**	3.692
Outros passivos	**569**	120
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	(5.574)
Juros sobre imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	(1.817)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	26.383	(256.018)
Atividades de investimentos		
Contas bancárias vinculadas	**(14.663)**	(17.327)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades investimentos	**(14.663)**	(17.327)
Atividades de financiamento		
Aporte de capital	**-**	73.750
Captações de financiamento	**-**	596.999
Adição de custo de transação	**(5.438)**	(5.984)
Pagamentos de principal de debêntures	**(16.943)**	(475.000)
Pagamentos de juros de debêntures	**(50.610)**	(22.377)
Variação cambial realizada	**-**	17.238
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	**(72.991)**	184.626
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(61.271)	(88.719)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**113.275**	201.994
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**52.004**	113.275
Aumento (Redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(61.271)	(88.719)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva de lucros - Reserva de lucro a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de dezembro de 2023		146.486	8.058	249.729	-	404.273
Integralização de capital		73.750	-	-	-	73.750
Lucro líquido do exercício		-	-	36.864	-	36.864
Destinação de lucros a:		-	-	-	48.983	48.983
Reserva legal						
Dividendos mínimos obrigatórios		-	2.449	-	(2.449)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	(11.633)	(11.633)
		-	-	34.901	(34.901)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13	220.236	10.507	321.494	-	552.237
Integralização de capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Reversão dos dividendos mínimos 2024		**-**	**-**	**11.633**	**-**	**11.633**
Prejuízo do exercício		**-**	**-**	**-**	**(74.200)**	**(74.200)**
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Absorção do prejuízo do período		**-**	**-**	**(74.200)**	**74.200**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13	**220.236**	**10.507**	**258.927**	**-**	**489.670**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de novembro de 2018, está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

PROCESSO DE LICENCIAMENTO - FEPAM - OPERAÇÃO	PROJETO PAMPA	LICENÇAS	Data de Emissão	Data de Validade
9685-05.67/21.6	LT 230 kV Capivari do Sul - Viamão 3	LOER 159/2025	10/01/2025	24/03/2028
		LIER 107/2022	25/05/2022	14/08/2023
11427-05.67/22.1	LT 525 kV Capivari do Sul - Gravataí	LOER 1813/2023	16/06/2023	22/06/2028
		LIER 209/2022	29/09/2022	17/12/2026
10747-05.67/23.1	LT 525 kV Capivari do Sul - Guaíba 3	LOER 1448/2024	22/04/2024	22/04/2029
		LIER 104/2023	07/06/2023	17/03/2028
3833-05.67/22.2	SE Capivari do Sul	LO 4457/2022	28/12/2022	28/12/2027
		LPI 43/2022	14/03/2022	14/03/2027
3860-05.67/22.1	Ampliação da SE Viamão 3	LO 892/2023	23/03/2023	23/03/2028
		LPI 241/2022	29/11/2022	29/11/2027
914-05.67/23.6	Ampliação 'H' da SE Gravataí	LO 782/2023	15/03/2023	16/03/2028
		LPI 184/2022	23/09/2022	17/08/2025
4787-05.67/23.1	Ampliação da SE Guaíba 3 (Setor Pampa)	LO 2272/2023	31/07/2023	30/06/2028
		LPI 167/2020	20/08/2020	21/08/2025
2936-05.67/22.1	LU - DIAGRO/ HERBICIDA	LU 1734/2023	17/07/2023	13/05/2027

LIER: Licença de Instalação EIA/RIMA (já com ASV e Autorização de Fauna/CCTMB inclusas); LI: Licença de Instalação (já com ASV e Autorização de Fauna/CCTMB inclusas); LPI: Licença Prévia e de Instalação (já com ASV e Autorização de Fauna/CCTMB inclusas); LPIA: Licença Prévia de Instalação para alteração; AUTGER: Autorização Geral; LU: Licença Única. **1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 13/2019 - ANEEL, datado de 22 de março de 2019, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Rio Grande do Sul: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km; (ii) Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km; (iii) Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65 km; (iv) Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA); (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Em 02 de maio de 2024 foi energizada a última parte do projeto, a LT 525kV Capivari do Sul - Guaíba 3. O projeto teve 100% de Termos de Liberação Definitivos (TLDs) emitidos em 24 de junho de 2024. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **1.2. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R$74.721, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de recebimento de 2024/2025 é o valor de R$101.589 **1.3. Encargos regulamentares:** Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$22.099. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A administração entende que não há risco de continuidade da operação, pois os recursos necessários para a manutenção dos negócios serão suportados por aportes dos quotistas controladores. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 15 de abril de 2025. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 8) - critério de apuração e remuneração do ativo contrato; • Provisões de PECLD (nota explicativa nº 3.7 e nº 6) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade de não reconhecimento de recursos; • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco (nota explicativa nº 3.3 e nº 18) - valor justo do instrumento financeiro; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 12) - reconhecimento e mensuração; • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 20) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. i) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros ao VJR:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida ao VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utili-

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.184.487/0001-04

zando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de Impairment para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 4 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que foram observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: • Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. • Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da Demonstrações dos resultados do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos **que** reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisões para PECLD: A Provisão para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) refere-se à estimativa de perdas com créditos que, no momento da elaboração das demonstrações financeiras, apresentam riscos de inadimplência, com base em uma análise da carteira de clientes e das condições econômicas e de mercado. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **3.11. Dividendos a pagar:** Os dividendos aprovados são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras do exercício, com base no estatuto social da Companhia e deliberações tomadas pelos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que estes são devidamente aprovados pelos acionistas. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Normas e interpretações vigentes em 1° de janeiro de 2024:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. **4.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes:** IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários a vista	**11.303**	1.279
Aplicações financeiras (a)	**40.701**	**111.996**
	52.004	113.275

(a) As aplicações estão representadas por renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 85% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um baixo risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas do balanço, que não excedem o seu valor justo. **5.1. Contas bancárias vinculadas:** Refere-se a conta vinculada ao financiamento. A receita da companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário, conforme regra contratual. No longo prazo são apresentadas as contas reserva constituídas, de acordo com o instrumento particular das escrituras de 1ª e 2ª emissões de debentures e devem ser mantidas até o vencimento.

	31/12/2024	31/12/2023
Conta corrente vinculada	**14.666**	17.327
Aplicação financeira vinculada	**17.324**	-
Total	**31.990**	17.327

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	**14.666**	17.327
Não circulante	**17.324**	-

6. Concessionárias e permissionárias	2024	2023
Concessionárias e permissionárias	**12.670**	5.688
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(950)**	(383)
	11.720	5.305

	2024	2023
Títulos a vencer	**10.519**	5.219
Títulos vencidos em até 30 dias	**294**	16
Títulos vencidos de 31 a 120 dias	**810**	400
Títulos vencidos de 121 a 180 dias	**121**	53
Títulos vencidos a mais de 181 dias	**926**	-
	12.670	5.688

A Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Foram provisionados valores para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa de agentes inadimplentes com mais de 180 dias e valores que foram questionados judicialmente, por alguns agentes do sistema, com débitos faturados considerados indevidos.

7. Impostos a recuperar	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social (a)	**12.780**	16.890
ISS	33	33
	12.813	16.923

(a) O saldo é referente aos valores de saldo negativo e sua atualização monetária.

8. Ativo de contrato

Saldo em 31/12/2023	Receita de construção	Remuneração do ativo de contrato	Receita de O&M	Outras receitas (ii)	Recebimentos	Saldo em 31/12/2024
1.550.466	-	**121.330**	**4.366**	**(79.612)**	**(92.949)**	**1.503.601**

Saldo em 31/12/2022	Receita de construção (i)	Remuneração do ativo de contrato	Receita de O&M	Outras receitas	Recebimentos	Saldo em 31/12/2023
1.129.873	**335.399**	**111.086**	**672**	-	**(26.564)**	**1.550.466**

(i) Em 2023, a Companhia revisou as premissas em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste negativo de R$39.821 em receita de construção e R$4.059 de pis e cofins e um ajuste positivo de R$27.046 em custo de construção com contrapartida em resultado financeiro. (ii) Em 2024, a Companhia revisou as premissas em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste negativo de R$79.612 em outras receitas.

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	**28.438**	29.047
Não circulante	**1.475.163**	1.521.419
	1.503.601	1.550.466

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida - RAP - a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo de contrato indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. • Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

9. Fornecedores	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e serviços	**503**	1.291
Provisões	**62.939**	4.285
	63.442	5.576

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - circulante	**341**	796
Provisões – circulante (i)	**62.939**	4.285
Fornecedores - não circulante (ii)	**162**	495
	63.442	5.576

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. As principais provisões referem-se à compensação ambiental R$ 20.326 e fundiário R$39.150. (ii) Valores referentes as retenções contratuais com fornecedores no percentual de 10%. Os valores retidos são pagos ao final do contrato. **10. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo	
Empresas	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Cymi Construções e Participações (i)	**991**	52.443
Cymi do Brasil Projetos e Serviços (i)	**-**	439
Cymi Tech (ii)	**-**	851
Cymi O&M (iii)	**466**	234
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.457**	53.967

	Passivo	
Companhias	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Cymi O&M (a)	**3.229**	764
Cymi O&M (b)	**1.799**	470
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.028**	1.234

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações e Cymi do Brasil. (ii) Refere-se a Cymi Tech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia. (iii) Refere-se ao saldo a pagar à Cymi O&M Ltda, empresa do grupo responsável pelos serviços segregados entre: (a) Saldo refere-se aos serviços de Operação e manutenção para as instalações da Companhia com a troca de controle as transações os valores não são mais partes relacionadas; (b) Saldo refere-se aos serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

11. Debêntures: a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros contratual	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures 1ª emissão	BRL	15/09/2046	IPCA + 6,15%	**716.045**	683.052
Debêntures 2ª emissão	BRL	15/03/2033	IPCA + 6,88%	**134.344**	143.390
(-) Custo de captação				**(15.010)**	(10.237)
Total de Debêntures				**835.379**	816.205
Circulante				**68.284**	67.310
Não circulante				**767.095**	748.895
				835.379	816.205

b) Movimentação em 2024

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2023	Adições	Juros e Atualização Monetária	Variação cambial	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2024
Debêntures 1ª emissão	683.052	-	**75.561**	-	-	**(1.036)**	**(41.532)**	-	**716.045**
Debêntures 2ª emissão	143.390	-	**15.939**	-	-	**(15.907)**	**(9.078)**	-	**134.344**
Custos de transação	(10.237)	**(5.438)**	-	-	**665**	-	-	-	**(15.010)**
Total	816.205	**(5.438)**	**91.500**	-	**665**	**(16.943)**	**(50.610)**		**835.379**

c) Movimentação em 2023

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Adições	Juros e Atualização Monetária	Variação cambial	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2023
Intesa Sanpaolo	82.435	-	3.539	-	-	(75.000)	(10.974)	-	-
Scotiabank	98.422	-	3.837	(3.083)	-	(100.000)	(3.997)	4.821	-
Citibank	99.549	-	4.611	(3.831)	-	(100.000)	(4.870)	4.541	-
Banco Itaú	-	200.000	2.536	(7.876)	-	(200.000)	(2.536)	7.876	-
Debêntures 1ª emissão	380.766	256.999	45.287	-	-	-	-	-	683.052
Debêntures 2ª emissão	-	140.000	3.390	-	-	-	-	-	143.390
Custos de transação	(4.573)	(5.984)	-	-	320	-	-	-	(10.237)
Total	656.599	591.015	63.200	(14.790)	320	(475.000)	(22.377)	17.238	816.205

Debêntures: No dia 17 de novembro de 2022, a Companhia celebrou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo como banco coordenador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos captados por meio desta emissão visam ser integralmente utilizados para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada, as debêntures terão prazo de vencimento de 285 meses e 28 dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2046. As amortizações de juros remuneratórios e principais ocorrerão semestralmente, cujo primeiro pagamento está previsto para 15 de março de 2024. O contrato prevê juros remuneratórios sob a taxa de IPCA + 6,15%, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. O valor somado de todas as integralizações não excederá R$636.000. No dia 15 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu a primeira integralização de debêntures no montante de R$379.000. No dia 30 de agosto de 2023, a Companhia recebeu a segunda integra lização de debentures simples no montante de R$92.000. No dia 07 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu a terceira integralização de debentures simples no montante de R$117.000. No dia 28 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu a quarta integralização de debentures simples no montante de R$48.000. No dia 14 de setembro de 2023, a Companhia celebrou sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo como bancos coordenadores o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e KINEA Investimentos. Os recursos captados por meio desta emissão visam ser integralmente utilizados para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada, as debêntures terão prazo de vencimento de 114 meses e 01 dia contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2033. As amortizações de juros remuneratórios e principais ocorrerão semestralmente. O contrato prevê juros remuneratórios sob

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.184.487/0001-04

a taxa de IPCA + 6,88%, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. O valor somado de todas as integralizações não excederá R$140.000. No dia 29 de setembro de 2023, a Companhia recebeu a primeira integralização de debêntures simples no montante de R$100.000 referente ao valor total do KINEA. No dia 04 de outubro de 2023, a Companhia recebeu a segunda integralização de debentures simples no montante de R$40.000 referente ao valor total do BNDES. As escrituras de debentures possuem cláusulas restritivas *"covenants"* financeiras de vencimento antecipado (índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD), sendo válidas a partir de 31 de dezembro de 2024. A Companhia não cumpriu com a cláusula 11.1, item (i) e subitem (a) do contrato de debêntures 1ª emissão firmado em 17 de dezembro de 2022 e a cláusula 10.1, item (i) e subitem (a) do contrato de debêntures 2ª emissão firmado em 14 de setembro de 2023, que consistia na emissão das demonstrações financeiras em até 90 dias do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Tal descumprimento não desencadeou vencimento antecipado automático das dívidas, visto que as referidas demonstrações financeiras estão sendo emitidas 105 dias após o seu cumprimento, estando, portanto, dentro do prazo de cura estabelecido em contrato. Os principais *"covenants"* não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de *"covenants"* no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	**68.284**	67.183
2026	**68.332**	64.737
2027	**68.142**	64.771
2028	**68.664**	65.275
Após 2028	**576.967**	564.475
Total dívida	**850.389**	826.442
(-) Custo de transação a amortizar	**(15.010)**	(10.237)
Total das obrigações	**835.379**	816.205

12. Impostos diferidos: 12.1. PIS e COFINS diferidos: O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o Ativo contratual de concessão e registrado conforme competência contábil. Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

	Saldo em 31/12/2024	Movimentação	Saldo em 31/12/2023
PIS diferido	**24.779**	**(773)**	25.552
COFINS diferido	**114.133**	**(3.561)**	117.694
Total	**138.912**	**(4.334)**	143.246

12.2. IRPJ e CSLL diferidos	Saldo em 31/12/2024	Movimentação	Saldo em 31/12/2023
Ativo/passivo			
Prejuízo fiscal/Base negativa	**(55.223)**	(9.993)	(45.230)
Ajuste CPC 47	**136.675**	(27.188)	163.863
Total não circulante	**81.452**	(37.181)	118.633

	31/12/2024	31/12/2023
Detalhamento do não circulante		
Ativo	**(55.223)**	(45.230)
Passivo	**136.675**	163.863
Total ativo/passivo diferidos	**81.452**	118.633

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros. A Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes conforme abaixo.

Períodos	31/12/2024
2025	**2.742**
2026	**3.986**
2027	**4.508**
2028	**5.247**
2029	**5.586**
Demais anos	**58.686**
	80.755

13. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$220.236 (R$220.236 em 2023), dividido em 220.236 ações ordinárias no valor nominal de R$1,00 cada. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
Quotistas	Qtde. de Ações	%	Valor (em reais)	Qtde. de Ações	%	Valor (em reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	**110.118**	**50%**	**110.118**	110.118	50%	110.118
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	**110.118**	**50%**	**110.118**	110.118	50%	110.118
Total	**220.236**	**100%**	**220.236**	220.236	100%	220.236

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**(74.200)**	48.983
(-) Reserva legal	**-**	(2.449)
Lucro/Prejuizo ajustado	**(74.200)**	46.534
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	(11.633)
Reserva de lucro	**-**	34.901

Em 30 de abril de 2024 em Ata de assembleia geral ordinária e extraordinária, os acionistas renunciaram aos dividendos mínimos obrigatórios referentes à destinação dos resultados de 31 de dezembro de 2023 no montante de R$11.633 que foram destinados a reserva de lucro. d) Reserva de lucros a realizar: A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. **14. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção do ativo de contrato	**-**	335.399
Receita de remuneração do ativo de contrato	**121.330**	111.086
Receita de O&M	**4.366**	672
Outras receitas	**(79.612)**	-
Receita operacional bruta	**46.084**	447.157
(-) PIS e COFINS	**(4.264)**	(41.362)
(-) P&D, FNDCT e MME	**(1.120)**	(232)
Receita operacional líquida	**40.700**	405.563

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção	**-**	335.399
Custo de construção	**-**	(206.732)
Total da margem de construção	**-**	128.667
Margem percebida (%)	**-**	38%

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de O&M	**4.366**	672
Custo de O&M	**(3.229)**	(764)
Total da margem de construção	**1.137**	(92)
Margem percebida (%)	**26%**	(14%)

15. Custo e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2024:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de construção	**-**	(206.732)
Custo de O&M	**(3.229)**	(764)
Total custo	**(3.229)**	(207.496)

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	**(3.183)**	(1.190)
Material	**(25)**	(13)
Serviços de terceiros	**(3.507)**	(1.065)
Aluguéis	**(195)**	(65)
Outras despesas e receitas	**(591)**	(1.043)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(567)**	-
Despesas operacionais	**(54.464)**	(29.409)
Total despesas gerais e administrativas	**(62.532)**	(32.785)

16. Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicação financeira	**7.451**	15.526
Atualização Selic	**993**	1.633
Outras receitas	**15**	-
(-) Pis e Cofins	**(312)**	-
Receita financeira	**8.147**	17.159
Juros de Debêntures	**(91.500)**	(53.315)
(-) Custo de construção - Ajuste CPC 47 (nota 8)	**-**	(27.046)
Variação cambial líquida	**-**	(25.344)
Outras despesas financeiras	**(2.992)**	(1.425)
Despesas financeiras	**(94.492)**	(107.130)
Resultado financeiro líquido	**(86.345)**	(89.971)

17. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/prejuízo societário antes do IRPJ e da CSLL	**(111.406)**	75.311
Alíquota vigente	**34%**	34%
Despesa de IRPJ e CSLL calculada	**37.877**	(25.606)
Outros	**(672)**	(722)
Total - Despesa de IRPJ e CSLL	**37.206**	(26.328)
Aliquota efetiva	**34%**	34%

18. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) *Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**52.004**	113.275
Contas bancárias vinculadas (Nota 5.1)	**31.990**	17.327
Concessionárias e permissionárias (Nota 6)	**11.720**	5.305
Ativo de contrato (Nota 8)	**1.503.601**	1.550.466
	1.599.315	1.686.373

Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. *Ativo de Contrato* - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ii) *Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. *Risco de taxa de juros* - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	**40.701**	111.996
Aplicações financeiras vinculadas	**17.324**	-
Passivos financeiros		
Debêntures (IPCA)	**835.379**	816.205

iii) *Riscos de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2024. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	**63.442**	**63.280**	**162**	**-**
Parte relacionadas	**1.457**	**1.457**	**-**	**-**
Debêntures	**835.379**	**68.284**	**205.138**	**561.957**
Total	**900.278**	**133.021**	**205.300**	**561.957**

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Fornecedores - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

		31/12/2024		31/12/2023	
Descritivo		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes	-	**52.004**	**52.004**	113.275	113.275
Conta corrente vinculada	Nível 2	**14.666**	**14.666**	17.327	17.327
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	**17.324**	**17.324**	-	-
Total		**83.994**	**83.994**	130.602	130.602

		31/12/2024		31/12/2023	
Descritivo		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	Nível 2	**850.410**	**819.980**	826.442	872.453
Total		**850.410**	**819.980**	826.442	872.453

19. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2024 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada (R$ mil)	Prêmio (R$ mil)
Riscos operacionais	11/07/2024 a 11/07/2025	**398.147**	**496**

(*) A garantia de Fiel Cumprimento é um Seguro Garantia tendo Pampa Transmissora de Energia S.A. como tomadora da apólice e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurado. A garantia tem como fundamento o Edital 04/2018 da ANEEL que prevê que com a assinatura do Contrato de Concessão entre a Transmissora e ANEEL será apresentado a garantia de Fiel Cumprimento no valor correspondente à 5% do investimento previsto pela ANEEL. Não houve renovação em 2024. **20. Contingências:** A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que identificaram uma contingência passiva com prognóstico provável de perda que totalizam R$13 em 31 de dezembro de 2024.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira
Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Pampa Transmissão de Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pampa Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional da receber caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$ 1.503.601 mil. O reconhecimento do ativo contratual e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela administração são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2025.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

publicidade@diariodoacionista.com.br

Tels.: (21)
99122-4278

BURITI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 47.290.852/0001-24

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Buriti Transmissão de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2024 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico:** A **Buriti Transmissão de Energia S.A**. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de julho de 2022 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (100%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **Práticas e Regulamentações:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.2 Estrutura Societária**



2. Ambiente Econômico: Em 2024, o cenário global foi marcado por uma combinação de resiliência econômica e desinflação. A economia americana manteve crescimento robusto, sustentando o otimismo nos mercados financeiros e adiando expectativas de cortes mais agressivos de juros. Nos mercados emergentes, a atividade também se mostrou sólida, a inflação cedeu de forma mais rápida do que o esperado em diversas regiões, embora riscos geopolíticos, como a intensificação das tensões comerciais entre Estados Unidos e China, permaneçam no radar para 2025. No Brasil, o ano foi de crescimento sólido, mas também de aumento das incertezas fiscais. O PIB cresceu 3,4% em 2024, sustentado principalmente pelo setor de indústria, serviços e pelo consumo interno. A inflação, medida pelo IPCA, fechou o ano em 4,83%, acima do limite da meta de inflação definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A taxa Selic, que iniciou o ano em 11,75%, foi elevada ao longo do segundo semestre e terminou 2024 em 12,25%, refletindo o ambiente fiscal mais desafiador e a piora nas expectativas inflacionárias. O câmbio sofreu forte pressão, com o dólar PTAX de Venda iniciando o ano a R$ 4,89 e encerrando o ano cotado a R$ 6,19, uma depreciação de cerca de 27% do real frente à moeda americana. A deterioração fiscal, alimentada por medidas de aumento de gastos, gerou preocupação nos mercados, levando a revisões negativas para a trajetória da dívida pública. As projeções indicam continuidade do desafio fiscal e monetário em 2025. O Relatório Focus de dezembro apontava IPCA de 4,84% para o próximo ano, com a Selic esperada em 14,75%, refletindo o ambiente de maior cautela. Para o PIB, a expectativa de crescimento foi revisada para 2,0%, uma manutenção das projeções do final de 2023, o que demonstra algum grau de otimismo, mesmo diante de um cenário macroeconômico e político que inspira atenção. **3. Ambiente Regulatório:** O panorama regulatório brasileiro ainda não passou por reformas substanciais. No entanto, o avanço da reforma tributária, aprovada pelo Congresso no final de 2023 e com implementação gradual a partir de 2026, tem gerado discussões sobre a necessidade de ajustar os modelos financeiros e econômicos para o futuro. No contexto regulatório de 2024, notadamente no setor de transmissão de energia, a receita no Brasil se origina de leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, supervisionados pela Agência Reguladora (ANEEL). Este setor opera dentro de um marco regulatório completo e robusto, garantindo revisões e reajustes tarifários periódicos, conduzidos pela ANEEL. Esses ajustes ocorrem anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além das revisões tarifárias a cada cinco anos das receitas aprovadas respectivas a cada leilão realizado. Nesse cenário, as transmissoras de energia elétrica têm estabilidade na geração de caixa e margem positiva. O segmento de transmissão de energia é considerado de baixo risco, pois sua receita está vinculada à disponibilidade operacional dos ativos. Já no contexto da indústria de energia elétrica, esta está passando por mudanças significativas tanto no Brasil quanto globalmente. O avanço contínuo das soluções tecnológicas está impulsionando a crescente demanda por energia renovável aliada à transição energética, assim, promovendo uma matriz energética mais sustentável. A previsão mais recente para o crescimento da carga de energia elétrica no Brasil, conforme divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), indica um aumento médio anual de 3,4% entre 2024 e 2028. Para o ano de 2024, a expectativa é de um crescimento de 4,0%, alcançando 78.978 megawatts (MW) médios. Ao final de 2028, projeta-se que a carga atinja 89.754 MW médios. Essas projeções consideram fatores como a integração de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e os efeitos da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), refletindo as tendências de crescimento econômico, avanços tecnológicos e mudanças no perfil de consumo energético do país. **4. Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelo ativo abaixo: • LT 500 kV Buritizeiro 3-São Gonçalo do Pará, C2. **5. Desempenho Econômico-Financeiro:** O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. **6. Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2024 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. A alta Administração da Companhia é assessorada pelo Acionista Controlador e Diretoria que de acordo com o seu Estatuto Social é constituída por 3 (três) membros com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. **7. Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8. Auditores Independentes:** A Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9. Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. **A Administração.**

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**67.970**	37.522
Instrumentos financeiros	16	**39.333**	-
Impostos a recuperar		**1.991**	3
		109.294	37.525
Não circulante			
Ativo de contrato	6	**163.562**	7.653
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.2	**-**	128
		163.562	7.781
Total do ativo		**272.856**	45.306
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	**34.740**	2.168
Partes relacionadas	8	**13.555**	1.201
Empréstimos e financiamentos	9	**161.108**	39.280
Obrigações fiscais		**77**	149
Dividendos a pagar	11.b	**7.976**	9
Instrumentos derivativos	16.1	**-**	1.764
		217.456	44.571
Não circulante			
Pis e COFINS diferidos	10.1	**15.130**	708
IRPJ e CSLL	10.2	**16.306**	-
		31.436	708
Patrimônio líquido			
Capital social	11	**-**	-
Reserva de lucros		**23.964**	27
		23.964	27
Total do passivo e patrimônio líquido		272.856	45.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	12	**141.487**	6.945
Custo	13	**(112.383)**	(5.687)
Lucro bruto		**29.104**	1.258
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		**(134)**	(372)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**28.970**	886
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		**52.843**	1.077
Despesas financeiras		**(33.476)**	(1.946)
		19.367	(869)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**48.337**	17
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	**-**	(109)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	**(16.433)**	128
Lucro líquido do exercício		**31.904**	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**31.904**	36
Total do resultado abrangente do exercício	**31.904**	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	36	36
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(9)	(9)
Reserva de lucros a realizar		-	-	27	(27)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11	-	-	27	-	27
Lucro líquido do exercício		-	-	-	**31.904**	**31.904**
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios		-	-	**9**	-	**9**
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	**(7.976)**	**(7.976)**
Reserva de lucros a realizar		-	-	**23.928**	**(23.928)**	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11	-	-	**23.964**	-	**23.964**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**48.337**	17
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Receita de construção - Ativo de contrato	**(151.259)**	(7.653)
Remuneração – Ativo de contrato	**(4.650)**	-
PIS e Cofins diferidos	**14.422**	708
Juros apropriados sore dívidas financeiras	**5.094**	182
Instrumentos financeiros	**(41.097)**	1.764
Variação cambial	**27.868**	(902)
Provisões de fornecedores	**32.572**	2.165
Resultado ajustado	**(68.713)**	(3.719)
Variações nos ativos e passivos:		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**(1.991)**	(3)
Fornecedores	**-**	3
Obrigações fiscais	**(68)**	40
Partes relacionadas	**12.354**	1.201
	10.295	1.241
Fluxo de caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(58.418)**	(2.478)
Atividades de financiamento		
Captações de Empréstimos e financiamentos.	**140.000**	40.000
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	**(40.000)**	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(2.800)**	-
Variação cambial realizada	**(8.334)**	-
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**30.448**	37.522
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**37.522**	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**67.970**	37.522
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**30.448**	37.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Buriti Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), anteriormente denominada CL RJ 025 Empreendimentos e Participações S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de julho de 2022. A sua sede está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Em 06 de julho de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a alteração da denominação da Companhia para Buriti Transmissão de Energia S.A. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia já finalizou a elaboração dos estudos socioambientais, que foram submetidos ao devido órgão ambiental protocoladas no processo em 30 de outubro de 2023. Após análise das documentações, em 22 de novembro de 2024, foi solicitado pelo órgão ambiental informações complementares que foram apresentadas em 21 de março de 2025. Até o presente momento, não houve retorno por parte do órgão ambiental e seguimos aguardando a manifestação conclusiva e emissão das Licenças. Dessa forma, não há avanços construtivos, só terão início após à emissão das licenças e autorizações ambientais. A companhia não desenvolveu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, atividades não vinculadas a objeto de sua concessão. **1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 08/2023 - ANEEL, datado de 29 de setembro de 2023, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Minas Gerais composta pela: • LT 500 kV Buritizeiro 3 - São Gonçalo do Pará, C2; A companhia tem previsão de entrada em operação em 30 de setembro de 2028. O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$70.886, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da Receita Anual Permitida - RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiarfinanceiramenteprogramas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. O contrato de concessão assegura Recita Anual Permitida - RAP a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos de 5 anos, contatos do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiarfinanceiramenteprogramas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 108.328 (R$ 7.046 em 31 de dezembro de 2023). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A administração entende que não há risco de continuidade da operação, pois os recursos necessários para a manutenção dos negócios serão suportados por aportes dos quotistas controladores. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 28 de abril de 2025. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 16 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 6) - critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco (nota explicativa nº 3.3 e nº 16) - valor justo do instrumento financeiro; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 10) - reconhecimento e mensuração. • Provisão para fornecedores (nota explicativa nº 3.7 e nº 7) – reconhecimento e mensuração. • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no dercurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e Equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. *i) Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. *ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. *iii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resulta-

BURITI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 47.290.852/0001-24

do. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de Impairment para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica a partir de sua vigência, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para PECLD: A Provisão para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) refere-se à estimativa de perdas com créditos que, no momento da elaboração das demonstrações financeiras, apresentam riscos de inadimplência, com base em uma análise da carteira de clientes e das condições econômicas e de mercado. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisões para fornecedores: As provisões são constituídas devido à possibilidade de perdas ou ajustes relacionados a contas a pagar que ainda não foram liquidados ou cujo valor final não está totalmente definido. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Encargos setoriais:** a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c) Ministério de Minas e Energia (MME): Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3.11. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Pronunciamentos novos ou interpretações revisadas aplicados pela primeira vez em 2024.** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Como resultado da implementação das alterações, a Companhia forneceu divulgações adicionais sobre seu acordo de financiamento de fornecedores. Consulte a NE7. **4.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes:** IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	5.787	5
Aplicações financeiras (a)	62.183	37.517
Total - Circulante	67.970	37.522

(a) As aplicações estão representadas por renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente de 102,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. **6. Ativo de Contrato**

2023	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de contrato	2024
7.653	151.259	4.650	163.562

2022	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de contrato	2023
-	7.653	-	7.653

	2024	2023
Não circulante	163.562	7.653
	163.562	7.653

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida - RAP - a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo de contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. • Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

7. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços	3	3
Provisões (i)	34.737	2.165
Total - Circulante	34.740	2.168

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. A principal provisão refere-se a estrutura metálica do fornecedor Brametal R$30.117 e Cabo Condutor do fornecedor Prysmian R$1.946 e outros que totalizam R$ 2.674. **8. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo	
Companhias	31/12/2024	31/12/2023
Cymi Construções e Participações (i)	11.650	1.201
Cymi do Brasil (ii)	635	-
Cymi Tech	1.270	-
Total passivo	13.555	1.201

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construccion*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e Cymi Construção e Participações. (ii) Refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão. **9. Empréstimos e financiamentos:** a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2024	31/12/2023
Banco Citibank (*)	USD	06/12/2024	CDI + 0,95%	-	39.280
Banco Citibank (*)	USD	31/10/2025	CDI +0,41%	161.108	-
Total de empréstimos e financiamentos (Circulante)				161.108	39.280

(*) Esse empréstimo é denominado em dólar, e, juntamente com a contratação do empréstimo, a Companhia contrata derivativos (SWAP) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 16.1.

b) Movimentação em 2024:

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2023	Adições	Juros e atualização monetária	Variação cambial	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2024
Banco Citibank	-	140.000	2.476	18.632	-	-	-	161.108
Banco Citibank	39.280	-	2.618	9.236	(40.000)	(2.800)	(8.334)	-
Total	39.280	140.000	5.094	27.868	(40.000)	(2.800)	(8.334)	161.108

Movimentação em 2023

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Adições	Juros e atualização monetária	Variação cambial	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2023
Banco Citibank	-	40.000	182	(902)	-	-	-	39.280
Total	-	40.000	182	(902)	-	-	-	39.280

Banco Citibank: Em 07 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou junto ao Banco Citibank um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de USD 8.076, com SWAP até o limite de R$40.000, com data de vencimento em 06 de dezembro de 2024. Em 06 de dezembro de 2024, a Companhia liquidou junto ao banco Citibank o financiamento, no valor R$ 40.000 (USD 8.076). Em 01 de outubro de 2024, a Companhia celebrou junto ao Banco Citibank um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de USD 25.818, com SWAP até o limite de R$140.000, com data de vencimento em 31 de outubro de 2025. **10. Impostos diferidos: 10.1. PIS e COFINS diferidos:** O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o Ativo contratual de concessão e registrado conforme competência contábil. Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes.

	31/12/2024	Movimentação	31/12/2023
PIS diferido	2.699	2.573	126
COFINS diferido	12.431	11.849	582
Total impostos diferidos	15.130	14.422	708

10.2. Imposto de renda e contribuição diferido	Total 31/12/2024	Movimento	Total 31/12/2023
Ativo			
Prejuízo fiscal/base negativa	(8.301)	(8.301)	-
Hedge	13.373	13.973	(600)
Ajuste IFRS 15/CPC 47	11.234	10.762	472
Total não circulante	16.306	16.434	(128)

Períodos	31/12/2024
2026	2.967
2027	3.307
2028	2.027
	8.301

Detalhamento do não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	(8.301)	(128)
Passivo	24.607	-
Total ativo diferidos	16.306	(128)

11. Patrimônio líquido: a) Capital social (Valor em reais): Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e totalmente integralizado da companhia é de R$100,00 representado em 100 ações ordinárias nominativa e sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
Quotistas	Qnt. ações	%	Valor (em reais)	Qnt. ações	%	Valor (em reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	100	100%	100	100	100%	100
Total	100	100%	100	100	100%	100

b) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, após a entrada em operação.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	31.904	36
(-) Reserva legal	-	-
Lucro ajustado	31.904	36
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	7.976	9

c) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de lucros a realizar: A Reserva de lucros a realizar, constituída em anos anteriores, ao invés de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. Em 2024 a Companhia apresentou lucro do período no montante de R$31.904, ficando sua reserva de lucro com o montante de R$23.964. **12. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção - Ativo de contrato	151.259	7.653
Remuneração do ativo de contrato	4.650	-
Receita operacional bruta	155.909	7.653
(-) PIS e COFINS	(14.422)	(708)
Receita operacional líquida	141.487	6.945

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção	151.259	7.653
Custo de construção	(112.383)	(5.687)
Total Margem de construção	38.876	1.966
Margem percebida (%)	26%	26%

13. Custos: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2024:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de construção	(112.383)	(5.687)
Total	(112.383)	(5.687)

BURITI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 47.290.852/0001-24

14. Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	**52.843**	1.077
Receita de aplicações financeiras	**4.867**	175
Receita de hedge	**47.976**	-
Variação cambial	**-**	902
Despesas financeiras	**(33.476)**	(1.946)
Juros de empréstimos e financiamentos	**(5.094)**	(182)
Variação cambial	**(27.868)**	-
Despesa de hedge	**-**	(1.764)
Outras despesas financeiras	**(514)**	-
Resultado financeiro líquido	**19.367**	(869)

15. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	**48.337**	17
Alíquota vigente	**34%**	34%
Despesa de IR e CSLL calculada	**(16.435)**	(6)
Outros	**2**	25
Despesa total com tributos	**(16.433)**	19
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	(109)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(16.433)**	128
	(16.433)	19
Alíquota efetiva	**34%**	35%

16. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. *i) Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	**67.970**	37.522
Ativo de contrato (nota 6)	**163.562**	7.653
Instrumentos financeiros (nota 16.1)	**39.333**	-
	270.865	45.175

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Ativo de contrato - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. *ii) Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	**62.183**	37.517
Instrumentos financeiros derivativos	**39.333**	-
Passivos financeiros		
Financiamento (CDI)	**161.108**	39.280
Fornecedores	**34.740**	2.168
Partes relacionadas	**13.555**	1.201
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	1.764

iii) Riscos de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2024. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

		Fluxo de caixas contratuais		
Fornecedores	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
	34.740	**34.740**	**-**	**-**
Partes relacionadas	**13.555**	**13.555**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**161.108**	**161.108**	**-**	**-**
Total	**209.403**	**209.403**	**-**	**-**

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e finaciamentos	Valor justo
Partes relacionadas	Custo amortizado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio de resultado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Fornecedores - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, um vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.• Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

		31/12/2024		31/12/2023	
Descritivo		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes)	Nível 2	62.183	62.183	37.517	37.517
Instrumentos financeiros	Nível 2	39.333	39.333	-	-
Total		101.516	101.516	37.517	37.517

		31/12/2024		31/12/2023	
Descritivo		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	161.108	161.108	39.280	39.280
Instrumentos financeiros	Nível 2	-	-	1.764	1.764
Total		161.108	161.108	41.044	41.044

16.1. Instrumentos financeiros derivativos: Conforme citado anteriormente, a Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como hedges, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes derivativos em aberto:

Derivativo	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (*notional*) 2024	Valor justo ativo (R$) 2024	Valor de referência (*notional*) - R$ 2023	Valor justo ativo (R$) 2023
SWAP Citibank	07/12/2023	06/12/2024	-	-	-	(1.078)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/07/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/07/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/08/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/08/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/09/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/09/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/10/2024	-	-	-	(5)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/10/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/11/2024	-	-	-	(5)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/11/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	03/02/2025	-	1.263	-	(27)
SWAP Citibank	26/07/2023	03/02/2025	-	1.297	-	(29)
SWAP Citibank	26/07/2023	05/03/2025	-	1.272	-	(29)
SWAP Citibank	26/07/2023	05/03/2025	-	1.287	-	(31)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/04/2025	-	1.283	-	(31)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/04/2025	-	1.270	-	(33)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/05/2025	-	1.292	-	(32)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/05/2025	-	1.253	-	(37)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/06/2025	-	1.310	-	(33)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/06/2025	-	1.242	-	(39)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/07/2025	-	1.328	-	(34)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/07/2025	-	1.232	-	(40)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/08/2025	-	1.343	-	(36)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/08/2025	-	1.214	-	(43)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/09/2025	-	1.360	-	(38)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/09/2025	-	1.201	-	(45)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/10/2025	-	1.379	-	(39)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/10/2025	-	1.188	-	(48)
SWAP Citibank	01/10/2024	31/10/2025	-	16.319	-	-
Total			-	39.333	-	(1.764)

17. Seguros

Riscos	Data vigência	Importância segurada (R$ mil)	Prêmio (R$ mil)
Fiel Cumprimento (*)	08/09/2023 a 29/12/2028	69.109	349

(*) A garantia de Fiel Cumprimento é um Seguro Garantia tendo Buriti Transmissão de Energia S.A. como tomadora da apólice e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurado. A garantia tem como fundamento o Edital 08/2023 da ANEEL que prevê que com a assinatura do Contrato de Concessão entre a Transmissora e ANEEL será apresentado a garantia de Fiel Cumprimento no valor correspondente à 5% do investimento previsto pela ANEEL.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira
Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Buriti Transmissão de Energia S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Buriti Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2025.
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.- CRC SP-015199/F;
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 28.008.887/0001-83 - NIRE 33.3.0033453-0
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 04 de abril de 2025, às 08:00 horas, na sede da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição e a fixação da remuneração dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram (a) a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o n.º 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade n.º 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o n.º 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2026** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B e (b) a remuneração da Diretoria da Companhia no valor de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) a ser igualmente repartida entre os membros da Diretoria. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 29/04/2025 sob o nº 00006943939, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

SERTÕES HOLDING S.A.
CNPJ/ME 45.932.052/0001-34 - NIRE 33.3.0034307-5
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 04 de abril de 2025, às 12:00 horas, na sede da Sertões Holding S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250- 908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição e a fixação da remuneração dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Conselheiros da Companhia aprovaram (a) a eleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia, do Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº. 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o n.º 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar, Botafogo, CEP: 22.250-908 e da Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade n.º 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o n.º 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar, Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão mandato unificado até 02 de maio 2027 e assumem seus cargos na presente data, mediante a apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B e (b) a remuneração da Diretoria da Companhia no valor de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) a ser igualmente repartida entre os membros da Diretoria. Findas as deliberações, fica a Administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 29/04/2025 sob o nº 00006943900, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

MONTE PASCOAL HOLDING S.A.
CNPJ/ME 44.103.111/0001-07 - NIRE 33.3.0034079-3
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 07 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede da Monte Pascoal Holding S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza como Presidente e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca como Secretária. **3. PRESENÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, V2I Energia S.A. ("Acionista Ordinarista") conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia e do Acionista Preferencial, Itaú Unibanco S.A. ("Acionista Preferencial"). **4. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, na edição digital de 25 de março de 2025 e na impressa de 25 de março de 2025, páginas 5 e 6 e (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 no montante de R$ 46.907.190,41 (quarenta e seis milhões novecentos e sete mil cento e noventa reais e quarenta e um centavos), aprovar a destinação de (a) R$ 2.345.359,52 (dois milhões trezentos e quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no inciso I do parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R$ 17.427.805,05 (dezessete milhões quatrocentos e vinte e sete mil oitocentos e cinco reais e cinco centavos) ao pagamento de dividendos prioritários ao Acionista Preferencial, consoante disposto no inciso II do parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (c) R$ 6.783.506,46 (seis milhões setecentos e oitenta e três mil quinhentos e seis reais e quarenta e seis centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista ordinarista, consoante disposto no inciso III do parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, pagos antecipadamente ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; (d) R$ 14.384.805,76 (quatorze milhões trezentos e oitenta e quatro mil oitocentos e cinco reais e setenta e seis centavos) à distribuição de dividendos intercalares, pagos ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; (e) R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) à distribuição de dividendos ao acionista decorrentes do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a serem pagos até 31 de dezembro de 2025 e (f) R$ 4.465.713,62 (quatro milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil setecentos e treze reais e sessenta e dois centavos) à constituição de reserva de retenção de lucros. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V2I Energia S.A., representando o quórum necessário para as deliberações tomadas. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza** - *Presidente da Mesa,* **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca** - *Secretária.* JUCERJA: Certifico o arquivamento em 29/04/2025 sob o nº 00006943978, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Diário do Acionista
publicidade@diariodoacionista.com.br
Tels.: (21) 99122-4278

CELEO BARREIRAS FV VI S.A.

CNPJ nº 46.955.396/0001-21

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em Reais)*

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		23.463	49.578
Títulos e valores mobiliários	5	906.383	835.453
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.817	-
Outros ativos		32	32
Total do ativo circulante		**932.695**	**885.063**
Total do ativo		**932.695**	**885.063**
Impostos e contribuições a recolher		-	7.670
Dividendos	6 (c)	86.597	18.366
Total do passivo circulante		**86.597**	**26.036**
Contas a pagar com partes relacionadas		64	64
Total do passivo não circulante		**64**	**64**
Total dos passivos		**86.661**	**26.099**
Capital social	6 (a)	800.000	800.000
Reserva de Lucros	6 (b)	46.034	58.963
Total do patrimônio líquido		**846.034**	**858.963**
Total do passivo e patrimônio líquido		**932.695**	**885.063**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Receita operacional líquida	-	-
Custos operacionais	(471)	(32)
Lucro bruto	(471)	(32)
Despesas gerais e administrativas	(10.616)	-
Despesas operacionais	**(10.616)**	**-**
Resultado antes do resultado financeiro	**(11.088)**	**(32)**
Receitas financeiras	89.317	95.426
Despesas financeiras	(1.491)	(1.021)
Resultado financeiro	**87.826**	**94.405**
Resultado antes dos impostos	**76.738**	**94.373**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.436)	(22.902)
Imposto de renda e contribuição social	**(21.436)**	**(22.902)**
Lucro líquido do exercício/período	**55.302**	**71.471**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	55.302	71.471
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**55.302**	**71.471**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	55.302	71.471
Ajustes para:		
- Imposto de renda e contribuição social correntes	21.436	-
- Títulos e valores mobiliários - rendimento	(89.317)	(95.426)
	(12.579)	**(23.955)**
Variações em:		
- Impostos e contribuições a recuperar	(2.817)	-
- Outros ativos	-	32
- Impostos e contribuições a recolher	(14.586)	5.775
Caixa (utilizado) pelas atividades operacionais	**(29.982)**	**(18.148)**
Impostos pagos sobre o lucro	(14.520)	-
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades operacionais	**(44.502)**	**(18.148)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários - aplicações	(900.000)	(830.000)
Títulos e valores mobiliários - resgates	918.387	837.866
Caixa gerado nas atividades de investimento	**18.387**	**7.866**
(Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(26.115)**	**(10.282)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	49.578	59.860
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**23.463**	**49.578**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Reservas de lucros - Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**800.000**	**293**	**4.174**	**-**	**-**	**804.467**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	71.471	71.471
Reserva legal	6 (b)	-	3.574	-	-	(3.574)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(16.974)	(16.974)
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	50.923	(50.923)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**800.000**	**3.866**	**4.174**	**50.923**	**-**	**858.963**
Transferência para dividendos a pagar	6 (b)	-	-	(4.174)	(50.923)	-	(55.097)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	55.302	55.302
Reserva legal	6 (b)	-	2.765	-	-	(2.765)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(13.134)	(13.134)
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	39.403	(39.403)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**800.000**	**6.632**	**-**	**39.403**	**-**	**846.034**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Celeo Barreiras FV VI S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 06 de junho de 2022 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, bem como a manutenção de redes de transmissão. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em R$ e foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **5 Títulos e valores mobiliários:** A Companhia aplicou seus recursos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelados ao depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99% (98,50% em 2023) do DI com vencimento em dezembro de 2025. **6 Patrimônio Líquido: (a) Capital social** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R$ 800.000, dividido em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Todas as ações são detidas pela Celeo Redes Brasil S.A. **(b) Reserva de Lucros - i. Reserva Legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor destinado foi de R$ 2.765 e R$ 3.574, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituído com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R$ 4.174 para pagamento de dividendos. **iii. Dividendo adicional proposto -** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R$ 50.923 para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi destinado o montante de R$ 39.403 e R$ 50.923, respectivamente. **(c) Dividendo mínimo obrigatório -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, sendo que o saldo remanescente terá o destino que lhe for deliberado pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**18.366**	**1.392**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	13.134	16.974
Aprovação para pagamento de dividendos	55.097	-
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	**86.597**	**18.366**

José Maurício Scovino de Souza – Diretor técnico
Marcus Hansen Balata – Diretor financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8

CELEO BARREIRAS FV VII S.A.

CNPJ nº 47.046.190/0001-41

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em Reais)*

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		23.468	49.583
Títulos e valores mobiliários	5	906.383	835.453
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.817	-
Outros ativos		33	32
Total do ativo circulante		**932.701**	**885.068**
Total do ativo		**932.701**	**885.068**
Impostos e contribuições a recolher		-	7.670
Dividendos	6 (c)	86.602	18.367
Total do passivo circulante		**86.602**	**26.037**
Contas a pagar com partes relacionadas		64	64
Total do passivo não circulante		**64**	**64**
Total dos passivos		**86.666**	**26.101**
Capital social	6 (a)	800.000	800.000
Reserva de Lucros	6 (b)	46.035	58.967
Total do patrimônio líquido		**846.035**	**858.967**
Total do passivo e patrimônio líquido		**932.701**	**885.068**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Receita operacional líquida	-	-
Custos operacionais	(471)	(32)
Lucro bruto	**(471)**	**(32)**
Despesas gerais e administrativas	(10.616)	-
Despesas operacionais	**(10.616)**	**-**
Resultado antes do resultado financeiro	**(11.088)**	**(32)**
Receitas financeiras	89.317	95.426
Despesas financeiras	(1.491)	(1.016)
Resultado financeiro	**87.826**	**94.410**
Resultado antes dos impostos	**76.738**	**94.378**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.436)	(22.902)
Imposto de renda e contribuição social	**(21.436)**	**(22.902)**
Lucro líquido do exercício	**55.302**	**71.476**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	55.302	71.476
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**55.302**	**71.476**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	55.302	71.476
Ajustes para:		
- Imposto de renda e contribuição social correntes	21.436	-
- Títulos e valores mobiliários - rendimento	(89.317)	(95.426)
	(12.579)	**(23.950)**
Variações em:		
- Impostos e contribuições a recuperar	(2.817)	-
- Outros ativos	-	32
- Impostos e contribuições a recolher	(14.586)	5.775
Caixa (utilizado) pelas atividades operacionais	**(29.982)**	**(18.143)**
Impostos pagos sobre o lucro	(14.520)	-
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades operacionais	**(44.502)**	**(18.143)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários - aplicações	(900.000)	(830.000)
Títulos e valores mobiliários - resgates	918.387	837.866
Caixa gerado nas atividades de investimento	**18.387**	**7.866**
(Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(26.115)**	**(10.277)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	49.583	59.860
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**23.468**	**49.583**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Reservas de lucros - Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**800.000**	**293**	**4.174**	**-**	**-**	**804.467**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	71.476	71.476
Reserva legal	6 (b)	-	3.574	-	-	(3.574)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(16.976)	(16.976)
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	50.926	(50.926)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**800.000**	**3.867**	**4.174**	**50.926**	**-**	**858.967**
Transferência para dividendos a pagar	6 (b)	-	-	(4.174)	(50.926)	-	(55.100)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	55.302	55.302
Reserva legal	6 (b)	-	2.765	-	-	(2.765)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(13.134)	(13.134)
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	39.403	(39.403)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**800.000**	**6.632**	**-**	**39.403**	**-**	**846.035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Celeo Barreiras FV VII S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 06 de junho de 2022 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, bem como a manutenção de redes de transmissão. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em R$ e foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **5 Títulos e valores mobiliários:** A Companhia aplicou seus recursos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelados ao depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99% (98,50% em 2023) do DI com vencimento em dezembro de 2025. **6 Patrimônio Líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R$ 800.000, dividido em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Todas as ações são detidas pela Celeo Redes Brasil S.A. **(b) Reserva de Lucros - i. Reserva Legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor destinado foi de R$ 2.765 e R$ 3.574, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituído com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R$ 4.174 para pagamento de dividendos. **iii. Dividendo adicional proposto -** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R$ 50.926 para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi destinado o montante de R$ 39.403 e R$ 50.923, respectivamente. **(c) Dividendo mínimo obrigatório -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, sendo que o saldo remanescente terá o destino que lhe for deliberado pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**18.367**	**1.391**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	13.134	16.976
Aprovação para pagamento de dividendos	55.100	-
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	**86.602**	**18.367**

José Maurício Scovino de Souza – Diretor técnico
Marcus Hansen Balata – Diretor financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8

CELEO BARREIRAS FV VIII S.A.

CNPJ nº 46.957.362/0001-76

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em Reais)*

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		23.468	49.583
Títulos e valores mobiliários	5	906.383	835.453
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.817	-
Outros ativos		33	32
Total do ativo circulante		**932.701**	**885.068**
Total do ativo		**932.701**	**885.068**
Impostos e contribuições a recolher		-	7.670
Dividendos	6 (c)	86.602	18.367
Total do passivo circulante		**86.602**	**26.037**
Contas a pagar com partes relacionadas		64	64
Total do passivo não circulante		**64**	**64**
Total dos passivos		**86.666**	**26.101**
Capital social	6 (a)	800.000	800.000
Reserva de Lucros	6 (b)	46.035	58.967
Total do patrimônio líquido		**846.035**	**858.967**
Total do passivo e patrimônio líquido		**932.701**	**885.068**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Receita operacional líquida	-	-
Custos operacionais	(471)	(32)
Lucro bruto	**(471)**	**(32)**
Despesas gerais e administrativas	(10.616)	-
Despesas operacionais	**(10.616)**	**-**
Resultado antes do resultado financeiro	**(11.088)**	**(32)**
Receitas financeiras	89.317	95.426
Despesas financeiras	(1.491)	(1.016)
Resultado financeiro	**87.826**	**94.410**
Resultado antes dos impostos	**76.738**	**94.378**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.436)	(22.902)
Imposto de renda e contribuição social	**(21.436)**	**(22.902)**
Lucro líquido do exercício	**55.302**	**71.476**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	55.302	71.476
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**55.302**	**71.476**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	55.302	71.476
Ajustes para:		
- Imposto de renda e contribuição social correntes	21.436	-
- Títulos e valores mobiliários - rendimento	(89.317)	(95.426)
	(12.579)	**(23.950)**
Variações em:		
- Impostos e contribuições a recuperar	(2.817)	-
- Outros ativos	-	32
- Impostos e contribuições a recolher	(14.586)	5.775
Caixa (utilizado) pelas atividades operacionais	**(29.982)**	**(18.142)**
Impostos pagos sobre o lucro	(14.520)	-
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades operacionais	**(44.502)**	**(18.142)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários - aplicações	(900.000)	(830.000)
Títulos e valores mobiliários - resgates	918.387	837.866
Caixa gerado nas atividades de investimento	**18.387**	**7.866**
(Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(26.115)**	**(10.277)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	49.583	59.860
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**23.468**	**49.583**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Reservas de lucros - Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**800.000**	**293**	**4.174**	**-**	**-**	**804.467**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	71.476	71.476
Reserva legal	6 (b)	-	3.574	-	-	(3.574)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(16.976)	(16.976)
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	50.926	(50.926)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**800.000**	**3.867**	**4.174**	**50.926**	**-**	**858.967**
Transferência para dividendos a pagar	6 (b)	-	-	(4.174)	(50.926)	-	(55.100)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	55.302	55.302
Reserva legal	6 (b)	-	2.765	-	-	(2.765)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(13.135)	(13.135)
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	39.403	(39.403)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**800.000**	**6.632**	**-**	**39.403**	**-**	**846.035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Celeo Barreiras FV VIII S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 06 de junho de 2022 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, bem como a manutenção de redes de transmissão. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em R$ e foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **5 Títulos e valores mobiliários:** A Companhia aplicou seus recursos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelados ao depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99% (98,50% em 2023) do DI com vencimento em dezembro de 2025. **6 Patrimônio Líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R$ 800.000, dividido em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Todas as ações são detidas pela Celeo Redes Brasil S.A. **(b) Reserva de Lucros - i. Reserva Legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor destinado foi de R$ 2.765 e R$ 3.574, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituído com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R$ 4.174 para pagamento de dividendos. **iii. Dividendo adicional proposto -** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R$ 50.926 para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi destinado o montante de R$ 39.403 e R$ 50.926, respectivamente. **(c) Dividendo mínimo obrigatório -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, sendo que o saldo remanescente terá o destino que lhe for deliberado pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**18.367**	**1.391**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	13.135	16.976
Aprovação para pagamento de dividendos	55.100	-
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	**86.602**	**18.367**

José Maurício Scovino de Souza – Diretor técnico
Marcus Hansen Balata – Diretor financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8

CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME Nº 42.471.899/0001-70

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	434	843
Impostos a recuperar		23	11
Adiantamentos	6	145	12
Total do circulante		602	866
Não circulante			
Investimento	7	92.448	27.543
Total do não circulante		92.448	27.543
Total do ativo		93.050	28.409
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		8	4
Salários e encargos sociais		63	46
Impostos e contribuições a recolher		40	17
Provisões	8	548	724
Outros passivos circulantes		-	146
Total do circulante		659	937
Não circulante			
Provisão de contingências	9	86	41
Total do não circulante		86	41
Patrimônio líquido			
Capital social	10	135.310	55.499
Prejuízos acumulados		(43.005)	(28.068)
Total do patrimônio líquido		92.305	27.431
Total do passivo e do patrimônio líquido		93.050	28.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(2.189)	(2.511)
Serviços de terceiros	11	(542)	(433)
Outras receitas (despesas)		667	513
Resultado operacional antes do resultado de equivalência patrimonial e financeiro		(2.064)	(2.431)
Resultado de equivalência patrimonial	7.b	(12.905)	(109)
Resultado financeiro líquido		32	83
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.937)	(2.457)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(14.937)	(2.457)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(14.937)	(2.457)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(14.937)	(2.457)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	49.999	(25.611)	24.388
Aumento de capital	5.500	-	5.500
Prejuízo do exercício	-	(2.457)	(2.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	55.499	(28.068)	27.431
Aumento de capital	79.811	-	79.811
Prejuízo do exercício	-	(14.937)	(14.937)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	135.310	(43.005)	92.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(14.937)	(2.457)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício:		
Resultado equivalência patrimonial	12.905	109
Atualizações monetárias	(1)	-
Provisões de contingências	45	41
Provisões	(176)	210
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Impostos a recuperar	(12)	(10)
Adiantamentos	(133)	(11)
Fornecedores	5	(9)
Impostos e contribuições a recolher	23	(42)
Salários e encargos sociais	17	(33)
Outros passivos circulantes	(146)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.409)	(2.202)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital em investidas	(77.811)	(4.500)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(77.811)	(4.500)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	79.811	5.500
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	79.811	5.500
Aumento/diminuição no caixa equivalente de caixa	(409)	(1.202)
Caixa no início do exercício	843	2.045
Caixa no final do exercício	434	843
Aumento/diminuição no caixa equivalente de caixa	(409)	(1.202)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Cymi Saneamento e Participações S.A. ("Companhia") possui como acionista a Cymi Construções e Participação S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de junho de 2021 e está domiciliada na Avenida Presidente Wilson, 231 Sala 1701 - Centro - CEP 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social: Participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"), que operam no setor de energia elétrica, na implantação e exploração de empreendimentos de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, manutenção e instalação de estações e redes de distribuição de energia elétrica, o desenvolvimento, estruturação, implantação e operação de negócios no setor de água e esgotamento sanitário, as atividades de gestão, operação, manutenção e ampliação do sistema de abastecimento de água em sistemas públicos ou provados, incluindo a captação e o transporte de água bruta, a produção, bombeamento e adução, reservação, macro e microdistribuição e todo o respectivo controle de qualidade de água potável e industrial, incluindo o serviço público que abrange as atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água, desde a captação até as ligações prediais e os seus instrumentos de medição, (d.ii) de esgotamento sanitário em sistemas públicos ou privados, incluindo a coleta, o transporte, a elevação, a interceptação, o tratamento, a devolução ao meio natural, e todo o respectivo controle de qualidade de águas residuais, esgotos e efluentes industriais, incluindo o serviço público que abrange as atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente, (d.iii) de recursos hídricos, irrigação e bacias hidrográficas, incluindo o monitoramento e controle de qualidade das águas, (d.iv) de macro e micro drenagem, e (d.v) de tratamento e disposição final de lodos e resíduos resultantes das operações; (e) o desenvolvimento de todas as atividades necessárias a sua plena atuação na área de saneamento básico e ambiental, incluindo os serviços auxiliares, complementares e correlatos; e (f) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades que exerçam as atividades indicadas nos itens (c), (d) e/ou (e) acima. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). De acordo com o CPC 36 e IFRS 10 sobre Demonstrações Consolidadas, a Companhia Cymi Saneamento S.A. é isenta de consolidar a Companhia Verde Ambiental Alagoas S.A. e a Cymi Aguas Alagoas S.A. em suas demonstrações financeiras, uma vez que a Cymi Construções e Participações S.A., que tem controle sobre ambas as Companhias, já procedeu à consolidação das Companhias em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2024. A Cymi Saneamento possui participação de 90% na Companhia Verde Ambiental Alagoas S.A., e 60% na Cymi Águas Alagoas S.A. apresentando o investimento pelo método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras. A Cymi Construções e Participações S.A., enquanto matriz de ambas as controladas, divulga os impactos financeiros e operacionais em seu conjunto consolidado de demonstrações financeiras, evitando assim a dupla consolidação e proporcionando uma visão clara da estrutura do grupo econômico em conformidade com os princípios contábeis aceitos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$57 (R $71 em 31 de dezembro de 2023) . As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os recursos necessários para a manutenção dos negócios serão suportados por aportes dos quotistas controladores. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 16 de abril de 2025. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas Em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (I) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias (Notas Explicativas n3.5 e nº 8); (II) Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco (Notas Explicativas nº 3.8 e nº 12). **3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.2. Impostos a recuperar:** Representado em sua maioria pelos impostos e contribuições (IRRF, CSLL e INSS) sobre notas fiscais emitidas, que serão compensados com os respectivos valores a recolher. Os valores estão sujeitos às revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislação específica. **3.3. Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.4. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em sua investida são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da investida. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação da investida. As demonstrações financeiras da investida são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 90% de participação na Verde Ambiental Alagoas S.A. e 60% de participação na Companhia Cymi Águas Alagoas S.A.(vide Nota Explicativa nº 6). Demonstrações financeiras consolidadas: Segundo o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas a entidade que seja controladora deve apresentar as demonstrações consolidadas. A Companhia não apresenta as demonstrações consolidadas de Verde Ambiental Alagoas S.A.e da Cymi Águas Alagoas S.A., por atender a todos os critérios estabelecidos pelo próprio pronunciamento no que se refere à isenção para consolidação. (i) A Cymi Saneamento Participações S.A. é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora. (ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais). (iii) A Companhia não possui tramitação ou arquivamento de processo de suas demonstrações financeiras junto à comissão de valores mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição de qualquer tipo ou classe de instrumentos no mercado de aquisição. (iv) A controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os IFRS e CPCs, em que as controladoras são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado com esse pronunciamento. **3.5. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para as estimativas os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões constituidas pela administração incluem estudo interno realizado baseado em processos das demais empresas do grupo que demonstram riscos potenciais, sendo a companhia prudente mesmo na ausência de processos formais, essas provisões são revisadas e ajustadas levando em consideração alterações nas circunstâncias. **3.6. Capital social:** As quotas são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.7. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.8. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Administração determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para venda em operação descontinuada. Em cada data de reporte, a administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis materiais do Grupo. Para fins dessa análise, o comitê de avaliação confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Classificação dos ativos e passivos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: (a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e (b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: (a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e (b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para Perdas de Crédito Esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. Para os instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do exercício de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do exercício de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um exercício de 12 meses após a data de relatório. Baixa de ativos e passivos financeiros: A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. **3.9. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **4. Novas normas e interpretações: 4.1. Pronunciamentos novos ou interpretações revisadas aplicados pela primeira vez em 2024. As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros.** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Como resultado da implementação das alterações, a Companhia forneceu divulgações adicionais sobre seu acordo de financiamento de fornecedores. **4.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes: IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo. As aplicações financeiras são efetuadas por períodos que variam de acordo com as necessidades imediatas de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a rentabilidade média das aplicações financeiras é de 100% do CDI. Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto dos seguintes saldos em 31 de dezembro de 2024:

	2024	2023
Bancos conta movimento	434	316
Aplicações financeiras (i)	-	527
	434	843

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por esse investimento é registrada como receita financeira. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	2024	2023
Banco Santander	CDB	100,00%	-	527
			-	527

6. Adiantamentos	2024	2023
Adiantamento para despesas	1	12
Adiantamento a terceiros	144	-
	145	12

Gastos incorridos nas assessorias legal e técnica referente ao Leilão em Sergipe que serão reembolsados pelos parceiros (consorciados) na concorrência pública

CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME Nº 42.471.899/0001-70

internacional nº01/2024. **7. Investimento:** A CYMI Saneamento possui participação em 90% no capital social da Companhia Verde Ambiental Alagoas S.A. ("Verde Alagoas"), exercendo controle sobre sua investida. E a CYMI Saneamento possui participação em 60% no capital social da Cymi Aguas Alagoas S.A. ("Cymi Aguas)", também exercendo controle sobre sua investida. Entretanto, conforme divulgado na NE 2, a Companhia é isenta de consolidar as informações da Verde Alagoas e da Cymi Aguas em suas demonstrações financeiras, uma vez que a Cymi Construções e Participações S.A., que tem controle sobre ambas as Companhias, mensura à consolidação das Companhias em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Cymi Construções e Participações S.A., enquanto matriz de ambas as controladas, divulga os impactos financeiros e operacionais em seu conjunto consolidado das demonstrações financeiras, evitando assim a dupla consolidação e proporcionando uma visão clara da estrutura do grupo econômico em conformidade com os princípios contábeis aceitos. A Cymi Saneamento e Participações S.A. ("Companhia") apresenta o investimento pelo método de equivalência patrimonial (MEP), vide CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

	2024	2023
Verde Ambiental Alagoas S.A	**98.813**	27.542
Cymi Águas Alagoas S.A.	**1**	1
	98.814	27.543

a) Demonstrações sobre as principais controladas

		2024		2023	
	% Partic.	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Demonstrações sobre as principais controladas					
Verde Ambiental Alagoas S.A.	90,00%	**102.720**	**(14.339)**	30.602	(121)
Cymi Águas Alagoas S.A	60,00%	**1**	**-**	1	-

b) Movimentação do investimento

	Saldo em 2023	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 2024
Verde Ambiental Alagoas S.A	27.542	**77.811**	**(12.905)**	**92.448**
Cymi Águas Alagoas S.A	1	-	-	1
	27.543	**77.811**	**(12.905)**	**92.449**

8. Provisões	2024	2023
Gratificações (i)	**429**	667
Rescisão	**119**	57
	548	724

(i) As gratificações são provisões referentes a um benefício pago pela Companhia com o objetivo de reconhecer e valorizar os serviços prestados pelos colaboradores. Está relacionada à função do colaborador na companhia e é geralmente paga após um período de trabalho estipulado pela própria companhia. É paga regularmente, como um bônus adicional ao salário. O valor efetivamente pago poder ser diferente do saldo atual provisionado. **9. Provisões de contingências:** Para cosntituição das provisões trabalhistas do grupo foi realizado um estudo pela administração, sendo a conclusão mensurar 10% do custo total da folha de pagamento para funcionários vinculados aos projetos e 20% do custo total da folha para funcionários vinculados a parte administrativa.

	2024	2023
Provisões trabalhistas	**86**	41
	86	41

10. Patrimônio líquido: 10.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o montante do capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$135.310 (R$55.499 em 31 de dezembro de 2023), representados por 135.310 ações ordinárias, nominativas, de classe única e sem valor nominal. Ao longo do ano de 2024 o capital social aumentou em R$79.811, sendo R$2.700 aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 5 de março de 2024, R$1.000 aprovado em 28 de maio de 2024, R$1.000 aprovado em 24 de setembro de 2024 e R$75.111 aprovada em 26 de dezembro de 2024. Todas as subscrições são representadas por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no valor de R$1,00 (um real) por ação. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é composto como se segue:

	2024		
Quotistas	Qntd. Ações	%	Valor (Em milhares de reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	**135.310**	**100,00%**	**135.310**
Total	**135.310**	**100,00%**	**135.310**

	2023		
Quotistas	Qntd. Ações	%	Valor (Em milhares de reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	55.499	100,00%	55.499
Total	55.499	100,00%	55.499

b) Dividendos: De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo anual obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, em conformidade com os artigos 193 a 198 da Lei nº 6.404/76. A Companhia, seguindo a Legislação vigente, artigo 189 da Lei nº 6.404/76, apurou prejuízos. Sendo assim não houve distribuição do resultado desde a constituição da Companhia. c) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Essa reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude da absorção de prejuízos acumulados conforme artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

11. Despesas operacionais & Serviços de terceiros	2024	2023
Pessoal	**(1.989)**	(2.337)
Aluguel	**(153)**	(116)
Gastos com escritório		(3)
Viagens e representações	**(23)**	(36)
Outras despesas	**(24)**	(19)
Total - Despesas gerais e administrativas	**(2.189)**	(2511)

	2024	2023
Consultoria e assessoria (i)	**(226)**	(413)
Outros serviços de terceiros (i)	**(316)**	(20)
Total - Serviço de terceiros	**(542)**	(433)

(i) Houve aumento dos serviços de terceiros devido a acessoria para o estudo de viabilidade para participação em um leilão. Não prosseguimos com a participação no leilão. **12. Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral: a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito; (ii) Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. *i) Risco de crédito:* A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do exercício de relatório é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	**434**	316
Aplicações financeiras	**-**	527
	434	843

ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. 12.1. Classificação dos instrumentos financeiros: É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Categoria	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	(A)	**434**	843
Fornecedores	(B)	**10**	4

(A) Mensurados ao valor justo por meio do resultado; (B) Custo amortizado. A administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois são razoavelmente próximos aos seus valores contábeis.

Leandro da Silva Reis - Diretor de Saneamento;
Isabel Cristina C da Silva - Contadora CRC 108752/O-6.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **Cymi Saneamento e Participações S.A.** Rio de Janeiro - RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cymi Saneamento e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2025 .

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F
Ricardo Gomes Leite - Contador - CRC RJ-107146/O

EÓLICA MANGUE SECO 3
GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/MF Nº 11.643.567/0001-00 - NIRE 33.3.0034031-9
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 04 de abril de 2025, às 09:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição e a fixação da remuneração dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram (a) a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.° 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o n.º 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade n.º 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o n.º 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2026** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B e (b) a remuneração da Diretoria da Companhia no valor de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) a ser igualmente repartida entre os membros da Diretoria. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 29/04/2025 sob o nº 00006944330, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.
CNPJ/MF Nº 24.100.518/0001-65 - NIRE 33.3.0032400-3
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 04 de abril de 2025, às 11:00 horas, na sede da LEST - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição e a fixação da remuneração dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram (a) a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.° 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o n.º 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade n.º 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o n.º 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2026** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B e (b) a remuneração da Diretoria da Companhia no valor de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) a ser igualmente repartida entre os membros da Diretoria. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 29/04/2025 sob o nº 00006943904 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

V2I ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 34.395.916/0001-00 NIRE 33.3.0033239-1
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 04 de abril de 2025, às 15:00 horas, na sede da V2I Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.° 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o n.º 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade n.º 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o n.º 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2026** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 28/04/2025 sob o nº 00006940611 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

2025

Petrobras cresce 5% e atinge 2,77 milhões de barris

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A produção de petróleo e gás da Petrobras no 1º trimestre de 2025 alcançou um aumento de 5,4% da produção média de óleo, líquidos de gás natural (LGN) e gás natural, que alcançou 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia (MMboed).

De acordo com a companhia, o aumento foi possível em função, principalmente, do menor volume de perdas por paradas para manutenções; da melhor eficiência operacional na Bacia de Santos; da entrada em produção do navio flutuante de produção, armazenamento e transferência (FPSO) Almirante Tamandaré, no campo de Búzios; e do FPSO Marechal Duque de Caxias, no campo de Mero, fatores parcialmente compensados pelo declínio natural de produção.

Segundo a diretora de Engenharia, Tecnologia e Produção da Petrobras, Renata Baruzzi, "a entrada em operação do FPSO Almirante Tamandaré é estratégica para a Petrobras e representa ampliação de produção no campo de Búzios de forma sustentável e inovadora. Além de ser uma plataforma de alta capacidade, com potencial para produzir até 225 mil barris de óleo e processar 12 milhões de metros cúbicos de gás por dia, possui tecnologias modernas de descarbonização, possibilitando aumento da eficiência e redução das emissões", avaliou.

VENDAS

As vendas de derivados de petróleo no 1º trimestre de 2025 foram inferiores às do 4º trimestre de 2024, devido, principalmente, à sazonalidade típica da demanda por derivados no período inicial do ano. O volume das vendas de diesel no 1º trimestre deste ano apresentou um patamar semelhante ao do 4º trimestre do ano passado. O diesel S-10 representou 66% das vendas totais de diesel. As vendas de gasolina caíram 7,9% no 1º trimestre do ano em comparação ao último trimestre de 2024, impactadas pela sazonalidade da demanda, que se caracteriza por um maior consumo do derivado no último trimestre devido à maior movimentação de veículos por conta das festas de fim de ano e da injeção do décimo terceiro salário na economia.

A redução de 1,7% nos volumes de vendas de Querosene de Aviação (QAV) neste trimestre deve-se à base de comparação mais elevada do trimestre anterior, impulsionada pelo crescimento do segmento internacional e pela realização do G-20 no Rio de Janeiro.

De acordo com a estatal, a queda de 3,3% nas vendas do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) neste trimestre em relação ao último trimestre de 2024 foi influenciada por fatores sazonais. "No 1º trimestre, as temperaturas médias são mais altas, reduzindo o consumo de energia. Além disso, as férias no início do ano diminuem o uso residencial de GLP".

As vendas de nafta também caíram 17,3% em relação ao último trimestre de 2024. A redução se deve principalmente à menor disponibilidade de nafta pela parada da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).

As vendas de óleo combustível recuaram 12,5% no comparativo com o último trimestre de 2024. De acordo com a companhia, "o principal fator foi a redução nas vendas para o segmento industrial, que aumentou o uso de outros combustíveis, como o gás natural".

A Petrobras também apresentou queda nas vendas para o segmento de geração de energia elétrica, mas houve aumento nas vendas para o segmento marítimo, com pico sazonal de consumo por navios de cruzeiro.

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 24.176.892/0001-44

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2024 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico:** A **Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de fevereiro de 2016 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (25%), Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (25%) e Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **Práticas e Regulamentações:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.2 Estrutura Societária:**



2. Ambiente Econômico: Em 2024, o cenário global foi marcado por uma combinação de resiliência econômica e desinflação. A economia americana manteve crescimento robusto, sustentando o otimismo nos mercados financeiros e adiando expectativas de cortes mais agressivos de juros. Nos mercados emergentes, a atividade também se mostrou sólida, a inflação cedeu de forma mais rápida do que o esperado em diversas regiões, embora riscos geopolíticos, como a intensificação das tensões comerciais entre Estados Unidos e China, permaneçam no radar para 2025. No Brasil, o ano foi de crescimento sólido, mas também de aumento das incertezas fiscais. O PIB cresceu 3,4% em 2024, sustentado principalmente pelo setor de indústria, serviços e pelo consumo interno. A inflação, medida pelo IPCA, fechou o ano em 4,83%, acima do limite da meta de inflação definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A taxa Selic, que iniciou o ano em 11,75%, foi elevada ao longo do segundo semestre e terminou 2024 em 12,25%, refletindo o ambiente fiscal mais desafiador e a piora nas expectativas inflacionárias. O câmbio sofreu forte pressão, com o dólar PTAX de Venda iniciando o ano a R$ 4,89 e encerrando o ano cotado a R$ 6,19, uma depreciação de cerca de 27% do real frente à moeda americana. A deterioração fiscal, alimentada por medidas de aumento de gastos, gerou preocupação nos mercados, levando a revisões negativas para a trajetória da dívida pública. As projeções indicam continuidade do desafio fiscal e monetário em 2025. O Relatório Focus de dezembro apontava IPCA de 4,84% para o próximo ano, com a Selic esperada em 14,75%, refletindo o ambiente de maior cautela. Para o PIB, a expectativa de crescimento foi revisada para 2,0%, uma manutenção das projeções do final de 2023, o que demonstra algum grau de otimismo, mesmo diante de um cenário macroeconômico e político que inspira atenção. **3. Ambiente Regulatório:** O panorama regulatório brasileiro ainda não passou por reformas substanciais. No entanto, o avanço da reforma tributária, aprovada pelo Congresso no final de 2023 e com implementação gradual a partir de 2026, tem gerado discussões sobre a necessidade de ajustar os modelos financeiros e econômicos para o futuro. No contexto regulatório de 2024, notadamente no setor de transmissão de energia, a receita no Brasil se origina de leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, supervisionados pela Agência Reguladora (ANEEL). Este setor opera dentro de um marco regulatório completo e robusto, garantindo revisões e reajustes tarifários periódicos, conduzidos pela ANEEL. Esses ajustes ocorrem anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além das revisões tarifárias a cada cinco anos das receitas aprovadas respectivas a cada leilão realizado. Nesse cenário, as transmissoras de energia elétrica têm estabilidade na geração de caixa e margem positiva. O segmento de transmissão de energia é considerado de baixo risco, pois sua receita está vinculada à disponibilidade operacional dos ativos. Já no contexto da indústria de energia elétrica, esta está passando por mudanças significativas tanto no Brasil quanto globalmente. O avanço contínuo das soluções tecnológicas está impulsionando a crescente demanda por energia renovável aliada à transição energética, assim, promovendo uma matriz energética mais sustentável. A previsão mais recente para o crescimento da carga de energia elétrica no Brasil, conforme divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), indica um aumento médio anual de 3,4% entre 2024 e 2028. Para o ano de 2024, a expectativa é de um crescimento de 4,0%, alcançando 78.978 megawatts (MW) médios. Ao final de 2028, projeta-se que a carga atinja 89.754 MW médios. Essas projeções consideram fatores como a integração de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e os efeitos da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), refletindo as tendências de crescimento econômico, avanços tecnológicos e mudanças no perfil de consumo energético do país. **4. Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: • LT 345 kV Jeceaba - Itutinga, 106 km; • LT 345 kV Itabirito 2 - Jeceaba C2, 44 km; • SE 500/230 kV Itabira 5; • LT 230 kV Itabira 2 - Itabira 5, 16 km; • LT 230 kV Irapé - Araçuai 2, C2, 61 km; • SE 230/69kV João Monlevade 4; • LT 230 kV Irapé - Janaúba 3, 130 km; • SE 230/138 kV Janaúba 3; • SE 230/161/138 kV Braúnas; • SE 230/69 kV Timóteo 2; • SE 500/345 kV Presidente Juscelino; • LT 500 kV Presidente Juscelino - Pirapora 2, C1 E C2, 177 km cada circuito; • LT 500 kV Presidente Juscelino - Itabira 5, 162 km; • LT 345 kV Betim 6 - Sarzedo, 23 km; • LT 345 kV Betim 6 - Sete Lagoas 4, 47 km; • LT 345 kV Sete Lagoas 4 - Presidente Juscelino, C1 e C2, 101 km cada circuito; • LT 345 kV Itabirito 2 - Barro Branco, 57 km; • SE 345 kV Sarzedo; • SE 345/138 kV Betim 6; • 2º Banco De Reatores De Barra, 50 MVar, 500 kV na SE Presidente Juscelino; • 2º Banco De Transformação SE Itabira 5, 500/230 kV, 3 X 250 MVA e • SE 345/138 kV Varginha 4; **5. Desempenho Econômico-Financeiro:** O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. **6. Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2024 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores, Diretoria que de acordo com o seu Estatuto Social é constituída por 3 (três) membros com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos e pelo Conselho de Administração, que é composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses. **7. Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8. Auditores Independentes:** A Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9. Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. **A Administração.**

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**241.149**	86.348
Contas bancárias vinculadas	5.1	**20.036**	23.589
Concessionárias e permissionárias	6	**81.734**	56.221
Impostos a recuperar	7	**44.416**	42.898
Ativo de contrato	8	**314.695**	309.420
Outras contas a receber		**1.532**	1.519
		703.562	519.995
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5.1	**68.878**	64.286
Ativo de contrato	8	**6.311.346**	7.000.960
		6.380.224	7.065.246
Total do ativo		**7.083.786**	7.585.241
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	**76.879**	86.400
Empréstimos e financiamentos	11	**257.076**	247.866
Obrigações fiscais		**69.124**	6.814
Partes relacionadas	10	**4.976**	30.732
Adiantamento de clientes		**5.353**	6.365
Outros passivos		**7.493**	3.819
		420.901	381.996
Não circulante			
Fornecedores	9	**281**	579
Contingências	20	**21**	26
Empréstimos e financiamentos	11	**2.798.088**	2.893.666
Pis e cofins diferido	12.1	**611.910**	675.211
IR e CS diferido	12.2	**834.364**	1.009.271
		4.244.664	4.578.753
Patrimônio líquido	13		
Capital social		**678.968**	678.001
Reserva de lucros		**1.739.253**	1.946.491
Total patrimônio líquido		**2.418.221**	2.624.492
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.083.786**	7.585.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	14	**73.233**	315.469
Custo	15	**(43.451)**	446.961
Resultado bruto		**29.782**	762.430
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	**(79.006)**	(40.450)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		**(49.224)**	721.980
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		**20.148**	21.040
Despesas financeiras		**(290.327)**	(785.902)
		(270.179)	(764.862)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(319.403)**	(42.882)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	**(62.742)**	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**174.907**	12.121
Resultado do exercício		**(207.238)**	(30.763)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	**(207.238)**	(30.763)
Total do resultado abrangente do exercício	**(207.238)**	(30.763)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**(319.403)**	(42.882)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Receita de remuneração do ativo de contrato	**(947.250)**	(1.028.148)
Receita de operação e manutenção - ativo de contrato	**(128.777)**	(36.106)
Outras receitas	**984.759**	714.616
Pis e cofins diferidos	**(63.301)**	(14.367)
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	**266.735**	275.806
Amortização dos custos de transação	**6.274**	5.353
Variação cambial	**-**	(3.284)
Provisões de fornecedores	**(9.737)**	(48.059)
Provisão para perda de créditos esperadas	**7.026**	7.708
Provisões de contingências	**(5)**	(17)
Instrumentos financeiros	**-**	627
Resultado ajustado	**(203.679)**	(168.753)
Variações nos ativos e passivos:		
Ativo de contrato	**775.607**	493.565
Concessionárias e permissionárias	**(32.539)**	(31.080)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**(2.061)**	842
Outros impostos a recuperar	**544**	(185)
Outras ativos circulantes	**(12)**	326
Fornecedores	**(83)**	(1.655)
Partes relacionadas	**(25.756)**	24.014
Obrigações fiscais	**20.042**	11.577
Outras obrigações	**2.663**	5.031
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(20.475)**	(10.909)
Juros sobre imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	(398)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**514.251**	322.375
Atividades de investimento		
Contas bancárias vinculadas	**(1.040)**	(6.272)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades investimentos	**(1.040)**	(6.272)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	**967**	-
Captações de financiamentos	**25.868**	80.000
Adição do custo de transação	**(16.021)**	(32.565)
Pagamentos de principal de financiamentos	**(237.533)**	(178.421)
Pagamentos de juros de financiamentos	**(131.691)**	(122.934)
Variação cambial realizada	**-**	2.968
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**(358.410)**	(250.952)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**154.801**	65.151
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	**86.348**	21.197
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	**241.149**	86.348
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**154.801**	65.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

			Reserva de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	13	678.001	92.307	2.451	1.766.715	-	2.539.474
Reversão de dividendos		-	-	-	115.781	-	115.781
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(30.763)	(30.763)
Destinação de lucros a							
Reserva legal		-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	13	-	(13)	-
Absorção de prejuízo		-	-	-	(30.776)	30.776	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13	678.001	92.307	2.464	1.851.720	-	2.624.492
Integralização de capital		**967**	-	-	-	-	**967**
Prejuízo(lucro) do exercício		-	-	-	-	**(207.238)**	**(207.238)**
Destinação de lucros a							
Reserva legal		-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	**2.477**	-	**(2.477)**	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	**(209.715)**	**209.715**	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**13**	**678.968**	**92.307**	**4.941**	**1.642.005**	-	**2.418.221**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") controlada pela Cymi Construções e Participações S.A, Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de fevereiro de 2016 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui as Licenças de Operações:

Projeto Mantiqueira	Licenças	Emissão	Validade
LT Pirapora - Sarzedo - Itabira e SEs Asssociadas	LO nº 0001/2021	11/11/2021	11/11/2031
LT 230 kV Irapé - Araçuai e SEs Associadas	LO nº 1565/2020	12/05/2020	12/05/2026
LT 230 kV Janaúba - Araçuai e SEs Associadas	LO nº 1565/2020	17/12/2020	17/12/2025
LT 345 kV Itabirito 2 - Barro Branco	LO nº 1663/2023	20/01/2023	20/01/2033
LT Itabirito 2 - Jeceaba - Itutinga r Subestações associadas	LO nº 1675/2023	22/09/2023	22/09/2033
SE Timóteo II	LO nº 1583/2020	21/07/2020	21/07/2030
SE Braúnas e Seccionamentos	LO nº 1621/2021	12/08/2021	12/08/2031
SE João Monlevade IV e Seccionamentos	LO nº 1622/2021	12/08/2021	12/08/2031
SE Varginha IV e Seccionamentos	LO nº 1620/2021	10/08/2021	10/08/2031

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica: Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2016 - ANEEL, datado de 03 de junho 2016, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimento no estado de Minas Gerais composta pela: • LT 345 kV Jeceaba - Itutinga, 106 km; • LT 345 kV Itabirito 2 - Jeceaba C2, 44 km; • SE 500/230 kV Itabira 5; • LT 230 kV Itabira 2 - Itabira 5, 16 km; • LT 230 kV Irapé - Araçuai 2, C2, 61 km; • SE 230/69kV João Monlevade 4; • LT 230 kV Irapé - Janaúba 3, 130 km; • SE 230/138 kV Janaúba 3; • SE 230/161/138 kV Braúnas; • SE 230/69 kV Timóteo 2; • SE 500/345 kV Presidente Juscelino; • LT 500 kV Presidente Juscelino - Pirapora 2, C1 E C2, 177 km cada circuito; • LT 500 kV Presidente Juscelino - Itabira 5, 162 km; • LT 345 kV Betim 6 - Sarzedo, 23 km; • LT 345 kV Betim 6 - Sete Lagoas 4, 47 km; • LT 345 kV Sete Lagoas 4 - Presidente Juscelino, C1 e C2, 101 km cada circuito; • LT 345 kV Itabirito 2 - Barro Branco, 57 km; • SE 345 kV Sarzedo; • SE 345/138 kV Betim 6; • 2º Banco De Reatores De Barra, 50 MVar, 500 kV na SE Presidente Juscelino; • 2º Banco De Transformação SE Itabira 5, 500/230 kV, 3 X 250 MVA e • SE 345/138 kV Varginha 4; O Contrato de Concessão exigia originalmente a entrada em operação comercial em 04 de março de 2021. Apenas os trechos LT 230kV Irapé - Janaúba 3, SE Janaúba 3, SE Presidente Juscelino, LT Presidente Juscelino - Pirapora 2 C1 e C2 e 2º Banco de Reatores De Barra, na SE Presidente Juscelino, entraram em Operação Comercial em 2021. No ano de 2022 entraram em operação comercial a SE João Monlevade 4, a LT 500kV Presidente Juscelino - Itabira 5, a SE Itabira 5, o 2º banco de transformadores da SE Itabira 5, a LT 230kV Itabira 5 - Itabira 2 e a SE Braúnas. A Companhia possui Termo de Liberação de Receita (TLR) emitido pelo ONS atualmente vigentes na SE Braúnas em função de pendências por parte da CEMIG-D, reconhecidas pelo ONS como não imputáveis à Companhia. No final de 2022 foi concluída a pendência de terceiros da ETTM de modo que houve a energização em carga da SE Timóteo 2. No ano de 2023 entraram em operação comercial os transformadores 500/345kV da SE Presidente Juscelino, as LTs 345kV Presidente Juscelino - Sete Lagoas 4 C1 e C2, a SE Sete Lagoas 4, a LT 345kV Sete Lagoas 4 - Betim 6, a SE Betim 6, a LT 345kV Betim 6 - Sarzedo, a SE Sarzedo, a LT 345kV Itabirito 2 - Barro Branco, os transformadores 345/138kV da SE Betim 6, a LT 345 kV Itabirito 2 - Jeceaba, a LT 345kV Itutinga - Jeceaba e a SE Varginha 4. Em 21 de fevereiro de 2024 o projeto foi 100% energizado para operação comercial, sendo obtido 100% dos Termo de Liberação Definitivos (TLDs) em 05 de abril de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R$726.437 para o ciclo de 2024/2025. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 0,04% da receita operacional líquida. • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - o FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,04% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME) - recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,02% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela administração em 28 de abril de 2025. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 8) - critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; • Provisões de PECLD (nota explicativa nº 3.7 e nº 6) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade da não recebimento de recursos; • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco (nota explicativa nº 3.3 e nº 18) - valor justo do instrumento financeiro; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 12) - reconhecimento e mensuração. • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 20) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. • Provisão para fornecedores (nota explicativa nº 3.7 e nº 9) – reconhecimentos e mensuração. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. *i) Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. *ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. *iii) Mensuração*

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 24.176.892/0001-44

subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida ao VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. *Instrumentos de dívida ao VJORA:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de Impairment para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica a partir de sua vigência, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (i) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (ii) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: • Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Benefício fiscal - Lucro da exploração: Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para PECLD: A provisão para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) refere-se à estimativa de perdas com créditos que, no momento da elaboração das demonstrações financeiras, apresentam riscos de inadimplência, com base em uma análise da carteira de clientes e das condições econômicas e de mercado. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para fornecedores: As provisões são constituídas devido à possibilidade de perdas ou ajustes relacionados a contas a pagar que ainda não foram liquidados cujo o valor final não está totalmente definido. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Encargos setoriais:** a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c) Ministério de Minas e Energia (MME): Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3.11. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Pronunciamentos novos ou interpretações revisadas aplicados pela primeira vez em 2024.:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros.: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. **4.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes:** IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações. Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	2.186	18.686
Aplicações financeiras (a)	238.963	67.662
	241.149	86.348

(a) As aplicações estão representadas por renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 85,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. **5.1. Contas bancárias vinculadas:** Refere-se a conta vinculada ao financiamento. A receita da companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário, conforme regra contratual. No longo prazo são apresentadas as contas reserva constituídas, de acordo com o contrato de dívida firmado junto ao BNDES e devem ser mantidas até o vencimento.

	31/12/2024	31/12/2023
Conta corrente vinculada	20.036	23.589
Aplicação financeira vinculada (a)	68.878	64.286
	88.914	87.875
Circulante	20.036	23.589
Não circulante	68.878	64.286

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

6. Concessionárias e permissionárias

	2024	2023
Concessionárias e permissionárias	96.467	63.929
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(14.733)	(7.708)
	81.734	56.221

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos a vencer	74.154	55.629
Títulos vencidos em até 30 dias	1.907	160
Títulos vencidos em 31 a 120 dias	5.456	5.563
Títulos vencidos em 121 a 180 dias	1.584	658
Títulos vencidos há mais de 181 dias	13.366	1.919
	96.467	63.929

A Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Foram provisionados valores para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa de agentes inadimplentes com mais de 180 dias e valores que foram questionados judicialmente, por alguns agentes do sistema, com débitos faturados considerados indevidos. Abaixo apresentamos a movimentação das perdas estimadas de crédito em liquidação duvidosa:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Adições	7.708
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.708
Adições	7.106
Baixas	(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.733

7. Impostos a recuperar: Referem-se basicamente a saldos negativos de imposto de renda e contribuição social são atualizados monetariamente.

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social(a)	44.412	42.350
Outros	4	548
	44.416	42.898

(a) Os valores são referentes a saldo negativo de anos anteriores no montante de R$20.168; valores pagos antecipadamente no montante de R$22.529 e impostos retidos no montante de R$1.719. **8. Ativo de contrato**

2023	Receita de construção	Remuneração do Ativo de contrato	Receita de O&M	Outras Receitas (ii)	Recebimentos	2024
7.310.380	-	947.250	128.777	(984.759)	(775.607)	6.626.041

2022	Receita de construção	Remuneração do Ativo de contrato	Receita de O&M	Outras Receitas (i)	Recebimentos	2023
7.454.307	-	1.028.148	36.106	(714.616)	(493.565)	7.310.380

(i) Em 2023, a Companhia revisou as premissas em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste negativo de R$907.238, sendo R$714.616 em outras receitas, R$192.622 em receita de construção e R$83.920 de PIS e Cofins, um ajuste positivo de R$600.016 em custo de construção com contrapartida em resultado financeiro. (ii) Em 2024, a Companhia revisou as premissas em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste negativo de R$996.547, em outras receitas.

	2024	2023
Circulante	314.695	309.420
Não circulante	6.311.346	7.000.960
Total	6.626.041	7.310.380

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida - RAP - a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo de contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

9. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e serviços	671	754
Provisões (i)	76.489	86.225
	77.160	86.979
Fornecedores - Circulante	76.879	86.400
Fornecedores - Não circulante(ii)	281	579
	77.160	86.979

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. As principais provisões referem-se aos licenciamentos ambientais junto ao IBAMA no valor de R$27.968 e desapropriações de LTs no valor de R$40.222. (ii) Valores referentes as retenções contratuais com fornecedores no percentual de 10%. Os valores retidos são pagos ao final do contrato. **10. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo	
Companhias	31/12/2024	31/12/2023
Cymi Construções e Participações (i)	20	155
Cobra Brasil Comunicações Energia (i)	488	1.084
Cymi do Brasil Projetos e Serviços(ii)	-	14.765
Cymi O&M Ltda (iii)	4.468	14.728
Total passivo	4.976	30.732

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 24.176.892/0001-44

Companhias	Resultado 31/12/2024	31/12/2023
Cymi O&M Ltda (a)	**43.451**	25.662
Cymi O&M Ltda (b)	**12.673**	7.484
Total resultado	**56.124**	30.732

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia, Cymi Construções e Cobra Brasil. Sendo o montante de R$488 referentes aos serviços de construção ainda não faturadas. (ii) Refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão. (iii) Refere-se a serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão. Sendo o montante de operação e manutenção faturados de R$4.468. (a) Serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia. (b) Serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

11. Empréstimos e financiamentos: a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2024	31/12/2023
Banco Itaú	BRL	19/01/2024	1,75% + CDI	-	114.123
BNDES Sucredito A	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	**393.014**	394.811
BNDES Sucredito B	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	**413.957**	409.206
BNDES Sucredito C	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	**1.038.576**	1.043.318
BNDES Sucredito D	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	**1.092.358**	1.079.822
BNDES Sucredito E	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	**121.646**	109.253
BNDES Sucredito F	BRL	15/11/2043	2,00% + TLP	**125.918**	111.557
(-) Custo de captação				**(130.305)**	(120.558)
Total de empréstimos e financiamentos				**3.055.164**	3.141.532
Circulante				**257.076**	247.866
Não Circulante				**2.798.088**	2.893.666
				3.055.164	3.141.532

b) Movimentação em 2024

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2023	Adições	Portabilidade	Amortização de Principal	Variação cambial	Juros e Atualização Monetária	Amortização de Juros	(-) Custo Transação a Amortizar	Variação cambial realizada	31/12/2024
Banco Itaú	114.123	-	-	**(100.000)**	-	**1.386**	**(15.509)**	-	-	-
BNDES Subcrédito A	394.811	-	-	**(20.298)**	-	**32.922**	**(14.421)**	-	-	**393.014**
BNDES Subcrédito B	409.206	-	-	**(14.582)**	-	**34.391**	**(15.058)**	-	-	**413.957**
BNDES Subcrédito C	1.043.318	-	-	**(53.639)**	-	**87.005**	**(38.108)**	-	-	**1.038.576**
BNDES Subcrédito D	1.079.822	-	-	**(38.479)**	-	**90.751**	**(39.736)**	-	-	**1.092.358**
BNDES Subcrédito E	109.253	**12.934**	-	**(6.174)**	-	**10.004**	**(4.371)**	-	-	**121.646**
BNDES Subcrédito F	111.557	**12.934**	-	**(4.361)**	-	**10.276**	**(4.488)**	-	-	**125.918**
(-) Custo de Captação	(120.558)	**(16.021)**	-	-	-	-	-	6.274	-	**(130.305)**
Total	3.141.532	**9.847**	-	**(237.533)**	-	**266.735**	**(131.691)**	**6.274**	-	**3.055.164**

c) Movimentação em 2023

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Adições	Portabilidade	Amortização de Principal	Variação cambial	Juros e Atualização Monetária	Amortização de Juros	(-) Custo Transação a Amortizar	Variação cambial realizada	31/12/2023
Banco Bradesco	106.232	-	(100.000)	-	-	782	(7.014)	-	-	-
Banco Itaú	-	-	100.000	-	-	14.123	-	-	-	114.123
Banco Scotiabank Brasil	50.332	-	-	(50.000)	(3.284)	1.570	(1.586)	-	2.968	-
BNDES Subcrédito A	395.912	-	-	(19.454)	-	32.827	(14.474)	-	-	394.811
BNDES Subcrédito B	403.838	-	-	(13.475)	-	33.716	(14.873)	-	-	409.206
BNDES Subcrédito C	1.046.229	-	-	(51.410)	-	86.748	(38.249)	-	-	1.043.318
BNDES Subcrédito D	1.065.658	-	-	(35.559)	-	88.969	(39.246)	-	-	1.079.822
BNDES Subcrédito E	69.556	40.000	-	(5.063)	-	8.481	(3.721)	-	-	109.253
BNDES Subcrédito F	70.198	40.000	-	(3.460)	-	8.590	(3.771)	-	-	111.557
(-) Custo de Captação	(93.346)	(32.565)	-	-	-	-	-	5.353	-	(120.558)
Total	3.114.609	47.435	-	(178.421)	(3.284)	275.806	(122.934)	5.353	2.968	3.141.532

(*) Em 2022 foram capitalizados em ativo de contrato como custo de construção o total de R$106.520. BNDES: Com o objetivo de liquidar parcialmente os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Mantiqueira, em dezembro de 2019 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com taxas de TLP + 2,00% mais estáveis, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia recebeu o desembolso dos subcréditos E2 e F2 no limite de R$40.000 cada um. Em 28 de fevereiro de 2024, a Companhia recebeu o desembolso dos subcréditos E3 e F3 no limite de R$12.934 cada um. Em outubro de 2022, quando a Companhia visualizou a possibilidade do não atingimento do ICSD (1,3), enviou um pedido de waiver para o BNDES, solicitando que não fosse realizado a dobra da conta reserva. Portanto, a partir do momento que quebra o cálculo do índice de concretizou e a Companhia teria sua conta reserva dobrada em 31 de dezembro de 2022, após notificação do BNDES para o banco administrador de contas (Banco Bradesco), o BNDES solicitou a dobra da conta reserva através da carta AEC/DEENE1 - 026/2023. Visando reestabelecer a conta reserva em três vezes o serviço da dívida, a Companhia realizou uma auditoria intermediária, no período de julho de 2022 a junho de 2023, que correspondeu ao primeiro período de 12 meses em que o ICSD era superior ao estipulado no contrato. No dia 1 de setembro de 2023, a Companhia emitiu o novo parecer, e o enviou imediatamente para o BNDES. Em 27 de setembro, conforme carta AEC/DEENE1 45/2023, o BNDES comunicou ao Bradesco a volta da dobra da conta reserva para 3 vezes o valor da última parcela da dívida. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras de vencimento antecipado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD) sendo válidas em 31 de dezembro de 2024. O Índice é calculado utilizando como métrica o EBITDA da demonstração contábil regulatório onde ele precisa ser superior a 1,30. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de "covenants" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os principais "covenants" não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de "covenants" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	**257.076**	247.008
2026	**254.078**	244.232
2027	**251.079**	241.456
2028	**248.081**	238.681
Após 2028	**2.175.155**	2.290.712
(-) Custo de transação a amortizar	**(130.305)**	(120.558)
Total BNDES	**3.055.164**	3.141.532

12. Impostos diferidos: 12.1. PIS e COFINS diferidos: O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o Ativo contratual de concessão e registrado conforme competência contábil. Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

	31/12/2024	Movimentação	31/12/2023
PIS diferido	**109.151**	**(11.292)**	120.443
COFINS diferido	**502.759**	**(52.009)**	554.768
Total	**611.910**	**(63.301)**	675.211

12.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2024	Movimentação	Total 31/12/2023
Ativo/passivo			
Prejuízo fiscal/Base negativa	**(214.874)**	**53.551**	(268.425)
Lucro diferido da construção	**34.357**	**(1.274)**	35.631
Receita de ativo financeiro/AVP	**734.642**	**6.562**	728.080
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	**(7.387)**	**(4.766)**	(2.621)
Ajuste CPC 47	**287.626**	**(228.980)**	516.606
Total não circulante	**834.364**	**174.907**	1.009.271

Detalhamento do não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	**(214.874)**	(268.425)
Passivo	**1.049.238**	1.277.696
Total ativo/passivo diferidos	**834.364**	1.009.271

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes conforme abaixo.

Períodos	31/12/2024
2025	54.850
2026	58.335
2027	61.740
2028	39.949
Total	**214.874**

13. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$678.968 (R$678.001 em 2023), dividido em 678.968 ações ordinárias normativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$1,00 cada. Em 10 de janeiro de 2024, conforma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R$967 em moeda corrente. O respectivo aporte foi proporcional a participação dos acionistas, sendo, 25% Cymi Construções e Participações S.A., 25% Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia e 50% Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
Quotistas	**Qnt. ações**	**%**	**Valor (em reais)**	**Qnt. ações**	**%**	**Valor (em reais)**
Cymi Construções e Participações S.A.	**169.742.000**	**25%**	**169.742.000**	169.500.250	25%	169.500.250
Cobra Brasil Serviços Comunicações e Energia	**169.742.000**	**25%**	**169.742.000**	169.500.250	25%	169.500.250
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	**339.484.000**	**50%**	**339.484.000**	339.000.500	50%	339.000.500
Total	**678.968.000**	**100%**	**678.968.000**	678.001.000	100%	678.001.000

b) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**(207.238)**	(30.763)
(-) Reserva legal	**-**	-
(-) Reserva de incentivos fiscais	**(2.477)**	(13)
	(209.715)	(30.776)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**-**	-

c) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de Lucros a realizar: A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. Em 2024 a Companhia apresentou prejuízo no período de R$207.238, ficando sua reserva de lucro com o montante de R$1.642.005 (R$1.851.720 em 2023). e) Reserva de incentivos fiscais: Conforme laudo constitutivo nº 0067/2022 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 26 de maio de 2022 foi garantido à Mantiqueira Transmissora de Energia S.A pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2031. Em 2024 a Companhia possui o montante de R$4.941 em reserva de incentivo fiscal. **14. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção - Ativo de contrato	-	-
Remuneração - Ativo de contrato	**947.250**	1.028.148
Receita de O&M	**128.777**	36.106
Outras receitas (*)	**(984.759)**	(709.611)
Receita operacional bruta	**91.268**	354.643
(-) PIS e COFINS	**(8.442)**	(32.804)
(-) Encargos setoriais (**)	**(9.593)**	(6.370)
Receita operacional líquida	**73.233**	315.469

(*) Em 2023, a Companhia revisou as premissas em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste negativo de R$907.238, sendo R$714.616 em outras receitas e R$192.622 em receita de construção. Em 2024, a Companhia revisou as premissas em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste negativo de R$984.759. (**) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operação e manutenção	**128.777**	36.106
Custo de operação e manutenção	**(43.451)**	(25.662)
Total Margem de O&M	**85.326**	10.444
Margem percebida (%)	**66%**	29%

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção	**-**	-
Custo de construção	**-**	472.623
Total Margem de construção	**-**	472.623
Margem percebida (%)	**-**	-

15. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de construção	**-**	472.623
Custo de operação e manutenção	**(43.451)**	(25.662)
Total custo	**(43.451)**	446.961

	31/12/2024	31/12/2023
Material	**(367)**	(129)
Doações (*)	**-**	(7.236)
Serviços de terceiros	**(22.106)**	(12.727)
Despesas operacionais	**(48.660)**	(12.374)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	**(7.026)**	(7.708)
Outras despesas	**(847)**	(276)
Total despesas gerais e administrativas	**(79.006)**	(40.450)

(*) Em 2023 a Companhia efetuou doações no montante de R$7.326, divididos em: R$5.349 para Furnas; R$1.523 para IEMG e 364 para CEMIG. **16. Resultado financeiro:** O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	**20.148**	21.040
Receita de aplicações financeiras	**17.584**	13.915
Atualização Selic	**3.357**	7.125
Outras receitas	**24**	-
(-) Pis e Cofins	**(817)**	-
Despesas financeiras	**(290.327)**	(785.902)
Juros de empréstimos e financiamentos	**(1.298)**	(10.190)
Atualização Monetária (*)	**(265.437)**	(768.312)
IOF de empréstimos	**(2.388)**	(1.808)
Despesas de hedge	**-**	(3.894)
Comissões	**(4.167)**	(1.676)
Outras despesas financeiras (**)	**(17.037)**	(22)
Resultado financeiro líquido	**(270.179)**	(764.862)

(*) Em 2023, a Companhia revisou as premissas em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste negativo de R$600.016 em resultado financeiro com contrapartida em custo de construção. (**) Em 2024 a Companhia revisou seu saldo negativo e baixou o montante de R$16.035 com mais de cinco anos. **17. Imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo societário antes do IRPJ e da CSLL	**(319.403)**	(42.882)
Alíquota vigente	**34%**	34%
Despesa de IR e CSLL calculada	**108.597**	14.580
Incentivo fiscal - Sudene	**2.477**	13
Outros	**1.091**	(14)
Doações	**-**	(2.460)
Despesa de IR e CS	**112.165**	12.119
Total dos tributos correntes	**(62.742)**	12.121
Total dos tributos diferidos	**174.907**	(2)
Despesa total com tributos	**112.165**	12.119
Alíquota efetiva	**(35%)**	(28%)

18. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. **a)** Gerenciamento de riscos: *Visão geral:* A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. *i) Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**241.149**	86.348
Contas bancárias vinculadas (Nota 5.1)	**88.914**	87.875
Concessionárias e permissionárias (Nota 6)	**81.734**	56.221
Ativo de contrato (Nota 8)	**6.626.041**	7.310.380
	7.037.838	7.540.824

• Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • Ativo de contrato - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. *ii) Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	**238.963**	67.662
Aplicações financeiras vinculadas equivalentes de caixa (CDI)	**68.878**	64.286
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	-
Passivos financeiros		
Financiamento (TJLP)	**3.055.164**	3.147.967
Financiamento (CDI)	**-**	114.123
Fornecedores	**77.160**	86.979
Partes relacionadas	**4.976**	30.732

iii) Riscos de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2024. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	**77.160**	**76.879**	**281**	**-**
Financiamentos	**3.055.164**	**257.076**	**753.238**	**2.044.850**
Partes relacionadas	**4.976**	**4.976**	**-**	**-**
Total	**3.137.300**	**338.931**	**753.519**	**2.044.850**

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e finaciamentos	Custo amortizado
Partes Relacionadas	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2024 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissionárias - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Fornecedores - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

		31/12/2024		31/12/2023	
Descritivo		**Valor contábil**	**Valor Justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes)	**Nível 2**	**241.149**	**241.149**	67.662	67.662
Aplicações financeiras vinculadas	**Nível 2**	**68.878**	**68.878**	64.286	64.286
Total		**310.027**	**310.027**	131.948	131.948

		31/12/2024		31/12/2023	
Descritivo		**Valor contábil**	**Valor Justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Empréstimos e financiamentos	**Nível 2**	**3.185.469**	**2.234.039**	3.147.964	2.298.939
Total		**3.185.469**	**2.234.039**	3.147.964	2.298.939

19. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2024 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada (R$ mil)	Prêmio (R$mil)
Risco operacional	30/05/2024 a 30/05/2025	2.114.342	2.803
Fiel Cumprimento (*)	27/10/2024 a 25/01/2025	243.997	270
Fiel Cumprimento (*)	25/01/2025 a 25/04/2025	243.997	270
Fiel Cumprimento (*)	25/04/2025 a 24/07/2025	243.997	270

(*) A garantia de Fiel Cumprimento é um Seguro Garantia tendo Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. como tomadora da apólice e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurado. A garantia tem como fundamento o Edital 05/2015 da ANEEL que prevê que com a assinatura do Contrato de Concessão entre a Transmissora e ANEEL será apresentado a garantia de Fiel Cumprimento no valor correspondente à 10% do investimento previsto pela ANEEL. **20. Contingências:** A Companhia é parte em demandas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda que totalizam R$21 em 31 de dezembro de 2024 (R$26 em 2023) e contingências passivas com prognósticos de perda possível que totalizam R$761 (R$104 em 2023). A principal causa passiva classificada como possível refere-se ao processo Trabalhista sob nº 0010092-70.2024.5.03.0007 no valor de R$600 relacionado a supostas verbas trabalhistas devidas a ex-funcionário de empresa terceirizada, dentre elas, verbas rescisórias.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira;
Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21)

99122-4278

publicidade@diariodoacionista.com.br

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 24.176.892/0001-44

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Mantiqueira Transmissão de Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Mantiqueira Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F

Ricardo Gomes Leite - Contador - CRC RJ-107146/O

País

PARKINSON

Moraes dá 48 horas para defesa de Collor enviar exames ao STF

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu ontem, que a defesa do ex-presidente Fernando Collor de Mello apresente exames para comprovar que ele tem Doença de Parkinson. O prazo para resposta é de 48 horas.

A defesa do ex-presidente pediu prisão domiciliar humanitária alegando que ele enfrenta problemas de saúde graves. Antes de decidir sobre o pedido, Moraes vem cobrando laudos médicos que atestem as comorbidades.

Na segunda-feira, o ministro pediu "prontuário e histórico médico, bem como os exames anteriormente realizados".

Em novo despacho nesta terça, Moraes cobra a "íntegra dos exames realizados, inclusive os exames de imagens", e manda a defesa explicar por que não há "exames realizados no período de 2019 a 2022, indicativos e relacionados a Doença de Parkinson".

Os advogados advogados Marcelo Bessa e Thiago Fleury alegam que, aos 75 anos, Collor tem "comorbidades graves" e faz uso de medicamentos contínuos. Ao ser ouvido na audiência de custódia, no entanto, o ex-presidente negou ter problemas de saúde ou tomar remédios.

O ex-presidente foi preso para cumprir a condenação de 8 anos e 6 meses em um processo da Operação Lava Jato. Ele está detido no Presídio Baldomero Cavalcanti de Oliveira, em Maceió.

FALSO TESTEMUNHO

CPI das Bets prende convocado suspeito de ligação com jogo ilegal

VINÍCIUS VALFRÉ/AE

A CPI das Bets, do Senado, prendeu, durante a sessão ontem, o empresário Daniel Pardim Tavares Gonçalves sob a acusação de falso testemunho. Ele era ouvido na condição de testemunha e se negou a detalhar sua participação na empresa Peach Blossom River Technology. Após a prisão, a reunião da CPI foi encerrada.

A prisão foi pedida pela relatora da comissão, Soraya Thronicke (Podemos-MS), e aceita pelo presidente do colegiado, Hiran Gonçalves (PP-RR).

Daniel Pardim aparece oficialmente como responsável pela Peach Blossom River Technology, empresa investigada por envolvimento com jogo de apostas ilegais e suposta participação em esquema de lavagem de dinheiro.

O empresário é apontado pelas investigações da CPI como um "laranja" da advogada Adélia de Jesus Soares, também investigada por suspeita de envolvimento com apostas ilegais.

Ela também foi convocada na condição de testemunha para a sessão da CPI desta terça, mas não compareceu.

O interrogado evitou responder às perguntas de senadores sobre a empresa da qual ele aparece como responsável. Também afirmou desconhecer Adélia Soares. A Peach Blossom tem participação na Playflow, empresa que tem Adélia de Jesus Soares como administradora.

Segundo uma investigação realizada pela Polícia Civil do Distrito Federal, a Playflow contribuiu para que um grupo chinês operasse jogos ilegais no Brasil. A firma, sediada no exterior, também serviria para orientar brasileiros sobre como faturar com esquemas de apostas que não cumprem a legislação.

CRIME SEM CASTIGO

Justiça condena Nikolas por discurso transfóbico na Câmara

A Justiça do Distrito Federal condenou ontem o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) ao pagamento de R$ 200 mil em danos morais coletivos em função das acusações de transfobia durante discurso proferido da tribuna da Câmara dos Deputados no Dia Internacional da Mulher, em 2023.

A ação foi movida por associações representativas da comunidade LGBTQIA+, que acusaram o parlamentar de promover discurso de ódio ao vestir uma peruca amarela e disse que "se sentia uma mulher" e que "as mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres".

Na sentença, a juíza Priscila Faria da Silva, da 12ª Vara Cível de Brasília, entendeu que o discurso do deputado não se enquadra na liberdade de expressão.

"A conclusão a que se chega é a de que os dizeres proferidos pelo réu no púlpito da tribuna da Câmara dos Deputados na data de 8/3/2023 desbordam dos limites do direito à livre manifestação do pensamento e constituem verdadeiro discurso de ódio, na medida em que descredibilizam a identidade de gênero assumida pela população transexual e insuflam a sociedade a fazer o mesmo", disse a magistrada.

Cabe recurso contra a decisão, que foi proferida na esfera cível.

No ano passado, na esfera criminal, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça arquivou notícias-crime protocoladas contra o deputado pela mesma acusação.

Ao analisar o caso, Mendonça entendeu que as falas de Nikolas estão cobertas pela imunidade parlamentar, prevista na Constituição, e que cabe à Câmara dos Deputados avaliar eventual quebra de decoro pelo parlamentar.

A Agência Brasil entrou em contato com a assessoria do deputado e aguarda retorno. O espaço está aberto para manifestação.

CÂMARA

Deputados discutem e precisam ser contidos durante audiência

RAYANDERSON GUERRA/AE

LULA MARQUES/ABRASIL



Os deputados federais Lindbergh Farias (PT) e Gilvan da Federal (PL-ES) precisaram ser contidos por colegas parlamentares na manhã de ontem, durante audiência na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, com o ministro da Justiça Ricardo Lewandowski (**foto**) após se desentenderem e trocarem ofensas.

O tumulto começou após Gilvan usar o tempo reservado a ele como líder do PL para criticar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chamar o chefe do Executivo de "descondenado" e afirmar que a gestão petista está "importando corruptos".

"O senhor tem ciência de que participa de um governo corrupto? Um governo que saqueou a Petrobras, que saqueou os Correios, os fundos de pensões... Os maiores escândalos de corrupção do País se encontrou no governo do senhor Luiz Inácio Lula da Silva, que foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro. Uma vergonha pessoas que se dizem honestas participando de um governo do qual esse descondenado deveria estar preso pagando pelos seus crimes", afirmou Gilvan.

O deputado Lindbergh pediu então para apresentar uma questão de ordem, com base no inciso 12 do artigo 73 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que diz que "nenhum deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas deste e dos demais Poderes da República, às instituições nacionais, ou a Chefe de Estado estrangeiro com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas".

"Esse sujeito é um desqualificado. Pediu a morte do presidente. ", dizia Lindbergh, após Gilvan se levantar e ir em direção ao parlamentar petista.

No início do mês, no dia 9, o deputado do PL do Espírito Santo precisou pedir desculpas por desejar a morte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sessão da Comissão de Segurança Pública da Câmara. Ele afirmou, no dia 8, que quer que Lula "morra", ao defender um projeto, relatado por ele, que desarma a guarda presidencial.

POLICIAIS ACIONADOS

Deputados precisaram conter os dois parlamentares e o presidente da comissão, Paulo Bilynskyj (PL-SP), chegou a acionar os policiais legislativos para conter os ânimos e apartar a confusão.

"A esquerda vai tentar fazer a baderna para cancelar a reunião e dificultar o nosso trabalho. Peço a paciência dos senhores, todo mundo aqui é polícia, tem experiência, sabe lidar...", afirmou Bilynskyj ao retomar a palavra na comissão.

PARTIDOS

PSDB autoriza discussões para fusão com Podemos e marca decisão para junho

BIANCA GOMES/AE

O PSDB deu início oficial às discussões para uma possível fusão com o Podemos. A decisão foi aprovada pela Executiva Nacional do partido nesta terça-feira, 29, por unanimidade. Como mostrou o Estadão em fevereiro, a união com o partido comandado pela deputada federal Renata Abreu (SP) encontra consenso entre parlamentares, lideranças históricas e dirigentes.

Com a aprovação da Executiva, a expectativa é que o partido inicie uma rodada de consultas formais às diversas instâncias internas. Além disso, a Executiva convocou uma Convenção Nacional para o dia 5 de junho, quando a proposta de fusão e eventuais mudanças no estatuto partidário serão discutidas e votadas.

"A ideia é construir uma nova alternativa de centro democrático, distante dos extremos, com foco na retomada do desenvolvimento do País", disse o presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, por meio de nota enviada à imprensa. "PSDB e Podemos continuarão se reunindo nas próximas semanas para construir as convergências necessárias à consolidação de nossa união de estruturas e, principalmente, de propósitos", acrescentou ele.

Já Renata Abreu disse, em nota, que a soma de forças entre as siglas representa não apenas o crescimento das estruturas partidárias, mas a "união de propósitos e valores que colocam o interesse público acima de disputas ideológicas e extremismos".

As tratativas com o Podemos ganharam força após o PSDB recuar de uma incorporação ao PSD, cujo resultado prático seria a extinção da legenda tucana. Interlocutores de Perillo tratavam a incorporação ao partido de Gilberto Kassab como certa, mas o dirigente precisou voltar atrás após forte resistência de tucanos históricos e de deputados federais, como o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG).

A fusão com o Podemos conta com o apoio das principais lideranças do partido, incluindo Marconi, Aécio, o deputado federal Beto Richa (PSDB-PR) e o presidente da Executiva Estadual do PSDB de São Paulo e ex-prefeito de Santo André, Paulo Serra.

Nota

BRASIL PEDE QUE CORTE DA ONU DECLARE ILEGAL BLOQUEIO DE ISRAEL A GAZA

O Brasil solicitou à Corte Internacional de Justiça (CIJ), principal tribunal da Organização das Nações Unidas (ONU), em Haia, ontem, que declare ilegal o bloqueio imposto por Israel contra a entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza, que já dura mais de 50 dias. "O Brasil sustenta e espera que o tribunal reconheça que todas as medidas sistematicamente adotadas por Israel para impedir ou dificultar a presença e as atividades das Nações Unidas, de outras organizações internacionais e de terceiros Estados no território palestino ocupado violam flagrantemente não apenas o direito palestino à autodeterminação, mas também outras obrigações fundamentais previstas no direito internacional", afirmou o embaixador do Brasil na CIJ, Marcelo Viegas. A CIJ realiza audiências sobre ação movida pela Assembleia Geral da ONU que pede à Corte que se manifeste sobre as obrigações de Israel para "garantir e facilitar a entrada sem obstáculos de suprimentos urgentes essenciais para a sobrevivência da população civil palestina".

O representante brasileiro alegou que não há razão para o tribunal não se manifestar sobre o tema e sustentou que Israel não poderia se negar a cumprir as obrigações previstas na legislação internacional.

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**614.019**	549.101	**1.056.078**	1.114.906
Clientes a receber	6	**24**	2	**33.331**	17.417
Serviços prestados a faturar	14.a	**95.763**	93.331	**-**	-
Impostos a recuperar	7	**23.089**	4.885	**46.852**	17.711
Adiantamentos	8	**22.226**	23.380	**22.495**	23.790
Dividendos a receber	10	**35.759**	30.703	**-**	11.633
Instrumentos financeiros e derivativos	24	**-**	-	**115.246**	3.607
Estoque		**-**	-	**5.808**	3.511
Despesas antecipadas		**-**	-	**7.888**	-
Ativo de contrato	9	**-**	-	**33.426**	30.719
Outros ativos circulantes		**-**	-	**10.021**	1.543
		790.880	701.402	**1.331.145**	1.224.837
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	5	**-**	-	**25.266**	10.482
Títulos a receber	14.b	**537.381**	504.801	**537.381**	504.801
Ativos fiscais diferidos	16	**202.675**	34.999	**226.555**	-
Ativo de contrato	9	**-**	-	**3.818.795**	2.205.361
Investimento	10	**831.509**	1.710.232	**-**	1.141.193
Ativo mantido para venda	10	**681.582**	-	**681.582**	-
Imobilizado		**-**	-	**8.317**	9.869
Direito de uso		**-**	-	**5.454**	5.746
Intangível	11	**-**	-	**660.741**	550.672
Outros ativos não circulantes		**901**	479	**1.668**	2.456
		2.254.048	2.250.511	**5.965.759**	4.430.580
Total do ativo		**3.044.928**	2.951.913	**7.296.904**	5.655.417

	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	12	**246**	582	**433.228**	204.479
Salários e encargos sociais		**20.713**	21.803	**22.157**	23.180
Dividendos a pagar	17	**67.972**	51.329	**67.972**	51.329
Empréstimos e financiamentos	13	**639.726**	606.160	**2.190.944**	1.782.488
Instrumentos financeiros e derivativos	24	**-**	-	**11.114**	62.224
Tributos e contribuições sociais	7	**7.549**	3.505	**12.799**	8.300
Partes relacionadas	14.c	**-**	94.922	**105.324**	94.922
Passivo de arrendamento		**-**	-	**202**	3.958
Provisão para garantia de obra	15	**176.586**	73.063	**176.586**	78.173
Outras contas a pagar		**34.640**	12	**41.335**	27.576
		947.432	851.376	**3.061.661**	2.336.629
Não circulante					
Empréstimos e debêntures	13	**-**	-	**1.536.616**	897.637
Partes relacionadas	14.d	**-**	70.200	**-**	70.200
PIS e Cofins diferidos	16	**-**	-	**356.899**	206.074
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	**-**	-	**228.101**	109.409
Passivo de arrendamento		**-**	-	**5.771**	1.911
Provisões para contingências	15	**10.865**	9.434	**10.951**	9.434
		10.865	79.634	**2.138.338**	1.294.665
Total do passivo		**958.297**	931.010	**5.199.999**	3.631.294
Patrimônio líquido	17				
Capital social		**158.286**	158.286	**158.286**	158.286
Reserva de lucros		**1.928.345**	1.862.617	**1.928.345**	1.862.617
		2.086.631	2.020.903	**2.086.631**	2.020.903
Participação dos não controladores		**-**	-	**10.274**	3.220
PL + Não controladores		**2.086.631**	2.020.903	**2.096.905**	2.024.123
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.044.928**	2.951.913	**7.296.904**	5.655.417

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros – Reserva de transação de capital	Reserva de Lucros – Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17	158.286	31.657	(20.156)	2.085.488	-	2.255.275	3.026	2.258.301
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	216.124	216.124	-	216.124
Constituição da reserva de lucros		-	10.806	-	(193.849)	(216.124)	(399.167)	-	(399.167)
Distribuição de dividendos		-	-	-	(51.329)	-	(51.329)	-	(51.329)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	194	194
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17	158.286	42.463	(20.156)	1.840.310	-	2.020.903	3.220	2.024.123
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**62.221**	**62.221**	**-**	**(51.727)**
Absorção (Constituição) da reserva de lucros		-	**(10.806)**	-	**73.027**	**(62.221)**	**-**	-	**-**
Venda da Chimarrão		-	-	**20.156**	-	-	**20.156**	-	**20.156**
Distribuição de dividendos		-	-	-	**(67.972)**	-	**(67.972)**	-	**(67.972)**
Reversão de dividendos		-	-	-	**51.329**	-	**51.329**	-	**51.329**
Reversão de reserva de lucros		-	-	-	**(6)**	-	**(6)**	-	**(6)**
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	**7.054**	**7.054**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**17**	**158.286**	**31.657**	**-**	**1.896.688**	**-**	**2.086.631**	**10.274**	**2.096.905**

(i) Os saldos presentes consolidados em 31 de dezembro de 2022 não foram auditados. As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita líquida de vendas	18	**244.720**	87.001	**1.767.282**	725.107
Custo dos serviços prestados	19	**(127.897)**	(60.949)	**(1.336.358)**	(494.712)
Lucro bruto		**116.823**	26.052	**430.924**	230.395
Receitas/(Despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	20	**(33.231)**	(24.755)	**(80.418)**	(29.510)
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	**(342.823)**	208.205	**(341.746)**	151.456
Equivalência patrimonial	10	**218.009**	104.662	**93.495**	30.000
Resultado operacional antes do efeito financeiro		**(41.222)**	314.164	**102.255**	382.341
Resultado financeiro					
Receita financeira		**267.227**	246.463	**519.060**	352.967
Despesa financeira		**(242.587)**	(287.115)	**(577.864)**	(422.371)
Resultado financeiro	22	**24.640**	(40.652)	**(58.804)**	(69.404)
Lucro antes dos impostos		**(16.582)**	273.512	**43.451**	312.937
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	**(88.873)**	(58.567)	**(93.048)**	(58.676)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**167.676**	1.179	**111.818**	(38.137)
		78.803	(57.388)	**18.770**	(96.813)
Lucro líquido do exercício		**62.221**	216.124	**62.221**	216.124
Atribuível a Acionistas da Companhia		**62.221**	216.124	**63.655**	215.930
Participação dos não controladores		**-**	-	**(1.434)**	194
		62.221	216.124	**62.221**	216.124
Resultado por ação - básico (em reais)		**0,000**	0,002	**0,000**	0,002
Resultado por ação - diluído (em reais)		**0,000**	0,002	**0,000**	0,002

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**62.221**	216.124	**62.221**	216.124
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Total do resultado abrangente do exercício	**62.221**	216.124	**62.221**	216.124
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	**62.221**	216.124	**63.655**	215.930
Participação dos acionistas não controladores	**-**	-	**(1.434)**	194
	62.221	216.124	**62.221**	216.124

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fluxo de caixa operacional				
Lucro líquido do exercício	**62.221**	216.124	**62.221**	216.124
Ajustes				
Depreciação/amortização do imobilizado e intangível	**-**	-	**25.983**	4.131
Juros e variações monetárias e cambiais	**251.203**	(11.253)	**481.127**	182.275
Variação do valor justo de derivativos	**(118.207)**	93.401	**(229.847)**	96.920
Equivalência patrimonial	**(218.011)**	(86.143)	**(92.060)**	(11.396)
Provisão trabalhista	**1.431**	1.113	**1.517**	1.113
Provisão perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	**-**	-	**6.979**	3.347
Receita de construção	**-**	-	**(1.437.731)**	(563.331)
Remuneração do ativo de contrato	**-**	-	**(216.135)**	(144.543)
Impairment sobre a venda de controladas	**335.140**	-	**335.140**	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(88.873)**	-	**(93.048)**	-
Provisão para garantia de obra	**103.653**	31.130	**98.413**	36.240
IR/CS Diferidos	**167.676**	-	**(107.863)**	-
PIS/Cofins Diferidos	**-**	-	**150.825**	-
Provisão de fornecedores	**-**	-	**(236.098)**	-
Lucro líquido do exercício ajustado	**496.233**	244.372	**(1.250.577)**	(179.120)
Variação do ativo de contrato	**-**	-	**37.725**	-
Variação de contas a receber e outras contas a receber	**(2.454)**	(27.246)	**(22.893)**	3.742
Variação de estoques	**-**	-	**(2.297)**	(1.027)
Variação de tributos e contribuições sociais	**(187.192)**	(2.840)	**141.853**	(16.428)
Variação de outros ativos circulantes e não circulantes	**(422)**	3.998	**15.578**	2.743
Variação de fornecedores a pagar	**(336)**	145	**464.847**	141.629
Variação de salários a pagar	**(1.090)**	(171)	**(1.023)**	(3.651)
Variação de Partes relacionadas	**(94.922)**	(12.889)	**10.532**	(12.889)
Variação de outros passivos circulantes e não circulante	**-**	12	**20.676**	(26.079)
Variação adiantamentos	**1.154**	-	**1.295**	-
Variação de impostos diferidos	**-**	(1.180)	**-**	60.346
Pagamento de multa - ANEEL	**-**	(22.000)	**-**	(22.000)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(23.901)**	(17.072)	**(219.489)**	(60.025)
Variação da reserva de Capital	**(6)**	-	**-**	-
	(309.169)	(79.243)	**122.118**	63.141
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(73.446)**	-	**(73.446)**	2.793
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(382.615)**	(79.243)	**342.202**	65.934
Fluxo de caixa de investimentos				
Variação de títulos e valores mobiliários	**-**	-	**(14.784)**	(1.905)
Aplicações no imobilizado, direito de uso e ativo contratual	**-**	-	**180**	(9.299)
Aquisições de intangíveis	**-**	-	**(134.284)**	(110.119)
Aumento/redução em investimento em controlada	**227.644**	384.308	**227.644**	384.308
Baixa com venda de investida	**20.156**	-	**20.156**	-
Constituições de dividendos em controladas	**(52)**	(76.258)	**762**	(58.260)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) pelas atividades de investimento	**582.889**	308.050	**99.674**	204.725
Fluxo de caixa de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos obtidos	**714.000**	594.000	**3.060.169**	1.536.065
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(825.231)**	(642.528)	**(2.277.474)**	(882.509)
Captações de empréstimos com partes relacionadas	**-**	69.000	**-**	69.000
Títulos a receber sobre partes relacionadas	**(32.580)**	(504.261)	**(32.580)**	(504.261)
Aumento de capital social	**(152.637)**	(110.275)	**(242)**	(36.875)
Variação de reservas de capital	**-**	(429.870)	**-**	-
Pagamento de dividendos, JSCP e participações	**(16.643)**	-	**(16.643)**	(410.800)
Remuneração dos acionistas não controladores	**-**	-	**-**	-
Constituição de dividendos	**16.643**	87.615	**16.643**	50.559
Fluxo de caixa aplicado pelas atividades de financiamentos	**(296.448)**	(936.319)	**749.873**	(175.601)
Variação no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**549.101**	1.012.241	**1.114.906**	1.198.968
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**614.019**	549.101	**1.056.078**	1.114.906
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**64.918**	(463.140)	**(58.828)**	(84.062)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Cymi Construções e Participações S.A. ("Cymi, Companhia ou Controladora"), com sede na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1701 - Centro - CEP 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Cymi Brasil S.L. U e Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda. A Cymi e suas controladas têm como principais atividades a prestação de serviços de engenharia civil, mecânica e elétrica, tais como realização de estudo, projetos de engenharia, consultoria e execução de projetos industriais, de obras privadas ou públicas. Adicionalmente atua na manutenção, montagem e exploração de máquinas, aparelhos úteis, ferramentas e acessórios de aplicação industrial e agrícola, estudo, projeção e realização, incluindo a manutenção e reparação de todo tipo de instalações mecânicas, elétricas, eletrônicas, de encanamento, carpintaria, construção, de sinalização e eletrificação. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo individual de R$82 mil e consolidado de R$1.655 mil. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os recursos necessários para a manutenção dos negócios serão suportados por aportes dos quotistas controladores. A Companhia direciona, supervisa e assessora na execução das construções e na prestação dos serviços relacionados ao objeto social e participa no capital social de outras sociedades no Brasil, ou no exterior, na qualidade de sócia-quotista ou acionista, vide tópico 1.1. **1.1. Participações societárias:** A Cymi participa, diretamente em controladas (1.1.1) e em coligadas (1.1.2). Até 31/12/2024 não ocorreram alterações, aquisições e alienações em relação às participações societárias de 31/12/2023, exceto a venda integral da Chimarrão Transmissora de Energia S.A., vide Nota Explicativa nº 10.

Controladas	Descrição	Sede	Data da concessão	Data de vencimento	% Partic. 2024	% Partic. 2023
Dunas Transmissora de Energia S.A.	Linha de Transmissão - LT 500 kV Pacatuba - Jaguaruana 2 - Açu 3; LT 230kV Jaguaruana 2 - Mossoró 4; 230 kV Jaguaruana 2 - Russas 2; 230 kV Caraúbas 2 - Açu 3; Secc LT 500 kV Fortaleza 2 - Pecém 2 - SE Pacatuba; Subestação 500/230 kV Jaguaruana 2; Subestação 500/230/69 kV Pacatuba; e Subestação 230/69 kV Caraúbas 2. A Companhia iniciou a entrada em operação comercial em 09/05/2024. Apesar do empreendimento estar disponível para operação comercial, estamos sendo penalizados e não temos 100% de TLDs. Atualmente a Companhia recebe 99% da RAP, dado que o BDIT está sendo analisado pelo ONS aguardando a troca dos transformadores de aterramento para aprovação, prevista para março de 2025, momento este em que o projeto receberá 100% da RAP.	Rio de Janeiro	19/09/2018	19/09/2048	**100%**	100%
Cymi Saneamento e Participações S.A.	Operam no setor de energia elétrica, na implantação e exploração de empreendimentos de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, manutenção e instalação de estações e redes de distribuição de energia elétrica, o desenvolvimento, estruturação, implantação e operação de negócios no setor de água e esgotamento sanitário.	Rio de Janeiro	-	-	**100%**	100%
Verde Transmissão de Energia S.A.	LT 500 kV Buritizeiro 3-São Gonçalo do Pará, C1, CS;LT 500 kV Buritizeiro 3- São Gotardo 2, C1 e C2, CD;LT 500 kV Pirapora 2- Buritizeiro 3, C1, e C2, CD;LT 500 kV Jaguara-Estreito, C2, CS;LT 500 kV Presidente Juscelino- Vespasiano 2, C1 e C2, CD; LT 500 kV Itabirito 2-Santos Dumont 2, C1, CS;SE 500/345 kV Santos Dumont 2- novo pátio LT 500 kV e transformação 500/345 kV; SE 500/345 kV Buritizeiro 3;Trechos de LT 345 kV entre a SE Buritizeiro 3 e a LT 345 kV Pirapora 2-Várzea de Palma C1;Trechos de LT 500 kV entre a SE São Gonçalo do Pará e a LT 500 kV Bom despacho 3-Ouro Preto 2, C1. A Companhia tem previsão de entrada em operação em 30 de setembro de 2027.	Rio de Janeiro	30/09/2022	30/09/2052	**100%**	99%

Controladas	Descrição	Sede	Data da concessão	Data de vencimento	% Partic. 2024	% Partic. 2023
Cymi Renováveis S.A.	A CYMI Renováveis S.A. é uma companhia focada na geração de energia limpa, através de fontes renováveis como hidrelétricas, eólica, biomassa e solar, e engloba serviços desde o desenvolvimento até a comercialização de energia. A Companhia também oferece soluções em engenharia, incluindo consultoria, desenvolvimento de projetos e construção, além de manutenção e reparação de instalações elétricas e mecânicas. Com atuação no mercado nacional e internacional, a CYMI Renováveis se posiciona como uma ativa participante no setor de energia renovável, contribuindo para a sustentabilidade e inovação.	Rio de Janeiro	-	-	**100%**	100%
Verde Ambiental Alagoas	Em 8 de março de 2022, a Companhia assinou contrato de concessão de projeto de infraestrutura em serviços públicos no setor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em atendimento à concorrência pública nº 002/2021 do bloco C, que compõe os municípios da Zona de Mata e Litoral Norte do Estado de Alagoas com prazo de concessão de 35 anos, assumindo a operação a partir de 1º de outubro de 2022.	Estado de Alagoas	01/10/2022	01/10/2057	**90%**	90%
Buriti Transmissão de Energia S.A.	LT 500 kV Buritizeiro 3 - São Gonçalo do Pará, C2. A Companhia tem previsão de entrada em operação em 30 de setembro de 2028.	Minas Gerais	29/09/2023	29/09/2053	**100%**	100%

1.1.2. Coligadas

Investimentos	Descrição	Sede	Data da concessão	Data de vencimento	% Partic. 2024	% Partic. 2023
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	O Contrato de Concessão exigia originalmente a entrada em operação comercial em 4 de março de 2021. Apenas os trechos LT 230kV Irapé - Janaúba 3, SE Janaúba 3, SE Presidente Juscelino, LT Presidente Juscelino - Pirapora 2 C1 e C2 e 2º Banco de Reatores de Barra, na SE Presidente Juscelino, entraram em Operação Comercial em 2021. No ano de 2022 entraram em operação comercial a SE João Monlevade 4, a LT 500kV Presidente Juscelino - Itabira 5, a SE Itabira 5, o 2º banco de transformadores da SE Itabira 5, a LT 230kV Itabira 5 - Itabira 2 e a SE Braúnas. A Companhia possui Termo de Liberação de Receita (TLR) emitido pelo ONS atualmente vigente na SE Braúnas em função de pendências por parte da CEMIG-D, reconhecidas pelo ONS como não imputáveis à Companhia. No final de 2022 foi concluída a pendência de terceiros da ETTM de modo que houve a energização em carga da SE Timóteo 2. No ano de 2023 entraram em operação comercial os transformadores 500/345kV da SE Presidente Juscelino, as LTs 345kV Presidente Juscelino - Sete Lagoas 4 C1 e C2, a SE Sete Lagoas 4, a LT 345kV Sete Lagoas 4 - Betim 6, a SE Betim 6, a LT 345kV Betim 6 - Sarzedo, a SE Sarzedo, a LT 345kV Itabirito 2 - Barro Branco, os transformadores 345/138kV da SE Betim 6, a LT 345 kV Itabirito 2 - Jeceaba, a LT 345kV Itutinga - Jeceaba e a SE Varginha 4.		04/03/2023	04/03/2053	**25%**	25%

Investimentos	Descrição	Sede	Data da concessão	Data de vencimento	% Partic. 2024	% Partic. 2023
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	Em 21 de fevereiro de 2024 o projeto foi 100% energizado para operação comercial, sendo obtido 100% dos Termo de Liberação Definitivos (TLDs) em 5 de abril de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão foi determinada em aproximadamente R$726.437 para o ciclo de 2024/2025.		04/03/2023	04/03/2053	**25%**	25%

Investimentos	Descrição	Sede	Data da Concessão	Data de vencimento	% Partic. 2024	% Partic. 2023
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	LT 525 kV Santa Vitória do Palmar - Marmeleiro - 48 km; LT 525 kV Marmeleiro - Povo Novo - 152 km; LT 525 kV Povo Novo - Guaíba 3 - 245 km; LT 525 kV Guaíba 3 - Nova Santa Rita - 40 km; LT 525 kV Candiota 2 - Guaíba 3 - 279 km; LT 525 kV Guaíba 3 - Gravataí - 127 km;LT Guaíba 3 - Guaíba 2 - 19 km; SE 8 kV Guaíba 3; SE 8 kV Candiota 2. Em 5 de janeiro de 2023 o projeto foi 100% energizado para operação comercial, sendo obtidos seus respectivos Termo de Liberação Definitivos (TDLs) em 11 de janeiro de 2023, retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (5 de janeiro de 2023), sendo 22 de março de 2023 a data de entrada em operação prevista no contrato de concessão.	Rio Grande do Norte, Porto Alegre	22/03/2019	22/03/2049	**0%**	25%
Pampa Transmissão de Energia S.A.	Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km; Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km; Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65 km; Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA); em 2 de maio de 2024 foi energizada a última parte do projeto, a LT 525kV Capivari do Sul - Guaíba 3. O projeto teve 100% de Termos de Liberação Definitivos (TLDs) emitidos em 24 de junho de 2024.	Rio Grande do Sul	22/03/2019	22/03/2049	**50%**	50%

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2024. **2.2. Base mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data-base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 24. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (I) Ativo de contrato (Notas Explicativas nº 3.7 e nº 9) - critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; (II) Imobilizado (Nota Explicativa nº 3.9) - Mensuração e depreciação; (III) Intangível (Notas Explicativas nº 3.8 e nº 11); (IV) Impostos Diferidos (Notas Explicativas nº 3.5 e nº 16); (V) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias (Notas Explicativas nº 3.11 e nº 15); (VI) Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco (Notas Explicativas nº 3.6 e nº 24); (VII) Política para PECLD (Nota Explicativa nº 3.11). **3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle obtido quando a Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: (a) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (b) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; ou (c) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: (a) o acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; (b) direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e (c) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. **3.2. Investimento em coligadas e em joint ventures:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas. *Joint venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em sua coligada e em *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada ou em *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada ou *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada ou *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*. As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada ou *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou *joint venture* e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros de coligada e *joint venture*", na demonstração do resultado. Ao perder a influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a *joint venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. 3.2.1. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas: O Grupo classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado do Grupo está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. **3.3. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado em até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários. Os saldos dessa rubrica estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.5. Serviços prestados a faturar:** Ao final de cada exercício, os valores contábeis dos serviços já executados e ainda não faturados são revistos pela administração de modo a determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores são efetivamente faturáveis dentro dos estágios de execução de complemento das obras. **3.6. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros no reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 3.15 - Reconhecimento de receitas. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada ao nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos e mútuos e outras contas a receber. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem principalmente as aplicações financeiras. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, a Companhia avalia se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer essa avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, instrumentos derivativos e debêntures. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: i) *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui eventuais instrumentos financeiros derivativos contratado pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia designou os instrumentos financeiros derivativos ao valor justo por meio do resultado, vide Nota Explicativa nº 24. ii) *Custo amortizado:* Essa é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos contraídos estão sujeitos a juros que são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 13. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Ativos de Contrato:** O serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas transmissoras da Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Esses recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica a partir de sua vigência, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: Parte por meio de valores a receber garantidos pelo Poder Concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.8. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil- -econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável. O ágio decorrente da aquisição de controladas e fundamentado em rentabilidade futura é registrado como Ativo intangível. **3.9. Imobilizado:** 3.9.1. Mensuração: Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável. Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil-econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia reconheceu em 2019 os valores justos dos ativos identificados decorrentes da incorporação reversa (mais-valia) como itens específicos no grupo do Ativo imobilizado. 3.9.2. Depreciação: A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos bens. Os investimentos nos gasodutos são depreciados com base nas vidas úteis estimadas que estão demonstradas por classe de ativo. Os ativos identificados decorrentes da incorporação reversa (mais-valia) são depreciados conforme o grupo do ativo imobilizado. A Companhia revisa o valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos ao menos anualmente. **3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** As Controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UCG), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas estas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia e suas controladoras concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Provisões para PECLD: A Provisão para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) refere-se à estimativa de perdas com créditos que, no momento da elaboração das demonstrações financeiras, apresentam riscos de inadimplência, com base em uma análise da carteira de clientes e das condições econômicas e de mercado. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12. Capital social:** Custos diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, quando aplicável. **3.13. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*). **3.14. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação desses saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial desses impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.15. Reconhecimento de receitas:** A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de contrato com clientes. As receitas são reconhecidas (i) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (iii) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Serviços de construção civil e gerenciamento dos projetos: A Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculados acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir com os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que a boa parte de suas instalações é através de contratos terceirizados com partes relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado incorrido. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra. Positivas ou negativas as variações na margem são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Receitas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.16. Dividendos:** Os dividendos obrigatórios a serem distribuídos aos acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. **3.17. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **3.18. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") - a demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **3.19. Encargos Setoriais:** a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c) Ministério de Minas e Energia (MME): Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. **4.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes:** IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substitui a IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*Primary Financial Statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. A IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. A IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas individuais e consolidadas. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido na IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação da IFRS 19. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores à sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability*, emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	7.007	3.628	25.871	6.518
Aplicações financeiras	607.012	545.473	1.055.473	1.118.870
	614.019	549.101	1.081.344	1.125.388
Ativo circulante	614.019	549.101	1.056.078	1.114.906
Ativo não circulante	-	-	25.266	10.482

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por esses investimentos é registrada como receita financeira. Abaixo abertura por instituição financeira:

			Controladora		Consolidado	
	Tipo	Remuneração	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banco Santander S.A.	CDB	100,00%	597.866	19.800	758.898	237.830
Banco Bradesco S.A.	CDB	100,00%	-	-	1.794	191.050
Banco Itaú	CDB	100,00%	-	-	193.797	142.099
Banco do Brasil	CDB	100,00%	-	-	970	888
Banco Bradesco SCC	CDB	102,60%	1.495	2.154	1.495	2.154
Banco Citibank USD	Time Deposit	5,36%	-	205.501	-	205.501
Banco Santander USD	Time Deposit	5,45%	-	313.954	-	313.954
Banco Santander SCC	CDB	99,00%	7.651	4.064	7.652	4.064
Banco de Nordeste	CDB	100,00%	-	-	69.907	10.848
Banco BNB e BNDES (I)	CDB	100,00%	-	-	20.960	10.482
			607.012	545.473	1.055.473	1.118.870

(I) A Companhia, por meio de sua subsidiária Dunas, possui conta vinculada (reserva) ao financiamento do BNB e BNDES no valor de R$20.960. A Companhia faz a constituição da conta proporcionalmente ao valor a ser desembolsado pelo BNB, sempre com um dia de antecedência ao desembolso, conforme regra contratual. Com o BNDES a constituição da conta reserva, iniciou-se seis meses antes do pagamento da primeira parcela, conforme regra contratual. Os títulos e valores mobiliários são compostos por certificados de depósito bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, remunerados com variação entre 99% a 102,6% do CDI em 2024 (variação entre 5,36% a 102,6% do CDI em 2023).

6. Contas a receber e outros valores a receber: Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes de abastecimento de água	-	-	21.866	14.692
Clientes e coleta de esgoto	-	-	3.206	2.058
Contas a receber a faturar	-	-	4.189	3.090
Concessionárias e permissionárias	-	-	11.543	-
Outras contas a receber	24	2	2.884	955
	24	2	43.688	20.795
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(10.357)	(3.378)
	24	2	33.331	17.417

O vencimento dos saldos originais de contas a receber encontra-se demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	24	2	12.555	1.887
Até 30 dias	-	-	3.931	3.956
De 31 a 60 dias	-	-	1.647	1.729
De 61 a 90 dias	-	-	1.202	1.176
Acima de 90 dias	-	-	2.167	7.054
Acima de 180 dias	-	-	11.829	4.993
	24	2	33.331	20.795

A Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Foram provisionados valores para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa de agentes inadimplentes com mais de 181 dias e valores que foram questionados judicialmente, por alguns agentes do sistema, com débitos faturados considerados indevidos.

7. Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a recuperar				
IRPJ, IRRF e CSLL (i)	17.199	1.911	40.900	13.490
INSS a recuperar	5.811	2.804	5.810	2.804
PIS e Cofins	-	-	-	1.365
Outros impostos	79	170	142	52
Total	23.089	4.885	46.852	17.711
Impostos e contribuições a recolher				
Obrigações tributárias	1.762	2.874	5.751	7.572
Obrigações sociais	1.373	596	2.587	685
Obrigações trabalhistas	4.414	35	4.461	43
Total	7.549	3.505	12.799	8.300
Ativo circulante	23.089	4.885	46.852	17.711
Ativo não circulante	-	-	-	-
Passivo circulante	7.549	3.505	12.799	8.300
Passivo não circulante	-	-	-	-

(i) Os valores são referentes a saldo negativo de IRPJ/CSLL de anos anteriores, valores IRRF sobre aplicações financeiras e atualização monetária no ano de 2024.

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos				
Esperanza Transmissora de Energia S.A. (i)	22.000	22.000	22.000	22.000
Outros adiantamentos	226	1.380	495	1.790
Total	22.226	23.380	22.495	23.790

(i) Penalidade aplicada pela ANEEL devido ao atraso no início das operações da linha de transmissão, atraso este ocasionado por desafios significativos na obtenção do licenciamento ambiental junto ao IBAMA. A Companhia buscou o reconhecimento de excludente de responsabilidade para o referido atraso; contudo, essa solicitação foi indeferida, resultando na aplicação da multa. **9. Ativo de Contrato:** O ativo contratual da companhia encontra-se demonstrado abaixo:

	Dunas	Verde Transmissão	Verde Alagoas	Buriti	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.503.905	16.066	-	-	1.519.971
Receita de construção	206.788	348.890	8.235	7.653	571.566
Remuneração do Ativo de Contrato	131.300	13.243	-	-	144.543
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.841.993	378.199	8.235	7.653	2.236.080
Receita de construção	(24.706)	1.302.875	8.303	151.259	1.437.731
Remuneração do Ativo de Contrato	125.364	86.121	-	4.650	216.135
Outras receitas	2.241	-	-	-	2.241
Recebimentos	(39.966)	-	-	-	(39.966)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.904.926	1.767.195	16.538	163.562	3.852.221

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	33.426	30.719
Não circulante	3.818.795	2.205.361
	3.852.221	2.236.080

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida (RAP) - a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST). A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo de contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cymi Renováveis S.A.	(216)	620	-	-
Cymi Saneamento e Participações S.A.	92.305	27.428	-	-
Dunas Transmissora de Energia S.A.	616.495	524.690	-	-
Buriti Transmissão de Energia S.A.	23.797	27	-	-
Verde Transmissão de Energia S.A.	99.128	16.274	-	-
Verde Ambiental Alagoas S.A.	-	-	-	-
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	-	213.995	-	213.995
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	-	656.897	-	656.897
Pampa Transmissão de Energia S.A.	-	270.301	-	270.301
Total	831.509	1.710.232	-	1.141.193

Controladora: As tabelas a seguir demonstram a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Participação	31/12/2023	Aportes de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reversão de Dividendos	Aumento/redução de capital/cotas	Dividendos a receber	Baixa de investimento	Amortização	31/12/2024
Cymi Renováveis S. A	100%	620	1.700	(2.536)	-	-	-	-	-	(216)
Cymi Saneamento e Participações S.A.	100%	27.428	79.811	(14.937)	-	3	-	-	-	92.305
Dunas Transmissora de Energia S.A.	100%	524.690	70.000	7.817	13.950	1.895	(1.857)	-	-	616.495
Buriti Transmissão de Energia S.A.	100%	27	-	31.682	9	-	(7.921)	-	-	23.797
Verde Transmissão de Energia S.A.	100%	16.274	-	103.923	5.163	(251)	(25.981)	-	-	99.128
Verde Ambiental Alagoas	90%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	25%	213.995	-	13.649	-	-	-	(227.644)	-	-
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	25%	656.897	242	88.776	-	(762)	-	(745.153)	-	-
Pampa Transmissão de Energia S.A.	50%	270.301	-	(10.365)	11.633	-	-	(271.569)	-	-
		1.710.232	151.753	218.009	30.755	885	(35.759)	1.244.366	-	831.509

	Participação	31/12/2022	Aportes de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento/ redução de capital/Cotas	Dividendos a receber	Baixa de investimento	Amortização	31/12/2023
Cymi Renováveis S.A.	100%	1	2.900	(2.281)	-	-	-	-	620
Cymi Saneamento e Participações S.A.	100%	24.388	5.500	(2.460)	-	-	-	-	27.428
Dunas Transmissora de Energia S.A.	100%	378.101	65.000	58.733	36.806	(13.950)	-	-	524.690
Buriti Transmissão de Energia S.A.	100%	-	-	36	-	(9)	-	-	27
Verde Transmissão de Energia S. A.	99%	404	-	20.856	125	(5.111)	-	-	16.274
Verde Ambiental Alagoas	90%	-	-	(137)	137	-	-	-	-
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	50%	225.876	-	(16.607)	4.726	-	-	-	213.995
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	0%	356.088	-	11.204	17.016	-	(384.308)	-	-
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	25%	634.870	-	(7.692)	29.719	-	-	-	656.897
Pampa Transmissão de Energia S.A.	25%	202.136	36.875	24.491	18.432	(11.633)	-	-	270.301
		1.821.864	110.275	86.143	106.961	(30.703)	(384.308)	-	1.710.232

Consolidado: As tabelas a seguir demonstram a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Participação	31/12/2023	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Capital/ cotas	Dividendos a receber	Baixa de investimentos	Amortização	31/12/2024
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	50%	213.995	-	13.649	-	-	-	(227.644)	-	-
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	25%	656.897	242	88.776	-	(762)	-	(745.153)	-	-
Pampa Transmissão de Energia S.A.	25%	270.301	-	(10.365)	11.633	-	-	(271.569)	-	-
		1.141.193	242	92.060	11.633	(762)	-	(244.366)	-	-

	Participação	31/12/2022	Aportes de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento/ redução de capital/ cotas	Dividendos a receber	Baixa de dividendos	Amortização	31/12/2023
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	50%	225.876	-	(16.607)	-	4.726	-	-	-	213.995
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.	0%	356.088	-	11.204	-	17.016	-	(384.308)	-	-
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	25%	634.870	-	(7.692)	-	29.719	-	-	-	656.897
Pampa Transmissão de Energia S.A.	25%	202.136	36.875	24.491	-	18.432	(11.633)	-	-	270.301
		1.418.970	36.875	11.396	-	69.893	(11.633)	(384.308)	-	1.141.193

Ativo mantido para venda

	Investimento em 2023	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Reversão de dividendos	Aumento/redução de capital/cotas	Baixa de investimentos	Impairment	Efetivação da venda	Disponível para venda em 2024
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	213.995	-	13.649	-		(227.644)	-	(227.644)	-
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	656.897	242	88.776	-	(762)	(745.140)	335.140	-	410.000
Pampa Transmissão de Energia S.A.	270.301	-	(10.365)	11.633		(271.582)	-	-	271.582
	1.141.193	242	92.060	11.633	(762)	(1.244.366)	355.140	-	681.582

A Companhia, em alinhamento com a estratégia do grupo, negociou e continua negociando a alienação dos ativos mencionados no quadro. Em virtude dessas transações, foi reconhecida uma provisão para perda de recuperação no montante de R$ 335.140. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a venda desse ativo ainda não foi concretizada, estando pendente das aprovações regulatórias necessárias.

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

11. Intangível: Segue abaixo a movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado			
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	valor Líquido em 31/12/2023
Contrato de concessão	**591.103**	**(15.694)**	**575.409**	521.052
Sistemas de abastecimento de água e esgoto	**75.380**	**(10.406)**	**64.974**	22.555
Hidrometria	**19.168**	**(2.163)**	**17.005**	6.446
Software e Outros	**3.436**	**(83)**	**3.353**	619
	689.087	**(28.346)**	**660.741**	550.672

	Contrato de concessão	Sistemas de abastecimento de água e esgoto	Hidrometria	Software e Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2022	443.443	811	-	430	444.684
Adições	81.414	21.819	6.694	192	110.119
Amortização do exercício	(3.805)	(75)	(248)	(3)	(4.131)
Em 31 de dezembro de 2023	521.052	22.555	6.446	619	550.672
Adições	**66.246**	**52.750**	**12.474**	**2.814**	**134.284**
Amortização do exercício	**(11.889)**	**(10.331)**	**(1.915)**	**(80)**	**(24.215)**
Em 31 de dezembro de 2024	**575.409**	**64.974**	**17.005**	**3.353**	**660.741**

Os ágios não possuem vida útil determinável e, por esse motivo, não são amortizados. A Companhia avalia o valor de recuperação desses ativos anualmente através de teste de *impairment* ou quando há eventuais indicativos que possam representar necessidade de ajustes no valor de recuperação desses ativos. Os outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear no período apresentado na tabela acima.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - Verde Transmissão (i)	**-**	-	**349.738**	145.460
Fornecedores - Dunas (ii)	**-**	-	**32.601**	48.771
Fornecedores - Buriti (iii)	**-**	-	**34.740**	-
Fornecedores - Verde Alagoas (iv)	**-**	-	**15.891**	7.478
Demais fornecedores	**246**	582	**258**	2.770
	246	582	**433.228**	204.479
Passivo circulante	**246**	582	**433.228**	204.479
Passivo não circulante	**-**	-	**-**	-

(i) Referem-se substancialmente a serviços e materiais ligados diretamente à obra, cujo valor de R$5.492 é para o fornecedor de cabos Brametal e provisão de serviços diretamente ligados ao projeto, tais como construção e montagens e afins; adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. As principais provisões referem-se a cabo condutor do fornecedor Alubar no valor de R$159.219, estruturas metálicas do fornecedor Brametal no valor de R$71.333, reatores do fornecedor Siemens no valor de R$58.340. (ii) Referem-se substancialmente à provisão de serviços diretamente ligados ao projeto, tais como construção e montagens e afins; adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. As principais provisões referem-se a Maoasgeo no valor de R$20.366, Grid no valor de R$2.736 e Reflore no valor de R$6.991. (iii) Referem-se substancialmente à provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins; adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. A principal provisão refere-se à estrutura metálica do fornecedor Brametal R$30.117 e Cabo Condutor do fornecedor Prysmian R$1.946 e outros que totalizam R$2.674. (iv) Referem-se substancialmente a fornecedores nacionais e provisão de fornecedores no montante de R$13.616 e R$2.275, respectivamente. Os fornecedores nacionais que não rendem juros e são geralmente liquidadas em prazos de até 30 dias. **13. Empréstimos e financiamentos:** As movimentações dos saldos de curto e longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Moeda	Vencimento	Taxa de Juros	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Ativo mantido para venda 31/12/2024	Ativo mantido para venda 31/12/2023
Debêntures (3)	BRL	10/01/2024	CDI + 0,990%	**-**	-	**-**	289.990
Debêntures (3)	BRL	10/05/2024	CDI + 1,00%	**-**	-	**-**	157.255
Debêntures (3)	BRL	08/01/2025	CDI + 0,700%	**-**	-	**142.078**	-
Itaú (*)	EUR	28/02/2025	CDI + 0,39%	**230.834**	-	**230.834**	-
Itaú (*)	EUR	28/02/2025	CDI + 0,39%	**123.165**	-	**123.165**	-
Itaú (*)	USD	24/10/2024	CDI + 1,10%	**-**	229.084	**-**	229.084
Citibank (*)	USD	11/04/2025	CDI + 0,40%	**173.807**	-	**173.807**	-
Citibank (*)	USD	15/10/2025	CDI + 0,41%	**111.920**	-	**111.920**	-
Citibank	USD	31/10/2025	CDI + 0,41%	-	-	**161.107**	-
Citibank	USD	24/06/2024	CDI + 1,05%	**-**	173.696	**-**	173.696
Citibank	USD	24/10/2024	CDI + 1,05%	**-**	111.370	**-**	111.370
Citibank	USD	16/02/2024	CDI + 1,425%	**-**	-	**-**	230.748
Citibank	BRL	07/06/2024	CDI + 1,35%	**-**	-	**-**	39.899
Citibank	USD	10/07/2025	CDI + 0,45%	**-**	-	**256.394**	-
Citibank	USD	28/10/2025	CDI + 0,44%	**-**	-	**549.064**	-
Citibank	USD	06/12/2024	CDI + 0,95%	**-**	-	**-**	39.280
Citibank	USD	24/10/2024	CDI + 1,05%	**-**	92.010	**-**	92.010
Intesa SanPaolo	USD	13/11/2025	CDI + 0,35%	**-**	-	**214.044**	-
Intesa SanPaolo	BRL	31/10/2024	CDI + 1,00%	**-**	-	**-**	232.080
Natixis	BRL	05/12/2025	CDI + 0,35%	**-**	-	**201.303**	-
BNB	BRL	15/03/2045	IPCA + 2,304	**-**	-	**200.668**	-
BNB	BRL	15/03/2045	IPCA + 1,55%	**-**	-	**443.120**	427.763
BNDES	BRL	15/03/2024	IPCA + 6,700%	**-**	-	**437.265**	-
BNDES (1)(2)	BRL	15/11/2045	IPCA + 5,46%	**-**	-	**509.003**	485.301
Deutsche Bank	BRL	17/11/2024	CDI + 0,70%	**-**	-	**-**	187.303
(-) Custo de transação a amortizar				**-**	-	**(26.212)**	(15.654)
				639.726	606.160	**3.727.560**	2.680.125
			Circulante	**639.726**	606.160	**2.190.944**	1.782.488
			Não Circulante	**-**	-	**1.536.616**	897.637
				639.726	606.160	**3.727.560**	2.680.125

(*) Esse empréstimo é denominado em moeda estrangeira, e, juntamente com a contratação do empréstimo, a Companhia contrata derivativos (*swap*) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 24. (1) Os principais "covenants" não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de "covenants" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. (2) O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras de vencimento antecipado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD) sendo válidas a partir de 31 de dezembro de 2025. O índice é calculado utilizando como métrica o EBITDA da demonstração contábil regulatória, em que ele precisa ser superior a 1,30%. Salienta-se que tanto a controladora bem como suas controladas atenderam aos "covenants" financeiros em 2024. (3) Debênture referente à controlada Verde Ambiental Alagoas S.A. - até a data de 31 de dezembro de 2024, todos os "covenants" não financeiros associados às emissões de debêntures foram devidamente cumpridos dentro dos prazos estipulados. Estes incluem o arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL) tanto da Ata de aprovação societária para a emissão das debêntures quanto da escritura da emissão, a apresentação de uma declaração ao agente fiduciário confirmando o uso apropriado dos recursos obtidos com a emissão, além da formalização de contrato de garantias.

Controladora

Instituições Financeiras	31/12/2023	Adições	Variação cambial ativa	Variação cambial passiva	Juros e atualização monetária	Transação a amortizar	Amortização do principal	Amortização dos juros	Swap	Liquidação *Swap*	31/12/2024
Itaú	229.084	**345.000**	**(17.466)**	**70.388**	**34.109**	**-**	**(253.187)**	**(18.731)**	**(50.980)**	**15.782**	**353.999**
Banco Citibank S A.	377.076	**369.000**	**(15.688)**	**108.549**	**36.813**	**-**	**(512.876)**	**(5.170)**	**(67.227)**	**(4.750)**	**285.727**
	606.160	**714.000**	**(33.154)**	**178.937**	**70.922**	**-**	**(766.063)**	**(23.901)**	**(118.207)**	**11.032**	**639.726**

Instituições Financeiras	31/12/2022	Adições	Variação cambial ativa	Variação cambial passiva	Juros e atualização monetária	Transação a amortizar	Amortização do principal	Amortização dos juros	Swap	Liquidação *Swap*	31/12/2023
Itaú	-	225.000	(9.797)	-	2.760	-	-	-	11.121	-	229.084
Banco Citibank S A.	307.117	369.000	(73.854)	46.873	21.616	-	(292.346)	(17.072)	53.050	(37.308)	377.076
Scotiabank S.A. Múltiplo	283.695	-	(45.135)	33.987	11.097	-	(312.874)	-	29.230	-	-
	590.812	594.000	(128.786)	80.860	35.473	-	(605.220)	(17.072)	93.401	(37.308)	606.160

Consolidado

Instituições Financeiras	31/12/2023	Adições	Variação cambial ativa	Variação cambial passiva	Juros e atualização monetária	Transação a amortizar	Amortização do principal	Amortização dos juros	Swap	Liquidação *Swap*	31/12/2024
Banco Itaú	229.084	345.000	(17.466)	70.388	34.109	-	(253.187)	(18.731)	(50.980)	15.782	353.999
Banco Citibank S A	687.003	1.229.000	(27.292)	212.091	60.221	-	(812.876)	(23.877)	(67.228)	(4.750)	1.252.292
Debêntures	447.245	630.000	-	-	66.555	-	(478.674)	(85.783)	-	-	579.343
Intesa SanPaolo	232.080	199.633	(41.673)	55.105	15.160	-	(229.591)	(16.670)	-	-	214.044
BNB - Subcrédito A	350.497	14.751	-	-	23.649	-	(2.479)	(24.071)	-	-	362.347
BNB - Subcrédito B	77.266	3.249	-	-	3.387	-	(407)	(2.722)	-	-	80.773
BNB	-	450.000	-	-	6.681	-	(250.000)	(6.013)	-	-	200.668
BNDES - Subcrédito A	411.441	-	-	-	42.454	-	(1.931)	(17.164)	-	-	434.800
BNDES - Subcrédito A	73.860	-	-	-	7.614	-	(4.161)	(3.110)	-	-	74.203
Deutsche Bank	187.303	-	-	-	19.045	-	(185.000)	(21.348)	-	-	-
Natixis	-	200000	-	-	1303	-	-	-	-	-	201.303
(-) Custo de captação	(15.654)	(11.464)	-	-	-	906	-	-	-	-	(26.212)
	2.680.125	3.060.169	(86.431)	337.584	280.178	906	(2.218.306)	(219.489)	(118.208)	11.032	3.727.560

Instituições Financeiras	31/12/2021 (não auditado)	Adições	Variação cambial ativa	Variação cambial passiva	Juros e atualização monetária	Transação a amortizar	Amortização do principal	Amortização dos juros	Swap	Liquidação *Swap*	31/12/2022 (não auditado)
Debêntures	150.512	240.000	-	-	30.240	-	(150.000)	(17.049)	-	-	253.703
Banco Citibank S A.	333.446	648.000	(45.764)	55.856	19.469	-	(475.694)	(15.310)	23.226	(25.305)	517.924
Scotiabank S.A. Múltiplo	198.855	482.500	(55.907)	39.811	4.382	-	(377.966)	(3.660)	34.776	(39.096)	283.695
Scotiabank (Dunas)	152.260	-	(8.481)	6.294	1.104	-	(150.000)	(1.177)	-	-	-
Scotiabank (Dunas)	-	150.000	-	912	1.728	-	-	-	-	-	152.640
BNB - Subcrédito A	-	313.460	-	-	2.673	-	-	(2.442)	-	-	313.691
BNB - Subcrédito B	-	69.040	-	-	430	-	-	(305)	-	-	69.165
BNDES	-	285.000	-	-	6.175	-	-	-	-	-	291.175
(-) Custo de captação	-	(7.780)	-	-	-	131	-	-	-	-	(7.649)
	835.073	2.180.220	(110.152)	102.873	66.201	131	(1.153.660)	(39.943)	58.002	(64.401)	1.874.344

14. Partes relacionadas: As operações com partes relacionadas da Companhia referem-se basicamente a mútuos não remunerados, pactuados entre a Companhia e suas controladas. As operações e negócios com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes para os respectivos tipos de operações, ou mediante pagamento compensatório condizente com a natureza de cada operação, com vencimentos futuros ao longo do ano de 2024.

a) Serviços prestados a faturar (ativo circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dunas Transmissão de Energia S.A.	**31.434**	66.011	**-**	-
Verde Transmissão de Energia S.A.	**52.679**	27.320	**-**	-
Buriti Transmissão de Energia S.A.	**11.650**	-	**-**	-
	95.763	93.331	**-**	-

b) Mútuos longo prazo (ativo não circulante): Em 6 de março de 2019 as companhias Cymi Construções e Participações S.A., Mantiqueira Transmissora de Energia S.A., Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (2023), Chimarrão Transmissora de Energia S.A., Pampa Transmissora de Energia S.A. (2024) e Dunas Transmissora de Energia S.A. (2024) assinaram o contrato de compartilhamento de infraestrutura administrativa e recursos, que tem por objetivo as diretrizes e regras para utilização compartilhada da estrutura administrativa comum entre as Partes, de forma a racionalizar suas atividades e respectivas despesas.

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2023	Adições	Pagamentos	Juros	IOF	31/12/2024
Serviços prestados e compartilhados	960	**117**	**-**	**-**	**-**	**1.077**
Mútuo c/ Belmonte Solar Holding S.A.	503.841	**-**	**(462.217)**	**(39.433)**	**(2.191)**	**-**
Debêntures c/ Belmonte Solar Holding S.A.	**-**	**536.304**	**-**	**-**	**-**	**536.304**
	504.801	**536.421**	**(462.217)**	**(39.433)**	**(2.191)**	**537.381**

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2022 (não auditado)	Adições	Pagamentos	Juros	IOF	31/12/2023
Serviços prestados e compartilhados	540	420	-	-	-	960
Mútuo c/ Belmonte Solar Holding S.A.	-	462.217	-	38.409	3.215	503.841
	540	462.637	-	38.409	3.215	504.801

c) Valores a pagar (passivo circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda.	**-**	-	**98.565**	-
Cymi O&M Ltda.	**-**	-	**359**	-
Cymi Tech Soluções e Sistemas Ltda.	**-**	-	**6.400**	-
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.	**-**	64.941	**-**	64.941
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	**-**	11.958	**-**	11.958
Sant'Ana Transmissora de Energia S.A.	**-**	10.173	**-**	10.173
Pampa Transmissão de Energia S.A.	**-**	7.850	**-**	7.850
	-	94.922	**105.324**	94.922

d) Mútuos longo prazo (passivo não circulante)

	Controladora e Consolidado						
	31/12/2023	Adições	Atualização	Pagamentos	Juros	IOF	31/12/2024
Cymi do Brasil	70.200	-	**(1.006)**	**(61.200)**	**(6.782)**	**(1.212)**	**-**
	70.200	-	**(1.006)**	**(61.200)**	**(6.782)**	**(1.212)**	**-**

15. Provisão para garantia de obra, processos judiciais, administrativos e obrigações legais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para garantia de obra	**176.586**	73.063	**176.586**	78.173
	176.586	73.063	**176.586**	78.173

Com o objetivo de garantir a segurança jurídica, a Companhia realiza o provisionamento de todas as despesas relacionadas aos processos judiciais envolvendo a constituição de servidões atualmente existentes, bem como questões ambientais ligadas a licenciamento, gestão e compensação. Além disso, são contempladas as perdas associadas aos serviços arqueológicos sob responsabilidade da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões trabalhistas	**10.164**	8.893	**10.250**	8.893
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas	**701**	541	**701**	541
	10.865	9.434	**10.951**	9.434

A Companhia possuía demandas tributárias, trabalhistas e cíveis, cujas probabilidades de perdas são consideradas possíveis, nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	**3.938**	14.713	**3.938**	14.846
Trabalhistas	**2.232**	7.676	**2.232**	7.676
Cíveis	**3.067**	-	**3.067**	11
	9.237	22.389	**9.237**	22.533

Dentre as causas possíveis as questões tributárias apresentam valores distribuídos entre diferentes processos, totalizando de R$3.938. Já as causas possíveis trabalhistas são bastante pulverizadas, mas em âmbito geral ela destaca aproximadamente R$2 milhões oriundos a horas extras trabalhadas e não pagas e direitos trabalhistas. A responsabilidade civil da Companhia de construção abrange a obrigação legal de reparar danos causados a terceiros decorrentes de nossas atividades. Esse conceito inclui tanto danos materiais quanto morais, que podem no dever de garantir que as edificações estejam em conformidade com as normas técnicas, regulamentações e padrões de segurança estabelecidos por lei. **16. Impostos diferidos:** A Companhia, com base em seus estudos de projeções financeiras, reconheceu créditos tributários referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, e sobre as diferenças temporárias. A Companhia vem adotando medidas que entende como suficientes para propiciar o consumo dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. As controladas diretas e sua controladora possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Caso os estudos apontem a probabilidade de recuperação, serão reconhecidos os créditos correspondentes.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	Movimentação	31/12/2023	31/12/2024	Movimentação	31/12/2023
PIS diferido	**-**	**-**	-	**63.663**	**26.905**	36.758
Cofins diferido	**-**	**-**	**-**	**293.236**	**123.920**	169.316
Total	**-**	**-**	**-**	**356.899**	**150.825**	206.074

16. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte composição:

	Controladora			
	Ativos		Passivos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para garantia de obra	**60.018**	24.637	**-**	-
Provisão trabalhista e de pessoal	**6.411**	5.445	**-**	-
Provisão de gratificação	**3.472**	4.509	**-**	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	**11.733**	-	**-**	-
Provisão perda investimento	**113.948**	-	**-**	-
Outros	**7.093**	408	**-**	-
	202.675	34.999	**-**	-

	Consolidado			
	Ativos		Passivos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para garantia de obra	**60.018**	-	**-**	24.637
Provisão de juros de dívida com entidades financeiras	**11.733**			-
Provisão trabalhista e de pessoal	**6.411**	-	**-**	5.445
Provisão de gratificação	**3.472**	-	**-**	4.509
Provisão Perda Investimento	**113.948**	-	**-**	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	**69.725**	-	**99.055**	70.040
Perdas estimativas com liquidação duvidosa	**3.446**		**-**	-
Provisão para Contingências	**68**		**-**	-
Provisão para perda de crédito esperada ("PCE")	**-**	-	**26.350**	1.172
Lucro diferido da construção	**-**	-	**(16.910)**	(4.366)
Ajuste IFRS 15/CPC 47	**-**	-	**(252.048)**	(178.383)
Capitalização de juros	**(45.170)**	-	**-**	(22.965)
Amortização pela curva da receita	**(4.188)**	-	**-**	(8.267)
Receita de ativo financeiro	**-**	-	**(29.705)**	(3.958)
Outras exclusões	**7.092**	-	**(54.843)**	2.727
	226.555	-	**(228.101)**	(109.409)

17. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$158.286 (R$158.286 em 2023) e está representado por 253.985.994 (253.985.994 em 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Companhias	Qtd. Por ações	31/12/2024	31/12/2023
Cymi Brasil S.L.U	**253.257.054**	**158.214**	158.214
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda.	**728.940**	**72**	72
Total	**253.985.994**	**158.286**	158.286

Reserva de lucros - reserva legal: A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Não ocorreu constituição da reserva, uma vez que esta já ultrapassou 20% do capital social. Política de dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de dezembro de 2024, os acionistas, reunidos em assembleia geral, decidiram pela distribuição de dividendos intermediários no valor de R$67.972, provenientes de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**62.221**	216.124
(-) Reserva legal	**-**	(10.806)
Lucro ajustado	**62.221**	205.318
Dividendos intercalares	**67.972**	51.329

Reserva de lucros a realizar: A reserva de lucros a realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para lucros acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de "Dividendos a pagar do passivo", quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. **17.1. Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	**62.221**	216.124
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (menos ações em tesouraria)	**253.985.994**	253.985.994
Resultado básico por ação R$	**0,00024**	0,00085

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não existem diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuí nenhum instrumento com potencial dilutivo.

18. Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção	**-**	-	**1.437.731**	563.334
Remuneração do ativo de contrato	**-**	-	**238.823**	144.543
Receitas de serviços com saneamento	**-**	-	**110.391**	86.265
Receitas de serviços prestados	**250.133**	88.942	**153.188**	10.915
	250.133	88.942	**1.940.130**	805.057
ISS	**(5.412)**	(1.941)	**(5.412)**	(1.939)
PIS e Cofins	**-**	-	**(163.521)**	(75.441)
Taxa ARSAL	**-**	-	**(337)**	-
Outros	**(1)**	-	**(455)**	-
Cancelamentos e abatimentos	**-**	-	**(3.126)**	(2.570)
	244.720	87.001	**1.767.282**	725.107

19. Custos de aluguéis e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo de construção	**(115.725)**	(40.002)	**(1.234.708)**	(370.533)
Gastos gerais	**(3.178)**	(8.684)	**(90.892)**	(47.222)
Salários e encargos	**(4.923)**	(7.279)	**(4.920)**	(25.512)
Serviços de terceiros	**(3.540)**	(4.419)	**(3.651)**	(8.165)
Ocupação	**(531)**	(565)	**(534)**	(1.952)
Compra de água	**-**	-	**-**	-
Outros	**-**	-	**(1.653)**	(41.328)
	(127.897)	(60.949)	**(1.336.358)**	(494.712)

20. Despesas com vendas, gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	**(2.798)**	(1.611)	**(7.312)**	(2.611)
Pessoal	**(28.427)**	(19.800)	**(42.649)**	(22.879)
Material	**(713)**	(444)	**(1.006)**	(447)
Ocupação	**(596)**	(567)	**(1.479)**	(661)
Viagens e representações	**(520)**	(393)	**(810)**	(471)
Perda no recebimento de crédito	**-**	-	**(6.383)**	-
Despesas com infraestrutura	**-**	-	**(15.965)**	-
Outras despesas e receitas	**(177)**	(1.940)	**(4.814)**	(2.441)
	(33.231)	(24.755)	**(80.418)**	(29.510)

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

21. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ganho e perda na alienação de investimentos (i)	**(360.669)**	100.699	**(360.669)**	100.699
Recebimento de bônus na alienação de investimentos	**-**	87.535	**-**	87.535
Reversões de provisões de despesas fundiárias	**10.427**	15.018	**10.814**	(41.731)
Recebimento de benefício fiscal (SUDENE)	**-**	3.184	**-**	3.184
Outros valores	**7.419**	1.769	**8.109**	1.769
	(342.823)	208.205	**(341.746)**	151.456

(i) Ganho líquido de venda de investimento Sertaneja Transmissora de Energia S.A. R$100.699 (2023). Ganho líquido de venda de investimento Chimarrão Transmissora de Energia S.A. R$26.630 (2024). Provisão Perda Venda Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. R$335.140 (2024).

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira				
Aplicações financeiras	**37.278**	40.233	**78.883**	145.876
Rendimento sobre operações de mútuo	**38.553**	36.791	**38.553**	36.791
Variação cambial ativa	**120.268**	164.051	**120.267**	164.060
Ganho sobre operações de *hedge*	**70.863**	5.262	**280.779**	6.030
Atualização monetária	**265**	126	**578**	210
	267.227	246.463	**519.060**	352.967
Despesa financeira				
Juros de empréstimos e financiamento	**(5.922)**	(129.739)	**(128.139)**	(192.534)
Perda de variação cambial passiva	**(233.147)**	(148.440)	**(233.147)**	(148.440)
Atualização monetária	**-**	-	**(197.465)**	-
IOF	**(3.180)**	(8.909)	**(3.943)**	(8.925)
Swap	**-**	-	**(3.544)**	(67.280)
Outras despesas financeiras	**(338)**	(27)	**(11.626)**	(5.192)
	(242.587)	(287.115)	**(577.864)**	(422.371)
Resultado financeiro	**24.640**	(40.652)	**(58.804)**	(69.404)

23. Reconciliação de impostos: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Apuração da taxa efetiva do imposto	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(16.582)**	273.512	**43.451**	312.937
Alíquota fiscal - companhias do lucro real	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	**(5.638)**	(92.994)	**14.773**	106.399
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	**74.123**	35.585	**31.788**	35.585
IR e CSLL Diferidos	**167.676**	(863)	**111.818**	(863)
Outras adições ou exclusões	**(168.634)**	884	**(110.064)**	(25.136)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	**78.803**	**(57.388)**	**18.769**	**(96.813)**
Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(88.873)**	(58.567)	**(93.048)**	(58.676)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**167.676**	1.179	**111.818**	(38.137)
Despesas de imposto de renda e contribuição social conforme demonstração do resultado	**78.803**	(57.388)	**18.770**	(96.813)
Alíquota Efetiva de IR e CSLL	**475%**	21%	**-43%**	31%

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: A Companhia e suas controladas possuem uma política de gerenciamento de riscos, através de acompanhamento e gestão financeira do caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, dívidas e demais instrumentos financeiros, disponibilizando análises e orientações para aprovação da administração. Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa operacional e não de ganhos no mercado financeiro. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: *Visão geral:* a Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. *Estrutura de gerenciamento de risco* - o gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas visa identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia e suas controladas. i) *Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia ou suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**7.007**	3.628
Aplicação financeira vinculada (Nota 5)	**607.012**	545.473
	614.019	549.101

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**25.871**	6.518
Aplicação financeira vinculada (Nota 5)	**1.055.473**	1.118.870
Ativo de contrato (Nota 9)	**3.852.221**	2.236.080
	4.933.565	3.361.468

Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Ativo contrato - a administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão". São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: (i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG; e (ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ii) *Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. *Risco de taxa de juros* - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis é:

	Controladora	
Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	**607.012**	545.473
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamento (CDI)	**639.726**	606.160
Partes relacionadas	**-**	165.122

	Consolidado	
Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	**1.034.513**	1.108.388
Aplicações financeiras vinculadas (CDI)	**20.960**	10.482
Instrumentos financeiros derivativos	**115.246**	3.607
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamento (IPCA)	**1.590.056**	913.064
Empréstimos e financiamento (CDI)	**2.137.504**	1.767.061
Partes relacionadas	**105.324**	165.122
Instrumentos financeiros	**11.114**	62.224

iii) *Riscos de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus ativos e passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia no gerenciamento de risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia ou suas controladas. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2024. Os valores apresentados são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Controladora			
		Fluxo de caixas contratuais		
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	**246**	**246**	**-**	**-**
Empréstimos e debêntures	**639.726**	**639.726**	**-**	**-**
Partes relacionadas	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**639.972**	**639.972**	**-**	**-**

	Consolidado			
		Fluxo de caixas contratuais		
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	**433.228**	**433.228**	**-**	**-**
Empréstimos e debêntures	**3.727.560**	**2.190.944**	**1.536.616**	**-**
Partes relacionadas	**105.324**	**105.324**	**-**	**-**
Instrumentos financeiros	**11.114**	**11.114**	**-**	**-**
Total	**4.277.226**	**2.740.610**	**1.536.616**	**-**

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	**Categoria**
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e debêntures	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado
Instrumentos financeiros	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissionárias - a administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Fornecedores - a administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Empréstimos e debêntures - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

		Controladora		Consolidado	
Descritivo	**Nível**	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		**7.007**	3.628	**25.871**	6.518
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	**2**	**607.012**	545.473	**1.030.207**	1.108.388
Aplicações financeiras vinculadas	**2**	**-**	-	**25.266**	10.482
Instrumentos financeiros	**2**	**-**	-	**115.246**	3.607
Total		**614.019**	549.101	**1.196.590**	1.128.995

		Controladora		Consolidado	
Descritivo	**Nível**	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		**246**	582	**433.228**	204.479

		Controladora		Consolidado	
Descritivo	**Nível**	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e debêntures		**639.726**	606.160	**3.727.560**	2.680.125
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros	**2**	**-**	-	**-**	-
Total		**639.972**	771.864	**4.266.112**	3.049.726

A Companhia e suas controladoras tomam empréstimos em moeda estrangeira e celebram contratos de *swap*, com objetivo de efetuar a troca de exposição ao Dólar mais *spread* por uma taxa prefixada em Reais. Esses derivativos não são designados como *hedges*, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes derivativos em aberto:

Dunas Transmissão de Energia S.A.

			Valor de referência (*notional*) - R$		Valor justo ativo (R$)	
Derivativo	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
SWAP Intesa SanPaolo	07/11/2023	31/10/2024	-	48.858	-	768
			-	48.858	-	768

Verde Transmissão de Energia S.A.

Derivativo	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**Valor de referência (*notional*) - R$ 2024**	**Valor justo ativo (R$) 2024**	**Valor de referência (*notional*) - R$ 2023**	**Valor justo ativo (R$) 2023**
SWAP Intesa SanPaolo	06/11/2023	31/10/2024	-	**2.222**	-	2.840
SWAP Intesa SanPaolo	14/11/2024	13/11/2025	-	**(11.114)**	-	-
SWAP Citibank	14/12/2023	14/03/2024	-	-	-	(370)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/07/2024	-	-	-	(3.411)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/07/2024	-	-	-	(2.719)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/08/2024	-	-	-	(3.425)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/08/2024	-	-	-	(2.663)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/09/2024	-	-	-	(3.445)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/09/2024	-	-	-	(2.622)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/10/2024	-	-	-	(3.461)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/10/2024	-	-	-	(2.579)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/11/2024	-	-	-	(2.531)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/11/2024	-	-	-	(3.473)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	-	-	(3.486)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/12/2024	-	-	-	(2.500)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/01/2025	-	**1.077**	-	(3.498)
SWAP Citibank	11/10/2022	02/01/2025	-	**2.347**	-	(2.466)
SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	**2.405**	-	(2.434)
SWAP Citibank	11/10/2022	03/02/2025	-	**1.067**	-	(3.518)
SWAP Citibank	11/10/2022	27/02/2025	-	**2.446**	-	(2.402)
SWAP Citibank	11/10/2022	27/02/2025	-	**1.089**	-	(3.535)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	**2.466**	-	(2.370)
SWAP Citibank	11/10/2022	01/04/2025	-	**1.120**	-	(3.553)
Citibank	10/07/2024	10/07/2025	-	**24.511**	-	-
Citibank	30/10/2024	28/10/2025	-	**35.164**	-	-
Total			-	**64.800**		(57.621)

Buriti Transmissão de Energia S.A.

Derivativo	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**Valor de referência (*notional*) 2024**	**Valor justo ativo (R$) 2024**	**Valor de referência (*notional*) - R$ 2023**	**Valor justo ativo (R$) 2023**
SWAP Citibank	07/12/2023	06/12/2024	-	-	-	(1.078)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/07/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/07/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/08/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/08/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/09/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/09/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/10/2024	-	-	-	(5)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/10/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/11/2024	-	-	-	(5)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/11/2024	-	-	-	(4)
SWAP Citibank	26/07/2023	03/02/2025	-	**1.263**	-	(27)
SWAP Citibank	26/07/2023	03/02/2025	-	**1.297**	-	(29)
SWAP Citibank	26/07/2023	05/03/2025	-	**1.272**	-	(29)
SWAP Citibank	26/07/2023	05/03/2025	-	**1.287**	-	(31)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/04/2025	-	**1.283**	-	(31)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/04/2025	-	**1.270**	-	(33)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/05/2025	-	**1.292**	-	(32)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/05/2025	-	**1.253**	-	(37)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/06/2025	-	**1.310**	-	(33)
SWAP Citibank	26/07/2023	02/06/2025	-	**1.242**	-	(39)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/07/2025	-	**1.328**	-	(34)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/07/2025	-	**1.232**	-	(40)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/08/2025	-	**1.343**	-	(36)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/08/2025	-	**1.214**	-	(43)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/09/2025	-	**1.360**	-	(38)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/09/2025	-	**1.201**	-	(45)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/10/2025	-	**1.379**	-	(39)
SWAP Citibank	26/07/2023	01/10/2025	-	**1.188**	-	(48)
SWAP Citibank	01/10/2024	31/10/2025	-	**16.319**	-	-
Total			-	**39.333**	-	(1.764)

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Derivativo	**Data da contratação**	**Data do vencimento**	**Valor de referência (*notional*) - R$**	**Valor justo ativo (R$)**
Swap Citibank	17/02/2023	16/02/2024	230.747	231.163
			230.747	**231.163**

25. Seguros: A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros: Cymi Construções e Participações S.A.

Riscos	**Data da vigência**	**Importância segurada (R$ mil)**	**Prêmio**
Responsabilidade civil (*)	30/10/2024 a 30/10/2025	**30.000**	**56**

(*) A cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil. Dunas Transmissão de Energia

Riscos	**Data da vigência**	**Importância segurada (R$ mil)**	**Prêmio (R$ mil)**
Responsabilidade civil	30/11/2023 a 30/03/2024	**1.075.345**	**28**
Risco de engenharia	30/11/2023 a 30/03/2026	**1.075.345**	**148**
Riscos operacionais	16/04/2024 a 14/03/2025	**505.478**	**74**
Riscos operacionais	25/11/2024 a 03/05/2025	**505.478**	**74**
Fiel Cumprimento (*)	13/09/2018 a 17/06/2024	**60.856**	**1.579**
Fiel Cumprimento (*)	13/09/2018 a 14/03/2025	**60.856**	**1.579**

(*) A garantia de Fiel Cumprimento é um Seguro Garantia tendo Dunas Transmissão de Energia S.A. como tomadora da apólice e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) como segurado. A garantia tem como fundamento o Edital 02/2018 da ANEEL, que prevê que, com a assinatura do Contrato de Concessão entre a Transmissora e ANEEL, será apresentada a garantia de Fiel Cumprimento no valor correspondente a 5% do investimento previsto pela ANEEL.

Verde Transmissão de Energia

Riscos	**Data de vigência**	**Importância segurada (R$ mil)**	**Prêmio**
Fiel Cumprimento (*)	29/09/2022 a 29/12/2027	184.094	967

(*) A garantia de Fiel Cumprimento é um Seguro Garantia tendo Verde Transmissora de Energia S.A. como tomadora da apólice e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) como segurado. A garantia tem como fundamento o Edital 01/2022 da ANEEL, que prevê que, com a assinatura do Contrato de Concessão entre a Concessionária e ANEEL, será apresentada a garantia de Fiel Cumprimento no valor correspondente a 5% do investimento previsto pela ANEEL. Buriti Transmissão de Energia

Riscos	**Data vigência**	**Importância segurada (R$ mil)**	**Prêmio**
Fiel Cumprimento (*)	08/09/2023 a 29/12/2028	69.109	349

(*) A garantia de Fiel Cumprimento é um Seguro Garantia tendo Buriti Transmissão de Energia S.A. como tomadora da apólice e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) como segurada. A garantia tem como fundamento o Edital 08/2023 da ANEEL, que prevê que, com a assinatura do Contrato de Concessão entre a Transmissora e ANEEL, será apresentada a garantia de Fiel Cumprimento no valor correspondente a 5% do investimento previsto pela ANEEL.

Verde Ambiental Alagoas

		Vigência			
	Seguradora	**Início**	**Final**	**Garantia segurada**	**Prêmio**
Responsabilidade civil	AIG Seguros	12/04/2024	12/04/2025	34.707	211
Garantia contratual	EZZE Seguros (ii)	07/03/2024	07/03/2025	91.460	82
Riscos operacionais	AIG Seguros	29/09/2024	29/09/2025	267.806	222
Risco de engenharia	AXA Seguros	31/12/2024	30/12/2026	163.994	154
Risco de engenharia	AXA Seguros	31/12/2023	30/12/2025	69.512	79
Veículos	Sura Seguros (i)	04/02/2024	03/02/2025	2.382	126

(i) Em 4 de fevereiro de 2025, a Companhia renovou o seguro de veículos através da apólice de seguro com a Sura Seguros no valor de R$134.771,03. (ii) Em 07 de março de 2025 a Companhia renovou o seguro garantia através da apólice de seguro com a EZZE Seguros no valor de R$86.324,99. **26. Informação por segmento**: A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes. A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Dessa forma, os segmentos econômicos em que atua são: Transmissão, Construção e Saneamento, cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

	2024				
	Construção	**Transmissão**	**Saneamento**	**(-) Eliminação**	**Total**
Receita operacional líquida	**244.720**	**1.515.515**	**103.997**	**(96.950)**	**1.767.282**
Custo e despesa operacional	**(285.942)**	**(1.222.516)**	**(129.007)**	**(27.564)**	**(1.665.029)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(41.222)**	**292.999**	**(25.010)**	**(124.514)**	**102.253**
Receita financeira	**267.232**	**237.645**	**14.183**	**-**	**519.060**
Despesa financeira	**(242.847)**	**(315.372)**	**(19.645)**	**-**	**(577.864)**
Resultado financeiro	**24.385**	**(77.727)**	**(5.462)**	**-**	**(58.804)**
Imposto de renda e contribuição social	**78.803**	**(74.135)**	**14.102**	**-**	**18.770**
Lucro líquido do exercício	**61.966**	**141.137**	**(16.370)**	**(124.514)**	**62.219**

	2024				
	Construção	**Transmissão**	**Saneamento**	**(-) Eliminação**	**Total**
Ativos operacionais	**3.045.579**	**4.329.002**	**905.229**	**(982.906)**	**7.296.904**
Ativo circulante	**791.405**	**482.331**	**188.928**	**(131.519)**	**1.331.145**
Ativo não circulante	**2.254.174**	**3.846.671**	**716.301**	**(851.387)**	**5.965.759**
Passivos operacionais	**3.045.579**	**4.329.002**	**905.229**	**(982.906)**	**7.296.904**
Passivo circulante	**948.300**	**2.086.022**	**158.862**	**(131.523)**	**3.061.661**
Passivo não circulante	**2.097.279**	**2.242.980**	**746.367**	**(851.383)**	**4.235.243**

	2023				
	Construção	**Transmissão**	**Saneamento**	**(-) Eliminação**	**Total**
Receita operacional líquida	87.001	642.397	76.305	(80.596)	725.107
Custo e despesa operacional	(85.704)	(450.117)	(68.997)	80.596	(524.222)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.297	192.280	7.308	-	200.885
Receita financeira	246.463	14.599	91.905	-	352.967
Despesa financeira	(287.122)	(52.467)	(82.782)	-	(422.371)
Resultado financeiro	(40.659)	(37.868)	9.123	-	(69.404)
Imposto de renda e contribuição social	(58.567)	(109)	-	-	(58.676)
Lucro líquido do exercício	(97.929)	154.303	16.431	-	72.805

	2023				
	Construção	**Transmissão**	**Saneamento**	**(-) Eliminação**	**Total**
Ativos operacionais	2.951.913	2.758.895	757.583	(736.839)	5.731.552
Ativo circulante	701.402	493.651	142.239	(112.455)	1.224.837
Ativo não circulante	2.250.511	2.265.244	615.344	(624.384)	4.506.715
Passivos operacionais	(2.951.913)	(2.758.895)	(757.583)	736.839	(5.731.552)
Passivo circulante	(870.247)	(955.197)	(693.840)	112.455	(2.406.829)
Passivo não circulante	(2.081.666)	(1.803.698)	(63.743)	624.384	(3.324.723)

27. Eventos subsequentes: Verde Ambiental Alagoas: *Quinta emissão de debêntures:* Em 8 de janeiro de 2025, a Companhia deliberou a renovação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da modalidade quirografária, destinadas à distribuição pública com esforços restritos. O montante total foi reduzido de R$230.000 para R$150.000 com vencimento em 8 de janeiro de 2026. As debêntures emitidas possuem juros remuneratórios correspondentes a 100%

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.003.107/0001-32

da variação acumulada da Taxa CDI, acrescidos de um *spread* de 0,25% ao ano. Verde Transmissão de Energia S.A.: *Desembolso Crédito Ponte:* Em 13 de janeiro de 2025, a Companhia celebrou contratos de financiamento nos termos da Lei n. 4131, junto ao Banco Intesa SanPaolo e ao Banco Natixis. O financiamento com o Banco Intesa SanPaolo foi firmado no valor de USD 34.602, com SWAP até o limite de R$210.713, vencimento em 13 de novembro de 2025 e taxa exponencial de 0,34% a.a. Já o contrato com o Banco Natixis foi celebrado no montante de R$200.000, com vencimento em 05 de dezembro de 2025 e taxa exponencial de 0,35% a.a.

Diretor: Germán Sanchez Gonzalez; **Contador:** Isabel Cristina C. da Silva - CRC RJ 108752/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Cymi Construções e Participações S.A.** Rio de Janeiro - RJ: **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CYMI Construções e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** A controlada da Companhia, a Dunas Transmissão de Energia S.A., concluiu durante o exercício de 2024, a construção da infraestrutura da rede básica de transmissão de energia elétrica, tendo então, a visibilidade dos aspectos que impactaram diretamente a obrigação de desempenho perante os critérios iniciais adotados pelo contrato de concessão e, não realizou os ajustes contábeis necessários devido à perda por ineficiência na construção. A ausência do ajuste relativo à perda proveniente do ativo de contrato não está em linha com as diretrizes estabelecidas no CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. Como consequência, o investimento e o ativo de contrato estão superavaliados no montante de R$158.859 mil, na controladora e consolidado, respectivamente, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão superavaliados na controladora e no consolidado no montante de R$104.847 mil, líquidos de impostos, em 31 de dezembro de 2024. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação de a capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis da administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F

Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O

País

Terrorismo

Homem que se explodiu em frente ao STF agiu por 'extremismo, diz PF

RAYSSA MOTTA/AE

A Polícia Federal concluiu as investigações sobre o atentado ocorrido em novembro de 2024, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, nas proximidades do Supremo Tribunal Federal (STF). As investigações apontam que o autor, Francisco Wanderley Luiz, o Tiü França, agiu sozinho, "sem participação ou financiamento de terceiros", e que a motivação do crime foi "o extremismo político".

Na noite de 13 de novembro, Francisco se matou ao explodir uma bomba junto à sua cabeça em frente à estátua da Justiça, na Praça dos Três Poderes.

Em nota divulgada ontem, a PF informou que recorreu a diversos meios de prova, com destaque para a análise das comunicações e dos dados bancários e fiscais, exames periciais em todos os locais vinculados aos fatos, reconstituição cronológica das ações do autor antes e durante o atentado e, ainda, os depoimentos de mais de uma dezena de testemunhas.

Pressão de Lira

CCJ da Câmara rejeita recurso de Glauber Braga contra cassação

KARINA FERREIRA/AE

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara rejeitou por 44 votos a 22 o recurso do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) contra a decisão que recomenda a perda do mandato e a inelegibilidade dele por oito anos. Com exceção de PSOL, PT, PDT, PSB e PSD (e respectivas federações), parlamentares de outros partidos acompanharam o relator e votaram contra o recurso, na sessão que durou quase sete horas ontem.

Com a negativa, o caso segue para o plenário da Casa, onde é preciso que a maioria absoluta, ou seja, 257 deputados, votem favoravelmente para o deputado ser cassado. Se o número não for atingido, o processo será arquivado e Glauber seguirá com o mandato. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), se comprometeu no último dia 17 a não pautar a votação da cassação por 60 dias.

A defesa de Glauber Braga alegou que a acusação contra ele é "indeterminada" e que lhe foram atribuídas uma série de condutas, sem apontar qual artigo do Código de Ética o deputado teria infringido, ao expulsar a chutes um integrante do MBL que havia xingado a mãe doente do deputado.

Deputados governistas que apoiam Glauber Braga defenderam o deputado afirmando que o Código de Ética prevê "censura escrita" em caso de agressões físicas, não cassação, e alegam desproporcionalidade na punição.

Antes da decisão, em declaração inicial, o deputado afirmou que, caso o recurso fosse rejeitado pela CCJ, percorreria os 26 Estados brasileiros para "apresentar sua defesa" e "dialogar com as pessoas sobre o que está acontecendo".

A análise do recurso foi iniciada na última quinta-feira, dois dias após o documento de 94 páginas ser protocolado na comissão. No pedido, Glauber disse que adotou uma reação "proporcional" no episódio e que tem sido perseguido pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL).

Ainda segundo o parlamentar, não houve direito de defesa no processo, e o relator do caso no Conselho de Ética, Paulo Magalhães (PSD-BA), teve postura "sempre desejosa de uma condenação".

Após o voto do relator na CCJ, deputado Alex Manente (Cidadania-SP) pela rejeição do recurso, aquela votação foi interrompida com um pedido de vista do deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ), alegando ser preciso mais tempo para a questão ser debatida. Outros parlamentares também pediram mais tempo para análise.

No parecer, Manente defendeu que a representação contém as condutas atribuídas a Glauber Braga, e que a escolha do relator seguiu o Código de Ética da Casa. Já sobre as alegações do deputado, argumentando desproporcionalidade da penalidade aplicada, suposta violação da isonomia em relação a casos anteriores e o direito a legítima defesa, Manente disse que não cabia à CCJ a análise.

Fraude no INSS

Lupi: é difícil calcular quantos tiveram descontos irregulares

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou ontem que ao menos seis milhões de aposentados e pensionistas já tiveram alguma mensalidade associativa descontada de seus benefícios previdenciários.

"Seis milhões é somando todos que contribuíram ao longo de todos esses anos", comentou o ministro ao participar da reunião da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, da Câmara dos Deputados.

De acordo com Lupi, o que não se sabe ainda é quantas destas pessoas foram alvo do esquema de descontos associativos não autorizados que motivou a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) a deflagrar, na semana passada, a Operação Sem Desconto.

"Não posso afirmar quantos são os fraudadores, nem, deste total, quantas são as fraudes", acrescentou o ministro. Ele explica que o trabalho de identificação dos descontos fraudulentos será longo, pois depende de uma verificação "caso a caso".

"Já pararam para pensar como é examinar se (cada autorização de desconto que as entidades apresentam ao INSS) é válida? Se milhões de assinaturas são verdadeiras? Isto não é simples", ponderou Lupi, após afirmar que sempre se manifestou contra o desconto das mensalidades associativas diretamente dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

"Quem quiser se filiar, que se entenda com a entidade. E a associação que quiser manter [o associado], que cobre uma taxa, faça um boleto ou peça para a pessoa fazer um PIX", disse o ministro.

DEVOLUÇÃO

Lupi voltou a dizer que o governo federal avalia como restituir aos aposentados e pensionistas os valores que as entidades receberam ilegalmente, com o aval do INSS. O ministro destacou que quem lesou os beneficiários da autarquia e os cofres públicos serão responsabilizados.

"Os bens de todas as associações [investigadas] estão bloqueados para pagar parte do débito", comentou o ministro.

No entanto, o ministro ressaltou que entre as 41 organizações autorizadas a oferecer a cobrança da mensalidade associativa diretamente dos benefícios previdenciários, existem as que trabalham corretamente.

CONTRIBUIÇÃO

A mensalidade associativa é uma contribuição que aposentados e pensionistas pagam para fazer parte de uma associação, sindicato ou entidade de classe sem fins lucrativos que represente os interesses dos associados. A cobrança em folha é permitida desde 1991, quando entrou em vigor a Lei dos Benefícios da Previdência Social. E é feita com base em acordos de cooperação técnica (ACTs) que o INSS assina com as entidades a que, posteriormente, repassa o valor deduzido das aposentadorias e pensões.

Segundo a PF e a CGU, a operação da semana passada foi motivada pelo aumento expressivo do número de autorizações para descontos das mensalidades associativas de aposentadorias e pensões. Em 2016, R$ 413 milhões foram descontados dos benefícios previdenciários. Em 2017, R$ 460 milhões. Em 2018, R$ 617 milhões. Em 2019, R$ 604 milhões. Em 2020, em meio à pandemia da covid-19, o valor caiu para R$ 510 milhões. Em 2021, o total voltou a subir, atingindo R$ 536 milhões. Em 2022, foram R$ 706 milhões. Em 2023, R$ 1,2 bilhão. E, no ano passado, R$ 2,8 bilhões.

As reclamações também aumentaram na mesma proporção. Só de janeiro de 2023 a maio de 2024, o INSS recebeu mais de 1,163 milhão de pedidos de cancelamento de cobranças. A maioria, com a justificativa de que não tinham sido autorizados pelos beneficiários ou por seus representantes legais.

Nos dias seguintes à realização da Operação Sem Desconto, a CGU e o próprio INSS tornaram públicos os resultados de auditorias realizadas desde 2023, apontando inconsistências e problemas relacionados às cobranças. A operação policial também já resultou na exoneração do então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, e no afastamento de quatro dirigentes da autarquia e de um policial federal lotado em São Paulo.

De acordo com o ministro Carlos Lupi, a Previdência Social é alvo de fraudes "há muitos anos", mas nunca houve uma ação do porte da atual Operação Sem Desconto.

"Demorou? Demorou. Não tenho vergonha em dizer que eu gostaria que tivesse sido muito mais ágil. Mas estamos agindo. Estamos fazendo. Está doendo na nossa carne. Estamos tendo que exonerar gente que trabalhava com a gente, com quem convivíamos", alegou o ministro ao admitir que indicou Stefanutto para presidir o INSS.

"O que garanto é que, no nosso governo, com a nossa Polícia Federal agindo, com a Controladoria-Geral da União agindo, preparem-se: toda esta gentalha marginal vai para a cadeia. Inclusive, aparecendo os mentores, quem está por trás, quem a patrocina. Se há quadrilha aqui, garanto que ela não é nossa. Essa quadrilha não vem de hoje e nosso papel é investigar e colocar na cadeia", concluiu o ministro.

Partidos

União e PP anunciam federação com maior bancada no Congresso

LEVY TELES/AE

Com a presença de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e sem petistas, o União Brasil e o PP anunciaram, ontem, a formação de uma nova federação, chamada União Progressista. Esse novo grupo terá a maior bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (107 e 14, respectivamente), seis governadores e será dono de cerca de R$ 950 mil anuais do Fundo Partidário. Tudo isso com mais quatro ministros, ao mesmo tempo em que líderes da sigla desejam desembarcar do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O evento de ontem, realizado no Salão Negro da Câmara dos Deputados, reuniu principais figuras do Centrão, como o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), figurantes relevantes do PL de Bolsonaro - Valdemar Costa Neto, presidente da sigla, e os líderes da Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), e do Senado, Carlos Portinho (RJ), entre eles - Ronaldo Caiado, pré-candidato do União à Presidência da República em 2026 e os ministros de Lula.

O União Progressista lançou um manifesto comum, lido pelos presidentes do União, Antônio Rueda, e do PP, Ciro Nogueira (PI), que comandarão conjuntamente a federação em 2025. No manifesto lançado, o União Progressista defende a "modernização do Estado" e um "choque de prosperidade".

"A fragmentação da representação parlamentar, recorde em termos internacionais, há muito é apontada como um dos graves empecilhos à governação do País, dificultando a construção de maiorias estáveis e emprestando opacidade ao nosso sistema político", diz o texto. Esse choque, segundo o manifesto, seria "uma reforma modernizadora do Estado. Que será mais que uma simples reforma administrativa. Deve promover a inovação, com o uso intensivo e extensivo de fórmulas avançadas de tecnologia de gestão; repensar a dimensão dos entes estatais; e revisitar a estrutura de cada um dos Poderes".

Pré-candidato ao Planalto em 2026, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), criticou a política fiscal e de segurança pública do governo Lula e falou que o partido triunfará no próximo ano. "Em 2026 vamos ganhar as eleições no País e vamos subir a rampa do Palácio do Planalto", discursou Caiado, para os aplausos de Ciro e Rueda.

Vice-presidente do União Brasil, Antônio Carlos Magalhães Neto defende que a federação desembarque do governo já no segundo semestre deste ano. "Eu entendo que a partir da formalização da federação, que deve acontecer até o início do segundo semestre de 2025, vamos ter que enfrentar a participação ou não governo", disse. "Eu acho que vai ser inevitável para que a gente tenha uma desvinculação completa com o governo e a qualquer tipo de participação nele."

Neste momento, o União tem três ministérios: Celso Sabino (Turismo), Waldez Góes (Integração) e Frederico de Siqueira Filho (Comunicação), e o PP tem um: André Fufuca (Esporte). Todos estiveram presentes, inclusive o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que indicou dois dos três ministros do União na Esplanada.

EÓLICA MANGUE SECO 4
GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/MF Nº 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.3.0034051-3
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 04 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição e a fixação da remuneração dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram (a) a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o n.º 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade n.º 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o n.º 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2026** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B e (b) a remuneração da Diretoria da Companhia no valor de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) a ser igualmente repartida entre os membros da Diretoria. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 29/04/2025 sob o nº 00006943946, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EÓLICA MANGUE SECO 1
GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/MF Nº 11.643.458/0001-85 - NIRE 33.3.0034028-9
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 04 de abril de 2025, às 8:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição e a fixação da remuneração dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram (a) a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o n.º 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade n.º 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o n.º 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2026** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B e (b) a remuneração da Diretoria da Companhia no valor de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) a ser igualmente repartida entre os membros da Diretoria. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 29/04/2025 sob o nº 00006944010, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

SERTÕES HOLDING S.A.
CNPJ/ME 45.932.052/0001-34 NIRE 33.3.0034307-5
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 07 de abril de 2025, às 18:00 horas, na sede da Sertões Holding S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza como Presidente e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca como Secretária. **3. PRESENÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, V2I Energia S.A. ("Acionista Ordinarista") conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia e do Acionista Preferencial, Itaú Unibanco S.A. ("Acionista Preferencial"). **4. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, na edição digital de 25 de março de 2025 e na impressa de 25 de março de 2025, páginas 3 e 4 e (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 no montante de R$ 57.084.117,14 (cinquenta e sete milhões oitenta e quatro mil cento e dezessete reais e quatorze centavos), aprovar a destinação de (a) R$ 2.854.205,86 (dois milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinco reais e oitenta e seis centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no inciso I do parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R$ 14.312.333,63 (quatorze milhões trezentos e doze mil trezentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos) ao pagamento de dividendos prioritários ao Acionista Preferencial, consoante disposto no inciso II do parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (c) R$ 9.979.394,41 (nove milhões novecentos e setenta e nove mil trezentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista ordinarista, consoante disposto no inciso III do parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, a serem pagos até 31 de dezembro de 2025 e (d) 29.938.183,24 (vinte e nove milhões novecentos e trinta e oito mil cento e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos) à constituição de reserva de retenção de lucros. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V2I Energia S.A., representando o quórum necessário para as deliberações tomadas. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza** - *Presidente da Mesa*, **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca** - *Secretária*. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 25/04/2025 sob o nº 00006937573, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Diário do Acionista

Tels.:
(21) 99122-4278
(11) 2655-1899

CELEO BARREIRAS FV IX S.A.

CNPJ nº 46.944.265/0001-49

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em Reais)*

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		23.466	49.583
Títulos e valores mobiliários	5	906.383	835.453
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.817	-
Outros ativos		32	32
Total do ativo circulante		**932.698**	**885.068**
Total do ativo		**932.698**	**885.068**
Impostos e contribuições a recolher		-	7.670
Dividendos	6 (c)	86.601	18.367
Total do passivo circulante		**86.601**	**26.037**
Contas a pagar com partes relacionadas		64	64
Total do passivo não circulante		**64**	**64**
Total dos passivos		**86.665**	**26.101**
Capital social	6 (a)	800.000	800.000
Reserva de Lucros	6 (b)	46.033	58.967
Total do patrimônio líquido		**846.033**	**858.967**
Total do passivo e patrimônio líquido		**932.698**	**885.068**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Receita operacional líquida	**-**	**-**
Custos operacionais	(471)	(32)
Lucro bruto	**(471)**	**(32)**
Outros	(10.616)	-
Despesas operacionais	**(10.616)**	**-**
Resultado antes do resultado financeiro	**(11.088)**	**(32)**
Receitas financeiras	89.317	95.426
Despesas financeiras	(1.493)	(1.016)
Resultado financeiro	**87.824**	**94.410**
Resultado antes dos impostos	**76.736**	**94.378**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.436)	(22.902)
Imposto de renda e contribuição social	**(21.436)**	**(22.902)**
Lucro líquido do exercício	**55.300**	**71.476**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	55.300	71.476
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**55.300**	**71.476**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	55.300	71.476
Ajustes para:		
- Imposto de renda e contribuição social correntes	21.436	-
- Títulos e valores mobiliários - rendimento	(89.317)	(95.426)
	(12.581)	**(23.950)**
Variações em:		
- Impostos e contribuições a recuperar	(2.817)	-
- Outros ativos	-	32
- Impostos e contribuições a recolher	(14.586)	5.775
Caixa (utilizado) pelas atividades operacionais	**(29.984)**	**(18.142)**
Impostos pagos sobre o lucro	(14.520)	-
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades operacionais	**(44.504)**	**(18.142)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários - aplicações	(900.000)	(830.000)
Títulos e valores mobiliários - resgates	918.387	837.866
Caixa gerado nas atividades de investimento	**18.387**	**7.866**
(Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(26.117)**	**(10.277)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	49.583	59.860
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**23.466**	**49.583**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Reservas de lucros - Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**800.000**	**293**	**4.174**	**-**	**-**	**804.467**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	71.476	71.476
Reserva legal	6 (b)	-	3.574	-	-	(3.574)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(16.976)	(16.976)
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	50.926	(50.926)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**800.000**	**3.867**	**4.174**	**50.926**	**-**	**858.967**
Transferência para dividendos a pagar	6 (b)	-	-	(4.174)	(50.926)	-	(55.100)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	55.300	55.300
Reserva legal	6 (b)	-	2.765	-	-	(2.765)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(13.134)	(13.134)
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	39.402	(39.402)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**800.000**	**6.632**	**-**	**-**	**-**	**846.033**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Celeo Barreiras FV IX S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 06 de junho de 2022 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, bem como a manutenção de redes de transmissão. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em R$ e foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **5 Títulos e valores mobiliários:** A Companhia aplicou seus recursos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelados ao depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99% (98,50% em 2023) do DI com vencimento em dezembro de 2025. **6 Patrimônio Líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R$ 800.000, dividido em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Todas as ações são detidas pela Celeo Redes Brasil S.A. **(b) Reserva de Lucros - i. Reserva Legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor destinado foi de R$ 2.765 e R$ 3.574, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituído com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R$ 4.174 para pagamento de dividendos. **iii. Dividendo adicional proposto -** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R$ 50.926 para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi destinado o montante de R$ 39.402 e R$ 50.926, respectivamente. **(c) Dividendo mínimo obrigatório -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, sendo que o saldo remanescente terá o destino que lhe for deliberado pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**18.367**	**1.391**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	13.134	16.976
Aprovação para pagamento de dividendos	55.100	-
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	**86.601**	**18.367**

José Maurício Scovino de Souza - Diretor técnico
Marcus Hansen Balata - Diretor financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8

CELEO BARREIRAS FV X S.A.

CNPJ nº 46.954.824/0001-00

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em Reais)*

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		23.468	49.583
Títulos e valores mobiliários	5	906.383	835.453
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.817	-
Outros ativos		33	32
Total do ativo circulante		**932.701**	**885.068**
Total do ativo		**932.701**	**885.068**
Impostos e contribuições a recolher		-	7.670
Dividendos a pagar	6 (c)	86.602	18.367
Total do passivo circulante		**86.602**	**26.037**
Contas a pagar com partes relacionadas		64	64
Total do passivo não circulante		**64**	**64**
Total dos passivos		**86.666**	**26.101**
Capital social	6 (a)	800.000	800.000
Reserva de Lucros	6 (b)	46.035	58.967
Total do patrimônio líquido		**846.035**	**858.967**
Total do passivo e patrimônio líquido		**932.701**	**885.068**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Receita operacional líquida	**-**	**-**
Custos operacionais	(471)	(32)
Lucro bruto	**(471)**	**(32)**
Despesas gerais e administrativas	(10.616)	-
Despesas operacionais	**(10.616)**	**-**
Resultado antes do resultado financeiro	**(11.088)**	**(32)**
Receitas financeiras	89.317	95.426
Despesas financeiras	(1.491)	(1.016)
Resultado financeiro	**87.826**	**94.410**
Resultado antes dos impostos	**76.738**	**94.378**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.436)	(22.902)
Imposto de renda e contribuição social	**(21.436)**	**(22.902)**
Lucro líquido do exercício/período	**55.302**	**71.476**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	55.302	71.476
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**55.302**	**71.476**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	55.302	71.476
Ajustes para:		
- Imposto de renda e contribuição social correntes	21.436	-
- Títulos e valores mobiliários - rendimento	(89.317)	(95.426)
	(12.579)	**(23.950)**
Variações em:		
- Impostos e contribuições a recuperar	(2.817)	-
- Outros ativos	-	32
- Impostos e contribuições a recolher	(14.586)	5.775
Caixa (utilizado) pelas atividades operacionais	**(29.982)**	**(18.142)**
Impostos pagos sobre o lucro	(14.520)	-
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades operacionais	**(44.502)**	**(18.142)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários - aplicações	(900.000)	(830.000)
Títulos e valores mobiliários - resgates	918.387	837.866
Caixa gerado nas atividades de investimento	**18.387**	**7.866**
(Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(26.115)**	**(10.277)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	49.583	59.860
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**23.468**	**49.583**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Reservas de lucros - Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**800.000**	**293**	**4.174**	**-**	**-**	**804.467**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	71.476	71.476
Reserva legal	6 (b)	-	3.574	-	-	(3.574)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(16.976)	(16.976)
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	50.926	(50.926)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**800.000**	**3.867**	**4.174**	**50.926**	**-**	**858.967**
Transferência para dividendos a pagar	6 (b)	-	-	(4.174)	(50.926)	-	(55.100)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	55.302	55.302
Reserva legal	6 (b)	-	2.765	-	-	(2.765)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	-	-	-	-	(13.134)	(13.134)
Dividendos adicionais propostos	6 (b)	-	-	-	39.403	(39.403)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**800.000**	**6.632**	**-**	**39.403**	**-**	**846.035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Celeo Barreiras FV X S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 06 de junho de 2022 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, bem como a manutenção de redes de transmissão. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em R$ e foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **5 Títulos e valores mobiliários:** A Companhia aplicou seus recursos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelados ao depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98,50% (99,50% em 2023) do DI com vencimento em dezembro de 2025. **6 Patrimônio Líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R$ 800.000, dividido em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Todas as ações são detidas pela Celeo Redes Brasil S.A. **(b) Reserva de Lucros - i. Reserva Legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor destinado foi de R$ 2.765 e R$ 3.574, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituído com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R$ 4.174 para pagamento de dividendos. **iii. Dividendo adicional proposto -** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada a transferência de R$ 50.926 para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi destinado o montante de R$ 39.403 e R$ 50.926, respectivamente. **(c) Dividendo mínimo obrigatório -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, sendo que o saldo remanescente terá o destino que lhe for deliberado pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**18.367**	**1.391**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	13.134	16.976
Aprovação para pagamento de dividendos	55.100	-
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	**86.602**	**18.367**

José Maurício Scovino de Souza - Diretor técnico
Marcus Hansen Balata - Diretor financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CNPJ 29.138.328/0001-50
LICENÇA DE OPERAÇÃO N° 038/2025
PROCESSO Nº 019/000 05612025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL, no uso de kg suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 2.022, de 30 de dezembro de 2006, con-cede a presente Licença de Operação n° 038/2025, à empresa **RADIADORES AVANT COMÉR-CIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 50.610.030/0001-98, localizada na Rua General alr Venâncio Flores, s/n°, Quadra 107, Lote 16, Bairro Jardim Vinte e Cinco de Agosto, 1° Distrito do Município de Duque de Caxias-RJ.

Energética Salto Natal S.A.

CNPJ/MF nº 07.587.636/0001-20 – NIRE 33.300.322.949

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2024

Data, Local e Hora: 11/12/2024, na sede social da Companhia, às 12:00 horas. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do detentor da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **Deliberações:** O acionista deliberou: **1.** Aprovar o pagamento de dividendos de **R$ 14.441.296,18**, constituídos com base nos lucros apurados nos balanços patrimoniais do exercício social encerrado em 31.12.2023. **1.1.** Os dividendos serão ratificados na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2023. **1.2.** Consignar que os dividendos declarados foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal. **2.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 1.189.641,00**, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades da Companhia, **de** R$ 6.781.737,87 **para** R$ 5.592.096,87. **2.1.** Passa o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º** – O capital social totalmente subscrito e integralizado é R$ 5.592.096,87, dividido em 3.614.167 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal"* **3.** Consignar que os valores declarados nos itens 1. e 2. acima, serão pagos aos acionistas, conforme a disponibilidade de caixa, nos seguintes valores: **Elera Renováveis S.A.:** 3.614.166 Quotas, 99,9999723%, R$15.630.932,86. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli:** 1 Quota, 0,0000277%, R$4,32. **Total:** 3.614.167 Quotas, R$100, R$15.630.937,18. **3.1.** Registrar que o acionista **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista **Elera Renováveis S.A**. **3.2.** A redução do capital social e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no **Jornal Diário do Acionista**. **4.** Aprovar a consolidação da redação do Estatuto Social da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, RJ, 11/12/2024. **Mesa: Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – *Presidente;* **Guilherme Braga Lacerda** – *Secretário.* **Acionistas: Elera Renováveis S.A.** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e p.p. Guilherme Braga Lacerda); **Carlos Gustavo Nogari Andrioli**.

Elera Renováveis Minas Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 02.260.955/0001-03 – NIRE 33.300.349.065

Ata da Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 11/12/2024

Data, Local e Hora: 11/12/2024, na sede social da Companhia, às 10:00 horas. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: **1.** Aprovar a redução de capital social, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades da Companhia, passando **de** R$ 14.222.726,82 **para** R$ 11.132.915,82. **1.1.** É desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º** – O capital social é de R$ 11.132.915,82, dividido em 4.031.570 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **1.2.** Consignar que o valor da redução aprovada será pago aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: **Elera Renováveis S.A.:** 4.031.569 Quotas, 99,9999752%, R$3.089.810,23. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli:** 1 Quotas, 0,0000248%, R$0,77. **Total:** 4.031.570 Quotas, 100%, R$3.089.811,00. **1.3.** Registrar que o acionista **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista **Elera Renováveis S.A**. **1.4.** A redução do capital social e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no **Jornal Diário do Acionista**. **2.** Aprovar a redação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, RJ, 11/12/2024. **Mesa: Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – *Presidente;* **Guilherme Braga Lacerda** – *Secretário.* **Acionistas: Elera Renováveis S.A.** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e p.p. Guilherme Braga Lacerda); **Carlos Gustavo Nogari Andrioli**.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA,** doravante designada **VENDEDORA**, inscrita no CNPJ sob n° 25.005.683/0001-09, com sede na Rua Cardeal Arcoverde, n° 2.365, 11º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, nos termos do contrato de empréstimo com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de credito imobiliário - CCI, nº 10004863-3, datado em 22/11/2023, no qual figura como **Devedora Fiduciante Caroline De Oliveira Manhães,** brasileira, solteira, funcionária pública, nascida em 19/07/1986, CNH n° 05042817808-DETRAN/RJ, CPF nº 104.796.307-80, residente e domiciliado na Rua B, n° 18, Chapéu de Sol, São João da Barra/RJ, CEP 28200-000, levarão a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e/ou On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **14 de Maio de 2025 a partir das 09h10,** na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 171.514,00 (cento e setenta e um mil, quinhentos e catorze reais).** O imóvel abaixo descrito, em lote único, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído **pelo imóvel:** Apartamento n° 302, Bloco 04, do Edifício Village do Itaboraí, situado na Rua Visconde do Itaboraí, n° 631, nesta cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, 1° sub-distrito do 1° distrito deste Município, com a área construída de 56,08m2, e fração ideal de 0,01162 do terreno que mede no seu todo 4.620,74m2, ou sejam 49,90ms, de largura na frente, onde se divide com a Rua Visconde do Itaboraí, 49,90ms, de largura nos fundos, confrontando-se com a Rua Projetada e com quem de direito, 92,60ms, de comprimento do lado esquerdo, confrontando-se com herdeiros ou sucessores de Dr. Grevi Bastos e 93,55ms, de comprimento do lado direito, confrontando-se com a área A, lançada a Construtora Planície Ltda. Matrícula nº 15.832 do 7º Cartório de Oficio de Registro de Imóveis de Campos dos Goytacazes/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob n° 143754. **O imóvel encontra-se ocupado, e será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação dos imóveis deverá ser providenciada pelo comprador, que assume o risco da ação, bem como todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante propositura da competente reintegração na posse, na forma do artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **21 de maio de 2025 a partir das 15h10,** para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a: **2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 117.049,43 (cento e dezessete mil, quarenta e nove reais e quarenta e três centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Demais condições de participação online devem ser verificadas no site indicado. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Ficam os Devedores Fiduciantes INTIMADOS das designações feitas acima. A publicação do presente edital supre a intimação pessoal. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. A(s) ação (ões) Judicial(is) relativas(s) ao(s) Imóvel(is) arrematados(s), distribuídas em até 6 meses depois da arrematação , que invalidem a consolidação da propriedade e anulem a arrematação do imóvel pelo COMPRADOR ARREMATANTE, mediante transito em julgado, os leilões públicos promovidos pela VENDEDORA ou adjudicação em favor da VENDEDORA, a arrematação do COMPRADOR ARREMATANTE será rescindida, reembolsados pela VENDEDORA os valores pagos pelo COMPRADOR ARREMATANTE, excluída a comissão do LEILOEIRO, que deverá ser restituída pelo próprio leiloeiro, atualizados os valores a ressarcir pelos mesmos índices aplicados à caderneta de poupança, não fazendo jus o COMPRADOR ARREMATANTE, nesta hipótese de rescisão a juros de mora, multas por rescisão contratual, perdas e danos ou lucros cessantes, devendo o COMPRADOR ARREMATANTE, caso exerça a posse do imóvel, desocupá-lo em 15 dias, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal da VENDEDORA.

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio Thera Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

Elera Renováveis Minas Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 02.260.955/0001-03 – NIRE 33.300.349.065

Ata da Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 12/06/2024

Data, Local e Hora: 12/06/2024, na sede social da Companhia, às 10:00 horas. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos detentores da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: **1.** Aprovar a redução de capital social da Companhia em **R$ 206.523,66**, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades da Companhia, **de** R$ 14.429.250,48 **para** R$ 14.222.726,82. **1.1.** É desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º** – O capital social é de R$ 14.222.726,82, dividido em 4.031.570 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **1.2.** O valor da redução aprovada será pago aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: **Elera Renováveis S.A.:** 4.031.569 Quotas, 99,9999752%, R$206.523,61. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli:** 1 Quota, 0,0000248%, R$0,05. **Total:** 4.031.570 Quotas, 100%, R$206.523,66. **1.3.** Registrar que o acionista **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista **Elera Renováveis S.A**. **1.4.** A redução do capital social e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no **Jornal Diário do Acionista**. **2.** Aprovar o prazo de gestão dos membros da Diretoria **de** 01 ano **para** 2 anos. **2.1.** Resolve alterar o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 12** – A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 e no máximo 7 diretores, sendo 1 Diretor Presidente. 1 Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 2 anos, permitida a reeleição."* **3.** Aprovar a alteração do parágrafo único, artigo 15 do Estatuto Social da Companhia. **3.1.** O parágrafo único do artigo 15 do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 15.** [...] Parágrafo único. As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 1 ano, salvo aquelas que: (a) contemplarem os poderes da cláusula ad judicia et extra; ou (b) forem outorgadas, no âmbito de financiamentos, tendo como prazo de validade o do contrato a que estiverem vinculadas."* **4.** Consignar a renúncia ao cargo de membro da Diretoria apresentada pelo Sr. **Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, registrando votos de louvor e agradecimento por toda a sua dedicação e pelos relevantes serviços prestados. **5.** Aprovar a consolidação da redação do Estatuto Social da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, RJ, 12/06/2024. **Mesa: Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – *Presidente;* **Guilherme Braga Lacerda** – *Secretário.* **Acionistas: Elera Renováveis S.A.** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e p.p. Guilherme Braga Lacerda); **Carlos Gustavo Nogari Andrioli**.

Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.

CNPJ/MF nº 05.958.631/0001-31 – NIRE 33.213.429.435

Ata de Reunião de Sócios realizada em 12 de dezembro de 2024

Data, Hora e Local: 12/12/2024, na sede social da Companhia, às 10h30. **Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos sócios representando a totalidade do capital social **Mesa:** Sra. Isis Paula Cerinotti Malhães, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos: 5.1.** Aprovar o pagamento de lucros no valor de **R$ 19.554.779,46**, constituídos com base nos lucros aprovados nos balanços patrimoniais da Companhia do exercício social encerrado em 31/12/2023, sendo: (i) **R$ 4.805.356,54**, a título de **lucros mínimos obrigatórios**; e (ii) **R$ 14.749.422,92**, a título de **lucros complementares**. **5.1.1.** Consignar que os lucros declarados serão pagos aos sócios quotistas conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, e na proporção de sua participação no capital social. **5.1.2.** Consignar que os lucros declarados conforme item 5.1. foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal, os quais serão ratificados na Reunião de Sócios da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31/12/2023. **5.2.** Consignar que os lucros declarados, conforme item 5.1., referem-se a parte dos lucros, os quais serão ratificados na Reunião de Sócios que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31/12/2023. **5.3.** Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **R$ 2.270.000,00**, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, com o consequente cancelamento de **2.270.000** quotas. **5.4.** Em virtude da deliberação 5.3. acima, o capital social da Companhia será reduzido **de** R$ 20.629.814,00 **para** R$ 18.359.814,00, e o número de quotas será reduzido **de** 20.629.814 quotas **para** 18.359.814,00 quotas. **5.5.** Consignar que os valores declarados nos itens 5.1. e 5.3. serão pagos aos sócios quotistas conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: Sócios – Qtde de Quotas – % – Valor (em R$): Elera Renováveis S.A. – 20.629.813 – 99,9999952 – R$ 21.824.778,40; Elera Renováveis Participações S.A. – 1 – 0,0000048 – 1,06; **Total – 20.629.814 – 100 – R$ 21.824.779,46. 5.5.1.** Registrar que a sócia **Elera Renováveis Participações S.A**. manifestou sua renúncia à parcela dos valores que lhe cabe em favor da sócia **Elera Renováveis S.A**. **5.6.** Em razão das deliberações, ora aprovadas, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Companhia, passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 18.359.814,00 dividido em 18.359.814 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: **i) Elera Renováveis S.A**. (CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96) possui 18.359.813 quotas, no valor total de R$ 18.359.813,00; **ii) Elera Renováveis Participações S.A**. (CNPJ/MF sob nº 09.417.715/0001-19) possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00."* **Encerramento:** Nada mais a tratar. Rio de Janeiro, RJ, 12/12/2024. (ass.:) **Mesa**: **Isis Paula Cerinotti Malhães** – *Presidente;* **Guilherme Braga Lacerda** – *Secretário.* **Sócios Quotistas**: **Elera Renováveis S.A.** (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhães e p.p. Guilherme Braga Lacerda); **Elera Renováveis Participações S.A.** (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhães e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

Bela Vista Energética Ltda.

CNPJ/MF nº 23.538.959/0001-80 – NIRE 33.210.651.111

Ata de Reunião de Sócios realizada em 11 de dezembro de 2024

Data, Hora e Local: 11/12/2024, na sede social da Companhia, às 09h00. **Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos sócios representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sra. Isis Paula Cerinotti Malhães, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos: 5.1.** Aprovar o pagamento de lucros no valor de **R$ 11.390.060,31**, constituídos com base nos lucros aprovados nos balanços patrimoniais da Companhia do exercício social encerrado em 31.12.2023, sendo: (i) **R$ 326.503,08**, a título de **lucros mínimos obrigatórios**; e (ii) **R$ 11.063.557,23**, a título de **lucros complementares**. **5.1.1.** Consignar que os lucros declarados serão pagos aos sócios quotistas conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, e na proporção de sua participação no capital social. **5.1.2.** Consignar que os lucros declarados conforme item 5.1. foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal, os quais serão ratificados na Reunião de Sócios da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2023. **5.2.** Consignar que os lucros declarados, conforme item 5.1., referem-se a parte dos lucros, os quais serão ratificados na Reunião de Sócios que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2023. **5.3.** Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **R$ 1.760.103,00**, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, com o consequente cancelamento de **1.760.103** quotas. **5.4.** Em virtude da deliberação 5.4. acima, o capital social da Companhia será reduzido **de** R$ 27.372.361,00 **para** R$ 25.612.258,00, e o número de quotas será reduzido **de** 27.372.361 quotas **para** 25.612.258 quotas. **5.5.** Consignar que os valores declarados nos itens 5.1. e 5.4. serão pagos aos sócios quotistas conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: **Sócios – Qtde de Quotas – % – Valor (em R$):** Cachoeira Escura Energética S.A. – 27.372.360 – 99,9999963 – R$ 13.150.162,83; Elera Renováveis S.A. – 1 – 0,0000037 – 0,48; **Total – 27.372.361 – 100 – R$ 13.150.163,31. 5.5.1.** Registrar que a sócia **Elera Renováveis S.A**. manifestou sua renúncia à parcela dos valores que lhe cabe em favor da sócia **Cachoeira Escura Energética S.A. 5.6.** Em razão das deliberações, ora aprovadas, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Companhia, passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 25.612.258,00, dividido em 25.612.258 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: i. **Cachoeira Escura Energética S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 09.590.411/0001-59) possui 25.612.257 quotas, no valor total R$ 25.612.257,00; ii. **Elera Renováveis S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96) possui 01 quota, no valor total de R$ 1,00. **Parágrafo único.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."* **Encerramento:** Nada mais a tratar. Rio de Janeiro, RJ, 11/12/2024. (ass.:) **Mesa**: **Isis Paula Cerinotti Malhães – *Presidente;* Guilherme Braga Lacerda** – *Secretário.* **Sócios Quotistas**: **Cachoeira Escura Energética S.A.** (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhães e p.p. Guilherme Braga Lacerda); **Elera Renováveis S.A.** (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhães e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278
(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ: 01.730.520/0015-18
AUDITORIA AMBIENTAL

A INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 11/04/2025 Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano de 2024 referente à atividade de fabricação de açúcares (sorbitol, manitol, maltitol, dextrose anidra e xarope de frutose) e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Joaquim Lemos, 48 – Alcântara, no Município de São Gonçalo, no período 12/05/2025 a 16/05/2025 no horário das 8h às 16h 30. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/504052/2009)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDEERH-RJ–Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco n. 156, 32º ÀD, SL 3229, Ed. Central, Centro/RJ, CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da empresa SOLUTIC-2010 CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, CNPJ n° 09.231.232/0001-25 filiados e não filiados, lotados no Município que integra a sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede do Sindicato, no dia 06/05/2025, às 11h (horário de Brasília) em 1ª convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 11:30h (horário de Brasília), em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Autorização à diretoria do SINDEERH-RJ para negociar e firmar Acordo Coletivo - vigência: 2025/2026 com a empresa; b) Discussão de Reajustes; c) Deliberação de Benefícios; d) Contribuição assistencial; e) Assuntos gerais.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.020/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.020/2025 no dia 14/05/2025 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Cateteres Guia para Hemodinâmica (CATETER GUIA 6F AL 1 , CATETER GUIA 6F AL2, CATETER GUIA 6F AL3 e etc). Processo nº. 33409.001675/2024-18. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Gerações Terras e Participações S.A.

CNPJ nº 59.410.486/0001-89 - NIRE 33.3.0035792-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2025

1. Data, Hora e Local. No dia 28 de fevereiro de 2025, às 12:00 horas, na sede da **Gerações Terras e Participações S.A**., localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, Bloco 2, Sala 503, Parte A, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22640-102 ("Companhia") **2. Mesa.** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva, e secretariados pelo Sr. Murilo Scarpa Pinto da Silva. **3. Convocação e Presença.** Dispensada a convocação prévia, consoante o disposto no §4º do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **4. Ordem do Dia.** Discutir e deliberar sobre a incorporação do acervo cindido da Matter Dei, abaixo qualificada, pela Companhia, e, portanto, deliberar a respeito: (i) do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial", firmado entre as administrações da Companhia e da Matter Dei Administração de Patrimônio Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas nº 3.434, Bloco 2, Sala 503, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.893.944/0001-57, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 32.2.1083336-7 ("Matter Dei") que passa a fazer parte integrante deste instrumento como seu Anexo I ("Protocolo de Cisão Parcial"), relativo à cisão parcial da Matter Dei com incorporação da parcela cindida pela Companhia, com todos os seus direitos e obrigações ("Cisão Parcial"); (ii) da ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada **Account Assessores S/S Ltda.**, sociedade com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Andrômeda nº 885, 35º andar - Sala 3523 Alphaville, CEP 06473-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 96.513.015/0001-22, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) sob o n° 2SP017202/O-2 ("Avaliadora"), responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, conforme defenido abaixo: (iii) do laudo de avaliação do patrimônio líquido cindido da Matter Dei, elaborado pela Avaliadora, que integra esta ata como Anexo II ("Laudo de Avaliação"); (iv) da incorporação pela Companhia da parcela cindida da Matter Dei no valor total de R$ 6.398.324,00 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte e quatro reais), nos termos e condições do Protocolo de Cisão Parcial e conforme apurado no Laudo de Avaliação ("Parcela Cindida"); (v) do aumento do capital social da Companhia em virtude da incorporação e consequente versão da Parcela Cindida para a Companhia; (vi) da alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do disposto no item (v) acima; (vii) da consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do disposto no item (vi) acima; e (viii) da autorização à administração da Companhia para tomar as providências necessárias para implementar a incorporação da Parcela Cindida pela Companhia. **5. Deliberações Tomadas.** Colocada a ordem do dia em discussão e posterior votação, resultou aprovada, sem quaisquer ressalvas ou restrições a incorporação do acervo cindido da Matter Dei pela Companhia, resultando, portanto, na: (i) aprovação do Protocolo de Cisão Parcial, conforme acima definido; (ii) ratificação da contratação e nomeação da Avaliadora para elaboração do Laudo de Avaliação; (iii) aprovação do Laudo de Avaliação, o qual estabeleceu que o valor da Parcela Cindida a ser efetivamente incorporada pela Companhia totaliza R$ 6.398.324,00 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte e quatro reais); (iv) aprovação da incorporação pela Companhia da parcela cindida da Matter Dei no valor total de R$ 6.398.324,00 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte e quatro reais), nos termos e condições do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial ora aprovado e conforme apurado no Laudo de Avaliação. Em razão da incorporação ora aprovada, os acionistas consignam que a Companhia sucederá a Matter Dei em todos os seus direitos e obrigações relacionados à parcela do patrimônio incorporado pela Companhia, sem qualquer responsabilidade solidária entre a Matter Dei e a Companhia, de forma que uma não será responsável por obrigações ou responsabilidades da outra, de qualquer natureza, presentes, contingentes, passadas ou futuras, conforme facultado pelo art. 1.116 do Código Civil e do art. 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações; (v) em virtude da incorporação e consequente versão da Parcela Cindida para a Companhia, aprovação do aumento do capital social da Companhia em R$ 6.398.324,00 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte e quatro reais) passando o capital social de R$ 5.378.200,00 (cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil e duzentos reais) para R$ 11.776.524,00 (onze milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais), mediante a emissão de 6.398.324 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte e quatro) novas ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real), calculado nos termo do art. 170, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão subscritas e integralizadas, mediante a versão da Parcela Cindida da Matter Dei à Companhia, exclusivamente, nos termos do art. 229, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, pela acionista **Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva**, brasileira, casada sob o regime da comunhão universal de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº MG-3.212.861 SSP/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 587.576.946-72, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lucio Costa, nº 3.600, Bloco I, apto 2.101, CEP 22630-010, com a anuência de todos os demais acionistas da Companhia, e de acordo com o Boletim de Subscrição que consta como Anexo III à presente ata; (vi) em decorrência do aumento do capital social da Companhia, conforme aprovado no item (v) acima, aprovação da alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 11.776.524,00 (onze milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais), dividido em 11.776.524 (onze milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (vii) em decorrência da alteração aprovada no item (vi) acima, aprovação da reforma do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar, a partir da presente data, com a redação constante do Anexo IV; e (viii) autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos complementares e/ou decorrentes da incorporação ora aprovada, com amplos e gerais poderes para proceder a todos os registros, transcrições, averbações ou comunicações que se fizerem necessários para completar a operação aprovada, inclusive para praticar os atos necessários junto aos órgãos públicos competentes, nos termos do parágrafo 3º do artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro/RJ, 28 de fevereiro de 2025. Mesa: Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva - Presidente; Murilo Scarpa Pinto da Silva - Secretário da Mesa. Acionistas: Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva; Amanda Scarpa Pinto Zanlorenzi; Murilo Scarpa Pinto da Silva.
Íntegra da Ata encontra-se disponível no site: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifica o arquivamento em 25/03/2025 sob o número 00006884783. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Kaducaio Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 34.893.315/0001-27 - NIRE 33.2.1083332-4

8ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo assinadas: **Manoel Carlos Alves Da Cunha**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 05.912.224-2, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 782.649.287-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Sernambetiba, nº 5.300, Bloco 01, apto 601, Barra da Tijuca, CEP 22630-010 ("Manoel"); **Norma Canellas Da Cunha**, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 05.938.370-3, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 950.591.727-91, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Sernambetiba, nº 5.300, Bloco 01, apto 601, Barra da Tijuca, CEP 22630-010 ("Norma"); **Carlos Eduardo Canellas da Cunha**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, economista, portador da Cédula de Identidade nº 24.294.372-8 DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 136.495.957-70, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lúcio Costa, nº 5.300, Bloco 01, apto 601, Barra da Tijuca, CEP 22630-010 ("Carlos"); **Caio Canellas da Cunha**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Cédula de Identidade nº 24.294.369-4 DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 198.626.807-17, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lúcio Costa, nº 5.300, Bloco 01, apto 601, Barra da Tijuca, CEP 22630-010 ("Caio" e, em conjunto com Manoel, Norma e Carlos, os "Sócios"); na qualidade de sócios representando a totalidade do capital social da sociedade empresária **Kaducaio Empreendimentos Imobiliários e Participação Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas nº 3.434, Bloco 2, Sala 503, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.893.315/0001-27, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.2.1083332-4 ("Sociedade"), deliberam e ajustam em comum acordo a presente alteração, nos temos da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), procedendo da seguinte forma: **1. Aprovação do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial** 1.1. Os Sócios aprovam o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial firmado na presente data entre as administrações da Sociedade e da **Matter Dei Terras E Participações S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Irmã Pia, 422, CJ 201, Jaquaré - São Paulo - SP, CEP 05335-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.377.435/0001-00, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300658906 ("MD Terras"), o qual integra esta Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade como **Anexo I** ("Protocolo de Cisão Parcial"), relativo à cisão parcial da Sociedade com incorporação da parcela cindida pela MD Terras com todos os seus direitos e obrigações ("Cisão Parcial"). **2. Aprovação da Avaliadora** 2.1. Os Sócios ratificam a contratação e nomeação da empresa especializada **Account Assessores S/S Ltda.**, sociedade com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Andrômeda nº 885, 35º andar - Sala 3523 - Alphaville, CEP 06473-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 96.513.015/0001-22, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) sob o nº 2SP017202/O-2 ("Avaliadora"), responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, conforme definido abaixo. **3. Aprovação do Laudo de Avaliação** 3.1. Após a devida apresentação e exame, os Sócios aprovam o laudo de avaliação do acervo cindido da Sociedade, elaborado pela Avaliadora, que integra este ato como **Anexo II** ("Laudo de Avaliação"). **4. Aprovação da Cisão Parcial** 4.1. Em face das deliberações acima, os Sócios aprovam a Cisão Parcial no valor total, desprezando-se os centavos, de R$ 57.061.533,00 (cinquenta e sete milhões, sessenta e um mil, quinhentos e trinta e três reais), conforme consta no Laudo de Avaliação ("Parcela Cindida"). **5. Redução de Capital** 5.1. Em decorrência da aprovação da Cisão Parcial, os Sócios aprovam a redução do capital social da Sociedade, que passa dos atuais R$ 74.036.365,00 (setenta e quatro milhões, trinta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais) para R$ 16.974.832,00 (dezesseis milhões, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais), com uma redução efetiva, portanto, de R$ 57.061.533,00 (cinquenta e sete milhões, sessenta e um mil, quinhentos e trinta e três reais), desprezando-se os centavos, com o consequente cancelamento de 57.061.533 (cinquenta e sete milhões, sessenta e um mil, quinhentos e trinta e três) quotas, todas detidas pelo sócio Manoel, acima qualificado. 5.2. Diante do disposto nos itens acima, os Sócios aprovam a alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Cláusula Quinta:** O capital social da Sociedade, é de R$ 16.974.832,00 (dezesseis milhões, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, dividido em 16.974.832 (dezesseis milhões, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois) quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído: **Sócios - Nº de Quotas - Capital Social - %:** Manoel Carlos Alves da Cunha - 16.973.932 - R$ 16.973.932,00 - 99,995%; Norma Canellas da Cunha - 500 - R$ 500,00 - 0,003%; Caio Canellas da Cunha - 200 - R$ 200,00 - 0,001%; Carlos Eduardo Canellas da Cunha - 200 - R$ 200,00 - 0,001%; **Total - 16.974.832 - R$16.974.832,00 - 100. PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A responsabilidade dos sócios é restrita à sua participação no capital social da Sociedade. Os sócios são solidariamente responsáveis pela integralização do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil Brasileiro). **Parágrafo Segundo:** As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais. **Parágrafo Terceiro:** Declaram os sócios que a totalidade das quotas sociais de titularidade dos sócios **Carlos Eduardo Canellas da Cunha da Silva** e **Caio Canellas da Cunha**, anteriormente qualificados, estão gravadas com cláusula de **impenhorabilidade** e **incomunicabilidade** com relação a terceiros." **6. Responsabilidade** 6.1. Os Sócios consignam que a MD Terras sucederá a Sociedade em todos os seus direitos e obrigações relacionados à parcela do patrimônio incorporado pela MD Terras, sem qualquer responsabilidade solidária entre a Sociedade e a MD Terras, de forma que uma não será responsável por obrigações ou responsabilidades da outra, de qualquer natureza, presentes, contingentes, passadas ou futuras, conforme facultado pelo art. 1.116 do Código Civil e do art. 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Aprovação dos Atos da Administração** 7.1. Os Sócios também aprovam a autorização à administração da Sociedade para praticar todos e quaisquer atos que se fizerem necessários à implementação e formalização do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial e efetivação da Cisão Parcial, incluindo, mas não se limitando, a transferência da Parcela Cindida para a MD Terras, bem como todos os atos necessários ao integral cumprimento da cisão parcial ora deliberada e aprovada, incluindo a assinatura, aditamento e/ou distrato de contratos de parceria e outros documentos. **8. Aprovação do Contrato Social** 8.1. Em decorrência das deliberações acima, o contrato social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte nova redação, que se encontra arquivado na íntegra na sede da sociedade. Por fim, os Sócios assinam o presente instrumento de forma eletrônica. Rio de Janeiro/RJ, 28 de fevereiro de 2025. **Sócios: Manoel Carlos Alves da Cunha, Norma Canellas da Cunha, Carlos Eduardo Canellas da Cunha, Caio Canellas da Cunha.** Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 19/03/2025 sob o número 00006873513. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br

Matter Dei Administração de Patrimônio Ltda.

CNPJ/MF nº 34.893.944/0001-57 - NIRE 33.2.1083336-7

4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo assinadas: Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva, brasileira, casada sob o regime da comunhão universal de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº MG- 3.212.861 SSP/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF nº 587.576.946-72, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lucio Costa, nº 3.600, Bloco I, apto 2.101, CEP 22630-010 ("Rogéria"); Amanda Scarpa Pinto Zanlorenzi, brasileira, casada sob o regime da separação total de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 202.443.297 DIC/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 141.839.117-45, residente e domiciliada na Cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no Sítio dos Andaimes, s/n, Vila Carneiro, CEP 37464-000 ("Amanda") e; Murilo Scarpa Pinto da Silva, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 202.443.453 DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.839.127-17, residente e domiciliado na Cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no Sítio dos Andaimes, s/n, Vila Carneiro, CEP 37464-000 ("Murilo" e, em conjunto com Rogéria e Amanda, os "Sócios"); Na qualidade de sócios") representando a totalidade do capital social da sociedade empresária Matter Dei Administração de Patrimônio Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas nº 3.434, Bloco 2, Sala 503, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.893.944/0001-57, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro JUCERJ sob o NIRE 33.2.1083336-7 ("Sociedade"), deliberam e ajustam em comum acordo a presente alteração, nos termos da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), procedendo da seguinte forma: **1. Aprovação do protocolo e justificação de cisão parcial: 1.1.** Os Sócios aprovam o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial firmado na presente data entre as administrações da Sociedade e da Gerações Terras e Participações S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 59.410.486/0001-89, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, Bloco 2, Sala 503, Parte A, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22640-102, com seu Contrato Social arquivado perante a JUCERJA sob o NIRE 33.3.0035792-1 ("Gerações Terras"), o qual integra esta Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade como Anexo I ("Protocolo de Cisão Parcial") relativo à cisão parcial da Sociedade com incorporação da parcela cindida pela Gerações Terras com todos os seus direitos e obrigações ("Cisão Parcial"). **2. Aprovação da avaliadora: 2.1.** Os Sócios ratificam a contratação e nomeação da empresa especializada Account Assessores S/S Ltda., sociedade com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Andrômeda nº 885, 35º andar - Sala 3523 Alphaville, CEP 06473- 000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 96.513.015/0001-22, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) sob o nº 2SP017202/O-2 ("Avaliadora") elaboração do Laudo de Avaliação, conforme definido abaixo. **3. Aprovação do laudo de avaliação: 3.1.** Após a devida apresentação e exame, os Sócios aprovam o laudo de avaliação do acervo cindido da Sociedade, elaborado pela Avaliadora, que integra este ato como Anexo II ("Laudo de Avaliação"). **4. Aprovação da cisão parcial: 4.1.** Em face das deliberações acima, os Sócios aprovam a Cisão Parcial no valor total, desprezando-se os centavos, de R$ 6.398.324,00 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte e quatro reais), conforme consta no Laudo de Avaliação ("Parcela Cindida"). **5. Redução de capital: 5.1.** Em decorrência da aprovação da Cisão Parcial, os Sócios aprovam a redução do capital social da Sociedade, que passa dos atuais R$ 35.389.594,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e quatro reais) para R$ 28.991.270,00 (vinte e oito milhões, novecentos e noventa e um mil e duzentos e setenta reais), com uma redução efetiva, portanto, de R$ 6.398.324,00 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte e quatro reais), com o consequente cancelamento de 6.398.324,00 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte e quatro) quotas, todas detidas pela sócia Rogéria, acima qualificada. **5.2.** Diante do disposto nos itens acima, os Sócios aprovam a alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: Cláusula Quinta: O capital social da Sociedade, é de R$ 28.991.270,00 (vinte e oito milhões, novecentos e noventa e um mil e duzentos e setenta reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional e bens, dividido em 28.991.270 (vinte e oito milhões, novecentos e noventa e um mil e duzentos e setenta) quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído: **Sócios - Nº de Quotas - Capital Social - %:** Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva - 28.991.070 - R$ 28.991.070 - 99,9993%; Amanda Scarpa Pinto da Silva - 100 - R$ 100 - 0,0003%; Murilo Scarpa Pinto da Silva - 100 - R$ 100 - 0,0003%; Total - 28.991.270 - R$ 28.991.270 - 100. Parágrafo primeiro: A responsabilidade dos sócios é restrita à sua participação no capital social da Sociedade. Os sócios são solidariamente responsáveis pela integralização do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil Brasileiro). Parágrafo segundo: As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais. Parágrafo terceiro: A sócia Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva, anteriormente qualificada, possui o usufruto total e vitalício, conforme respectiva fração conferida dos bens imóveis objetos das seguintes matrículas: nº 121 do Cartório de Registro de Imóveis de Itamonte/MG; nºs 135 e 951 do Cartório de Registro de Imóveis de Várzea da Palma/MG; nºs 1.504, 5.979, 9.762, 10.216 e 10.580, do Cartório de Registro de Imóveis de Itanhandu/MG; nº 1.567 do Cartório de Registro de Imóveis de Cássia/MG; nºs 3.991, 536, 4.061 e 7.140, do Cartório de Registro de Imóveis de Passa Quatro/MG; nº 8.317 do Cartório Scalioni Bernarde Campanha/MG; nºs 13.774, 9.374 e 2.712 do Cartório de Registro de Imóveis de Água Boa/MT; nº 24.780 do Cartório de Registro de Imóveis de Primavera do Leste/MT; e, nºs 3.087, 3.088, 3.090, 3.091 e 3.092 do 1º Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte/MT; abrangendo referidos direitos de usufruto todos os seus frutos e utilidades. Parágrafo quarto: Fica reservado em favor da sócia Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva, anteriormente qualificada, o usufruto vitalício em relação à totalidade das 25.000.000 (vinte e cinco milhões) quotas sociais da Mantiqueira Alimentos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, na Estrada do Jardim, km 06, s/n, Bairro Jardim, CEP 37464-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.747.794/0001-02, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.206.355.501, que foram conferidas à Sociedade para fins de integralização do capital social no momento de constituição da Sociedade, no que tange exclusivamente à remuneração a que referidas quotas fizerem jus a título de Juros sobre o Capital Próprio. O usufruto instituído se estende às quotas ou às ações na eventualidade de transformação do tipo societário da Mantiqueira Alimentos Ltda., anteriormente qualificada, que poderão ser emitidas no futuro, inclusive decorrentes de aumento de capital social, capitalizações de lucros e reservas, incorporações, fusões, cisões, desdobramentos, bonificações, grupamentos ou qualquer outro tipo de reorganização societária. Parágrafo quinto: Fica expressamente estabelecido que, em decorrência da titularidade das quotas da Mantiqueira Alimentos Ltda., anteriormente qualificada, referidas acima, a Sociedade detém plenamente o direito a futuras subscrições, desdobramentos, bonificações, ou qualquer outro tipo de reorganização societária envolvendo referida participação. Parágrafo sexto: Declaram os sócios que a totalidade das quotas sociais de titularidade dos sócios Amanda Scarpa Pinto da Silva e Murilo Scarpa Pinto da Silva, anteriormente qualificados, estão gravadas com cláusula de impenhorabilidade e incomunicabilidade com relação a terceiros. **6. Responsabilidade: 6.1.** Os Sócios consignam que a Gerações Terras sucederá a Sociedade em todos os seus direitos e obrigações relacionados à parcela do patrimônio incorporado pela Gerações Terras, sem qualquer responsabilidade solidária entre a Sociedade e a Gerações Terras, de forma que uma não será responsável por obrigações ou responsabilidades da outra, de qualquer natureza, presentes, contingentes, passadas ou futuras, conforme facultado pelo art. 1.116 do Código Civil e do art. 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Aprovação dos atos da administração: 7.1.** Os Sócios também aprovam a autorização à administração da Sociedade para praticar todos e quaisquer atos que se fizerem necessários à implementação e formalização do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial e efetivação da Cisão Parcial, incluindo, mas não se limitando, a transferência da Parcela Cindida para a Gerações Terras, bem como todos os atos necessários ao integral cumprimento da cisão parcial ora deliberada e aprovada, incluindo a assinatura, aditamento e/ou distrato de contratos de parceria e outros documentos. **8. Aprovação do contrato social:** 8.1. Em decorrência das deliberações acima, o contrato social da Sociedade passa a vigorar com a nova redação, que se encontra arquivado na íntegra da sede da sociedade. Por fim, os Sócios assinam o presente instrumento de forma eletrônica. Rio de Janeiro/RJ, 28 de fevereiro de 2025. Sócios: Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva; Amanda Scarpa Pinto Zanlorenzi; Murilo Scarpa Pinto da Silva. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifica o arquivamento em 19/03/2025 sob o número 00006873568. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

VENTURA PETROLEO S/A

CNPJ 01.785.706/0001-79

Relatório da Administração-Srs. acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias aplicavéis, temos o prazer de lhes apresentar o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao período de 31/12/2024 e 2023. Tais documentos demonstram com clareza a situação econômica financeira da Companhia. Permanecemos à disposição de V.Sas., para esclarecimentos porventura solicitados. Valores expressos em milhares de reais. Rio de Janeiro, 19/04/2025. A Administração.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023		2024	2023
Ativo			**Passivo**		
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	20.063	9.631	Fornecedores	16.064	12.614
Caixa restrito	4.114	-	Impostos e contribuições	9.426	4.459
Contas a receber de clientes	7.910	27.201	Benefícios a empregados	33.867	15.320
Adiantamento a fornecedores	3.437	1.825	Arrendamentos	2.225	2.283
Impostos a recuperar	19.066	25.280	Outros passivos	-	9
Partes relacionadas	4.912	7.174	**Total do passivo circulante**	**61.582**	**34.685**
Outros ativos	3.461	2.243			
Total do ativo circulante	**62.964**	**73.355**			
Não circulante			**Não circulante**		
Depósitos judiciais	3.451	2.025	Arrendamentos	1.176	1.239
Imobilizado	723	1.300	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.894	5.845
Intangível	90	222	**Total do passivo não circulante**	**9.070**	**7.084**
Direito de uso	3.485	3.688			
Total do ativo não circulante	**7.749**	**7.235**	**Total do passivo circulante e não circulante**	**70.653**	**41.769**
			Patrimônio líquido		
			Capital subscrito e integralizado	1.816.241	1.699.300
			Prejuízo acumulado	(1.816.180)	(1.660.479)
			Atribuído aos acionistas controladores	**60**	**38.821**
			Atribuído aos acionistas não controladores	**-**	**-**
			Patrimônio líquido	**60**	**38.821**
Total do ativo	**70.713**	**80.590**	**Total do Passivo e Patrimônio líquido**	**70.713**	**80.590**

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Receita líquida operacional	241.891	139.966
Custo dos serviços prestados	(346.378)	(179.773)
Lucro (prejuízo) bruto	**(104.486)**	**(39.807)**
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(57.714)	(42.001)
Depreciação e amortização	(1.116)	(1.526)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.132	406
	(51.698)	**(43.122)**
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**(156.184)**	**(82.928)**
Receitas financeiras	2.648	3.806
Despesas financeiras	(2.166)	(3.501)
Resultado financeiro líquido	**482**	**304**
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	**(155.702)**	**(82.624)**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(155.702)**	**(82.624)**
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	**(155.590)**	**(82.624)**
Acionistas não controladores	**(112)**	**-**
Lucro (prejuízo) diluído por ação	**(0,0558)**	**(0,0326)**

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(155.702)	(82.624)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(155.702)**	**(82.624)**
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	(155.590)	(82.624)
Acionistas não controladores	(112)	-
Resultado abrangente total	**(155.702)**	**(82.624)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022	1.550.891		(1.534.426)	16.465
Aumento de capital social	59.400			59.400
Lucro (prejuízo) do exercício			(43.429)	(43.429)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.610.291**	**-**	**(1.577.855)**	**32.436**
Aumento de capital social	94.243			94.243
Capital a integralizar		(5.234)		(5.234)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	**(82.624)**	(82.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.704.534**	**(5.234)**	**(1.660.479)**	**38.821**
Aumento de capital social	160.006			160.006
Capital a integralizar		(43.065)		(43.065)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	**(155.702)**	(155.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.864.540**	**(48.299)**	**(1.816.181)**	**60**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	**1.863.540**	**(47.299)**	**(1.814.878)**	**60**
Acionistas não controladores	**1.000**	**(1.000)**	**(1.303)**	**-**

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(155.702)	(82.624)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.116	3.477
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.049	(2.467)
Variação cambial	349	1.005
Variação monetária	(1.886)	(70)
Lucro (prejuízo) do exercício ajustado	**(154.073)**	**(80.680)**
Aumento (redução) de ativos		
Contas a receber de clientes	19.291	(8.163)
Adiantamento a fornecedores	(1.612)	5.492
Impostos a recuperar	8.100	(8.207)
Depósitos judiciais	(1.426)	441
Outros ativos	(1.218)	51
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	3.450	(16.622)
Benefícios a empregados	18.547	(2.342)
Impostos e contribuições	4.967	152
Outros passivos	(9)	9
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(103.984)**	**(109.868)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(368)	(510)
Aquisição de ativo intangível	(38)	(432)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(406)**	**(942)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	116.941	89.009
Partes Relacionadas	1.913	13.107
Arrendamentos	82	(2.175)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**118.936**	**99.941**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**14.547**	**(10.869)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.631	20.500
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	24.178	9.631
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**14.547**	**(10.869)**

DIRETORIA

Leila Aparecida Veroni
Diretor - CPF 162.874.268-29
Representante Legal

Rogério Farias da Conceição
CRC 1SP 239085/O-9
Gerente Contábil e Fiscal

Declaração de Situação não Falimentar

Declaramos que a empresa Ventura Petróleo S/A, neste ato representada pelo signatário, não se encontra em situação de Recuperação Judicial ou Extra -judicial, de falência ou em processo judicial falimentar, nem é devedora de qualquer organização estatal ou privada que possa comprometer a futura execução dos contratos. Nos comprometemos a comunicar à Petrobras caso a situação aqui declarada venha a se alterar.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2025.

Leila Aparecida Veroni - Representante Legal

COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR

CNPJ 11.628.243/0001-95

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, cumprindo disposições legais e sociais, submetemos à apreciação da V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial em 31/12/2024 (Em mil Reais - R$)

Ativo	2024	2023
Circulante	**10.451**	**9.883**
Disponibilidades (Nota 4)	202	3.399
Realizável a curto prazo (Nota 5)	10.249	6.484
Ativo Não Circulante	**1.266.993**	**1.320.945**
Realizável a longo prazo (Nota 7)	106.201	137.603
Investimentos (Nota 8)	1.118.215	1.156.348
Imobilizado (Nota 9)	42.462	26.861
Intangível (Nota 10)	114	134
Total do Ativo	**1.277.444**	**1.330.828**
PASSIVO		
Circulante	**86.434**	**59.162**
Fornecedores e Obrigações c/ terceiros (Nota 11)	52.855	38.420
Salários e encargos sociais	1.167	1.111
Provisões e encargos	1.256	1.060
Tributos a recolher (Nota 12)	1.346	1.704
Empréstimos (Nota 13)	2.673	2.673
Outras obrigações (Nota 14)	14.194	14.194
Convênios	12.943	–
Não Circulante	**1.321.574**	**1.311.593**
Depósitos e garantias	914	640
Fornecedores LP (Nota 11)	1.299.242	1.288.937
Contingências (Nota 15)	21.243	21.650
Obrigações OUC	–	–
Obrigações fiscais	175	365
Patrimônio Líquido	**(130.565)**	**(39.926)**
Capital Social (Nota 17)	5.262.490	5.262.490
Capital a integralizar	(264.617)	(186.817)
Prejuízos Acumulados	(5.113.648)	(4.781.714)
Resultado do Período	(14.789)	(333.885)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.277.444**	**1.330.828**

Demonstração de Resultados em 31/12/2024 (Em mil Reais - R$)

	2024	2023
Receita Operacional Bruta	**10.933**	**9.736**
Receitas Acessórias	9.523	3.556
Receita de Serviços	1.409	6.180
Deduções da Receita Bruta	**(1.058)**	**(1.186)**
Impostos e Contribuições	(1.058)	(1.186)
Receita Operacional Líquida (Nota 17)	**9.874**	**8.550**
Despesas operacionais	**(85.678)**	**(343.978)**
Salários e encargos	(11.928)	(11.252)
Honorários e Pró-Labore	(3.671)	(3.132)
Benefícios	(1.524)	(1.412)
Transportes, diária e passagens	(457)	(266)
Comunicação/marketing e publicações	(268)	(129)
Serviços	(1.690)	(1.402)
Telecomunicações	(20)	(20)
Material	(102)	(97)
Informática	(411)	(424)
Outras despesas administrativas	(457)	(322)
Depreciação do imobilizado	(43)	(20)
Amortização do intangível	(34)	(34)
Despesas indedutíveis	(13)	(22)
Contingências Passivas	132	(14.405)
Despesas OUC (Nota 18)	(1.221)	(2.018)
Recuperação do patrimônio histórico	(60)	(70)
Outorga Onerosa	(1.630)	–
Variações patrimoniais (Nota 19)	(62.263)	(308.911)
Ganho e perda (Ativos) (Nota 22)	14	–
Teleférico / VLT	(13)	(16)
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(75.804)**	**(335.427)**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 20)	(53.480)	(49.592)
Receitas financeiras (Nota 18.2)	8.745	8.611
Impostos e Contribuições	(407)	(400)
Resultado Financeiro Líquido	**(45.142)**	**(41.381)**
Outras Receitas		
Outras Receitas	106.157	42.923
Prejuízo do exercício	**(14.789)**	**(333.885)**
Ações em circulação no fim do período	52.624.904	52.624.904
Prejuízo por ação do capital social no fim do período	(0,28)	(6,34)

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2024 (Em mil Reais - R$)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	**(14.789)**	**(333.885)**
Ajuste exercício anterior	1.951	–
Resultado Abrangente do Exercício	**(12.838)**	**(333.885)**

Demonstração das Mutações nas contas do Patrimônio Líquido em 31/12/2024 (Em mil Reais - R$)

	Capital Social			
	Capital Subscrito	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**5.262.490**	**(186.821)**	**(4.781.714)**	**293.955**
Aumento de Capital	–	–	–	–
Integralização de Capital	–	4	–	4
Prejuízo do exercício	–	–	(333.885)	(333.885)
Dividendos propostos e pagos	–	–	–	–
Ajuste Exercício Anterior	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2023	**5.262.490**	**(186.817)**	**(5.115.599)**	**(39.926)**
Integralização de Capital	–	(77.800)	–	(77.800)
Prejuízo do exercício	–	–	(14.789)	(14.789)
Ajuste Exercício Anterior	–	–	1.951	1.951
Saldos em 31/12/2024 (Nota 17)	**5.262.490**	**(264.617)**	**(5.128.438)**	**(130.565)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto em 31/12/2024 (Em mil Reais - R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2024	2023
Entradas operacionais	**17.774**	**14.420**
Receitas	9.523	3.556
Receitas de serviços	351	4.995
Contas a receber	(3.136)	183
Garantias contratuais	274	16
Ajuste Exercícios Anteriores	1.951	–
Receita Financeira Líquida	8.338	8.211
Fornecedores	211	(2.122)
Pessoal, Encargos a pagar e Provisões trabalhistas	252	(389)
Tributos a recolher	87	25
Depreciação/amortização acumulada	(77)	(54)
Saídas operacionais	**(76.758)**	**(68.213)**
Despesas com pessoal	(17.124)	(15.797)
Despesas administrativas	(3.437)	(2.706)
Antecipações	(629)	(370)
Impostos e Contribuições	(111)	426
Despesas financeiras	(53.480)	(49.592)
Contingências Passivas	(275)	(88)
Outorga Onerosa	(1.630)	–
Despesas Patrimônio histórico	(60)	(70)
Despesa Teleférico / VLT	(13)	(16)
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	**(58.985)**	**(53.793)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Investimentos	38.133	60.741
Variações Patrimoniais	(62.263)	(308.911)
Aquisição do imobilizado	(15.602)	(26.049)
Ganho/Perda de ativos	14	–
Aquisição de intangível	20	(80)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(39.698)**	**(274.299)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Integralização de capital	(77.800)	4
Fundo de investimento imobiliário	70.487	4.423.958
Convênios a Receber	(39.086)	–
Outras Receitas - OUC	106.157	42.923
Despesas da OUC	(1.221)	(2.018)
Fornecedores - OUC	14.224	(996.452)
Tributos a recolher - OUC	(524)	174
Obrigações Convênio	12.943	–
Fornecedores LP	10.305	1.034.929
Obrigações OUC	–	(4.195.330)
Caixa líquido obtido nas atividades de financiamento	**95.486**	**308.187**
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.197**	**19.905**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.399	23.304
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	202	3.399
	3.197	**19.905**

Conciliação do Prejuízo com Caixa de Atividades Operacionais

	2023	2023
Prejuízo do exercício	(14.789)	(333.885)
Resultado Operação Urbana - OUC	(104.936)	(40.905)
Ajuste Exercício Anterior	1.975	–
Depreciação e amortização	(77)	(54)
Baixa de Ativos	(14)	–
FIIRP Variação negativa de cotas	62.263	308.911
Redução (aumento) em valores a receber	(3.799)	293
Aumento (redução) em valores a pagar	(133)	14.334
Aumento (redução) em fornecedores e obrigações de terceiros	211	(2.122)
Aumento (redução) em tributos a recolher	87	25
Aumento (redução) em salários e encargos sociais	56	(691)
Aumento (redução) em provisões trabalhistas	196	302
	(58.985)	**(53.793)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios 2024 e 2023

1. Contexto Operacional. Em 24/06/2022 foi sancionada a lei complementar nº 251 que criou a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar). A nova lei ampliou a atribuições da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp) que, para além da gestora do Porto Maravilha, passa a ter a prerrogativa de atuar em outras áreas da cidade, inclusive de ser a estruturadora e fiscalizadora de outros contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Com a alteração legal, a Prefeitura visou uma centralidade da gestão e estruturação no âmbito das concessões e PPPs na cidade do Rio. O Município agora passa a contar com uma equipe concentrada e com a experiência da Companhia, gestora da maior Operação Urbana do Brasil, no desenvolvimento dessas parcerias. Além da ampliação de escopo, A Lei 251/22 autorizou ainda, a incorporação da Companhia Carioca de Securitização - "RioSec", criada pela Lei Municipal nº 5.546 de 27/12/2012, que tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. O novo escopo da Companhia cria também a possibilidade de a empresa prestar serviços de consultoria para terceiros, como outros municípios. Além disso, permanece a atuação da empresa na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) do Porto referente às ações previstas na Lei Complementar 101/2009 e novas atribuições foram incorporadas à Companhia conforme apresentado abaixo: I - Promover, direta ou indiretamente, o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro; II - Coordenar, colaborar, viabilizar ou executar a implementação de concessões, em quaisquer das modalidades previstas na legislação nacional, ou outras formas de associação, parcerias, desinvestimentos, ações e regimes legais, zelando pelo interesse público e em conformidade com os estudos de viabilidade técnica, legal, ambiental e urbanística aprovados pela CCPar, pelos órgãos e autoridades públicas competentes; III - disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a Administração Pública, direta ou indireta, para concessionários e permissionários de serviço público, ou para outros entes privados, mediante cobrança de adequada contrapartida financeira; V - Desenvolver estratégias para atração e negociação de investimentos privados, geração de empregos, melhoria do ambiente de negócios; VI - Identificar projetos, investimentos e atividades desenvolvidas ou programadas pela iniciativa privada ou pelo Poder Público; VII - Apresentar propostas de utilização e aplicação racional e eficiente de recursos públicos e privados para o desenvolvimento das zonas de interesses voltadas ao fomento socioeconômico; VIII - Potencializar a articulação entre os setores público e privado, na realização do desenvolvimento socioeconômico; IX - Promover o intercâmbio de informações sobre projetos, investimentos, ações e atividades da iniciativa privada; X - Viabilizar outras atividades relacionadas a concessões e a parcerias público-privadas; XI - Atrair e negociar investimentos privados com foco na melhoria do ambiente de negócios no território municipal; XII - Assistir e assessorar potenciais investidores quanto à divulgação de informações e dados sobre concessões, em quaisquer das modalidades previstas na legislação federal, ou outras formas de associação, parcerias, desestatizações, ações e regimes legais; XIII - Atuar em outras atividades relacionadas com as finalidades previstas neste artigo. Por fim, a gestão de serviços de interesse local e serviços públicos de competência municipal, como paisagismo, limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, restauração e reconversão de imóveis, conservação de logradouros e de equipamentos urbanos e comunitários, dentre outros, na Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro, respeitadas as competências legalmente estabelecidas e os contratos administrativos em vigor. **2. Apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições legais complementares vigentes. **3. Principais práticas contábeis adotadas. a) Exercício social:** O exercício social abrange os dados e documentos fornecidos no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2024. **b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda utilizada para contabilização das operações é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real Mil e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma - NBC TG 26 (R5) - Apresentação das demonstrações contábeis. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras existentes estão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. **d) Imobilizado:** O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. **e) Intangível:** Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil-econômica estimada dos bens. **f) Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição. **g) Regime tributário:** A empresa está enquadrada no regime tributário lucro real e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência. **h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i) Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com pronunciamento contábil NBC TG 03 R3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(79.040)	(333.885)
Resultado Operação Urbana - OUC	(104.936)	(40.905)
Ajuste Exercício Anterior	1.951	–
Depreciação e amortização	(77)	(54)
Baixa de Ativos	(14)	–
FIIRP Variação negativa de cotas	62.263	308.911
Redução (aumento) em valores a receber	(3.799)	293
Aumento (redução) em valores a pagar	64.118	14.334
Aumento (redução) em fornecedores e obrigações de terceiros	211	(2.122)
Aumento (redução) em tributos a recolher	87	25
Aumento (redução) em salários e encargos sociais	56	(691)
Aumento (redução) em provisões trabalhistas	196	302
	(58.985)	**(53.793)**

j) Redução do valor recuperável de ativos e depreciação: Os saldos de imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos ou alteração nas vidas úteis e valores residuais do imobilizado em 31/12/2024. **k) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado pelo regime contábil de competência, preceituado no item 1.17 da NBC TG Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que dispõe sobre os Princípios da Norma Brasileira de Contabilidade CFC. **l) Resultado por ação:** A apuração do resultado por ação é feita com base no resultado líquido do período, dividido pela quantidade de ações em circulação ao final do exercício.

4. Caixa e Equivalente de Caixa. Representados por:

Em R$ mil	2024	2023
Descrição	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Fundo Fixo	5	1
Banco Conta Movimento	2	7
Aplicações Financeiras	195	3.391
Total	**202**	**3.399**

Aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa junto à Caixa Econômica Federal remunerada à taxa média de 96,7% do CDI (12,53% ao ano, em 31 de dezembro de 2024). **5. Realizável a curto prazo. 5.1 Contas a receber.** Representado pela receita de mobiliário Urbano[a], remuneração pela permissão de uso de imóvel[b] e receita de fiscalização do veículo leve sobre trilhos - VLT[c], registrados por seus respectivos valores de realização.

(a) A receita corresponde ao recebimento de 50% do lucro da Concessionária Porto Novo referente à exploração de mobiliário urbano conforme previsto no processo administrativo de nº 24.100.073/2015. (b) Corresponde à remuneração pela Permissão de Uso de parte de área de imóvel situado na Avenida Rodrigues Alves, 455 conforme aviso de seleção 001/2018, permissão de uso do imóvel situado a Rua do Equador, 650 e parte do imóvel situado a Rua Equador, 80.44. (c) Trata-se das receitas pelas atividades de fiscalização dos serviços objeto do Contrato do VLT. A Companhia faz jus à 2% (dois por cento) da Receita Tarifária da operação do VLT.

5.2 Impostos a recuperar. Inclui o imposto de renda retido dos ganhos de aplicação financeira e rendimentos do Fundo de Investimento Imobiliário CCPar. A retenção efetuada é reconhecida como antecipação de imposto e, caso não se apure valores a pagar do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, o referido montante se constituirá crédito tributário para a Companhia. **6. Partes relacionadas. 6.1 Recursos OUC.** Recurso a receber pelo Município do RJ a título de ressarcimento de recursos destinados ao custeio da Companhia, utilizados na antecipação de despesas vinculadas a Operação Urbana, distribuídos por: – R$ 79.784 (Setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e quatro mil) referentes às despesas classificadas como da Operação Urbana que integraram o "realizável a longo prazo" da Companhia; – R$ 63.912 (Sessenta e três milhões, novecentos e doze mil) como aporte de capital e emissão de ações predominantemente pela antecipação de recursos para compra de terrenos.

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
79.784	–	–	–	–	–	–	32.095	47.689	0,00

Do total devido, foi repassado o montante de R$ 32.095 (trinta e dois milhões noventa e cinco mil) em 2023 na forma de integralização de imóveis, abatido da dívida reconhecida. O saldo remanescente dos valores a receber correspondente a R$ 47.689 (quarenta e sete milhões seiscentos e oitenta e nove mil) em 2024, fora abatido dos imóveis transferidos por Dação e Pagamento (documento nº 43/2024), não restando mais quaisquer valores a receber. **7. Realizável a Longo Prazo.. 7.1. Fundo de Investimento Imobiliário.** Em 11/08/2010 foi publicado o decreto nº 32.666, em que o Município do Rio de Janeiro emite 6.436.722 (seis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, setecentos e vinte e dois) Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC, que dão direito de construção para os empreendedores imobiliários. Foi criado o Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto - FIIRP como detentor dos CEPAC e dos terrenos estratégicos integralizados pelo Município e em 13/06/2011, e levados a leilão a totalidade dos CEPACs em lote único e indivisível, tendo vencido o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha - FIIPM. O vencedor do leilão, em contrapartida, garantiu todos os ônus da OUC. De acordo com o Edital do Leilão, o adquirente dos CEPAC receberia também a opção de compra dos terrenos da região, e em contrapartida assumiria todos os custos da Operação Urbana Consorciada - OUC do Porto Maravilha. O Prêmio Por Opção de Compra - POC reconhecido pelo Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha - FIIPM pela aquisição dos Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC deveria ser revertido completamente em obras e serviços públicos na região do porto. Os recursos a receber do FIIPM, por meio do FIIRP, destinados ao pagamento dos custos da PPP e as contraprestações vinculadas aos CEPAC para custeio da OUC correspondiam a R$ 4.414.455 (Quatro bilhões, quatrocentos e quatorze milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil). Em 2024, considerando que: 1) O FII PM apresentou à CCPAR, em 29.04.2020, pleito administrativo de revisão e reequilíbrio dos termos e condições do Edital ("Pleito Administrativo"), pleito esse superado pela judicialização da pretensão nele contida; 2) O FII PM ajuizou tutela cautelar antecedente em face à CCPAR e MRJ, processo 5030447-13.2020.4.02.5101, em trâmite perante a 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro ("2ª VFRJ") ("Tutela Cautelar FII PM"); 3) A CCPar, posteriormente, também ajuizou tutela antecipada de urgência em caráter antecedente em face do FII PM e da CEF, processo 5032873-95.2020.4.02.5101, igualmente em trâmite perante a 2ª VFRJ; foram envidados todos os esforços necessários para solução do problema em curso. A partir 2023, houve o avanço nas negociações administrativas com a Caixa Econômica Federal. Durante o período, ocorreram diversos debates e reuniões entre o Município, a CCPAR e a CAIXA, as quais contaram com o apoio institucional da Assessoria Jurídica desta CCPar, da SMGC e da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro com o intuito de auxiliar na resolução das questões controvertidas que se apresentaram. Nesse mesmo ano foi assinado o instrumento particular de transação e outras avenças com a finalidade de regular direitos e obrigações entre as partes e extinguir as Ações Judiciais. Nesse mesmo ato ficou estabelecido que as partes, mediante a adoção das providências pertinentes, caminhariam com a liquidação do FIIRP. Em agosto 2024, foi assinado um termo de compromisso com o objeto de solucionar todas as pendências no FIIRP e seguir com o processo de liquidação do ativo. **7.2. Valores a receber.** Representa o Edital de Concorrência Pública Nº 001/2013 com o objetivo de alienar 3 (três) imóveis cujo pagamento se dará com a execução de obra (construções e edificações em imóvel de propriedade da União), oriundo do contrato de aforamento do imóvel situado na Avenida São Cristóvão Nº 1200, antigo Nº 1576 - Gasômetro, onde a Companhia é responsável pela execução da obra. O edital prevê o pagamento dos imóveis objetos da Concorrência, acrescidos de torna financeira. Os imóveis alienados foram: Terreno 01: Endereço: Av. Cidade de Lima, nº 340, Santo Cristo. Área: 2.541,77m². Terreno 02: Endereço: Av. Venezuela, nº 154/156, Gamboa. Área: 2.548,04m². Terreno 03: Endereço: Av. Rodrigues Alves, nº 455, Saúde. Área: 2.459,30m². O montante do valor nominal a receber da empresa JPL Comercial e Agrícola Ltda (vencedora da licitação) é de R$ 63.343 mil, originados pela transferência dos terrenos Cidade de Lima pelo valor de R$ 31.692 mil (Trinta e um milhões seiscentos e noventa e dois mil) e Ministério da Agricultura (Matrículas 46808 e 46809) pelo valor de R$ 31.651 mil (Trinta e um milhões seiscentos e cinquenta e um mil). Conforme previsão contratual, o pagamento se dará pela execução de obras cujo prazo é de 36 (trinta e seis) meses a contar da ordem de início, que será dada quando o terreno destinado à construção for liberado pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU. Em garantia da obrigação de construção da Sede da SPU, ficou estabelecida em contrato a prestação de garantia por parte da JPL no valor de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), garantia está para assegurar o término da respectiva obra, nos termos do edital da Licitação e do Contrato Preliminar. **7.3. Outros valores a receber.** Em 05.04.2011 foi celebrado instrumento particular de compra e venda com a UNIÃO, com força de escritura pública, do imóvel situado entre a Rua da Gamboa, Avenida Rodrigues Alves e Rua Rivadávia Correia - Pátio da Marítima, registrado na matrícula nº 96851. Pela compra e venda foi pago o valor de R$ 23.350 mil (Vinte e três milhões, trezentos e cinquenta mil reais), correspondente a 100% do valor imóvel, considerando o domínio pleno, conforme laudo de avaliação. O objeto da compra e venda era somente o domínio útil, 83% do terreno, sendo o valor devido equivalente a R$ 19.381 mil (Dezenove milhões trezentos e oitenta e um mil reais). Sendo assim, o montante a ser ressarcido em seu valor nominal corresponde à R$ 3.969 mil (Três milhões novecentos e sessenta e nove mil reais). **7.4. Convênios.** Representa convênio firmado entre CCPar e Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Coordenação Governamental (SMCG) pelo prazo de 60 (sessenta) meses com o objetivo de viabilizar recursos financeiros para manutenção e operações dos túneis da AEIU da Região do Porto, Zeladoria da Região Portuária, execução de obras de recuperação do teleférico da Providência, projeto Porto Maravalley e obras de adequação e mobiliário para o Terminal Intermodal Gentileza. O Saldo a receber do MRJ em dezembro/2024 corresponde a 39.086 (trinta e nove milhões e oitenta e seis mil reais). **8. Investimentos. 8.1. Fundo imobiliário:.** A Companhia possui em 31/12/2024 a seguinte posição patrimonial em fundos de investimento imobiliários:

	Saldo em 31/12/2024	
Descrição	Quantidade de cotas	Saldo contábil
Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto (FII RP)	290.922	56.202
Fundo de Investimento Imobiliário CCPAR	305.964	219.931

FIIRP - Fundo de Investimento constituído com o objetivo de viabilizar a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro e atender às disposições do Contrato de Parceria Público Privada. **FIICCPAR** - Fundo de Investimento Imobiliário CCPAR, constituído na forma de condomínio fechado, objetivando a obtenção de resultados aos cotistas mediante desenvolvimento de empreendimentos imobiliários com os ativos que irão compor o seu patrimônio. No exercício de 2024, o FIICCPar distribuiu rendimentos na ordem de R$ 6.358 (seis milhões, trezentos e cinquenta e oito mil reais). **8.2. Terrenos:** O saldo de terrenos registrados no Ativo da Companhia no ano de 2024 corresponde a R$ 90.783 (noventa milhões, setecentos e oitenta e três mil reais). Os ativos possuem ônus de origem Municipal, Estadual e Federal. **8.3. Participação acionária: Fomenta Rio.** Agência de Fomento do Município do Rio de Janeiro S/A - Fomenta Rio, criada por meio do Decreto RIO nº 44.567 de 21/05/2018, tem como objeto o estímulo e a promoção do desenvolvimento econômico e social do Município mediante o desempenho, dentre outras, de atividades relacionadas, direta e indiretamente, com a atração e negociação de investimentos privados, geração de empregos e melhoria do ambiente de negócios no território municipal. A Companhia adquiriu 1 (uma) ação de emissão da Agência de Fomento do Município do Rio de Janeiro S/A - Fomenta Rio, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais). **8.4. Certificado Potencial de adicional de Construção - CEPAC:** O Edital de Oferta Pública de Distribuição Secundária de CEPAC prevê (item 11.3) a possibilidade de a Caixa Econômica Federal, na qualidade de gestora do Caixa Fundo de Investimento Porto Maravilha (FII PM) declarar situação de iliquidez impactando na emissão de ordem de início do Contrato de PPP. Em 2016 o FII Porto Maravilha - administrado pela Caixa Econômica Federal - declarou situação de iliquidez, inviabilizando a realização dos pagamentos referentes à Etapa 6 do Contrato de PPP. Com isso, foi celebrado o 11º Termo aditivo (20/07/16) e o 12º Termo Aditivo (28/12/16) ao Contrato, estabelecendo a reprogramação do cronograma físico-financeiro. Os valores de Contraprestação Pública Anual previstos para a Sexta Etapa (vigência de junho de 2016 a junho de 2018) foram postergados e diluídos entre as Etapas 8, 9, 10 e 11. A emissão dos novos aditivos possibilitou a venda e transferência de CEPACs do FIIPM para a Companhia vinculando as faturas da PPP referentes às parcelas anuais como garantia. Nesse sentido, foram transferidas 429.937 unidades de CEPACs equivalentes a R$ 731.705 (Setecentos e trinta e um milhões setecentos e cinco mil).

9. Imobilizado: Representados por:

Composição	2024			2023		
Descrição	Custo de Aquisições	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido	Taxa a.a.	Vida útil
Imobilizado						
Móveis e utensílios	118	(68)	50	4	10%	10 anos
Máquinas e Equipamentos	156	(115)	41	48	10%	10 anos
Instalações	7	(1)	6	6	10%	10 anos
Computadores e Periféricos	784	(396)	388	54	20%	5 anos
Biblioteca	6	(6)	–	–	10%	10 anos
Aparelhos Telefônicos	7	(4)	3	4	10%	10 anos
Construções em andamento	41.950	–	41.950	26.744	4%	25 anos
Veículos	24	–	24	–	20%	5 anos
Total	**43.052**	**(590)**	**42.462**	**26.860**		

Movimentação	2023	2024			
Descrição	Saldo Líquido	Aquisições	Baixa	Depreciação	Saldo Líquido
Imobilizado					
Móveis e utensílios	4	49	–	(3)	50
Máquinas e Equipamentos	48	–	–	(7)	41
Instalações	6	–	–	–	6
Computadores e Periféricos	54	366	–	(32)	388
Biblioteca	–	–	–	–	–
Aparelhos Telefônicos	4	–	–	(1)	3
Construções em andamento	26.744	15.206	–	–	41.950
Veículos	–	24	–	–	24
Total	**26.860**	**15.645**	**–**	**(43)**	**42.462**

10. Intangível Representados por:

Composição	2024			2023		
Descrição	Custo de Aquisições	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido	Taxa a.a.	Vida útil
Intangível						
Software	497	(383)	114	134	20%	5 anos
Total	**497**	**(383)**	**114**	**134**		

Movimentação	2023	2024			
Descrição	Saldo Líquido	Aquisições	Baixa/ Transferências	Amortização	Saldo Líquido
Intangível					
Software	134	14	–	(34)	114
Total	**134**	**14**	**–**	**(34)**	**114**

11. Fornecedores. O saldo de fornecedores da Cia é representado por:

	2024	2023
Circulante	**52.855**	**38.420**
Fornecedores de serviços	1.154	943
Fornecedores OUC	51.701	37.477
	2024	**2023**
Não circulante	**1.299.242**	**1.288.937**
Fornecedores	244.083	249.046
Fornecedores OUC*	1.055.159	1.039.891

• Predomina o montante correspondente as Contraprestações Públicas do Contrato de PPP, tendo em vista a reprogramação do fluxo de pagamento conforme previsto no 12º aditivo ao contrato de PPP (Vide Nota 8.4).

12. Obrigações sociais e Tributárias a recolher. As obrigações tributárias e sociais estão registradas de acordo com sua origem. O montante a recolher em dezembro de 2024 é composto por:

	2024	2023
Folha de pagamento	**1.077**	**703**
Imposto de Renda	448	422
INSS	490	225
FGTS	139	56
Retenções serviço prestado PJ	**757**	**1.220**
IRRF serviços prestados PJ	130	73
INSS PJ	318	292
ISSQN retidos de terceiros	159	723
PIS/COFINS/CSLL	150	132
Tributos a recolher	**141**	**49**
PIS	25	8
COFINS	116	41

A Companhia possui parcelamento de débitos previdenciários, conforme a seguir:

	Parcelas	Parcelas pagas	Valor principal
REFIS/RFB	60	49	952

COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR

CNPJ 11.628.243/0001-95

13. Empréstimos e Financiamentos. Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). O empréstimo firmado com o Município RJ teve a finalidade exclusiva de constituição da Garantia Fiduciária do Contrato de PPP do VLT - Veículo Leve Sobre Trilhos, vide nota 6.1 "Recurso Garantia FII VLT". **14. Outras obrigações.** Em 2015 foi celebrado entre a União Federal (outorgante cedente), Município do Rio de Janeiro (outorgado cessionário) e CCPAR (interveniente), o Contrato de cessão sob regime de aforamento em condições especiais do imóvel situado a Rua Barão de Tefé, 27 com área de 520,67m2, denominado Ministério da Agricultura. Em razão da cessão do domínio útil do imóvel, ficou sob responsabilidade da CCPAR, o compromisso de executar obras de construção e reforma de edificações para Secretaria de Patrimônio da União como forma de pagamento. **15. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e contingências passivas.** A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza cível e trabalhista, resultantes do curso normal de suas operações. A provisão para contingências judiciais é estabelecida por valores atualizados, com base no relatório jurídico e conforme a classificação das ações de acordo com a expectativa de perda como provável, possível ou remota, assim como seus valores estimados é elaborada com base em pareceres de seus assessores jurídicos e melhor julgamento da Administração e classificadas da seguinte forma: • Perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa; • Perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa; • Perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa. A estimativa de desembolso pela Companhia em processos judiciais é de R$ 21.243 mil (Vinte e um milhões, duzentos e quarenta três mil), conforme os seguintes processos:

Assunto	Vara	Solução	Estimativa de Valor
Execução de título extrajudicial	16ª Vara da Fazenda Pública	Decisão judicial	R$ 200
		Registro Contábil 2018	**R$ 200**
Adições			
Assunto	**Vara**	**Solução**	**Estimativa de Valor**
Execução de título extrajudicial	16ª Vara da Fazenda Pública	Decisão judicial	R$ 130
		Registro Contábil 2019	**R$ 130**
Adições			
Dano moral	4ª Vara da Fazenda Pública	Decisão judicial	R$ 1
		Registro Contábil 2020	**R$ 1**
Adições			
Assunto	**Vara**	**Solução**	**Estimativa de Valor**
Ação de cobrança	7º Juizado especial cível	Decisão judicial	R$ 37
Ação de cobrança	7º Juizado especial cível	Decisão judicial	R$ 41
		Registro Contábil 2021	**R$ 78**
Adições			
Assunto	**Vara**	**Solução**	**Estimativa de Valor**
Execução de título extrajudicial	16ª Vara da Fazenda Pública	Aguardando intimação	R$ 20
Ação de cobrança	7º Juizado Especial Cível	Aguardando decisão turma recursal	R$ 15
Dano moral	4ª Vara da Fazenda Pública	Autos conclusos para sentença	R$ 1.279
Execução fiscal	9ª Vara Federal	Autos conclusos para decisão	R$ 650
Reclamação trabalhista - Multa do artigo 477 CLT	30ª Vara do Trabalho	Autos aguardando julgamento do recurso no TST	R$ 50
Execução fiscal	17ª Vara Cível	Aguardando decisão dos embargos à execução.	R$ 4.910
		Registro Contábil 2022	**R$ 6.924**

Adições			
Assunto	**Vara**	**Solução**	**Estimativa de Valor**
Indenizatória	14 - Vara Cível	Aguardando liquidação de sentença	R$ 49.000,00
Indenizatória	1 - Primeira Turma Recursal	Pagamento será realizado em 2024	R$ 18.200,48
Indenizatória	7 - Juizado Especial Cível	Pagamento será realizado em 2024	R$ 32.625,60
Execução de Título Extrajudicial	9ª Vara Cível	Aguardando julgamento dos embargos à execução	R$ 1.000,00
Reclamação Trabalhista - Verbas Rescisórias	8 - Vara do Trabalho	Aguardando julgamento do recurso no TST.	R$ 35.300,00
Indenizatória	4 - Vara da Fazenda Pública	Aguardando julgamento do recurso de apelação	R$ 1.150.805,02
Indenizatória	35 - Vara Cível	Autos em elaboração de laudo pericial	R$ 11.679.561,10
Abuso de Poder	15 - Vara da Fazenda Pública	Autos arquivados em 20/10/2023	R$ 500.000,00
Execução de Título Extrajudicial	17 - Vara Cível	Realizado acordo e pagamento no valor de R$ 275.000,00/ aguardando quitação e arquivamento	R$ (100.000,00)
Execução Fiscal	8 - Vara de Execução Fiscal	Imóvel recusado/ penhora deferida	R$ 680.825,43
Liquidação de Sentença - Procedimento Comum	7 - Vara de Fazenda Pública	Aguardando declínio de competência	R$ 135.000,00
Liquidação de Sentença - Procedimento Comum	1 - Vara de Fazenda Pública	Apresentada contestação. Autos em conclusão	R$ 135.000,00
		Registro Contábil 2023	**R$ 14.317**
Cautelar Antecedente	52ª Vara Cível	Valor envolvido de execução de honorários	R$ 3.063,16
Indenizatória	1 - Primeira Turma Recursal	Processo arquivado em 01/04/2024 (Estorno Provisão)	- R$ 70.000,00

Adições			
Assunto	**Vara**	**Solução**	**Estimativa de Valor**
Indenizatória	7 - Juizado Especial Cível	Realizado o Pagamento (Estorno da Provisão)	- R$ 73.734,39
Embargos a Execução	9ª Vara Cível		R$ 1.000,00
Desapropriação	1ª Vara da Fazenda Pública	Bunge Alimentos S.A. e J. Macedo Alimentos S.A.	R$ 18.958.235,37
Procedimento Ordinário	16 - Vara Federal	Homologado o acordo - Valor envolvido referente aos honorários periciais	R$ 38.333,33
Execução fiscal	9 - Vara Federal	Mudança de Status para Perda Remota (Estorno da Provisão)	- R$ 650.489,02
Reclamação Trabalhista - Verbas Rescisórias	8 - Vara do Trabalho	Valor envolvido sem atualização (Estorno da Provisão)	- R$ 30.200,00
Indenizatória	4 - Vara da Fazenda Pública	Realizado acordo/ arquivado em 02/12/2024 (Estorno da Provisão)	- R$ 2.430.805,02
Indenizatória	35 - Vara Cível	Avaliação judicial (11.679.561,10) ainda não homologada. Valor envolvido atualizado de acordo com a avaliação.	- R$ 11.679.561,10
Abuso de Poder	15 - Vara da Fazenda Pública	Arquivado em 31/07/2024 - execução em liquidações individuais (Estorno da Provisão)	- R$ 500.000,00
Execução de Título Extrajudicial	17 - Vara Cível	Realizado o pagamento - arquivado em 16/12/2024	- R$ 250.000,00
Execução fiscal	9 - Vara Federal	Realizado Pagamento parcial/ ilegitimidade passiva em discussão (Estorno da Provisão)	- R$ 4.909.510,02
Execução de Título Extrajudicial	2 - Juizado Especial da Fazenda Pública		R$ 100.000,00
Liquidação de Sentença - Procedimento Comum	15 - Vara da Fazenda Pública		R$ 135.000,00
Liquidação de Sentença - Procedimento Comum	15 - Vara da Fazenda Pública		R$ 135.000,00
Liquidação de Sentença - Procedimento Comum	15 - Vara da Fazenda Pública		R$ 135.000,00
Liquidação de Sentença - Procedimento Comum	15 - Vara da Fazenda Pública		R$ 235.000,00
Liquidação de Sentença - Procedimento Comum	15 - Vara da Fazenda Pública		R$ 235.000,00
Liquidação de Sentença - Procedimento Comum	15 - Vara da Fazenda Pública		R$ 211.800,00
		Registro Contábil 2024	**- R$ 407**
		Saldo em 31 de Dezembro de 2024	**R$ 21.243**

15.1 - Perdas possíveis - Não provisionadas. Os valores de processos judiciais, avaliados com o grau de risco de perda possível e não provisionados estão estimados em valor mínimo de R$ 92.867 mil (noventa e dois milhões, oitocentos e sessenta e seta mil), conforme evidenciando a seguir:

Assunto	Vara	Estimativa de valor
Execução de Título Extrajudicial	17ª Vara Cível	250.000,00
Repetição de indébito	11ª Vara de Fazenda Pública	204.043,95
Desapropriação	8ª Vara Cível	388.571,00
Indenizatória	27 - Vara Federal	100.000,00
Procedimento Comum	P	13.500.000,00
Reclamação trabalhista	77 - Vara do Trabalho	73.231,67
Indenizatória	35 - Vara Cível	64.251.041,12
Indenizatória	26 - Vara Cível	1.218.672,00
Execução fiscal	9 - Vara Federal	586.151,52
Nulidade de doação	8 - Vara de Fazenda Pública	10.000,00
Ação indenizatória	30 - Vara Federal	463.431,34
Reclamação Trabalhista	3 - Vara do Trabalho	196.210,30
Execução Fiscal	10ª Vara Federal	529.561,01
Embargos à Execução	8ª Vara Federal	650.489,02
Execução Fiscal	Fiscal	445.425,86
Procedimento Arbitral	Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional - CCI	10.000.000,00
	Total	**92.866.836,79**

16. Patrimônio Líquido. O Patrimônio líquido da Companhia fechou negativo em R$ 130.564.502,92, motivado, principalmente, pelo acordo feito junto à Caixa Econômica Federal na qualidade de Administrado dos fundos FIIRP, FIIPM. Nessa operação o FIIPM se desobrigou com os investimentos da AEIU do Porto assumidos no edital de leilão dos CEPACS, por meio do Prêmio de Opção de Compra - POC. A composição do capital está representada, conforme demonstrado abaixo: **Capital Social:** O capital social integralizado pelo Município, na Companhia, até a data de encerramento do Balanço foi de R$ 5.262.490 (cinco bilhões, duzentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e noventa mil). Capital a Integralizar de R$ 264.617 (Duzentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e dezessete mil). Redução de R$ 58.600 (Cinquenta e oito milhões e seiscentos mil) do Capital Social especificamente com a finalidade liquidação do FII RP, amortizou as suas cotas, dos quais parte do valor foi devolvido ao acionista, reduzindo o Capital da Companhia. Ajuste Contábil de R$ 19.200 (Dezenove milhões e duzentos mil reais) referente à recursos recebidos do acionista como "integralização de capital" em 2022 para compra dos equipamentos do teleférico. Dado que o município assumiu a compra diretamente, este recurso foi compensado como cobertura do Convênio SMCG x CCPar. O preço da emissão das ações é de R$ 100,00 (cem reais), conforme Ata de Constituição. No encerramento do exercício, o Município, único acionista da Companhia, detinha 50.731.360 (cinquenta milhões, setecentos e trinta e um mil, trezentos e sessenta) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **Prejuízos Acumulados**: O prejuízo acumulado da Companhia é de R$ 5.128.437 mil (Cinco bilhões, cento e vinte e oito milhões, quatrocentos e trinta e sete mil), sendo o prejuízo em 2024 de R$ 14.789 (quatorze milhões, setecentos e oitenta e nove mil) e o prejuízo por ação de 0,28 (vinte e oito centavos). O capital inicial da Companhia foi constituído predominantemente com ativos (CEPACS e Terrenos) e esses mesmos ativos seriam disponibilizados a mercado com o objetivo de custear toda a OUC. **17. Receitas.** As receitas da companhia em 2024 estão representadas por:

17.1 Receitas Operacionais

Receitas operacionais	**2024**	**2023**
Receita acessória	10.933	9.736
Impostos e Contribuições	(1.058)	(1.186)
Total	**9.874**	**8.550**

Representado pela receita de exploração de mobiliário urbano, remuneração pela Permissão de Uso de imóvel onde foi implantada a Roda Gigante Rio Star e receita de fiscalização de contrato (Nota 5).

17.2 Receitas Financeiras

Receitas Financeiras	**2024**	**2023**
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.846	1.017
Rendimentos Fundos de Investimentos	6.358	6.475
Descontos e recebimentos	–	–
Atualização de impostos a Recuperar	–	–
Variação positiva de cotas -FII	106.049	3.961
Variação positiva de cotas - FIIRP	108	37.205
Variações monetárias	210	802
Impostos e Contribuições	(407)	(1.186)
Total	**114.164**	**48.274**

As receitas financeiras são decorrentes de ganhos sobre as aplicações financeiras e rentabilidade positiva de cotas em fundo de investimento. **18. Despesas Operacionais - OUC.** Para atender o plano de trabalho destinado a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, foi celebrado em novembro de 2010, o Contrato de Parceria Público Privada - PPP, na modalidade de Concessão Administrativa, cujo objeto é a revitalização, operação e manutenção da Área de Especial Interesse Urbanístico ('AEIU') da Região Portuária do Rio, precedida ou cumulada com a execução de obras. O consórcio Porto Novo S.A. foi o vencedor da concorrência pública e o contrato foi aditado quinze vezes para fins de acréscimos, supressões e alterações. A remuneração devida ao parceiro privado depende da geração de recursos do Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIIPM), CAIXA, vencedor do Leilão de CEPACs, considerando a disponibilidade de recursos do Fundo, nos termos da Cláusula 6.2 do Contrato. Para tanto, o início de cada etapa contratual (ou ordem de início) está condicionado a essa disponibilidade. Com a permanência de situação de iliquidez do FIIPM e impossibilidade de retomada ordinária das Etapas do Contrato, foi celebrado junto à Concessionária Porto Novo o 14º aditivo ao Contrato de PPP para inclusão de etapa extraordinária, denominada "etapa 6-T", direcionada a prestação de serviço para operação dos túneis e serviço de sinalização pelo período de oito meses (setembro 2019 a maio 2020) mediante pagamento de contraprestação mensal. Em maio de 2020, a "CAIXA" novamente reportou a situação de iliquidez e com o encerramento da "etapa 6-T", e sem previsão de pagamento, os serviços prestados pela Concessionária foram paralisados. No ano de 2021, a Companhia assumiu a contratação de serviços e consequentemente, a manutenção de pagamento. **19. Variações Patrimoniais.** Inclui a variação negativa das cotas dos fundos de investimentos (FIIRP e FII CCPAR representados pelo valor total de R$ 62.225 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte cinco mil) e atualização das cauções de R$ 37 mil (trinta e sete mil), recebidas como garantia aos contratos firmados. As garantias (cauções) são devolvidas ao contratado, acrescidas de atualização monetária, encerrados o prazo e as obrigações contratadas. **20. Variações Monetárias.** A variação monetária registrada na Companhia, no montante de 53.188 (cinquenta e três milhões cento e oitenta e oito mil) é composta por: • Atualização pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA referente à Desapropriação amigável de imóveis da Companhia DOCAS do Rio de Janeiro, conforme previsto na escritura. • Atualização das faturas - Contraprestação Pública do Contrato de PPP (sexta etapa) - postergadas e diluídas entre as Etapas 8, 9, 10 e 11 (Vide nota 8.4). O contrato prevê a atualização pelo IPCA, a contar da data de vencimento até a efetiva quitação. **21. Seguros.** A Companhia, através da contratação de seguros, transfere os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia. Os seguros da Empresa, em valores de 31/12/2024, são assim demonstrados:

Item	Tipo de Cobertura	Vigência	Valor do Seguro (R$)	Importância Segurada
Seguro saúde	Cobertura ambulatorial, hospitalar com obstetrícia.	08/06/2024 a 08/06/2025	814.240,80	N/A
Seguro D&O	Ressarcimento das Perdas Indenizáveis, a título de reparação, por Danos causados a Terceiros, decorrentes de uma Reclamação coberta e fixadas por sentença judicial ou arbitral final e irrecorrível, ou mediante acordo com os Terceiros prejudicados com a anuência prévia e expressa da Seguradora, atendidas as Condições Contratuais e a Especificação. Limitando-se às Reclamações feitas pela primeira vez por Terceiros contra os Segurados durante a Vigência da Apólice ou durante o Prazo Adicional quando cabível, e as Reclamações estejam vinculadas a danos ou a prática de um Ato Danoso ocorrido durante a Vigência da Apólice ou durante o Período de Retroatividade.	07/08/2024 a 07/08/2025	34.495,82	5.000.000,00
Seguro de Compreensivo Empresarial	Garantia de indenização de incêndio, danos elétricos, quebra de vidros, responsabilidade civil de guarda de veículos de terceiros.	15/06/2024 a 15/06/2025	10.579,80	12.000.000,00

22. Eventos subsequentes. A Companhia está em tratativas junto ao Município e a Companhia Docas para celebrar um instrumento de autocomposição para conciliação e quitação de débitos tributários de ISS com os valores devidos à Docas, predominantemente pelas desapropriações de imóveis. Nesse caso, os valores devidos pela CCPar serão assumidos pelo MRJ.

Renato Vieira Pita - 1SP 215876/O-8 - "S" RJ - **RHPAY Contadores Associados SS** - 2SP 028372/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR**. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR**, em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva. Falta de Avaliação a Valor Justo das propriedades para investimento:** De acordo com o CPC 28 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e o IAS 40 (International Accounting Standard), as propriedades para investimento devem ser mensuradas pelo seu valor justo. A contabilidade aponta, conforme nota explicativa nº 8.2, o valor de R$ 90,783 milhões em Imóveis em Investimento (Terrenos), que não foram objeto de Avaliação por avaliadores independentes, para determinar o valor justo desses investimentos. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos, se a avaliação a valor justo fosse realizada, no resultado do exercício e no patrimônio líquido. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases. Prejuízos sucessivos:** Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para os sucessivos prejuízos que a companhia vem apresentando nos últimos anos, sendo R$ 333,885 milhões em 2023 e R$ 14,789 milhões em 2024, com Prejuízo Acumulado de R$ 5,113 bilhões. Seu Passivo a Descoberto está aumentando, foi de R$ 39,926 milhões em 2023 para R$ 130,565 milhões em 2024. As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. A administração deve elaborar planos de curto e médio prazo com o objetivo de reverter esta situação. **Iliquidez de fundos imobiliários:** Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18, onde a companhia assumiu as despesas operacionais da OUC (Operação Urbana Consorciada), em virtude de ocorrência de Iliquidez do FIIPM, com a contratação dos serviços e consequente manutenção de pagamento, ocasionando um impacto significativo no Resultado da Companhia. **Outros Assuntos. Auditoria do período anterior:** As demonstrações contábeis da **Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR** para o exercício findo em 31/12/2023 foram por nós examinadas, e emitimos relatório em 28/03/2024 com opinião sem modificação. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 17 de março de 2025

STAFF Auditoria & Assessoria - CRC2SP023856/O-1 "S" RJ

Eliziane Maria Rosa - Sócia Responsável - CTCRC1PR059351/O-0 "S" RJ

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, no exercício das suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Lucros e Prejuízos acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer da Auditoria Geral (RAG nº 008/2025), Relatório da Auditoria Independente, datado de 31 de março de 2025, e Parecer do Conselho Fiscal. Após análise, este Conselho opina favoravelmente pela apovação dos referidos documentos, dentro dos termos do parecer do Conselho Fiscal, datado de 11 de abril de 2025. Submete, portanto, às demonstrações financeiras para apreciação e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CCPAR.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2025.

Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky - Conselheiro de Administração (Presidente). **Daniel Ricardo Soranz Pinto** - Conselheiro de Administração. **Diego Vaz Ferreira** - Conselheiro de Administração. **Eduardo Cavaliere Gonçalves Pinto** - Conselheiro de Administração. **Guilherme Nogueira Schleder** - Conselheiro de Administração. **Leandro Matieli Gonçalves** - Conselheiro de Administração.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelo art. 163 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e pelo art. 26 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, procedeu ao exame das seguintes peças: 1. Demonstrações Contábeis do exercício de 2024; 2. Relatório anual da gestão - Processo CCP-PRO - 2025/00046; 3. Parecer da Auditoria Interna - RAG nº 008/2025; e 4. Parecer da Auditoria Externa - Staff Auditoria e Assessoria. Considerando a documentação analisada, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das demonstrações contábeis, contudo alerta para as ressalvas contidas no relatório da auditoria interna e externa e também para os apontamentos contidos nas atas do Conselho Fiscal, em especial quanto aos seguintes aspectos: a. Prejuízos acumulados e passivo a descoberto; b. Necessidade de geração de receita própria em decorrência da prestação de serviço de modelagem e fiscalização de PPPs e Concessões. Os aspectos destacados se mostram significantes para manutenção da independência da entidade e devem ser objeto de especial atenção do Conselho de Administração e do acionista majoritário.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2025.

Guilherme Zenha Silveira - Conselheiro fiscal Titular (Presidente).

Rosemary de Azevedo Carvalho T. de Macedo - Conselheira fiscal Titular.

Jose Paulo de Menezes Júnior - Conselheiro fiscal Titular. **Waldomiro Lucas de Paiva** - Conselheiro fiscal Suplente.

Combrascan
Shopping Centers

CNPJ 28.189.439/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da Combrascan Shopping Centers S.A. tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociadade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	3	9.507	24.746
Contas a receber de clientes	6	-	-	11.832	25.807
Dividendos a receber de partes relacionadas	12	13.206	25.267	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	84	621	101	656
Depósitos judiciais	11.2	1.807	2.565	1.807	2.575
Empréstimos concedidos a terceiros	8	-	-	890	1.290
Outros ativos circulantes		66	-	72	3
Total do ativo circulante		15.165	28.456	24.209	55.077
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	6	-	-	169	1.089
Depósitos judiciais	11.2	7.228	6.972	13.152	21.603
Empréstimos concedidos a terceiros	8	-	-	-	870
Investimento em controladas	9	885.264	1.973.291	-	-
Propriedades para investimento	10	-	-	1.007.059	2.221.100
Imobilizado		33	23	441	478
Total do ativo não circulante		892.525	1.980.286	1.020.821	2.245.140
TOTAL DO ATIVO		907.690	2.008.742	1.045.030	2.300.217

PASSIVO	Nota explicativa	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
CIRCULANTE					
Fornecedores		32	47	393	528
Salários, provisão de férias e encargos sociais		925	942	1.501	1.339
Dividendos a pagar a partes relacionadas	12	12.567	28.236	16.939	28.239
Impostos e contribuições a recolher	7.2	-	-	2.904	5.493
Receitas diferidas		-	-	696	2.583
Outros passivos circulantes		72	-	671	694
Total do passivo circulante		13.596	29.225	23.104	38.876
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.3	-	-	123.787	272.957
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11.2	4.927	4.758	5.336	6.056
Receitas diferidas		-	-	3.635	7.568
		4.927	4.758	132.758	286.581
TOTAL DO PASSIVO		18.523	33.983	155.862	325.457
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13.1	470.292	894.993	470.292	894.993
Reservas de lucros	13.2	418.875	1.079.766	418.875	1.079.766
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		889.167	1.974.759	889.167	1.974.759
Participações não controladoras		-	-	1	1
Total do patrimônio líquido		889.167	1.974.759	889.168	1.974.760
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		907.690	2.008.742	1.045.030	2.300.217

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Investimentos e capital de giro	Reservas de lucros: Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos: Acionistas controladores	Patrimônio líquido atribuível aos: Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		865.378	93.239	933.703	1.026.942	-	1.892.320	1	1.892.321
Dividendos pagos (R$0,0165 por lote de mil ações)	13.3	-	-	(124.625)	(124.625)	-	(124.625)	2	(124.623)
Aumento de capital	13.1	29.615	-	(29.615)	(29.615)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	235.300	235.300	-	235.300
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Constituição de reserva legal	13.2	-	11.765	-	11.765	(11.765)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$0,0037 por lote de mil ações)	13.3	-	-	-	-	(28.236)	(28.236)	-	(28.236)
Constituição de reserva para investimentos e capital de giro	13.2	-	-	195.299	195.299	(195.299)	-	-	-
Dividendos propostos à acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		894.993	105.004	974.762	1.079.766	-	1.974.759	1	1.974.760
Dividendos pagos (R$0,0163 por lote de mil ações)	13.3	-	-	(123.784)	(123.784)	-	(123.784)	1	(123.783)
Aumento de capital	13.1	184.773	-	(184.773)	(184.773)	-	-	-	-
Cisão parcial	1/9	(609.474)	(90.000)	(354.494)	(444.494)	-	(1.053.968)	-	(1.053.968)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	104.727	104.727	-	104.727
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Constituição de reserva legal	13.2	-	5.236	-	5.236	(5.236)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (RR0,0017 por lote de mil ações)	13.3	-	-	-	-	(12.567)	(12.567)	-	(12.567)
Constituição de reserva para investimentos e capital de giro	13.2	-	-	86.924	86.924	(86.924)	-	-	-
Dividendos propostos à acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		470.292	20.240	398.635	418.875	-	889.167	1	889.168

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto valores por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	-	184.457	172.904
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	-	-	(7.629)	(14.320)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	176.828	158.584
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	15	(6.341)	(6.855)	(13.536)	(12.539)
Provisão para perdas de créditos esperada em contas a receber	6	-	-	(3.424)	(1.481)
Ganho (perda) com ajuste a valor justo de propriedades para investimento	10	-	-	(40.640)	88.845
Resultado de equivalência patrimonial	9	110.781	212.055	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(29)	5.415	(1.357)	6.432
Outras receitas de recuperação de despesas	17	274	31.739	777	31.739
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		104.685	242.354	118.648	271.580
Receitas financeiras	16	472	2.808	5.722	6.923
Despesas financeiras	16	(430)	(3.273)	(1.867)	(3.469)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		42	(465)	3.855	3.454
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		104.727	241.889	122.503	275.034
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	7.4	-	(6.589)	(21.770)	(26.691)
Diferido	7.4	-	-	3.995	(13.041)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES NÃO CONTROLADORAS		104.727	235.300	104.728	235.302
Resultado de participações não controladoras		-	-	(1)	(2)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		104.727	235.300	104.727	235.300
Lucro líquido do exercício básico e diluído por lote de mil ações - R$	13.4	0,01	0,03		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	104.727	235.300	104.727	235.300
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	104.727	235.300	104.727	235.300
Resultado abrangente total atribuível a:				
Acionistas controladores	104.727	235.300	104.728	235.302
Participações não controladoras	-	-	(1)	(2)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		104.727	235.300	104.727	235.300
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(110.781)	(212.055)	-	-
Provisão para perdas de créditos esperada em contas a receber	6	-	-	3.424	1.481
Juros e atualização monetária sobre perdas de créditos esperada em contas a receber	6	-	-	-	(808)
Provisões (reversões) e atualização monetária		96	(575)	1.425	(1.132)
Ganho (perda) com ajuste a valor justo de propriedades para investimento	10	-	-	40.640	(88.845)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7.4	-	-	17.775	39.732
Depreciação e amortização		13	30	48	195
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(5.492)	(7.291)
Impostos e contribuições a recuperar		537	(30)	555	(23)
Depósitos judiciais		502	(1.099)	9.219	(982)
Outros ativos		(65)	63	(69)	74
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(15)	(67)	(135)	(307)
Salários, provisão de férias e encargos sociais		(17)	126	162	124
Impostos e contribuições a recolher		-	-	(589)	(304)
Receitas diferidas		-	-	(5.820)	(359)
Outros passivos		72	-	(21)	(41)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(4.931)	21.693	165.849	176.814
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(3.725)	(20.386)	(22.890)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(4.931)	17.968	145.463	153.924
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Propriedades para investimento	10	-	-	(8.530)	(9.924)
Pagamentos para aquisição de bens do ativo imobilizado e do ativo intangível		(23)	-	(152)	(113)
Dividendos recebidos de controladas	9	156.973	122.458	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		156.950	122.458	(8.682)	(10.037)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos pagos	13.3	(152.020)	(140.431)	(152.020)	(140.431)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(152.020)	(140.431)	(152.020)	(140.431)
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1)	(5)	(15.239)	3.456
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	3	8	24.746	21.290
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	2	3	9.507	24.746
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1)	(5)	(15.239)	3.456

Às notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Combrascan Shopping Centers S.A. ("Companhia", ou em conjunto com suas controladas, "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de dezembro de 1983. O Grupo tem como objeto social a locação de bens imóveis próprios e a administração de bens imóveis próprios e de terceiros, principalmente aqueles situados em shopping centers; a compra e venda de imóveis próprios construídos ou em construção; a corretagem, a incorporação de imóveis próprios, construídos ou em construção; a promoção de eventos comerciais e industriais; a prestação de serviços e assessoramento na área de shopping centers, por conta própria ou por representação e a participação em outras sociedades. A Companhia é sediada na Avenida Lauro Sodré, nº 445 - Loja 101 - 1º subsolo - parte, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, Brasil. Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024: Evento de Reorganização Societária: Em 10 de junho de 2024, foi firmado entre a Cia. Brasileira de Shopping Centers S.A. – COMBRASHOP ("Combrashop") e a Iguatemi S.A. ("Iguatemi"), um Acordo de Investimento e Outras Avenças ("Acordo"), com o objetivo de regular o investimento destinado à aquisição de ações representativas da totalidade do capital social da BRASC RS Shopping Centers S.A. ("BRASC RS"), que detém, indiretamente, participação equivalente a 54% (cinquenta e quatro por cento) do Shopping Center Rio Sul ("Shopping RioSul"), por meio da Companhia. Na mesma data de 10 de junho de 2024, foi firmado entre a Combrashop, Iguatemi e BB Premium Malls Fundo de Investimento Imobiliário de Responsabilidade Limitada ("Fundo"), um Instrumento Particular de Compromisso Firme de Investimento e Aquisição ("Instrumento"), com o objetivo de regular o investimento do Fundo e da Iguatemi na transação de aquisição. A aquisição da participação societária no Shopping RioSul foi concluída pela Parshop Participações Ltda. ("Parshop"), controlada da Combrashop, e constituída em 17 de setembro de 2024 especificamente para essa finalidade. A Iguatemi e o Fundo participaram da transação de aquisição inicialmente por meio da subscrição e integralização de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs lastreados em notas comerciais que representam créditos imobiliários devidos pela Parshop, cujos recursos foram destinados à aquisição da participação societária no Shopping RioSul. No contexto da transação, ficou estabelecido na transação de aquisição a implementação da reorganização societária para aquisição pela Iguatemi e pelo Fundo, da participação direta ou indireta da fração ideal equivalente a 49,9% (quarenta e nove vírgula nove por cento) da propriedade dos imóveis do Shopping RioSul; e pela Combrashop, por meio da controlada Parshop, da participação adicional, indireta, da fração ideal equivalente a 4,1% (quatro vírgula um por cento) da propriedade dos imóveis do Shopping RioSul, totalizando 54% (cinquenta e quatro por cento). Em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial e a incorporação do acervo líquido cindido no montante total de R$1.054.537 pela Parshop. O acervo líquido cindido da Companhia foi apurado por empresa de avaliação independente, com base no balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2024, nos termos do artigo nº229 da Lei de Sociedade por Ações. Ainda em 31 de dezembro 2024, foram aprovadas pelos acionistas as cisões parciais e incorporação do acervo líquido cindido das controladas ALS Shopping Centers S.A. ("ALS"), RSSC Shopping Centers S.A. ("RSSC") e CBC Shopping Centers S.A. ("CBC") pelas empresas DP Shopping Centers S.A. ("DP"), CSC 188 S.A. ("CSC") e BBIG 188 S.A. ("BBIG"); na razão de 54%, sendo 4,10% para a DP, 16,63% para CSC e 33,27% para BBIG. Os acervos líquidos cindidos das controladas ALS, RSSC e CBC nos montantes respectivos de R$363.583, R$347.050 e de R$343.904, totalizando R$1.054.537, foram apurados por empresa de avaliação independente, com base nos balanços patrimoniais levantados em 30 de novembro de 2024, nos termos do artigo nº229 da Lei de Sociedade por Ações.

Companhia	Saldo em 30/11/2024	Acervo a ser cindido para: BBIG	DP	CSC	Total	Saldo após cisão
Total do ativo	1.962.665	363.583	347.050	343.904	1.054.537	908.128
Total do passivo	5.957	-	-	-	-	5.957
Patrimônio líquido	1.956.708	363.583	347.050	343.904	1.054.537	902.171
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.962.665	363.583	347.050	343.904	1.054.537	908.128
Acervo líquido	1.956.708	363.583	347.050	343.904	1.054.537	902.171

2. ADOÇÃO DE NORMAS NOVAS E REVISADAS: 2.1. Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2024: No exercício de 2024, o Grupo adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante - Diferimento da data de vigência	01/01/2024
Alterações ao CPC 06 (R2)	Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento ("sale and leaseback")	01/01/2024
Alterações ao CPC 26 (R1)	Passivo não circulante com cláusulas restritivas ("covenants")	01/01/2024
Alterações ao CPC 03 (R2) e ao CPC 40 (R1)	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados do Grupo ou sobre as divulgações apresentadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 2.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis: Na data de autorização de emissão destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas que ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 02 (R2)	Falta de permutabilidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 40 (R1) e CPC 48	Alterações relativas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
Alterações ao CPC 26 (R1)	Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras	01/01/2027
Aplicação do IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	01/01/2027

Atualmente, a Administração está efetuando uma avaliação dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: 3.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07 - *Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral*, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração da Companhia confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. 3.2. Base de elaboração: Elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia e com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e propriedades para investimento mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base. Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas mencionadas a seguir, na mesma data base e de acordo com as mesmas políticas contábeis. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia (Controladora). Controladas são todas as entidades para as quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada por uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

Controlada	Percentual de participação direta (%) 31/12/24	31/12/23
ALS Shopping Centers S.A. ("ALS")	100,00	100,00
RSSC Shopping Centers S.A. ("RSSC")	100,00	100,00
CBC Shopping Centers S.A. ("CBC")	100,00	100,00
DIX Administração e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("DIX")	99,86	99,86

Todas os saldos e transações (receitas e despesas) entre as entidades do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As principais práticas adotadas na consolidação são como seguem: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a Controladora e as controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas consolidadas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as entidades consolidadas; • Eliminação dos investimentos da Controladora nas controladas incluídas na consolidação. A parcela correspondente à participação dos acionistas não controladores está destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidados. 3.3. Moeda funcional e de apresentação: Conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - *Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis*, as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas com base em sua respectiva moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual opera. A Companhia e suas controladas definiram que sua moeda funcional é o Real brasileiro (R$), e suas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. 3.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) numerário em caixa; (ii) saldos em depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um risco baixo de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, 3 (três) meses ou menos, a contar da data de sua contratação. As aplicações financeiras são destinadas para atender compromissos de curto prazo do Grupo e são liquidadas frequentemente com esse objetivo, não possuindo um modelo de negócios para recebimento de fluxos de caixa contratuais. 3.5. Contas a receber de clientes e Provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados com base nos contratos de aluguéis e de prestação de serviços, deduzidos de perdas de crédito esperadas, quando aplicável. A política contábil da Companhia determina que as perdas de crédito esperadas em contas a receber são estabelecidas quando os créditos a receber ultrapassam 360 (trezentos e sessenta) dias do seu vencimento original, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pelo cliente. Os saldos vencidos que são renegociados, são registrados pelos valores da renegociação, acrescidos de encargos financeiros, quando aplicável, e segregados entre ativo circulante e não circulante com base no novo prazo de recebimento estabelecido entre as partes. 3.6. Investimentos: Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, sendo constituída provisão para patrimônio líquido negativo, quando aplicável, em conformidade com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) - *Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto*. 3.7. Propriedades para investimento: Inicialmente, os imóveis são contabilizados pelo custo de aquisição e classificados na categoria de propriedades para investimento. O custo de aquisição inclui todos os gastos da transação diretamente atribuíveis à compra, tais como taxas cartorárias e tributos incidentes sobre a transferência de propriedade

Combrascan
Shopping Centers

CNPJ 28.189.439/0001-23

do imóvel. Após o seu reconhecimento inicial, os imóveis classificados na categoria de propriedades para investimento devem ser continuamente mensurados ao seu valor justo, sendo seus impactos reconhecidos no resultado do exercício. Entende-se por valor justo o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado entre partes independentes, conhecedoras do negócio e dispostas a realizar a transação, sem que represente uma liquidação forçada. Incluem-se nesta categoria os imóveis adquiridos com o objetivo de auferir renda (aluguéis) e imóveis com apreciação de capital de longo prazo (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). A Administração entende que os valores justos aplicáveis às propriedades para investimento se enquadram como Nível 3. 3.8. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). No caso de ativos qualificáveis, os custos de financiamentos são capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Quando partes significativas de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado, exceto para imobilizações em andamento. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na baixa ou alienação de um item do imobilizado, ou reforma de equipamentos, são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Os custos de reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. 3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração: Ativos sujeitos à depreciação e amortização são testados para fins de avaliação do seu valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo montante no qual o valor contábil exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de venda do ativo deduzido dos custos para efetivar a venda e o seu valor em uso. Com o propósito de avaliar o valor recuperável, os ativos são agrupados na menor unidade na qual fluxos de caixa separáveis possam ser identificados (i.e., unidades geradoras de caixa). Ativos não financeiros que tenham sofrido redução do seu valor recuperável são revisados para a possibilidade de reversão da perda a cada data do balanço. 3.10. Despesas antecipadas: São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, considerando-se o Princípio da Competência dos Exercícios Societários ("regime de competência") para registro do ativo. As despesas antecipadas estão representadas, substancialmente, por despesas na contratação de seguros (Nota 19). 3.11. Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Em função desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que a Companhia continue questionando as ações. Nessas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos da Companhia, os valores somente são liberados mediante o recebimento de uma decisão judicial final favorável à Companhia. Quando aplicável, os depósitos judiciais são registrados contabilmente no ativo circulante e não circulante e são considerados como atividades operacionais para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Os depósitos judiciais relacionados à processos de natureza fiscal são atualizados monetariamente pelo índice do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC (Nota 11.2). 3.12. Empréstimos concedidos a terceiros: Referem-se a contratos de mútuo firmados com clientes, sendo contabilizados pelo custo amortizado. Os empréstimos são concedidos a terceiros com o objetivo de viabilizar substancialmente a adequação das unidades locatícias mediante execução de obras e reformas. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF incidente sobre a operação é reconhecido no resultado do exercício (Nota 8). 3.13. Ativos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser confiavelmente mensurado. Os ativos são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em função do tempo decorrido ("pro rata temporis") até a data do balanço. Os bens e direitos realizáveis até o prazo de 12 (doze) meses da data do balanço estão apresentados como ativos circulantes. 3.14. Fornecedores: As contas a pagar a fornecedores são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Companhia. 3.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e que seja provável que a Companhia será requerida a liquidar tal obrigação, e esta possa ser confiavelmente mensurada. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas em torno da obrigação. Provisão para riscos: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas a reclamações de natureza fiscal, cível, trabalhista e previdenciária. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos da Companhia e de suas controladas. As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Riscos contingentes avaliados como de probabilidade de perda possível são divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, porém não reconhecidos em conta específica do passivo. 3.16. Reconhecimento de receitas: As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando puderem ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzindo-se quaisquer cancelamentos, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas aos clientes, bem como impostos ou encargos sobre os serviços prestados (Nota 14). Receita de aluguel: As receitas de aluguel das propriedades para investimento são reconhecidas linearmente no resultado exercício, com base no prazo do respectivo contrato de arredamento. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Quando aplicável, os incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo prazo do contrato de arrendamento. Receita "res sperata": Refere-se à apropriação mensal, pelo regime de competência, dos valores referentes à comercialização dos títulos de preferência dos pontos comerciais ("luvas"). Os valores de "res sperata" são contabilizados como receitas diferidas, no passivo, no momento da assinatura do primeiro contrato de locação, diminuídos de seus custos correspondentes, sendo apropriados ao resultado de forma linear, com base no prazo do contrato de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir do início da locação. O prazo médio dos contratos de locação com "res sperata" é de 60 (sessenta) meses. Receita de prestação de serviços: Refere-se, substancialmente, às receitas com a prestação de serviços de administração de shopping center e edifício comercial, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. As receitas de serviços prestados do Grupo estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3%. • Imposto sobre Serviço (ISS) - 5%. 3.17. Custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas: Os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com sua natureza. A segregação dos gastos entre custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas se dá por meio do registro dos departamentos organizacionais (por exemplo, centros de custo) em que os gastos são incorridos. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração (Nota 15). 3.18. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido): As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados com base na sistemática do lucro real. Quando da existência de base positiva, as provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, quando aplicável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R$240, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Quando aplicável, os adiantamentos de imposto de renda e contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante ("Impostos e contribuições a recuperar") e compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar, registrados no passivo circulante ("Impostos e contribuições a recolher"). As controladas ALS, RSSC e CBC adotam como regime de tributação o lucro presumido com base no regime de caixa e a controlada DIX o regime do lucro presumido com base no regime de competência. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), incluindo os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos diferidos são reconhecidos à medida que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensáveis. Os impostos diferidos passivos calculados sobre o ganho apurado na avaliação a valor justo das propriedades para investimento foram calculados com base na alíquota efetiva do regime de tributação do lucro presumido para a parcela do custo histórico relativa às edificações e outros ativos, e com base na alíquota efetiva de 34% (lucro real) para a parcela do custo histórico relativa aos terrenos. Nas situações em que for aplicável, os impostos diferidos ativos e passivos são registrados pelo líquido, seja no ativo ou passivo não circulante. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício. 3.19. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras e atualização monetária de depósitos judiciais (receitas) e despesas bancárias (despesas), dentre outros, sendo registradas em conformidade com o regime de competência (Nota 16). 3.20. Instrumentos financeiros: Reconhecimento de ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria valor justo por meio do resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação. Classificação dos instrumentos financeiros: A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 48 – *Instrumentos Financeiros* para fins de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado ("Custo amortizado"); (ii) mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"); e (iii) mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). (i) Custo amortizado: Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para os exercícios apresentados, a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas e empréstimos concedidos a terceiros nesta categoria. (ii) VJORA: Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, enquanto os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para investimentos específicos em instrumentos patrimoniais, que de outro modo seriam mensurados ao VJR, a Administração pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. A Companhia não possui ativos financeiros nesta categoria. (iii) VJR: Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA são classificados na categoria VJR, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado. A Administração também pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável um ativo financeiro como mensurado ao VJR se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos, e respectivos ganhos e perdas, em bases diferentes. A Companhia não possui ativos financeiros nesta categoria. Todos os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, que não são mensurados ao VJR possuem seu valor recuperável avaliado a cada data de balanço. Ativos financeiros são considerados sob a perspectiva de perda do valor recuperável quando houver evidência objetiva que, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento tenham sido afetados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia não reconheceu perdas no valor recuperável de ativos financeiros. Baixa de ativos e passivos financeiros: Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou a Companhia transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Nos casos em que não há transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados se não houver retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido. Ao baixar um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida será reconhecida no resultado. Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram. Compensação entre ativos e passivos financeiros: Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.21. Distribuição de dividendos: A política contábil de reconhecimento de dividendos está em conformidade com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - *Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos*, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. Conforme definido no acordo de acionistas, observados os preceitos legais, a Companhia deverá distribuir dividendos aos seus acionistas nos termos do Estatuto Social, que estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 12% (doze por cento) calculados sobre o lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação de reservas, salvo deliberação contrária pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme dispõe o Art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). As destinações para reservas, por conseguinte, são realizadas conforme propostas encaminhadas pela Diretoria e entendimentos mantidos com os membros do Conselho de Administração da Companhia. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício terá o destino que lhe for deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. O dividendo mínimo obrigatório é reconhecido como passivo ao encerramento de cada exercício. 3.22. Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa é preparada em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - *Demonstração dos Fluxos de Caixa*, por meio do método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, reconciliando-se o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. As alterações nos itens do balanço patrimonial que não resultaram em fluxos de caixa, tais como variações de valor justo das propriedades para investimento e demais itens não monetários, foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração. A Companhia e suas controladas classificam na demonstração dos fluxos de caixa os dividendos recebidos como atividade de investimento, por entender que os dividendos recebidos representam um retorno sobre os investimentos. Quando aplicável, os dividendos pagos aos sócios acionistas são classificados como atividades de financiamento. 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS: Na aplicação das principais políticas contábeis da Companhia (Nota 3), a Administração exerce julgamentos e desenvolve estimativas para os valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas associadas são baseadas na experiência histórica e demais fatores considerados relevantes e, portanto, os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração da Companhia. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente. A Administração concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes: 4.1. Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: O Grupo estima perdas no valor recuperável das contas a receber de clientes, quando existe evidência objetiva de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do recebível e tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados, os quais podem ser estimados de forma confiável. Tais evidências incluem insolvência, inadimplência ou uma probabilidade significativa de um devedor declarar falência (Nota 6). 4.2. Mensuração do valor justo das propriedades para investimento: A Companhia avalia suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Para fins do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo das propriedades para investimento. Os referidos avaliadores utilizaram o método de abordagem de receita (fluxo de caixa descontado). As principais premissas adotadas na determinação do valor justo das propriedades para investimento estão descritas na nota explicativa nº 10. Para fins do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração utilizou como base para mensuração do valor justo das propriedades para investimento o valor do laudo de avaliação elaborado pelos avaliadores independentes no exercício de 2023, atualizando-o com base no processo de reorganização societária ocorrido nas controladas (Nota 1). 4.3. Provisões para perdas em processos judiciais e outras obrigações: As reclamações contra o Grupo, incluindo reclamações não declaradas ou avaliações, são reconhecidas como passivo e/ou divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a menos que a probabilidade de perda seja considerada remota. Créditos e provisões para outras obrigações são registrados quando a perda é provável e o montante puder ser estimado de forma confiável. As reclamações e demais obrigações similares poderão ser liquidadas quando ocorrerem um ou mais eventos futuros. Normalmente, a ocorrência de tais eventos não está sob o controle do Grupo e, portanto, a avaliação desses passivos está sujeita a diversos graus de incerteza jurídica e interpretação, e requer que a Administração faça uso de estimativas e exerça julgamentos significativos. Certas condições podem existir à data da emissão das demonstrações financeiras, podendo resultar em prejuízo para o Grupo, mas que somente será resolvido quando ocorrerem ou não ocorrerem tais eventos futuros. A Administração e seus assessores legais externos avaliam tais passivos contingentes, e tal avaliação envolve inerentemente um exercício de julgamento. Os assessores legais externos do Grupo avaliam as perdas decorrentes de processos judiciais pendentes contra o Grupo ou de reclamações não garantidas que possam resultar desses processos, avaliando os méritos percebidos de quaisquer processos judiciais ou reclamações não declaradas, bem como os méritos percebidos do montante de negociação neles procurados ou esperados. Se a avaliação de uma contingência indicar que é provável que um prejuízo material tenha sido incorrido e o montante do passivo puder ser estimado de forma confiável, então o passivo estimado é provisionado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Nota 11.2). Se a avaliação indicar que uma contingência de perda potencialmente material não é provável, mas é razoavelmente possível, então a natureza do passivo contingente é divulgada em nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Nota 11.3). 4.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos e a recuperar: A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais, quando aplicáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucros tributáveis futuros suficientes com base em projeções e previsões orçamentárias elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões orçamentárias incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, ao volume de serviços, outras taxas e fatores que podem diferir das estimativas atuais. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisto ao final de cada exercício e, se aplicável, reduzido na medida em que não seja provável lucros tributáveis suficientes para permitir a recuperação total ou parcial do ativo (Nota 7.3).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Caixa e depósitos bancários	2	3	3.107	3.226
Aplicações financeiras (*)	-	-	6.400	21.520
	2	3	9.507	24.746

(*) As aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com rentabilidade média pós-fixada de 100,29% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2024 (101,83% em 2023), tendo conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e podendo ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas dos rendimentos a serem auferidos.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	31/12/24	31/12/23
Locação de lojas, administração e arrendamento de estacionamento (i):		
A vencer	12.111	23.472
Vencidos	5.791	24.256
Subtotal	17.902	47.728
Provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber (ii)	(5.901)	(20.832)
Contas a receber de clientes, líquido	12.001	26.896
Circulante	11.832	25.807
Não circulante	169	1.089

(i) As contas a receber de clientes possuem prazo médio de vencimento de 30 dias, sendo os encargos (juros de mora e multas) cobrados de acordo com os contratos vigentes e negociação entre as partes. A celebração dos contratos de locação dos espaços comerciais e de uso comum do Shopping RioSul é necessariamente precedida da avaliação individual da idoneidade e da capacidade financeira do potencial locatário, mediante análise de documentos contábeis, fiscais, certidões, dentre outros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia e suas controladas não registraram contabilmente os encargos locatícios (juros de mora e multas) com base nos contratos vigentes, em decorrência da expectativa remota de realização destes valores (Nota 3.5). (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas reavaliaram o critério de mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber. Desta forma, os títulos de clientes vencidos acima de 360 (trezentos e sessenta) dias são registrados contabilmente como provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber, assim como títulos a vencer de clientes que eventualmente possuam títulos vencidos acima de 360 (trezentos e sessenta) dias. Os títulos a receber de clientes em recuperação judicial, vencidos ou a vencer, são provisionados em perdas de crédito esperadas em contas a receber. A movimentação do saldo da rubrica "Provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber" está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(20.832)	(31.415)
Reversão de provisão/(provisão) para perdas de crédito esperadas (i)	5.383	(754)
Reversão de atualização monetária	-	3.955
Baixa de títulos incobráveis	2.687	7.382
Cisão parcial (ii)	6.861	-
Saldos no fim do exercício	(5.901)	(20.832)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reavaliou o critério considerado para o provisionamento de perdas de crédito esperadas em contas a receber, conforme descrito anteriormente nesta nota explicativa, resultando na reversão de provisão no montante de R$4.863. O saldo residual de reversão de provisão, no montante de R$520, se refere a reversões por reavaliação na probabilidade de recuperabilidade dos créditos, totalizando R$5.383. (ii) Em 31 de dezembro de 2024, em decorrência da cisão parcial detalhada na nota explicativa nº 1 os montantes de provisão para perdas de crédito esperadas foram reduzidos em R$6.861. 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES: 7.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
PIS/COFINS	28	37	40	47
IRPJ/CSLL	56	584	61	586
Outros	-	-	-	23
Total	84	621	101	656

7.2. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	31/12/24	31/12/23
IRPJ/CSLL	2.539	4.726
PIS/COFINS	303	547
Outros	62	220
Total	2.904	5.493

Os impostos e contribuições a recolher representam obrigações registradas pelo regime de competência, e sua liquidação é efetuada de acordo com suas respectivas datas de vencimento. 7.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (Consolidado)

	31/12/24	31/12/23
IRPJ/ CSLL diferidos passivos (*)	123.436	272.335
PIS/ COFINS diferidos passivos	351	622
	123.787	272.957

(*) Referem-se, substancialmente, aos impostos diferidos calculados sobre a diferença temporária oriunda dos ajustes a valor justo das propriedades para investimento e o valor do custo de aquisição, com base na alíquota efetiva do regime de tributação do lucro presumido para a parcela relativa às edificações e com base na alíquota efetiva de 34% para a parcela relativa aos terrenos. 7.4. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado: As despesas e os benefícios com o imposto de renda e a contribuição social nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, encontram-se apresentados na reconciliação do imposto entre a alíquota oficial e a alíquota efetiva, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Resultado antes dos impostos	104.727	241.889
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9)	(110.781)	(212.055)
Outras diferenças permanentes	-	215
Base de cálculo de IRPJ/CSLL	(6.054)	30.049
Alíquota nominal combinada de IRPJ/ CSLL	34%	34%
IRPJ/ CSLL à alíquota nominal combinada	2.058	(10.217)
Créditos tributários não constituídos (*)	(2.058)	3.628
IRPJ/ CSLL reconhecidos no resultado	-	(6.589)

(*) Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foram registrados nas demonstrações financeiras em decorrência da baixa expectativa da Companhia em gerar lucros tributários futuros para a sua realização. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possuía os montantes de R$40.917 e de R$36.219, respectivamente, referentes à créditos tributários diferidos não constituídos. As controladas efetuam a apuração do imposto de renda e da contribuição social de acordo com a metodologia do lucro presumido pelo regime de caixa e competência e a controladora pela metodologia do lucro real, como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Receita operacional líquida	184.457	172.904
Base de cálculo - 32%	59.026	55.329
Receitas financeiras (Nota 16)	5.722	6.923
Base de cálculo do lucro presumido	64.748	62.252
Alíquota nominal combinada de IRPJ/ CSLL	34%	34%
IRPJ/ CSLL à alíquota nominal combinada	(22.014)	(21.166)
IRPJ/ CSLL sobre resultado de ajuste a valor justo de propriedades para investimento (lucro presumido)	5.276	(12.207)
IRPJ/ CSLL apurado controladora (lucro real)	-	(6.589)
Outros ajustes (*)	(1.037)	230
IRPJ/CSLL reconhecidos no resultado	(17.775)	(39.732)
Corrente	(21.770)	(26.691)
Diferido	3.995	(13.041)

(*) Referem-se às diferenças temporárias na apuração do IRPJ e da CSLL das controladas ALS, RSSC e CBC em função da metodologia do lucro presumido pelo regime caixa. 8. EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A TERCEIROS (CONSOLIDADO): Refere-se a contratos de mútuo firmados com clientes, objetivando viabilizar substancialmente a instalação e adequação das unidades locatícias mediante execução de obras e reformas. Os montantes pactuados são liberados aos clientes com base nas condições e avanço físico das obras e reformas firmadas nos respectivos contratos. Os valores dos empréstimos concedidos são pagos pelos clientes em parcelas mensais, iguais e sucessivas, nas datas previstas em contrato, com atualização de 1% (um por cento) ao mês. O IOF incidente sobre as parcelas liberadas é apurado e reconhecido no resultado do exercício.

	31/12/24	31/12/23
Loja A-41	807	1.800
Loja B-46	83	360
Total	890	2.160
Circulante	890	1.290
Não circulante	-	870

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS: As controladas ALS, RSSC e CBC possuem como atividade principal a locação de espaços comerciais no empreendimento Shopping RioSul, localizado na cidade do Rio de Janeiro. A controlada DIX possui como atividade principal gerenciamento e administração de bens de terceiros.

	Controladora 2024						
	Quantidade de ações/ cotas	% de participação no capital total	Capital social	Patrimônio líquido (acrescido do resultado do exercício)	Lucro líquido do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
ALS	12.625.583	100,00%	160.184	306.137	23.101	306.137	23.101
RSSC	12.254.242	100,00%	161.973	290.998	38.098	290.998	38.098
CBC	13.413.482	100,00%	161.375	287.485	48.853	287.485	48.853
DIX	432.969	99,86%	433	646	729	644	729
						885.264	110.781

	Controladora 2023						
	Quantidade de ações/ cotas	% de participação no capital total	Capital social	Patrimônio líquido (acrescido do resultado do exercício)	Lucro líquido do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
ALS	27.446.923	100,00%	355.486	683.711	60.290	683.711	60.290
RSSC	26.639.661	100,00%	296.165	648.281	70.570	648.281	70.570
CBC	29.158.878	100,00%	289.898	640.713	79.682	640.713	79.682
DIX	432.969	99,86%	433	586	1.515	586	1.513
						1.973.291	212.055

A movimentação dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é como segue:

	ALS	RSSC	CBC	DIX	Total
Saldo em 31/12/2022	655.694	622.084	613.498	586	1.891.862
Resultado de equivalência patrimonial	60.290	70.570	79.682	1.513	212.055
Dividendos recebidos e propostos (i)	(32.273)	(44.374)	(52.466)	(1.513)	(130.626)
Saldo em 31/12/23	683.711	648.280	640.714	586	1.973.291
Resultado de equivalência patrimonial	23.101	38.098	48.853	728	110.781
Dividendos recebidos e propostos (i)	(38.042)	(48.409)	(57.718)	(670)	(144.840)
Cisão parcial (ii)	(362.633)	(346.972)	(344.363)	-	(1.053.968)
Saldo em 31/12/24	306.137	290.997	287.486	644	885.264

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2024 foram recebidos dividendos das controladas no montante de R$156.973 (R$122.458 em 2023), sendo R$25.265 relativos à parte dos dividendos propostos em 2023 e R$131.708 (R$105.360 em 2023) relativos à dividendos recebidos mediante reversão de reserva de investimento e capital de giro das controladas. (ii) Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, os investimentos nas controladas ALS, RSSC e CBC foram parcialmente cindidos em função da reorganização societária descrita na referida nota. O acervo líquido cindido dos investimentos se baseou em laudo de avaliação elaborado por empresa de avaliação independente, com base no balanço patrimonial das controladas levantado em 30 de novembro de 2024, ajustado para a data base 31 de dezembro de 2024, como segue:

Combrascan
Shopping Centers

CNPJ 28.189.439/0001-23

Companhia	Saldo em 31/12/24	Acervo a ser cindido para BBIG	DP	CSC	Total	Saldo após cisão
Total do ativo	2.238.024	409.796	400.262	398.474	1.208.532	1.029.492
Total do passivo	286.231	47.163	53.290	54.111	154.564	131.667
Patrimônio líquido	1.951.793	362.633	346.972	344.363	1.053.968	897.825
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.238.024	409.796	400.262	398.474	1.208.532	1.029.492
Acervo líquido	1.951.793	362.633	346.972	344.363	1.053.968	897.825

Os saldos dos investimentos em controladas refletem, principalmente, o valor justo das propriedades para investimento nas datas dos balanços. Consequentemente, refletem a melhor estimativa também de seu valor recuperável. 10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO (CONSOLIDADO): A movimentação dos saldos de propriedades para investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é como segue:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	2.221.100	2.121.400
Adições [i]	8.530	9.924
Ganho (perda) com ajuste a valor justo	(40.640)	88.845
Ajuste de linearização dos aluguéis	269	931
Cisão parcial [ii]	(1.182.200)	-
Saldo no final do exercício	1.007.059	2.221.100

(i) Gastos diretos (incluindo reparos e manutenções) provenientes das propriedades para investimento. (ii) Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de propriedade para investimento foram parcialmente cindidos em função da reorganização societária, conforme detalhado na nota explicativa nº 1. No exercício de 2023 o valor justo das propriedades para investimento foi determinado com base em laudo de avaliação econômico-financeira ("Laudo"), elaborado por empresa de avaliação independente, que utilizou o método de abordagem de receita (fluxo de caixa descontado). As principais premissas consideradas na elaboração do Laudo referem-se às receitas e despesas operacionais projetadas, taxas de crescimento e de desconto, dentre outras. O Laudo foi efetuado utilizando como base, exclusivamente, o método de abordagem de receita (fluxo de caixa descontado). Este método é determinado com base na performance real das propriedades por um período de 10 anos, considerando a perpetuidade a partir do décimo ano. Os reajustes de degrau previstos nos contratos de locação, no montante de R$3.149 foram considerados na mensuração do valor justo das propriedades para investimento. Para fins do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração utilizou como base para mensuração do valor justo das propriedades para investimento o valor indicado no Laudo elaborado por avaliadores independentes no exercício de 2023, atualizando-o com base no processo de reorganização societária, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

11. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS: 11.1 Ativos contingentes: A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados. 11.2 Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, o Grupo está exposto a reclamações de natureza trabalhista, fiscal, cível. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para o Grupo. Com base nesta avaliação, a Administração registrou provisão para cobrir as prováveis perdas referentes, substancialmente, a processos de natureza tributária e trabalhista.

	Controladora 31/12/24 Depósitos judiciais	Provisões	31/12/23 Depósitos judiciais	Provisões
Tributária	4.438	4.927	4.321	4.758
Trabalhista	-	-	18	-
Cível	4.597	-	5.198	-
Total	9.035	4.927	9.537	4.758
Circulante	1.807	-	2.565	-
Não circulante	7.228	4.927	6.972	4.758

	Consolidado 31/12/24 Depósitos judiciais	Provisões	31/12/23 Depósitos judiciais	Provisões
Tributária	4.438	4.927	4.320	4.758
Trabalhista	-	-	18	-
Cível	10.521	409	19.840	1.298
Total	14.959	5.336	24.178	6.056
Circulante	1.807	-	2.575	-
Não circulante	13.152	5.336	21.603	6.056

Contingências de natureza tributária: A Companhia e demais entidades (Combracenter Shopping Center S.A., Brascan Incorporações Imobiliárias S.A. e Brascan Imobiliária Hotelaria e Turismo S.A., doravante denominadas em conjunto as "Entidades"), impetraram os Mandados de Segurança nº 99.0005931-0 e nº 99.0019358-0, objetivando discutir, respectivamente, a exigibilidade da COFINS e do PIS nos termos da Lei nº 9718/98. Com a edição da Lei nº 11.941/09, art. 79, inciso XII, foi revogado o parágrafo I do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que determinava a incidência do PIS e da COFINS sobre a totalidade das receitas auferidas pela Companhia e pelas Entidades, e não apenas sobre os valores relativos ao seu faturamento decorrente da comercialização de bens e serviços. As Companhia e as Entidades, consubstanciadas na opinião de seus assessores legais externos, decidiram ajuizar as demandas em razão de existirem boas chances das contribuições incidentes sobre outras receitas, que não as decorrentes de venda e/ou locação de bens imóveis, não serem mais exigidas. No Mandado de Segurança nº 99.0005931-0, a Companhia e as Entidades efetuaram os depósitos judiciais com a COFINS em discussão durante o período de março/1999 a setembro/2003. Após longa discussão processual, foi proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF a decisão final que (i) reconheceu a inconstitucionalidade da incidência da COFINS sobre quaisquer outras receitas que não sejam decorrentes, exclusivamente, das vendas de mercadorias e serviços ("Receitas Financeiras"); e (ii) declarou constitucional a incidência da COFINS sobre a venda e locação de bens imóveis. Diante disso, com base nos extratos da conta judicial nº 0625.635.01002045-3 obtidos junto à instituição financeira custodiante (Caixa Econômica Federa - CEF), a Companhia requereu em juízo o levantamento das parcelas de COFINS sobre as Receitas Financeiras, que correspondem ao montante atualizado de R$2.795. Como o saldo remanescente, no montante de R$23.525, se referia às parcelas de COFINS incidentes sobre a venda e locação de bens imóveis, o referido montante foi convertido em renda para a União Federal e o processo arquivado. Por fim, no que diz respeito ao Mandado de Segurança nº 99.0019358-0, no qual se discute a incidência de PIS sobre as receitas de locação e venda de imóveis e quaisquer outras operações que não configurem vendas de mercadorias e serviços (Lei nº 9.718/98), o processo permanece suspenso aguardando o pronunciamento definitivo do STF nos autos do RE nº 599.658/SP (Tema nº 630): "Inclusão da receita decorrente da locação de bens imóveis na base de cálculo da Contribuição ao PIS, tanto para as empresas que tenham por atividade econômica preponderante esse tipo de operação, como para as empresas em que a locação é eventual e subsidiária ao objeto social principal." Em 31 de dezembro de 2024, encontra-se provisionado no passivo não circulante, o risco de perda considerado como provável no montante de R$4.927 (R$4.758 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia possui depósito judicial para o processo no montante de R$4.438 em 31 de dezembro de 2024 (R$4.321 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação da provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	33.019	35.442
Adições	10	45
Reversões	(29.152)	(30.312)
Atualizações monetárias	881	881
Saldo em 31/12/23	4.758	6.056
Adições	2.313	3.050
Reversões	(2.302)	(3.447)
Atualizações monetárias	158	158
Cisão parcial (Nota 1)	-	(481)
Saldo em 31/12/24	4.927	5.336

11.3 Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração, e por seus consultores legais externos, não estão provisionados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são compostos, substancialmente, por processos de natureza tributária, como segue:

	Controladora 31/12/24	31/12/23	Consolidado 31/12/24	31/12/23
Tributária [*]	23.936	58.836	23.936	58.836
Trabalhista	199	199	199	199
Cível	-	-	2.383	102
Total	24.135	59.035	26.518	59.137

(*) Lucro Inflacionário: Refere-se à execução fiscal do processo nº 0527416-14.2000.4.02.5101, ajuizada em 13 de julho de 2000 pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ("Exequente"), em face da Companhia ("Executada"), que tem por objeto a cobrança de créditos tributários de IRPJ, objeto do processo administrativo nº 100070.002942/94-98, consubstanciados na Certidão de Dívida Ativa - CDA nº 70 2 99 011380-09. 03. Com o objetivo de quitar os débitos exigidos, a Executada aderiu ao programa "REFIS IV", instituído pela Lei nº 11.941/2009 (regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB 6/2009), na modalidade de pagamento à vista. Contudo, após diversas dificuldades na formalização de sua adesão ao REFIS IV, a Executada impetrou o Mandado de Segurança nº 0007200- 69.2012.4.02.5101, que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia para reconhecer a quitação à vista do débito formalizado no âmbito do REFIS IV. Para dar cumprimento à decisão supracitada, a Companhia requereu a conversão em renda dos depósitos judiciais efetuados nas contas bancárias vinculadas ao referido processo, desde que limitando ao montante necessário para a quitação dos débitos com os benefícios do REFIS IV, qual seja, R$4.728 (data base novembro/2009), o que veio a ser deferido pelo Juízo. Ato seguinte, o Juízo proferiu o despacho determinando que a CEF procedesse (i) com a correção de todas as contas judiciais vinculadas à Execução Fiscal desde as datas dos respectivos depósitos, na forma da Lei nº 9.073/1998, ou seja, pela aplicação da Taxa Selic, até a data base novembro/2009; e (ii) com a conversão em renda do montante de R$4.728 na data base novembro/2009. Após a conversão, a Exequente foi intimada para realizar a imputação do pagamento. Entretanto, apesar de reconhecer a adesão ao REFIS IV, em 04 de outubro de 2024, a PGFN juntou petição, por meio da qual requereu, por questões procedimentais: (i) o desfazimento da conversão em renda do montante equivalente a R$4.562; e (ii) a posterior atualização dos valores depositados para fins de utilização para pagamento, por DARF, do saldo devedor de R$10.945 (data base outubro/2024). Em suma, de acordo com a PGFN, apenas os valores depositados até 26 de novembro de 2009 podem ser utilizados para fins de abatimento da inscrição da dívida ativa. Por esse motivo, do montante total convertido em renda (R$4.728), somente a parcela de R$166 teria sido efetivamente abatida do débito objeto da execução fiscal nº 0527416-14.2000.4.02.5101. Contudo, cabe destacar que, atualmente, existem 9 (nove) contas judiciais vinculadas à referida execução fiscal. A Companhia apresentou petição de oposição ao desfazimento das conversões em renda ora realizadas e, subsidiariamente, foi solicitado ao Juízo (i) a devolução dos valores convertidos em renda com a devida atualização monetária; e (ii) que a nova ordem de conversão considere o valor atualizado dos depósitos até a data base novembro/2009.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os detalhes dos saldos e transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora 31/12/24 Ativo	Passivo	31/12/23 Ativo	Passivo
DIX [i]	-	-	2	-
ALS [i]	2.772	-	7.235	-
RSSC [i]	4.572	-	8.468	-
CBC [i]	5.862	-	9.562	-
BRASC RS [iii] / [iv] / [v]	-	-	-	15.247
Combrashop [iii]	-	12.567	-	12.989
Total	13.206	12.567	25.267	28.236

	Consolidado 31/12/24 Ativo	Passivo	31/12/23 Ativo	Passivo
CSC [ii]	-	1.346	-	-
BBIG [ii]	-	2.694	-	-
DP [ii]	-	332	-	-
BRASC RS [iii] / [iv] / [v]	-	-	-	15.248
Combrashop [iii]	-	12.567	-	12.991
Total	-	16.939	-	28.239

(i) Referem-se aos dividendos propostos pelas controladas, a serem recebidos em exercícios subsequentes, e que, portanto, correspondem a transações não envolvendo caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa. (ii) Referem-se ao saldo de caixa cindido das controladas ALS, RSSC e CBC, a serem repassados em exercícios subsequentes na razão de 54%, sendo 4,10% para DP, 16,63% para CSC e 33,27% para BBIG. Os montantes correspondem a transações não envolvendo caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa. (iii) Referem-se aos dividendos propostos pela Companhia, a serem pagos em exercícios subsequentes, e que, portanto, correspondem a transações não envolvendo caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa. (iv) Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2024, foi pago aos acionistas o total de R$152.020 (R$140.431 no exercício de 2023) a título de dividendos, sendo R$28.236 relativos à dividendos propostos em 2023 e R$123.784 mediante reversão de reserva de investimento e capital de giro. (v) Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2024, foi aprovada a incorporação da acionista BRASC RS pela Parshop, em conformidade com a reorganização societária detalhada na nota explicativa nº 1. Remuneração do pessoal-chave da Administração: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, determinar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. A remuneração dos administradores é avaliada anualmente, considerando os seguintes principais fatores: desempenho individual no ano anterior, indicadores e movimentos do mercado e contribuição esperada do indivíduo para o crescimento da Companhia. A remuneração dos administradores [i], durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é como segue:

	Controladora e Consolidado 2024	2023
Benefícios de curto prazo [ii]	3.110	2.309

(i) Administradores consideram-se os diretores estatutários da Companhia. (ii) Os benefícios de curto prazo se referem, substancialmente, a remuneração fixa (pró-labore e gratificações) e participação nos lucros (pagáveis dentro de 12 meses a partir da data de encerramento do exercício). O Grupo não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração. 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 13.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito, totalmente integralizado, é de R$470.292 (R$894.993 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 3.484.424.554 (7.574.835.988 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, como segue:

Acionista	31 de dezembro de 2024 Quantidade de ações	% de participação	Capital social	2023 Quantidade de ações	% de participação	Capital social
Combrashop (*)	3.484.424.554	100,00%	470.292	3.484.424.554	46%	411.697
BRASC RS	-	0%	-	4.090.411.434	54%	483.296
Total	3.484.424.554	100,00%	470.292	7.574.835.988	100,00%	894.993

(*) O evento de cisão parcial da Companhia e a versão do acervo líquido cindido para a Parshop resultou na redução do capital social no montante de R$609.474, e cancelamento de 4.090.411.434 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade exclusiva da Parshop. Por sua vez, a Parshop deixou de ser acionista da Companhia e recebeu o acervo líquido cindido da Companhia, permanecendo a Combrashop como única acionista da Companhia, titular de 3.484.424.554 ações ordinárias de emissão da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os acionistas procederam ao aumento do capital social da Companhia no montante de R$184.773, sem que houvesse a emissão de novas ações, totalizando R$1.079.766. Em 31 de dezembro de 2024, em decorrência da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 1 o capital social foi reduzido, passando de R$1.079.766 para R$470.292, mediante cancelamento de 4.090.411.434 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os acionistas procederam ao aumento do capital social da Companhia no montante de R$29.615, sem que houvesse a emissão de novas ações. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R$865.378 em 31 de dezembro de 2022, para R$894.993 em 31 de dezembro de 2023. 13.2. Reservas de lucros: Reserva legal: De acordo com o Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício, antes de qualquer outra destinação, e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada na compensação de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia constituiu reserva legal nos montantes de R$5.236 e de R$11.765, respectivamente, correspondente a 5% do lucro líquido dos exercícios findos naquelas datas. Em decorrência da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 1, o montante de reserva legal foi reduzido em R$90.000. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo da reserva legal é de R$20.240 e de R$105.004, respectivamente. Reserva para investimentos e capital de giro: Refere-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento às necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos, ou seja, projetos futuros de investimento e expansão, conforme orçamento de capital e reforço do capital de giro da Companhia. Essa retenção deverá estar respaldada pelo respectivo orçamento de capital aprovado em assembleia geral de acionistas. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia constituiu reserva para investimentos e capital de giro nos montantes de R$86.924 e de R$195.299, respectivamente, por meio da destinação do lucro líquido do exercício após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. A referida constituição baseou-se em orçamento de capital elaborado pela Administração da Companhia, a ser submetido para aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Em decorrência da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 1, o montante de reserva de investimento e capital de giro foi reduzido em R$354.494. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo da reserva para investimentos e capital de giro é de R$398.635 e R$ R$974.762, respectivamente. 13.3. Distribuição de dividendos: Os dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram calculados como segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	104.727	235.300
Percentual dos dividendos mínimos obrigatórios (Nota nº 3.21)	12%	12%
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	12.567	28.236

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos, na proporção de suas ações, no montante de R$123.784 (R$124.625 em 2023), por meio da reversão de parte do saldo da reserva para investimentos e capital de giro. Esses dividendos foram integralmente pagos durante o exercício de 2024. Os dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício 2023, no montante de R$28.236, foram integralmente liquidados aos acionistas durante o exercício de 2024, totalizando, portanto, o repasse de dividendos no exercício de 2024 no montante de R$152.020. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos, na proporção de suas ações, no montante de R$124.625 (R$75.291 em 2022), por meio da reversão de parte do saldo da reserva para investimentos e capital de giro. Esses dividendos foram integralmente pagos durante o exercício de 2023. Os dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício 2022, no montante de R$15.806, foram integralmente liquidados aos acionistas durante o exercício de 2023, totalizando, portanto, o repasse de dividendos no exercício de 2023 no montante de R$140.431. Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$12.567, foram propostos pela Administração para liquidação no exercício subsequente. 13.4. Resultado por ação: O resultado básico por ação é calculado por meio da divisão do resultado do exercício pela quantidade média ponderada das ações ordinárias durante o exercício. Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - *Resultado por Ação*, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Controladora e Consolidado 2024	2023
Lucro líquido do exercício	104.727	235.300
Média ponderada de ações (lotes de mil ações)	7.563.629.381	7.574.835.988
Lucro líquido por ação (em reais – R$)	0,01	0,03

A Companhia não possui potenciais ações dilutivas e, portanto, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. 14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO): A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Receitas de locação/ "res sperata"	190.233	177.142
Receitas de prestação de serviços de administração	5.675	6.321
Subtotal	195.908	183.463
Receitas canceladas	(4.047)	(3.615)
Total da receita operacional bruta	191.861	179.848
Impostos e contribuições sobre a receita	(7.404)	(6.944)
Receita operacional líquida	184.457	172.904

15. CUSTOS, DESPESAS COMERCIAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As demonstrações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Pessoal e encargos	(5.048)	(5.540)	(8.366)	(7.807)
Condomínios e fundo de promoção	-	-	(2.842)	(5.734)
Auditoria e consultoria	(457)	(368)	(481)	(457)
Honorários advocatícios	(104)	(440)	(1.084)	(1.018)
Impostos, taxas e contribuições	(317)	(6)	(577)	(258)
Legais e judiciais	(11)	(1)	(477)	(288)
Tecnologia da informação	(7)	-	(1.033)	(1.081)
Taxa de administração	-	-	(379)	-
Intermediação de contratos	-	-	(150)	(2.720)
Negociações comerciais [*]	-	-	(134)	(1.551)
Projetos em desenvolvimento	-	-	(1.634)	(1.343)
Obrigações com entorno do Shopping RioSul	-	-	(1.736)	(1.991)
Outros	(397)	(500)	(2.272)	(2.611)
Total	(6.341)	(6.855)	(21.165)	(26.859)
Classificado como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	(7.629)	(14.320)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(6.341)	(6.855)	(13.536)	(12.539)

(*) Refere-se, basicamente, às negociações comerciais efetuadas pelas controladas ALS, RSSC e CBC com os lojistas do Shopping RioSul. 16. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras e impostos a recuperar	198	243	2.640	3.064
Variações monetárias ativas [i]	274	2.565	3.082	3.859
	472	2.808	5.722	6.923
Despesas financeiras:				
Variações monetárias passivas [ii]	(158)	(884)	(1.542)	(1.017)
Impostos e despesas bancárias	(272)	(2.389)	(325)	(2.452)
	(430)	(3.273)	(1.867)	(3.469)

(i) Referem-se às atualizações monetárias dos ativos, tais como contas a receber de clientes e depósitos judiciais. (ii) Referem-se às atualizações monetárias dos passivos contingentes. 17. OUTRAS RECEITAS DE RECUPERAÇÃO DE DESPESAS: Levantamento de depósitos judiciais e repetição de indébito tributário referente à Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública – TCLLP (Ação Ordinária nº 0039791 - 13. 1996.8.19.0001): A Companhia, em conjunto com outras empresas (Condomínio do Edifício Rio Sul Center - CERSC, Combracenter Shopping Centers S.A. e Gávea Hotelaria S.A.), ajuizou a Ação Ordinária nº 0039791-13.1996.8.19.0001 em face do Município da Cidade do Rio de Janeiro, mediante a qual objetivava (i) a anulação de débitos tributários relativos à TCLLP exigidos pela municipalidade em relação ao ano de 1996, os quais foram depositados administrativamente pela Companhia nos autos do processo nº 04/00/0011515/96-7; e (ii) a recuperação dos valores que haviam sido previamente recolhidos a tal título nos exercícios de 1994 e 1995. A referida demanda judicial transitou em julgado, com desfecho favorável à Companhia e às demais empresas, que instaurou o respectivo incidente de Cumprimento de Sentença, tendo a Companhia obtido, em fevereiro de 2022, o levantamento dos valores depositados judicialmente, correlatos ao exercício de 1996, que foram devolvidos à Companhia em fevereiro de 2023. Adicionalmente, a Companhia também requereu a devolução, através de precatórios, dos pagamentos indevidos realizados nos exercícios de 1994 e 1995, devidamente corrigidos e com juros na forma da lei. Durante os exercícios de 2024 e de 2023, o Município da Cidade do Rio de Janeiro realizou a devolução dos valores pagos indevidamente pela Companhia à título de TCLLP dos exercícios de 1994 e 1995, como segue:

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Recuperação depósito ação TCLLP	-	11.840	-	11.840
Recuperação indébito ação TCLLP	-	18.669	-	18.669
Atualizações depósitos e indébitos	-	1.218	-	1.218
Demais recuperações	274	12	777	12
	274	31.739	777	31.739

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 18.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de ativos financeiros, o Grupo busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada aos riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (riscos de variação de preços e de taxa de juros). Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão apresentados a seguir:

	Categoria	Controladora 31/12/24 Valor contábil	Valor justo	31/12/23 Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Custo amortizado	2	2	3	3
Dividendos a receber de partes relacionadas (Nota 12)	Custo amortizado	13.206	13.206	25.267	25.267
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	32	32	47	47
Dividendos a pagar a partes relacionadas (Nota 12)	Custo amortizado	12.567	12.567	28.236	28.236

	Categoria	Consolidado 31/12/24 Valor contábil	Valor justo	31/12/23 Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Custo amortizado	9.507	9.507	24.746	24.746
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Custo amortizado	12.001	12.001	26.896	26.896
Empréstimos concedidos a terceiros (Nota 8)	Custo amortizado	890	890	2.160	2.160
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	393	393	528	528
Dividendos a pagar a partes relacionadas (Nota 12)	Custo amortizado	16.939	16.939	28.239	28.239

A Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e derivativos "exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando dessa forma seu compromisso com sua política conservadora de gestão de caixa. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos. 19.2. Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, de crédito e de mercado, conforme descrito a seguir: Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a exposição da Companhia à insuficiência de recursos de alta liquidez para cumprir com suas obrigações financeiras, devido ao descasamento de prazos ou volume nos fluxos de caixa estimados da Companhia. O risco de liquidez é gerenciado por meio da manutenção de reservas adequadas, efetuando o contínuo monitoramento dos fluxos de caixa real e projetado e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir detalha a análise de liquidez da Companhia para seus passivos financeiros. A tabela foi elaborada com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados para os instrumentos financeiros. Quando o montante a pagar não é fixado, o montante divulgado foi determinado por meio da projeção de taxas juros conforme a curva de remuneração destas taxas ao final do exercício:

Ano	Fornecedores Controladora	Consolidado	Dividendos a pagar a partes relacionadas Controladora	Consolidado	Total Controladora	Consolidado
			31/12/24			
2024	32	393	12.567	16.939	12.599	17.332
Total	32	393	12.567	16.939	12.599	17.332
			31/12/23			
2023	47	528	28.236	28.239	28.283	28.767
Total	47	528	28.236	28.239	28.283	28.767

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente: o caixa e equivalentes de caixa (risco de crédito bancário) e as contas a receber de clientes e de partes relacionadas e os empréstimos concedidos a terceiros. Os montantes de exposição máxima desses instrumentos financeiros estão divulgados nas notas explicativas nº 5, 6, 12 e 8, respectivamente. No que se refere ao risco de crédito bancário, a prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa em instituições financeiras com níveis de classificação (*ratings*) de crédito considerados adequados pela Administração. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação ao risco de clientes (incluindo partes relacionadas), o Grupo, por meio de controles internos, monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. Risco de variação de preço: As receitas do Grupo são decorrentes, substancialmente, de aluguéis de lojistas do Shopping RioSul. Em geral, os contratos de aluguel são atualizados conforme a variação anual do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, o nível das receitas poderá vir a ser afetado. A Administração da Companhia monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios. Risco de taxa de juros: Refere-se ao risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros, que diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Conforme divulgado na nota explicativa nº 5, as aplicações financeiras do Grupo são representadas por CDBs, com remuneração fixa atrelada a um percentual da variação do CDI, pós-fixado, estando, portanto, atreladas ao risco de mercado correspondente. A análise de sensibilidade apresentada a seguir foi elaborada pela Administração com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos, indexados ao CDI, na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima do cenário provável.

Operação	Consolidado Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Taxa efetiva anual do CDI – 31/12/24 [i]	10,88%	10,88%	10,88%
Aplicações financeiras (Nota 5)	6.400	6.400	6.400
Taxa anual estimada do CDI [*]	15,00%	11,25%	7,50%
Efeito anual no resultado/patrimônio líquido:			
Aumento/(Redução)	264	24	(216)

(i) Taxa efetiva de 10,88% correspondente ao CDI acumulado em 2024. (ii) Juros calculados com base na projeção do CDI para o ano de 2024, representando a média da taxa SELIC para o referido exercício (Mediana - Agregado), com base nas expectativas de mercado divulgadas em 28 de abril de 2025, pelo Banco

Combrascan
Shopping Centers

CNPJ 28.189.439/0001-23

Central do Brasil - BACEN, por meio do Relatório de Mercado Focus datado de 25 de abril de 2025. 19.3. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: Em 31 de dezembro de 2024, a Administração do Grupo procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração baseou-se nas seguintes premissas: • Caixa e equivalentes de caixa: os saldos de caixa e equivalentes de caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. • Contas a receber de clientes e fornecedores (terceiros): por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. Adicionalmente, os montantes do contas a receber de clientes e fornecedores (terceiros) divulgados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não diferem, significativamente, dos seus respectivos valores justos devido ao fato do giro dessas contas ser de, aproximadamente, 30 a 40 dias. • Contas a receber e a pagar a partes relacionadas e empréstimos concedidos a terceiros: A Administração do Companhia entende que o valor justo se aproxima do saldo contábil considerando as condições comerciais acordadas entre as partes. 19. SEGUROS: O Grupo, com base na natureza de suas atividades e na avaliação de seus consultores de seguros, adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, objetivando a cobertura de eventuais sinistros. Desta forma, as coberturas de seguros são determinadas e contratadas anualmente com base em análises sistemáticas de riscos conjugadas com modernas técnicas securitárias, consideradas pela Administração como suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros envolvendo bens do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo mantinha cobertura de seguros nas modalidades responsabilidade civil geral e riscos operacionais para o Shopping RioSul, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade do seguro	Objeto do seguro	Vigência De	Vigência Até	Valor segurado
Responsabilidade civil geral	Operação de shopping center	09/01/2024	18/08/2025	20.000
Responsabilidade civil geral	Empregador	09/01/2024	18/08/2025	2.250
Responsabilidade civil geral	Guarda de veículos de terceiros	09/01/2024	18/08/2025	1.500
Responsabilidade civil geral	Obras civis, manutenção e assistência técnica	09/01/2024	18/08/2025	60.000
Riscos operacionais	Shopping RioSul/ Torre Rio Sul - danos materiais	18/02/2024	18/08/2025	1.558.650
Riscos operacionais	Shopping RioSul – lucros cessantes	18/02/2024	18/08/2025	269.691
Riscos operacionais	Torre Rio Sul - lucros cessantes (despesas fixas 12 meses)	18/02/2024	18/08/2025	16.284

20. EVENTOS SUBSEQUENTES: Distribuição de dividendos: Em 17 de abril de 2025, os acionistas da Companhia ratificaram a aprovação, em Assembleia Geral, de parte da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios propostos em 2024, no montante de R$12.567, da seguinte forma: • R$2.760, em 11 de março de 2025; • R$2.290, em 20 de março de 2025; • R$2.760, em 10 de abril de 2025. O saldo residual a pagar, no montante de R$4.757, será pago durante o exercício de 2025. Em 17 de abril de 2025, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral, a distribuição de dividendos adicionais mediante reversão da reserva de investimento e capital de giro, da seguinte forma: • R$4.600, em 10 de janeiro de 2025; • R$5.474, em 17 de janeiro de 2025; • R$2.760, em 10 de fevereiro de 2025; • R$2.530, em 20 de fevereiro de 2025. 21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 28 de abril de 2025.

Diretoria:
Gustavo Carvalho Pierotti ; Nelsi Paulo Frizzo;
Fabio de Oliveira Nametz; Diogo Hamada.
Contadora:
Elaine dos Santos Borges de Almeida
CRC-RJ 092112/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Combrascan Shopping Centers S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Combrascan Shopping Centers S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Combrascan Shopping Centers S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Reorganização societária:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial do patrimônio líquido e a incorporação do acervo líquido cindido, no montante total de R$1.054.537 mil, pela Parshop Participações Ltda., controlada da Cia. Brasileira de Shopping Centers S.A. – Combrashop, acionista controladora da Companhia. O acervo líquido cindido da Companhia foi apurado por empresa de avaliação independente, com base no balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2024, nos termos do artigo nº 229 da Lei de Sociedade por Ações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2025.

Deloitte. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Charles Mace de Aguiar Contador CRC nº 1 RJ 109819/O-1

WINDSOR ADMINISTRAÇÃO DE HOTÉIS E SERVIÇOS S/A
CNPJ: 10.348.318/0001-11 - NIRE: 3320820310-6

Balanço Patrimonial	2024	2023
Ativo	1.023.478.074,45	824.836.833,84
Ativo Circulante	918.843.480,94	734.024.994,71
Disponibilidades	18.386.770,54	13.455.496,49
Direitos Realizaveis	488.101.294,42	454.728.795,05
Estoques	12.936.982,63	12.226.710,52
Mutuos - PF/Outras Empresas - Circulante	399.483.743,63	250.342.427,46
Valores A Classificar	-65.310,28	2.572.081,14
Contas Correntes - Matriz / Filiais - Transit.	0,00	699.484,05
Ativo Nao Circulante	27.724.224,22	29.449.525,50
Depositos E Outros Creditos	27.724.224,22	29.449.525,50
Investimentos	76.910.369,29	61.362.313,63
Imobilizado	76.910.369,29	61.292.313,63
Intangivel	0,00	70.000,00
	2024	2023
Passivo	1.023.478.074,45	824.836.833,84
Passivo Circulante	729.357.538,93	589.097.747,34
Contas A Pagar	230.126.369,42	129.375.010,72
Obrigacoes Sociais e Trabalhistas	30.224.816,27	27.461.348,37
Impostos e Contrib. A Recolher	6.784.440,42	5.466.427,22
Emprestimos e Financiamentos - Circulante	462.203.294,59	423.763.760,91
Debitos Fiscais e Prev. Parcelados	18.618,23	3.031.200,12
Passivo Nao Circulante	67.360.152,05	71.307.598,20
Emprestimos e Financiamentos - Não Circul.	51.733.642,05	59.954.516,52
Debitos Fiscais e Prev. Parcelados	0,00	4.017.640,21
Debitos Operac. Parcelados	4.261.337,28	143.794,64
Outras Exigibilades e Provisoes	11.365.172,72	7.191.646,83
Patrimonio Liquido	226.760.383,47	164.431.488,30
Capital Social	1.742.000,00	1.742.000,00
Reservas de Capital	145.018.916,68	82.224.425,72
Reservas de Lucros	92.463.188,72	89.534.997,52
Lucros / Prejuizos Acumulados	(12.463.721,93)	(9.069.934,94)

Demonstração do Resultado do Exercício	2024	2023
Receitas de Vendas de Produtos e Servicos	692.880.963,22	633.896.013,78
(=) Receitas de Servicos	590.555.441,05	538.548.256,26
(+) Receita Bruta de Servicos	622.045.886,04	567.082.197,98
Servicos - Hospedagens	589.060.143,56	541.802.380,59
Servicos - Outros	32.985.742,48	25.279.817,39
(-) Deducoes Receita Bruta Servicos	(31.490.444,99)	(28.533.941,72)
Vendas Canceladas / Devolucoes	(737.720,21)	(758.709,62)
ISS	(30.404.373,24)	(27.627.470,88)
Pis s/ Vendas Servicos	(62.138,38)	(26.175,80)
Cofins s/ Vendas Servicos	(286.213,16)	(121.585,42)
(=) Receitas Vendas de Mercadorias	102.325.522,17	95.347.757,52
(+) Receita Bruta Venda Mercadorias	104.776.773,02	97.841.709,88
Mercadorias - A&B	104.776.773,02	97.841.709,88
(-) Deducoes Receita Bruta Venda Mercadorias A&B	(2.451.250,85)	(2.493.952,36)
ICMS	(2.451.250,85)	(2.492.005,96)
Pis s/ Venda Mercadorias - A&B	0,00	(347,19)
Cofins s/ Venda Mercadorias - A&B	0,00	(1.599,21)
Custos de Servicos e Mercadorias	(86.173.734,38)	(80.175.434,15)
(=) Custos Servicos	(28.747.103,69)	(27.418.418,38)
(-) Custos Servicos - Hospedagens	(20.190.861,97)	(19.831.313,43)
(-) Custos Servicos - Garagem	(734.298,43)	(667.199,71)
(-) Custos Servicos - Lavanderia	(72.269,22)	(122.807,50)
(-) Custos Servicos - Telefonia / Internet	(1.217.495,81)	(1.192.249,59)
(-) Custos Servicos - Outros	(6.532.178,26)	(5.604.848,15)
(=) Custo de Mercadorias - A&B	(57.426.630,69)	(52.757.015,77)
(-) Custos Mercadorias - A&B	(57.426.630,69)	(52.757.015,77)
Resultado Bruto das Operacoes	606.707.228,84	553.720.579,63
Receitas e Despesas Operacionais	(426.578.978,22)	(391.418.885,68)
(=) Despesas Vendas	(33.557.793,94)	(33.392.422,91)
(-) Despesas Comissoes	(32.990.924,79)	(33.002.812,30)
(-) Desp. Propaganda e Publicidade	(127.514,47)	(141.224,30)
(-) Desp. Promocoes e Eventos	(28.026,46)	(13.673,26)
(-) Outras Despesas	(411.328,22)	(234.713,05)
(=) Despesas Gerais e Administrativas	(396.800.199,08)	(359.649.187,51)
(-) Desp. Gerais e Administrativas	(33.107.047,16)	(24.054.843,89)
(-) Despesas Manutencao	(21.499.943,20)	(18.069.834,44)
(-) Despesas Bancarias	(294.890,05)	(5.356.627,39)
(-) Despesas Pessoal	(175.846.760,36)	(155.681.196,77)
(-) Despesas Tributarias	(2.247.175,74)	(1.763.039,06)
(-) Depreciacao e Amortizacao	(18.898.924,85)	(19.024.682,51)
(-) Despesas com Imovel	(79.630.875,58)	(74.702.460,04)
(-) Despesas Indedutiveis	(1.811.438,66)	(135.060,72)
(-) Despesas Serviços Publicos/Utilidades	(63.463.143,48)	(60.861.442,69)
(=) Outras Receitas	3.779.014,80	1.622.724,74
(+) Locacao de Imoveis	37.900,00	47.850,00
(+) Outras Receitas	3.741.114,80	1.574.874,74
Resultado Antes Result. Financ. e dos Tributos s/ Renda	180.128.250,62	162.301.693,95
(=) Resultado Financeiro	(8.220.453,87)	(11.119.856,02)
(+) Receitas Financeiras	1.290.192,72	587.305,17
(-) Despesas Financeiras	(9.510.646,59)	(11.707.161,19)
Resultado Antes dos Tributos s/ Renda	171.907.796,75	151.181.837,93
Resultado Liquido do Periodo	171.907.796,75	151.181.837,93

Jose Oreiro Campos - Administrador - CPF: 039.264.xxx-xx
Rafael de Castro Mello - Contador - CRC RJ 111.520/O-3 - CPF: 089.124.xxx-xx

WINDSOR BARRA HOTEL S/A
CNPJ: 05.298.154/0001-25 - NIRE: 33300322680

Balanço Patrimonial	2024	2023
Ativo	642.838.803,46	704.650.402,35
Ativo Circulante	57.722.191,09	82.699.153,01
Disponibilidades	2.622.290,70	2.860.002,92
Direitos Realizaveis	24.723.396,69	20.705.444,72
Estoques	6.866.906,37	6.912.994,03
Mutuos - PF / Outras Empresas - Circulante	23.393.882,03	50.741.560,85
Valores a Classificar	115.715,30	1.479.150,49
Ativo Nao Circulante	13.153.818,59	11.859.400,08
Depositos e Outros Creditos	13.153.818,59	11.859.400,08
Investimentos	571.962.793,78	610.091.849,26
Investimentos	1.500.417,72	1.483.120,05
Imobilizado	570.462.376,06	608.608.729,21
	2024	2023
Passivo	642.838.803,46	704.650.402,35
Passivo circulante	114.836.115,81	101.957.791,93
Contas a pagar	37.292.036,24	36.185.452,75
Obrigacoes sociais e trabalhistas	11.934.912,26	8.076.775,79
Impostos e contrib. A recolher	1.376.504,25	1.459.641,54
Emprestimos e financiamentos - circulante	61.387.887,16	54.351.577,09
Debitos fiscais e prev. Parcelados	1.769.945,08	1.884.344,76
Debitos operac. Parcelados	1.074.830,82	0,00
Passivo nao circulante	168.131.119,05	226.970.009,77
Emprestimos e financiamentos - não circul.	163.470.950,75	219.951.053,88
Debitos fiscais e prev. Parcelados	4.660.168,30	7.018.955,89
Patrimonio liquido	359.871.568,60	375.722.600,65
Capital social	407.372.272,00	407.372.272,00
Reservas de capital	13.768.529,47	7.666.551,65
Reservas de lucros	21.917.923,00	21.917.923,00
Lucros / prejuizos acumulados	(83.187.155,87)	(61.234.146,00)

Demonstrativo do Resultado do Exercício	2024	2023
Receitas de Vendas de Produtos e Servicos	253.770.702,40	252.694.610,16
(=) Receitas de Servicos	201.392.557,52	202.499.885,13
(+) Receita Bruta de Servicos	212.517.286,50	213.699.922,96
Servicos - Hospedagens	179.037.060,13	180.271.679,09
Servicos - Outros	33.480.226,37	33.428.243,87
(-) Deducoes Receita Bruta Servicos	(11.124.728,98)	(11.200.037,83)
Vendas Canceladas / Devolucoes	(296.910,47)	(488.122,94)
ISS	(10.675.484,52)	(10.684.804,64)
Pis s/ Vendas Servicos	(27.173,10)	(4.835,89)
Cofins s/ Vendas Servicos	(125.160,89)	(22.274,36)
(=) Receitas Vendas de Mercadorias	52.378.144,88	50.194.725,03
(+) Receita Bruta Venda Mercadorias	53.994.915,57	51.600.059,00
Mercadorias - A&B	53.994.915,57	51.600.059,00
(-) Deducoes Receita Bruta Venda Mercadorias A&B	(1.616.770,69)	(1.405.333,97)
ICMS	(1.616.770,69)	(1.405.154,80)
Pis s/ Venda Mercadorias - A&B	0,00	(31,96)
Cofins s/ Venda Mercadorias - A&B	0,00	(147,21)
Custos de Servicos e Mercadorias	(50.495.132,44)	(50.164.710,94)
(=) Custos Servicos	(17.537.643,02)	(17.962.445,16)
(-) Custos Servicos - Hospedagens	(11.726.285,97)	(12.626.603,61)
(-) Custos Servicos - Garagem	(1.099.041,04)	(1.147.524,35)
(-) Custos Servicos - Lavanderia	(9.774,80)	(11.046,70)
(-) Custos Servicos - Telefonia / Internet	(637.167,11)	(612.854,14)
(-) Custos Servicos - Outros	(4.065.374,10)	(3.564.416,36)
(=) Custo de Mercadorias - A&B	(32.957.489,42)	(32.202.265,78)
(-) Custos Mercadorias - A&B	(32.957.489,42)	(32.202.265,78)
Resultado Bruto das Operacoes	203.275.569,96	202.529.899,22
Receitas e Despesas Operacionais	(187.458.368,01)	(161.670.153,29)
(=) Despesas Vendas	(13.167.708,50)	(13.542.033,44)
(-) Despesas Comissoes	(11.991.164,85)	(12.831.280,03)
(-) Desp. Propaganda e Publicidade	(987.609,21)	(446.378,10)
(-) Desp. Promocoes e Eventos	(8.137,76)	(97.284,00)
(-) Outras Despesas	(180.796,68)	(167.091,31)
(=) Despesas Gerais e Administrativas	(176.336.302,04)	(148.733.707,86)
(-) Desp. Gerais e Administrativas	(15.100.316,65)	(8.007.446,87)
(-) Despesas Manutencao	(11.272.701,42)	(10.180.446,17)
(-) Despesas Bancarias	(101.928,32)	(5.441.851,46)
(-) Despesas Pessoal	(77.437.964,99)	(63.695.336,00)
(-) Despesas Tributarias	(1.057.176,25)	(1.139.931,81)
(-) Depreciacao e Amortizacao	(36.618.449,24)	(26.392.117,10)
(-) Despesas com Imovel	(7.031.410,75)	(7.996.890,47)
(-) Despesas Indedutiveis	0,00	(699.082,90)
(-) Despesas Serviços Publicos/Utilidades	(27.716.354,42)	(25.180.605,08)
(=) Outras Receitas	2.045.642,53	605.588,01
(+) Receitas de Participacoes	398.788,77	310.567,06
(+) Outras Receitas	1.646.853,76	295.020,95
Resultado Antes Result. Financ. e dos Tributos s/ Renda	15.817.201,95	40.859.745,93
(=) Resultado Financeiro	(32.821.374,19)	(40.462.020,81)
(+) Receitas Financeiras	324.309,25	108.868,64
(-) Despesas Financeiras	(33.145.683,44)	(40.570.889,45)
Resultado Antes dos Tributos s/ Renda	(17.004.172,24)	397.725,12
Resultado Liquido do Periodo	(17.004.172,24)	397.725,12

Jose Oreiro Campos - Administrador - CPF: 039.264.xxx-xx
Rafael de Castro Mello - Contador - CRC RJ 111.520/O-3 - CPF: 089.124.xxx-xx

Manhã **Tarde** **Noite** 27º 20º 55% 06:13 17:30

OUTONO: Sol, com pancadas de chuva de manhã. À noite, tempo firme.

Rio de Janeiro

LADY GAGA

Estado emprega tecnologia e reforça patrulhamento ostensivo para show

O Governo do Estado do Rio ampliou os recursos tecnológicos de monitoramento no planejamento especial de segurança para a apresentação da cantora Lady Gaga, no próximo, na Praia de Copacabana. Além disso, um dos destaques da noite será a utilização de uma tropa da Polícia Militar, especializada em patrulhamento de multidão, para atuar antes, durante e depois do show. Sem armas letais e protegidos por equipamentos de segurança pessoal, esses policiais percorrem os locais de aglomeração em fila e estão capacitados para intervir em qualquer ocorrência que possa ameaçar a tranquilidade do público.

Com base na expertise de megaeventos anteriores, o planejamento da Secretaria de Estado de Polícia Militar prevê a mobilização de 3.300 policiais militares, 70 viaturas, 78 torres de observação e intensificação do policiamento na faixa de areia e no calçadão da Avenida Atlântica. Haverá ainda 18 pontos de revistas com detectores de metais e instalação de câmeras de reconhecimento facial.

"Os investimentos feitos pelo Governo do Estado em tecnologia, treinamento e outros recursos materiais, aliados ao planejamento e à inteligência das nossas forças policiais, são a garantia de que teremos mais um megaevento realizado num clima de paz e muita segurança - destaca o governador Cláudio Castro.

O secretário de Polícia Militar, coronel Marcelo de Menezes, lembra que os policiais militares já estão mobilizados desde o início da semana, reforçando a segurança na área da Zona Sul. E na madrugada de ontem, equipes do Batalhão Tático de Motociclistas (BTM) realizaram a escolta da popstar Lady Gaga do Aeroporto Internacional Tom Jobim ao hotel onde está hospedada, em Copacabana.

"Nossa corporação está cada vez mais preparada para atender demandas de segurança pública para grandes espetáculos como este. São eventos que contribuem muito para alavancar o turismo e a economia e a segurança pública é fator primordial", afirma o secretário.

COPACABANA

Hotéis são flagrados com alimentos vencidos

Em uma ação conjunta da Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor (SEDCON) e do PROCON-RJ, fiscais encontraram alimentos fora do prazo de validade e sem informações de procedência em hotéis de Copacabana. A operação, realizada às vésperas do show da cantora Lady Gaga na região, resultou na autuação de quatro estabelecimentos.

Os agentes identificaram produtos vencidos e sem informações sobre data de manipulação, validade ou origem – todos foram descartados durante a fiscalização. Os estabelecimentos terão 15 dias para apresentar defesa.

O secretário estadual de Defesa do Consumidor, Gutemberg Fonseca, criticou a negligência.

"Encontrar alimentos vencidos em hotéis de alto padrão, em plena preparação para um evento histórico, é inaceitável. O consumidor merece respeito e segurança, e nós estaremos atentos para garantir isso", afirmou Gutemberg. A fiscalização na região começou na semana passada e já autuou 18 estabelecimentos – incluindo bares, restaurantes, lanchonetes e quiosques – por irregularidades como cobrança de consumação mínima - que configura prática abusiva proibida pelo CDC -, produtos sem especificação quanto à procedência, data de manipulação e validade.

OUTONO: Sol com muitas nuvens durante o dia. Noite com muitas nuvens. Manhã Tarde Noite 24º 15º 5% 06:30 17:40

DEMOLIÇÃO

Moraes rejeita ação do PSOL contra muro na Cracolândia em SP

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou uma ação em que o PSOL pedia a demolição de um muro construído pela prefeitura de São Paulo na região conhecida como Cracolândia, no centro da capital paulista.

Para o partido, o muro de 40 metros de comprimento e 2,5 metros de altura viola direitos fundamentais. A ação foi aberta após uma entidade que realiza trabalhos sociais na Cracolândia denunciar o que disse ser um "campo de concentração" no local isolado, que fica próximo à Estação da Luz, no centro de São Paulo.

Segundo o movimento Craco Resiste, usuários de drogas nos arredores do local estavam sendo coagidos por policiais civis e militares a ficaram permanentemente na área reservada pelo muro, inclusive com o uso de choques elétricos.

Moraes, contudo, disse não haver provas das alegações. O ministro também concordou com as justificativas apresentadas pela prefeitura e afirmou não ter constatado nenhum obstáculo para que a população vulnerável no local tenha acesso a serviços públicos.

"Ao contrário, mostram-se idôneas as justificativas apresentadas pela prefeitura de São Paulo, no sentido de que a medida visou garantir mais segurança à população em situação de rua e aos demais cidadãos que trafegam na região, exprimindo típica medida de segurança pública", escreveu o ministro.

Em janeiro, a prefeitura paulista enviou manifestação ao Supremo, relatando que o muro foi construído em maio do ano passado para substituir tapumes de metal que ofereciam risco aos transeuntes porque eram "quebrados com frequência em partes pontiagudas".

Na ocasião, a prefeitura informou que "o muro está instalado somente na lateral da área municipal localizada na Rua General Couto de Magalhães. A outra lateral do terreno, voltada para a Rua dos Protestantes, onde antes havia tapumes, foi aberta, permitindo o acesso e a ocupação da área municipal pelas pessoas. O terreno, inclusive, recebeu um novo piso".

GUERRA COMERCIAL

Vieira ressalta consenso do Brics contra protecionismo

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A reunião dos ministros das Relações Exteriores do Brics terminou ontem sem uma declaração conjunta do grupo. Mas, segundo o chanceler brasileiro Mauro Vieira, houve consenso dos 11 países membros e dos demais convidados em se opor à guerra tarifária global.

"Eu gostaria de destacar o firme rechaço de todos à ressurgência do protecionismo comercial e ao uso de medidas não tarifárias sob pretextos ambientais. A reforma da OMC (Organização Mundial do Comércio) e a plena retomada de seu órgão de solução de controvérsias são essenciais na visão de todos", disse Vieira.

Questionado se a disputa tarifária entre a China e os Estados Unidos poderia beneficiar o Brasil, o chanceler preferiu destacar o posicionamento do país de respeito às normas globais.

"Brasil e China têm uma relação muito importante. Temos 200 anos de relações com outros países, como a Argentina. O Brasil é um ator global. Procuramos sempre que haja relações baseadas no direito internacional e respeito às regras. E é isso que vamos continuar fazendo. Sempre prontos a conversar com todos", afirmou.

O documento final do encontro no Rio de Janeiro foi assinado apenas pela presidência brasileira do Brics, como forma de dar mais peso à Cúpula de Líderes, que vai ocorrer em julho, disse o ministro Mauro Vieira. Ele reforçou que houve "compromissos e acordos" com os demais ministros.

"Decidimos fazer uma declaração da presidência, como ocorre regularmente em muitas reuniões, justamente para deixar um caminho aberto para negociarmos com muito cuidado e com muita precisão uma declaração que acontecerá no mês de julho, na ocasião da reunião dos chefes de estado, explicou Mauro Vieira.

PAUTAS PRIORITÁRIAS

O chanceler brasileiro destacou que o encontro no Rio de Janeiro foi marcado por forte engajamento político e a busca de uma agenda de soluções para o Brics e o Sul Global, especialmente no ano em que o Brasil sedia a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30).

A Indonésia participou pela primeira vez de uma reunião do grupo como membro efetivo, o que foi saudado como sinal da busca do grupo por maior diversidade, representatividade e justiça global.

Vieira discorreu sobre as diferentes manifestações em defesa do fortalecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente do Conselho de Segurança. O grupo pede mais participação da Ásia, África e América Latina em todos os sistemas multilaterais, o que inclui também a OMC, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

O chanceler alertou que sem uma arquitetura nova de cooperação global, desafios importantes não poderão ser enfrentados. Ele destacou as áreas da saúde, crise climática e governança da inteligência artificial.

Segundo Mauro Vieira, são áreas em que o Brics pode ser protagonista e coordenar atitudes concretas.

PORTO DE SANTOS

PF prende 23 e procura 12 por tráfico em veleiros

FAUSTO MACEDO
E RAYSSA MOTTA/AE

A Polícia Federal deflagrou ontem, a Operação Narco Vela para reprimir tráfico internacional de drogas com o uso de veleiros e barcos que seguiam do Porto de Santos, litoral paulista, com destino à Europa e África. A investigação conta com ações do DEA (Drug Enforcement Agency), Marinha dos EUA, Guarda Civil Espanhola e Marinha Francesa.

A investigação teve início a partir de uma comunicação do DEA sobre a apreensão de 3 toneladas de cocaína em fevereiro de 2023, no interior do veleiro 'Lobo IV', em alto mar próximo ao continente africano, com abordagem da Marinha Americana. Na ocasião, foi preso Flávio Pontes Pereira.

Com base em informações enviadas pelo Drug Enforcement Agency (DEA), núcleo anti-drogas dos EUA, a Polícia Federal identificou a participação de Leandro Ricardo Cordasso, ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC), que 'mantinha relação de afinidade com Rodrigo Felício, o 'Tico', e Levy Adriani Felício, o 'Mais Velho', ambos integrantes da facção.

O tráfico fazia uso de satélites e embarcações com autonomia para travessias oceânicas, inclusive veleiros. Mais de 300 policiais federais e 50 policiais militares do estado de São Paulo dão cumprimento a quatro mandados de prisão preventiva, 31 de prisão temporária e 62 de busca e apreensão, em endereços de São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Pará e Santa Catarina. Até agora, 23 investigados foram presos.

Além das prisões e buscas, a Justiça Federal também determinou o bloqueio e apreensão de bens até o valor de R$ 1,32 bilhão.

Outros carregamentos também foram interceptados em águas internacionais pela Guarda Civil Espanhola e Marinha Francesa.

TRANSFERÊNCIA FORÇADA

Juristas acusam Trump e Bukele de crimes por prisão de venezuelanos

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A Associação Americana de Juristas (AAJ) acusou os governos dos presidentes Donald Trump, nos Estados Unidos (EUA), e Nayib Bukele, em El Salvador, de crimes contra humanidade pela detenção e transferência forçada de 252 imigrantes venezuelanos para megaprisão de supostos "terroristas" de El Salvador.

"Cidadãos venezuelanos foram detidos e expulsos de forma arbitrária, forçada e humilhante, em violação ao direito à revisão judicial nos EUA, à lei constitucional dos EUA e aos pactos e convenções de direito público internacional e direitos humanos", diz a declaração publicada pela AAJ.

A organização não governamental (ONG) AAJ foi fundada em 1975, reúne juristas de todos os países das Américas, com sede no Panamá, e atua com denúncias de violações de direitos humanos nos órgãos das Nações Unidas (ONU).

Segundo a Associação, Trump e Bukele seriam corresponsáveis por crimes de lesa humanidade previstos no artigo 7º do Estatuto de Roma, entre eles: deportação ou transferência forçada de uma população; prisão em violação das normas fundamentais do direito internacional; desaparecimento forçado de pessoas; e perseguição de grupo ou coletividade por motivos políticos.

"As violações do devido processo legal, as transferências forçadas e a falta de comunicação com advogados são agravadas pela ocultação prévia de sua identidade e pela falta de informações sobre suas condições médicas", afirma a organização.

A AAJ diz ainda que o governo Trump violou as emendas quinta e sexta da Constituição estadunidense. Esses dispositivos afirmam que nenhuma pessoa será obrigada a responder a um delito se não em virtude de uma acusação por um jurado, e que os acusados devem ter direito a um julgamento imparcial.

ENTENDA

No início de março, cerca de 250 imigrantes venezuelanos foram transferidos à força para prisão de segurança máxima de El Salvador acusados de integrarem uma organização criminosa da Venezuela chamada Tren de Aragua.

Trump evocou uma Lei de Inimigos Estrangeiros de 1798, usada apenas em tempos de guerra, para deportar os imigrantes sem direito a um processo legal. O uso da legislação acabou suspensa temporariamente pela Corte Suprema dos EUA diante das denúncias de irregularidades feitas por organizações de direitos humanos do país norte-americano.

Famílias dos imigrantes venezuelanos alegam que eles não eram criminosos e muitos foram associados à organização Tren de Aragua unicamente por terem tatuagens. O governo da Venezuela denunciou o caso à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, e pede a devolução dos presos em El Salvador.

Na última semana, após mais de um mês sem responder aos apelos do governo de Caracas, Bukele manifestou que trocaria os presos venezuelanos por supostos "presos políticos" da Venezuela. A sugestão causou indignação do governo de Nicolas Maduro, que recusou a oferta.

CASO VITÓRIA

MP denuncia Maicol e pede novo inquérito

ÍTALO LO RE/AE

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) pediu ontem, a instauração de um novo inquérito para investigar se Maicol Sales, preso pela morte de Vitória Regina de Souza, de 17 anos, teve a ajuda de outra pessoa para ocultar o corpo da jovem.

Vitória foi torturada e assassinada em fevereiro deste ano em Cajamar, região metropolitana de São Paulo. Segundo MP, o material genético de outro homem foi encontrado em uma das portas traseiras do carro usado para cometer o crime.

"Foi feito um pedido para que seja instaurado um novo inquérito policial em relação ao crime de ocultação de cadáver, porque, entre os elementos colhidos durante a investigação, há indicativos de que, para essa conduta, o Maicol pode ter tido a participação de uma terceira pessoa", diz o promotor de Justiça Jandir Moura Torres Neto.

Segundo ele, a solicitação também foi feita por conta de outras informações não divulgadas - o inquérito está sob sigilo. O entendimento é que Maicol, que tem 26 anos, agiu sozinho na abordagem, mas pode ter contado com ajuda para higienizar o carro após o crime e tentar ocultar o corpo da vítima.

Denúncia contra Maicol:

Maicol foi denunciado à Justiça por quatro crimes:
- sequestro qualificado;
- feminicídio;
- ocultação de cadáver;
- fraude processual (por três vezes).

"Pelo que foi apurado, ele teria alterado tanto as condições do veículo, quanto do local em que a Vitória foi morta e do celular dele durante as investigações", diz Torres Neto.

Rio Pomba Energética Ltda.
CNPJ/MF nº 08.375.696/0001-42 – NIRE 33.213.362.985
Ata de Reunião de Sócios realizada em 11 de dezembro de 2024
Data, Hora e Local: 11/12/2024, na sede social da Companhia, às 10:30 horas. **Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Sra. Isis Paula Cerinotti Malhães, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **Deliberações tomadas por unanimidade: 1.** Aprovar o pagamento de lucros no valor de **R$ 6.706.750,94**, a título de **lucros** complementares. **1.1.** Consignar que os lucros declarados serão pagos aos sócios quotistas conforme disponibilidade de caixa e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: **Elera Renováveis S.A.:** 13.969.420 Quotas, 99,9999928%, R$6.706.750,46. **Elera Renováveis Participações S.A.:** 1 Quota, 0,0000072%, R$0,48. **Total: 13.969.421 Quotas, 100%, R$6.706.750,94. 1.2.** Registrar que a sócia **Elera Renováveis Participações S.A.** manifestou sua renúncia à parcela dos valores que lhe cabe em favor da sócia **Elera Renováveis S.A. 2.** Consignar que os lucros declarados foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal. **3.** Consignar que os lucros declarados referem-se a parte dos lucros, os quais serão ratificados na Reunião de Sócios que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2023. **4.** Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **R$ 137.840,00**, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, com o cancelamento de **137.840** quotas. **5.** O capital social da Companhia será reduzido **de** R$ 13.969.421,00 **para** R$ 13.831.581,00 e o número de quotas será reduzido **de** 13.969.421 quotas **para** 13.831.581 quotas. **6.** Registrar que o valor da redução será distribuído na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: **Elera Renováveis S.A.:** 13.969.420 Quotas, 99,9999928%, R$137.839,99. **Elera Renováveis Participações S.A.:** 1 Quota, 0,0000072%, R$0,01. **Total: 13.969.421 Quotas, 100%, R$137.840,00. 6.1.** Registrar que a sócia **Elera Renováveis Participações S.A.** manifestou sua renúncia à parcela dos valores que lhe cabe em favor da sócia **Elera Renováveis S.A. 7.** A Cláusula 5ª do Contrato Social da Companhia, passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Cláusula 5ª – O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 13.831.581,00, dividido em 13.831.581 quotas, no valor de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: i. Elera Renováveis S.A. (CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96) possui 13.831.580 quotas, no valor total de R$ 13.831.580,00; ii. Elera Renováveis Participações S.A. (CNPJ/MF sob nº 09.417.715/0001-19) possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00. Parágrafo único. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."*** **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, RJ, 11/12/2024. **Mesa: Isis Paula Cerinotti Malhães** – *Presidente*; **Guilherme Braga Lacerda** – *Secretário*. **Sócios Quotistas**: **Elera Renováveis S.A.** (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhães e p.p. Guilherme Braga Lacerda); **Elera Renováveis Participações S.A.**(p.p. Isis Paula Cerinotti Malhães e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

Gerações Terras e Participações Ltda.
CNPJ nº 59.410.486/0001-89 - NIRE 33.2.1379313-7
1ª Alteração do Contrato Social
Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados: **Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto Da Silva**, brasileira, casada sob o regime da comunhão universal de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº MG-3.212.861 SSP/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 587.576.946-72, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lucio Costa, nº 3.600, Bloco I, apto 2.101, CEP 22630-010 ("Rogéria"); **Amanda Scarpa Pinto Zanlorenzi**, brasileira, casada sob o regime da separação total de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 202.443.297 DIC/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 141.839.117-45, residente e domiciliada na Cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no Sítio dos Andaimes, s/n, Vila Carneiro, CEP 37464-000 ("Amanda"); e **Murilo Scarpa Pinto da Silva**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 202.443.453 DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.839.127-17, residente e domiciliado na Cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no Sítio dos Andaimes, s/n, Vila Carneiro, CEP 37464- 000 ("Murilo" e, em conjunto com Rogéria e Amanda, os "Sócios"); RESOLVEM na qualidade de únicos sócios da **Gerações Terras e Participações Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 59.410.486/0001- 89, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, Bloco 2, Sala 503, Parte A, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22640-102, com seu Contrato Social arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.2.1379313-7 ("Sociedade"), transformar o tipo jurídico da Sociedade, conforme segue: **1. Transformação da sociedade: 1.1.** Os Sócios aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a transformação da Sociedade de uma sociedade empresária limitada para uma sociedade por ações. Os Sócios decidem, ainda, também por unanimidade, alterar a denominação social da Sociedade de "Gerações Terras e Participações Ltda." para "Gerações Terras e Participações S.A.". **1.1.1.** Em virtude da referida transformação, a Sociedade passa a ser regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A"), mantendo-se inalteradas as atividades da Sociedade desenvolvidas na presente data. **1.1.2.** O capital social de R$ 5.378.200,00 (cinco milhões trezentos e setenta e oito mil e duzentos reais), até então dividido em 5.378.200,00 (cinco milhões trezentos e setenta e oito mil e duzentos) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e bens, passará a ser dividido em 5.378.200,00 (cinco milhões trezentos e setenta e oito mil e duzentos) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e todas com direito a voto, as quais os Sócios, na qualidade de agora acionistas, subscrevem na proporção descrita nos Boletins de Subscrição constantes do Anexo I ao presente ato. **1.1.3.** Inexistindo quaisquer impedimentos legais e satisfeitos todos os requisitos da Lei das S.A., a Sociedade manterá a mesma estrutura e integridade, operando com os mesmos ativos e passivos, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, sem sofrer qualquer solução de continuidade em seus negócios, restando garantidos os direitos dos credores, situação essa que os acionistas reconhecem e aprovam por unanimidade, sem quaisquer restrições, convertendo-se as respectivas participações da Sociedade ora transformada em subscrição e integralização do novo capital social. **2. Eleição da diretoria: 2.1.** Ato contínuo à transformação de tipo jurídico, os Sócios aprovaram unanimemente a prorrogação do mandato da atual administradora da Sociedade, a saber, a Sra. Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva, que agora assumirá o cargo de Diretora da Companhia ("Diretora"). **2.2.** A Diretora é ora eleita sem remuneração e fica investida e toma posse por meio da assinatura de termo de posse, que integra esta alteração contratual como Anexo II, em conformidade com o artigo 149 da Lei das Sociedades por Ações. A Diretora ora eleita declara, sob as penas da lei, que não está (a) impedida de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou (b) condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato, ou por crime contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. A Diretora ora empossada permanecerá em seu cargo com um mandato de 2 (dois) anos, ou até que seja substituída. **3. Aprovação do estatuto social: 3.1.** Em virtude das deliberações acima, os Sócios aprovam o novo Estatuto Social da Sociedade, que se encontra arquivado na íntegra na sede da Companhia.. E, por estarem assim avençados, assinam eletronicamente o presente instrumento. Rio de Janeiro/RJ, 12 de fevereiro de 2025. **Sócios/Acionistas:** Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva; Amanda Scarpa Pinto Zanlorenzi; Murilo Scarpa Pinto da Silva. **Diretora Eleita:** Rogéria Ribeiro Scarpa Pinto da Silva. **Visto do Advogado:** Mariana Alonso Tomazelli Bassoli - OAB/SP nº 288021 - CPF nº 351.659.458-63.
Íntegra da Ata encontra-se disponível no site: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 19/02/2025 sob o numero 33300357921, 00006828699.Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.